

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA / CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO**

CARLOS ALBERTO SANTOS COSTA

**A INFLUÊNCIA DO COLÉGIO DOS JESUÍTAS
NA CONFIGURAÇÃO DA MALHA URBANA
DE SALVADOR-BA (1549-1760)**

ORIENTADOR: PROF DR PAULO MARTÍN SOUTO MAIOR

RECIFE, JULHO DE 2005

Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de História
Programa de Pós-Graduação em Arqueologia / Conservação do Patrimônio

Carlos Alberto Santos Costa

**A INFLUÊNCIA DO COLÉGIO DOS JESUÍTAS NA CONFIGURAÇÃO
DA MALHA URBANA DE SALVADOR-BA (1549-1760)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia / Conservação do Patrimônio, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre. Departamento de História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco.

ORIENTADOR: Prof. Dr. Paulo Martín Souto Maior

Recife, julho de 2005

Costa, Carlos Alberto Santos

A influência do Colégio dos Jesuítas na configuração da malha urbana de Salvador-BA (1549-1760) / Carlos Alberto Santos Costa. -- Salvador: UFPE / Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 2005.

xiv, 153 f. il.; 29,7 cm.

Orientador: Paulo Martín Souto Maior

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco / Centro de Filosofia e Ciências Humanas / Programa de Pós-Graduação em Arqueologia / Conservação do Patrimônio, 2005.

Referências bibliográficas: f. 135-140

1. Ciências Humanas. 2. Arqueologia. 3. Arqueologia histórica. 4. Período colonial do Brasil. 5. Evolução física de Salvador. 6. Colégio dos Jesuítas. 7. Arquitetura - dissertação. I. Souto Maior, Paulo Martín. II. Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Arqueologia / Conservação do Patrimônio. III. Título.

BANCA EXAMINADORA:

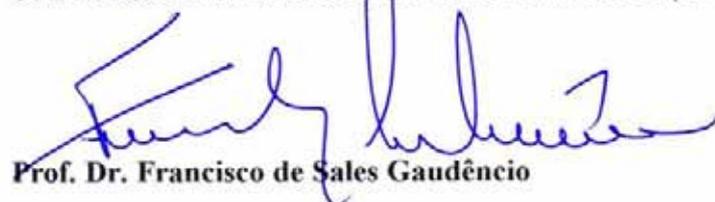


Prof. Dr. José Luiz Mota Menezes

Departamento de Arquitetura e Urbanismo

Programa de Pós-Graduação em Arqueologia / Conservação do Patrimônio

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)



Prof. Dr. Francisco de Sales Gaudêncio

Departamento de História

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB)

Programa de Pós-Graduação em Arqueologia / Conservação do Patrimônio

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)

ORIENTADOR:



Prof. Dr. Paulo Martin Souto Maior

Programa de Pós-Graduação em Arqueologia / Conservação do Patrimônio

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)

A influência do Colégio dos Jesuítas na configuração da malha urbana de Salvador-BA (1549-1760), dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre, defendida e aprovada com distinção em 26 de julho de 2005, no Programa de Pós-Graduação em Arqueologia / Conservação do Patrimônio do Departamento de História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco.

Recife, julho de 2005

Agradecimentos

Loroie Exu! Okê Arô Oxossi!

A minha vontade é gritar... Realização, felicidade, satisfação, alívio, alegria, vazio... Não sei! É justamente por não saber que me contendo e agradeço! Agradeço por não ser solitário; agradeço por ter a pretensa sensação que ao meu redor existem pessoas que SEMPRE têm a intenção de ajudar. “Ajudar”, aqui, vem imbuído de um sentido, de uma plenitude, que a nossa rápida apreensão de senso comum não permite, *a priori*, perceber. Ajudam-me os que me amam, os que me são indiferentes e, sobretudo, os que me odeiam. A estes últimos, minha imensa gratidão! Mas, ao invés de falar do que os outros sentem por mim, falo do que sinto pelos outros. Falo àqueles que cresceram positivamente a minha história ao longo deste curso de mestrado. Falo àqueles que souberam o exato momento que precisei de ajuda e amparo.

Como qualquer ser humano, tenho a frágil condição humana! A vida acadêmica, às vezes, nos exige uma disposição que parece solicitar a superação desta condição! Quando minha condição humana pareceu querer ser superada pela disposição que a vida acadêmica exigiu, quantos não estiveram disponíveis a me estender as mãos, me apoiar, senão ser meus sustentáculos inteiros. Sem dúvida alguma, desta trajetória eu nunca esquecerei. Este percurso engrandece, muda, amadurece, capacita... Faz alcançar sonhos! Este momento de realização tem que ser compartilhado com os que, verdadeiramente, contribuíram para que ele ocorresse. Por isto, presto minha gratidão.

Agradeço ao Prof. Dr. Paulo Martín Souto Maior, por ter orientado meu projeto de mestrado, conduzindo sua execução e permitindo que ele fosse concluído como esta dissertação. Além das atribuições de orientação, possibilitou o aprendizado de temas da arquitetura, indicando bibliografias, re-conduzindo certas questões e fornecendo explicações que estão presentes neste trabalho.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia / Conservação do Patrimônio, por ter acreditado no meu projeto de pesquisa, que teve ingresso com um ideal e re-orientado ao longo do curso. Aos professores deste programa, que dividiram seus conhecimentos em aula, agradeço imensamente: Ana Nascimento, Anne-Marie Pessis, Betânia Cavalcanti-Brendle, Conceição Meneses Lage, Eugênia Medeiros, Francisco de Sales Gaudêncio, Freitas Júnior, Gabriela Martín, Jacionira Coelho, Lúcia Mafra, Lucila Borges, Marcos Albuquerque, Maria do Carmo Brandão, Niéde Guidon, Ricardo Pessoa, Suely Luna e Velela Lucena. Agradeço também aos colegas do curso,

com os quais dividi a “dor e a delícia” de ser pós-graduando: Ana Guedes, Ana Valéria, Celito Kesting, Carlos Rios, Daniele Luso, Elisabeth Medeiros, Fabíola Jansen, Fábio Mafra, Fernando Guerra, Leandro Surya, Luiz Severino, Melânia Forest, Mércia Carrera, Ricardo Barbosa, Ricardo Domingues, Rosiane Limaverde, Teresa Simis, Valdeci Júnior e Vera Menelau. Deste programa, não poderia esquecer de uma pessoa deveras especial, que esteve sempre alerta às necessidades do alunado, atendendo prontamente nossos incessantes pedidos. Refiro-me a Luciane Borba, secretária do curso e minha conterrânea de coração... Lu, a Bahia lhe espera!

Agradeço a Fundação Museu do Homem Americano, que não poupou esforços para que o estágio obrigatório do curso, nos quatro meses que estivemos em São Raimundo Nonato-PI, fosse uma experiência de excelência, sem dúvida, cobiçada por maior parte dos aprendizes em arqueologia que dela ouviu falar. Os ensinamentos que lá obtive, com as condições infra-estruturais exemplares, dificilmente encontraria em outro lugar no Brasil.

Agradeço ao Museu de Arqueologia e Etnologia e ao Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal da Bahia, guardiões do acervo do Colégio dos Jesuítas e da Igreja da Sé. Estas são minhas escolas profissionais, onde foi possível a infra-estrutura mínima para o aprendizado inicial a pesquisa e, já no mestrado, o acesso ao material e documentos das escavações.

Felicito o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela iniciativa de conceder bolsas aos estudantes que querem formar-se a ciência no país. Esta iniciativa é uma obrigação nacional, sem a qual eu não teria a mínima possibilidade de estar estudando. Parabéns por reconhecer que a produção de conhecimento é um dos caminhos para uma nação mais justa!

Agradeço ao 18º Batalhão da Polícia Militar (18ºBPM), a administração da Catedral Basílica de Salvador, a administração do Plano Inclinado Gonçalves e da Escola Oficina de Salvador que permitiram acesso à escarpa de Salvador, no Centro Histórico, para prospecção de possíveis estruturas arqueológicas do Colégio dos Jesuítas.

Agradeço aos professores Arno Alvarez Kern, Carlos Alberto Caroso Soares, José Luiz Mota Menezes, Maria Rosário Gonçalves Carvalho, Pedro Agostinho da Silva e Tânia Andrade Lima pela disposição que tiveram em me atender quando os solicitei, de diferentes formas.

Fico grato aos imprescindíveis amigos que estiveram ao meu lado aqui e sempre: Alvandy Bezerra, Ana Herberts, Carmem Santos, Cláudia Cunha, Gisele Felice, Ione

Martins, Maria Araújo, Marlon Marcos, Mirta Barbosa Bezerra, Júlio Oliveira, Osmário Leite, Raimundo Araújo e Patrícia Navarro; igualmente agradeço ao senhor e à senhora Comerlato. A ajuda de todos vocês, cada um de sua maneira, foi essencial neste processo.

Agradeço ao grande amigo Luydy Fernandes, conhecedor da ocupação do Colégio dos Jesuítas em Salvador, que teve a paciência de ler e discutir meus escritos e idéias. Pessoas com suas raras qualidades pessoais e acadêmicas são poucas; dispor delas neste instante foi um privilégio.

Agradeço a minha amiga/irmã Aurea Tavares. Somos filhos do mesmo pai e nascemos juntos para a arqueologia. Ela sempre teve os dedos atentos às minhas orelhas, toda disposição do mundo em me ouvir nos incessantes monólogos sobre ocupação jesuíta, discutindo os dados do trabalho de dissertação. Além disto, sempre guardo com carinho nossas intermináveis discussões acadêmicas; justamente por isto, Aurea, saiba que o sentimento que tenho por você não é apenas ‘cultural’!

Não poderia esquecer o grande culpado de meu nascimento à arqueologia: Prof Dr Carlos Alberto Etchevarne. Este é, sem dúvida, o meu pai intelectual! Desde os primeiros fundamentos da arqueologia nas disciplinas iniciais da graduação, as inúmeras bolsas (trabalho, estágio, iniciação científica, monitoria, aperfeiçoamento científico, pesquisador contratado, etc.), e mesmo neste mestrado quando atuou como co-orientador, atento a minha formação, orientando no sentido de buscar os melhores resultados. Se aprendi a pensar arqueologia sem, no entanto, deixar de olhar para os lados, deva-se ao professor Etchevarne, exemplo de erudição e simplicidade raro de se encontrar na academia. Além disso, sua amizade e apoio nunca poderão ser dimensionados. Professor, além de minha gratidão, saiba que sempre terá o meu profundo respeito e admiração!

Agradeço a minha família nuclear: minha mãe (D. Iza), minhas irmãs (Binha e Lêda), meus irmãos (Branilson e Kito, que sempre atenderam meus incessantes chamados para trocar as molas de minha carroça digital) e a meus sobrinhos (a perspicaz Gabriela e o jovem Cauet). Obrigado por suportarem este filho, irmão e tio, na maioria das vezes ausente, mas, que nunca os esqueceu.

Por fim, a minha companheira, Faby, que esteve sempre do meu lado. Sua participação aqui e em minha vida é tão ampla e diversificada que qualquer coisa que venha a falar seria pouco para expressar o que ela significa. Amá-la é pouco! Je t’adore!

Okê Odé! Cobarô Exu!

Salvador, 29 de junho de 2005

Carlos Costa

Resumo

COSTA, Carlos Alberto Santos. **A influência do Colégio dos Jesuítas na configuração da malha urbana de Salvador-BA (1549-1760)**. Recife: PPARQ/UFPE, 2005, 153p (dissertação de mestrado).

O objeto desta pesquisa foi o Colégio dos Jesuítas em Salvador (1549-1760). O problema inicial consistiu na verificação da existência de um choque de ideais de ocupação espacial, português e jesuíta, na formação da cidade. Buscou-se verificar se ocorreu a convergência destes dois ideais, como foram absorvidos e quais os seus desdobramentos na ocupação espacial da malha urbana.

Para a análise desta hipótese serviram os estudos das normas de instalação das cidades na América do Sul, demonstrando como se configuraram aquelas fundadas pela Espanha e por Portugal. Observaram-se também as normas de instalação dos colégios jesuítas e, com este *corpus* informativo, procurou-se compreender o objeto de estudo. Teve-se como base factual à pesquisa: documentos históricos escritos, iconográficos, arqueológicos e arquitetônicos.

Entendendo o colégio como empreendimento da Companhia de Jesus, foram analisados três períodos deste complexo: 1º- 1549-1561, apreendeu-se dados referentes à aquisição, posse e instalação; 2º- 1561-1657, tratou-se da construção e localização, compreendendo a organização interna e demonstrando um modelo de ocupação para a atual Praça da Sé; 3º- 1654-1760, abordou-se a reconstrução do colégio, apresentando seu novo programa arquitetônico e outro modelo de ocupação à Praça.

Finalmente, demonstrou-se que existiu uma estreita relação entre os espaços da cidade e do colégio, possibilitando concluir que os jesuítas induziram a formação da malha urbana de Salvador numa parte do setor administrativo, através da instalação do colégio.

Palavras-chave: Colégio dos Jesuítas; Salvador colonial; espacialidade; história; arquitetura; arqueologia.

Abstract

COSTA, Carlos Alberto Santos. **The influence of the Jesuit School in the configuration of the urban grid of Salvador-BA (1549-1760)**. Recife: PPARQ/UFPE, 2005, 153p (master degree thesis).

The object of this research was the Jesuit School in Salvador (1549-1760). Its first aim was investigating if there was a clash of ideas between the Portuguese and the Jesuits in what concerns the occupation of space in the growing city. I tried to identify if there was the matching of these ideals, how they were accepted and their consequences in the space occupation in the urban grid.

In order to analyze these hypothesis I made use of the rules for the settling of cities in South America which described those found by Spain and Portugal. I also observed the norms concerning the settling of Jesuit schools and once this informative *corpus*, I tried to understand the object of this study. I made use of historical written documents, iconographic documents and archaeological and architectural records as factual basis for the research.

Since the School was understood as a long term effort by the Company of Jesus, three periods of this complex were analyzed: first 1549-1561, I gathered data on the acquisition of the land, founding and settling; second 1561-1657, I dealt with the construction and localization of the facilities studying its internal organization and demonstrating a model for the occupation of what is nowadays the Sé Square; third 1654-1760, I studied the reconstruction of the building, presenting its new architectural plan and another model for the occupation of the square.

Finally I could demonstrate a close relation of the use of space between the city and the School, allowing the conclusion that the Jesuits influenced the formation of the city plan of Salvador in part of its administrative area by the construction of the school.

Key Words: Jesuit School; colonial Salvador; spatiality; history; architecture; archaeology.

Sumário

Lista de ilustrações	X
Lista de imagens	X
Lista de tabelas.....	xiv
Gráfico único	xiv
Introdução	01
Capítulo I: Aportes teóricos e metodológicos	06
1.1- Hipótese de trabalho	07
1.2- Procedimentos metodológicos.....	13
1.3 – Estratégias de ocupação dos espaços das cidades e dos colégios	15
1.3.1- Urbanização das cidades sul americanas do século XVI e XVII.....	15
1.3.1.1- Modelo das cidades espanholas	16
1.3.1.2- Modelo das cidades portuguesas.....	23
1.3.2- Ocupação jesuíta na América do Sul: o caso dos colégios.....	31
1.3.3- Comparação entre os modelos espanhol, português e jesuíta.....	37
Capítulo II: Evolução física do Colégio dos Jesuítas em Salvador	42
2.1- Breve histórico da Companhia de Jesus	43
2.2- Três períodos do Colégio dos Jesuítas em Salvador	48
2.2.1- Escolha e aquisição do sítio (1549 a 1561)	48
2.2.2- Construção (1561 a 1657).....	57
2.2.2.1- Fontes históricas escritas.....	57
2.2.2.2- Fontes históricas iconográficas	67
2.2.2.3- Fontes arqueológicas e arquitetônicas.....	78
2.2.3- Reconstrução (1654 a 1759)	100
2.2.3.1- Fontes históricas escritas.....	100
2.2.3.1- Fontes históricas iconográficas	104
2.2.2.2- Fontes arqueológicas e arquitetônicas.....	110
Conclusão e considerações finais.....	127

Referências bibliográficas.....	135
Apêndices.....	141
Apêndice 1: Planta de situação	142
Apêndice 2: Planta de escavação	143
Apêndice 3: Ficha do lixão 1	144
Apêndice 4: Ficha do conduto 1	145
Apêndice 5: Ficha do conduto 2	146
Apêndice 6: Ficha do alicerce 1	147
Apêndice 7: Ficha do alicerce 2.....	148
Apêndice 8: Ficha do lixão 2	149
Apêndice 9: Ficha do lixão 3	150
Apêndice 10: Ficha do lixão 4	152
Apêndice 11: Ficha do lixão 5	153

Lista de ilustrações

Lista de imagens

Imagem 1: Modelos teóricos de cidades regulares da renascença...	16
Imagem 2: Planta de Buenos Aires, em 1583...	23
Imagem 3: Comparação de praças informais com as regulares, no Brasil colonial e Argentina...	25
Imagem 4: “ <i>Prespectiva de Pernambuco como se mostra olhado do Mar desta até A Barreta [Recife]</i> ”, de autoria de Diogo de Campos Moreno, datada de 1609...	28
Imagem 5: Planta de Olinda, datada de 1630...	29
Imagem 6: “ <i>Planta da Cidade de Saõ Sebastiaõ do Rio de Janeiro, Com suas Fortifficaõins</i> ”, de autoria do Brigadeiro João Massé, de 1714...	29
Imagem 7: “ <i>Planta da Villa da Vistoria</i> ”, de autoria atribuída a José Antônio Caldas, datada de 1767...	30
Imagem 8: “ <i>Planta do Porto, e Villa da Fortaleza</i> ”, de autoria de Antônio José da Silva Paulet, datada de 1813...	30
Imagem 9: Planta da Residência e Igreja dos Reis Magos em Nova Almeida, Espírito Santo...	35
Imagem 10: Planta do Colégio Jesuíta de São Miguel, em Santos, São Paulo, datada de 1801...	36
Imagem 11: Planta do Colégio dos Jesuítas de Olinda, Pernambuco...	36
Imagem 12: Planta da residência e igreja de Nossa Senhora da Assunção em Anchieta (antiga Reritiba), Espírito Santo...	37
Imagem 13: Planta do Seminário de Nossa Senhora de Belém de Cachoeira, Bahia, de autoria de José de Anchieta e Mesquita em 1782...	37
Imagem 14: A imagem de Américo Simas Filho sintetiza a evolução física de Salvador em 1551...	56

Imagem 15: A imagem de Américo Simas Filho sintetiza a evolução física de Salvador em 1553... ..	56
Imagem 16: A imagem de Simas Filho sintetiza a evolução física de Salvador em 1580... ..	61
Imagem 17: “ <i>Pranta da Çidade D. Salvador/na Bahia de Todos os Santos</i> ” que ilustra o códice “ <i>Rezão do Estado do Brasil no GVOVERNO do norte somete asi como teve Dõ Diogo de Meneses até o anno de 1612</i> ” de autoria de João Teixeira Albernaz I, em 1605... ..	69
Imagem 18: “ <i>Pranta da Çidade D. Salvador/na Bahia de Todos os Santos</i> ” que ilustra o códice “ <i>Livro que dá Rezão do Estado do Brasil</i> ” também de autoria de João Teixeira Albernaz I, em 1605... ..	70
Imagem 19: “ <i>Cidade do Salvador. 1624</i> ”, estampa que ilustra o livro de Henry Hondius, de 1625... ..	71
Imagem 20: “ <i>Desenho da fortificações e trincheiras q se fizeraõ em deffença do inimigo</i> ”, estampa do acervo dos originais manuscritos de Algemeen Rijksarchief, Haia, de 1638, sem autoria... ..	72
Imagem 21: “ <i>Planta da Restitvição da Bahia</i> ” de autoria de José Teixeira Albernaz I, datada de 1925... ..	74
Imagem 22: “ <i>Urbs Salvador</i> ”, datada de 1625... ..	75
Imagem 23: “ <i>PHILIPPO AVGVSTO LVSITANO MONARCHAE AFRICO AETHIOPICO ARABICO PÉRSICO INDICO BRASILICO FELICITAS ET GLORIA</i> ”, datada de 1625 de autoria de Benedictus Mealius... ..	76
Imagem 24: “ <i>PERFIL DA ÇIDADE DO SALVADOR DA BAHIA DE TODOS OS SÃTOS Q MOSTRA ALTVRADO MAR A ELLA</i> ”, datada de 1609-1612... ..	77
Imagem 25: Imagens de 1940/41, publicadas no relatório da gestão do Prefeito Neves da Rocha... ..	80
Imagem 26: 1) Inserção das estruturas na malha de quadriculamento das escavações (para um melhor detalhamento, ver apêndices 2 e 6). 2) Disposição dos alicerces no contexto do sítio. 3) Sapata composta de	

arenoso ferroso e reaproveitamento de tijolos e telhas, que corta o alicerce de pedra e cal... ..	84
Imagem 27: Propostas de alteração da posição da igreja apresentadas por Simão de Vasconcellos, em 1654... ..	87
Imagem 28: 1) Inserção das estruturas na malha de quadriculamento das escavações... ..	89
Imagem 29: 1) Recorte da fotografia panorâmica de Benjamin Mulock de 1860... ..	91
Imagem 30: localização das áreas do Colégio dos Jesuítas em Salvador entre o último quarto do século XVI e a primeira metade do século XVII	98
Imagem 31: Malha urbana do final do século XVI sobreposta a atual Praça da Sé.	99
Imagem 32: A imagem de Américo Simas Filho sintetiza a evolução física de Salvador em 1650... ..	102
Imagem 33: “ <i>SJ. SALVADOR / Ville Capitale du Brèsil</i> ”, datada entre 1695 e 1698, que ilustra o livro de Froger... ..	105
Imagem 34: “ <i>Vue de la Ville de St. Salvador du côte de la Baye</i> ”, datada de cerca de 1714, que ilustra o livro de François Frézier... ..	106
Imagem 35: “ <i>Planta da Cidade da Bahia</i> ”, datada de 1715, que ilustra o livro de Vilhena... ..	107
Imagem 36: “ <i>Planta Ichnografica da Cid. De S. Salvador</i> ”, datada de 1779... ..	108
Imagem 37: “ <i>Perspectiva ou Vista de Huma Parte da Cidade de Santo Salvador</i> ”, datada entre 1724 e 1756... ..	108
Imagem 38: “ <i>Elevação, e Faxada que mostra em Prospecto pela marinha a Cidade do Salvador Bahia de todos os Santos</i> ”, de José Antônio Caldas, de 1758... ..	109
Imagem 39: 1) à esquerda a igreja do colégio; 2) à direita, ao lado da igreja, a portaria do antigo colégio com dois pavimentos, atualmente bastante modificada... ..	111

Imagem 40: 3) vista no sentido oeste-leste, à esquerda o conjunto de celas que existem na lateral da igreja; 4) túnel no subsolo da igreja, onde funcionava a carpintaria, que ligava o Pátio dos Padres ao Pátio dos Estudos Gerais...	112
Imagem 41: Limite atual da área correspondente ao Pátio dos Padres, mais projetada sobre a escarpa que os limites pretéritos...	112
Imagem 42: Limite do antigo pátio confrontado com limite da ocupação atual...	113
Imagem 43: Sobreposição das estruturas da antiga FAMED à planta de José Antônio Caldas, de 1758, do antigo Colégio dos Jesuítas...	115
Imagem 44: Espaço da Antiga FAMED e remanescentes do Colégio dos Jesuítas, entre 1990 e 1998...	116
Imagem 45: Espaço do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia...	116
Imagem 46: Espaço do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia...	116
Imagem 47: Detalhe do Pátio dos Estudos Gerais, segundo Caldas de 1951 [1758] com especificação funcional dos cômodos...	119
Imagem 48: Detalhe dos lixos encontrados na área que corresponderia ao interior da igreja de Men de Sá, feito após sua demolição...	120
Imagem 49: Plantas de José Antônio Caldas, de 1758, dos três pavimentos do Colégio dos Jesuítas...	124
Imagem 50: Malha urbana do final do séc. XVII e primeira metade do XVIII sobreposta a Praça da Sé.	125
Imagem 51: Plantas que exemplificam a disseminação da Companhia de Jesus no Brasil...	126
Imagem 52: Recorte da “ <i>Pranta da Cidade D. Salvador/na Bahia de Todos os Santos</i> ”, de autoria de João Teixeira Albernaz I, datada de 1605	131

Lista de tabelas

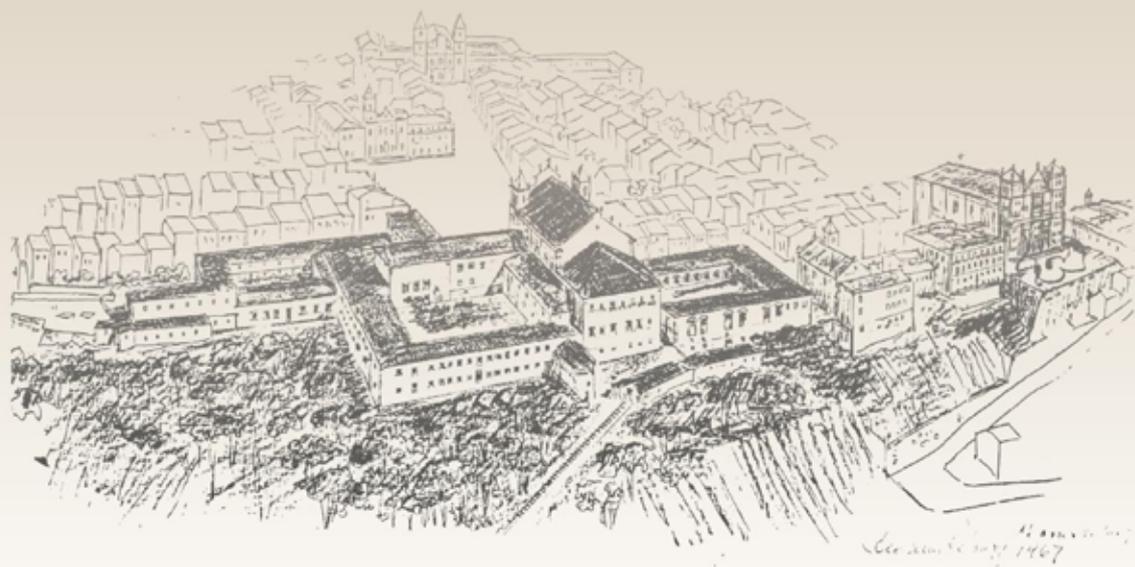
Tabela 1: Comparação entre os ideais de ocupações espaciais espanhol, português e jesuíta.38

Tabela 2: Comparação entre os três períodos do Colégio dos Jesuítas em Salvador.132

Gráfico único

Gráfico: O gráfico demonstra que existe mais analogias e semelhanças entre os modelos espanhol e jesuíta...39

INTRODUÇÃO



---- INTRODUÇÃO ----

O surgimento, atuação e disseminação da Companhia de Jesus no mundo são fenômenos de grande amplitude, que para serem observados requerem o concurso de diversas áreas de conhecimento, a exemplo da arquitetura, história, educação, filosofia, antropologia, sociologia, arqueologia, teologia, dentre outros. Esta abrangência disciplinar deve-se ao fato de se buscar a compreensão integrada daquilo que foi uma das mais fascinantes estratégias de dominação que, além de atuar com poder de Estado, estava velada pelo caráter divino que atuava em união com os poderes estabelecidos. Desta maneira, pode-se pensar que a Companhia de Jesus foi o primeiro empreendimento com expressão mundial, com sede em Roma e filiais em diversos países e continentes do mundo.

Neste panorama, com a finalidade de apreender um aspecto pontual da ação da Companhia de Jesus no Novo Mundo partimos ao estudo de um caso específico. Trata-se do Colégio dos Jesuítas em Salvador. Induzimos nossa observação a ocupação espacial jesuíta, quando buscamos entender como se configurou materialmente a relação entre o espaço do colégio e o espaço da cidade. Isto é, como esta relação teve expressão física, perceptível na malha urbana de Salvador em conjunção com a área ocupada pelo colégio.

As origens deste trabalho estão atreladas às escavações arqueológicas empreendidas no sítio Pátio dos Estudos Gerais do antigo Colégio dos Jesuítas, realizadas na Praça da Sé de Salvador-BA, pela equipe de arqueologia atuante na Faculdade de

Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia¹. Estas escavações, realizadas de forma intermitente durante quase três anos (1999-2002), permitiram a evidenciação, registro e coleta de uma gama enorme de materiais arqueológicos, fixos e móveis, que desde então vêm passando por um processo de estudos sistemáticos em laboratório. Tais estudos têm apontado para alguns questionamentos que não se expressam apenas no fato arqueológico, mas também na análise histórica dos mesmos em conjunção com a história da Salvador colonial.

Com o intuito de aprofundar os estudos deste sítio e seus materiais, apresentamos um projeto inicial ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia / Conservação do Patrimônio da Universidade Federal de Pernambuco. Deste projeto inicial, houve a reorientação dos interesses de pesquisa, quando os remanescentes arqueológicos passaram a compor um sistema de observação mais amplo, em que as estruturas identificadas respondem a questões de espacialidade do Colégio dos Jesuítas e da cidade de Salvador. Entendendo o espaço como expressão física das relações sociais, procuramos apreender que lógicas conduziram formação da malha urbana da cidade em que o colégio estava inserido.

Com esta nova orientação, partimos para o trabalho propriamente dito. É neste sentido que nasce a primeira parte desta dissertação – Capítulo I: Aportes teóricos e metodológicos – momento em que buscamos estabelecer os problemas iniciais de pesquisa, quando verificamos a existência de um choque de ideais de ocupação espacial que possivelmente convergiram em Salvador. Trata-se do ideal português, que se expressa no entendimento da formação da cidade de Salvador como intenção única lusitana e, em contraponto, o ideal de ocupação jesuíta, que emerge como carência nos estudos da formação da malha urbana da cidade. A tônica de nossa pesquisa reside na convergência destes ideais de ocupação em Salvador, integrando projeto de ocupação português e jesuíta, fazendo com que a malha urbana apresente uma lógica estrutural que tivesse atendido às demandas urbanísticas de Portugal e da Companhia de Jesus.

Assim, como diretriz inicial deste problema e proposição à pesquisa, coube entender que lógicas nortearam a ocupação de cidades na América do Sul, procurando

¹ Estes trabalhos foram coordenados pelo Prof. Dr. Carlos Etchevarne, do Departamento de Antropologia e Etnologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia.

demonstrar aquelas relativas às cidades espanholas e portuguesas, bem como ocupação jesuíta para o caso dos colégios. Nosso intuito foi dispor um *corpus* informativo mínimo que autorizasse, em segundo instante, o entendimento do nosso objeto de estudo: o Colégio dos Jesuítas em Salvador. Com este enfoque, partimos dos princípios metodológicos da arquitetura, que melhor se adequavam aos interesses de observação deste espaço e do espaço da cidade. Para o estudo deste universo tivemos como base factual os dados históricos escritos, históricos iconográficos, arqueológicos e arquitetônicos.

No segundo instante da pesquisa – Capítulo II: Evolução física do Colégio dos Jesuítas em Salvador – partimos ao estudo de caso propriamente dito, inserindo o projeto do Colégio dos Jesuítas no panorama histórico de atuação da Companhia de Jesus. Posteriormente, passamos ao estudo específico deste complexo jesuíta, dividindo-o em três períodos, coerentes com a própria história de evolução física do colégio em Salvador e da formação e estruturação desta urbe.

No primeiro período (1549-1561), apresentamos os dados históricos que dão suporte ao entendimento da ocupação do espaço que viria a estar situado o colégio na cidade, tratando das questões da aquisição, posse e instalação inicial na área que viria a ocupar o complexo jesuíta.

No segundo período (1561-1657), tratamos da construção, organização e localização física de certos elementos arquitetônicos. Com o fim de sistematizar nossa observação, separamos, inicialmente, as fontes históricas escritas e históricas iconográficas na análise dos dados, para, só no instante da discussão das fontes arqueológicas e arquitetônicas apresentar um enlace de todas as informações levantadas. O interesse foi compreender a organização espacial interna do Colégio dos Jesuítas e propor um modelo de ocupação para o final do século XVI, no espaço atualmente conhecido como Praça da Sé, no Centro Histórico de Salvador, uma vez que deste setor tivemos acesso a um número maior de informações, sobretudo arqueológicas.

Finalizando este capítulo, no terceiro período (1654-1760) tratamos da reestruturação do colégio, quando foi necessário adequar o complexo às novas demandas urbanas e sociais da cidade. Bem como no momento anterior das discussões, tratamos as

fontes históricas escritas e históricas iconográficas separadamente, para, mais uma vez, na discussão das fontes arqueológicas e arquitetônicas realizar a conjunção das informações. Em consequência deste caminho de pesquisas, apresentamos um modelo de ocupação interna do colégio, mostrando como esta organização se expressou fisicamente no final do século XVII, na área da Praça da Sé, setor ao qual dispomos de maior número de dados arqueológicos.

Na parte final desta dissertação – Conclusão e considerações finais – retomamos a hipótese central proposta e buscamos responde-la com base nos dados apresentados ao longo da dissertação. Ao passo que respondemos a hipótese de trabalho, apresentamos novas demandas à continuidade futura das pesquisas, dando um novo encaminhamento à observação do fenômeno reconhecido na integração dos ideais de ocupações jesuíta e português em Salvador. Ademais, dispusemos os aportes bibliográficos que deram suporte as nossas discussões – Referências bibliográficas – bem como às informações arqueológicas que embasam nossos dados materiais – Apêndices.

CAPÍTULO I

APORTES TEÓRICOS E METODOLÓGICOS



---- CAPÍTULO I ----

APORTES TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

1.1- Hipótese de trabalho

Na historiografia de Salvador existe uma certa tendência a admitir-se determinadas explicações oficiais e, partindo-se delas, uma série de novas explicações são geradas. Há, por exemplo, alguns axiomas estabelecidos que norteiam a explicação do crescimento da cidade. Um deles refere-se ao ideal de fundação de Salvador. A criação do Governo Geral, que veio a ser instalado na Bahia, em 1549, visava o controle sobre o território colonial (Fausto, 2001: 20). Ele teria surgido como uma manobra política de Portugal para manter seu poder e proteger a sua *colônia de exploração* da cobiça e do ataque das outras potências européias. Concomitante ao Governo Geral, criou-se um sistema econômico-administrativo, militar e religioso integrado para funcionar como base aos interesses comerciais e marítimos lusitanos e, simultaneamente, controlar os acontecimentos de além-mar (Simas Filho, 1998: 21).

A escolha da Baía de Todos os Santos resultava de uma série de fatores de ordem prática. Em primeiro lugar, a rota marítima de Portugal às Índias era direcionada pelos regimes dos ventos e correntes marinhas de forma que as embarcações passariam pela costa leste da América do Sul, utilizando-a como ponto estratégico de abastecimento (Recife e Salvador). Nesse sentido, a Baía de Todos os Santos foi ponto importante, por ser a maior reentrância do litoral leste sul-americano, “(...) *sendo capaz de prover abrigo, aguada, mantimentos e lenha a todos que a demandem*” (Agostinho, 1996: 11).

Em segundo lugar, a área escolhida para fundação da cidade localizava-se sobre uma escarpa de falha, resultado do deslocamento de uma placa tectônica, que em tempos geológicos teria cedido e se encaixado gradativamente no manto terrestre, dando espaço ao que hoje é a Baía de Todos os Santos. Esta singular situação natural promoveu condição a divisão da cidade em dois setores, conforme afirma Pedro Agostinho: “... sobre o Horst², no alto, ficaram as sedes do poder político, eclesiástico e marcial; e na estreita faixa de marinha, entre o sopé da escarpa-falésia morta e o mar, o porto e toda sua vida econômica de comércio e manufatura” (Ib.: 12).

Em terceiro, o plano urbanístico de Salvador assemelha-se ao português (por exemplo, o de Lisboa e do Porto) desde a escolha da área e a configuração do tecido urbano, até o plano de defesa (Habsburgo, 1996: 9). O regimento³ elaborado por ordem de D. João III trazido por Tomé de Souza relata que o governo deveria “(...) mandar nas ditas terras fazer uma fortaleza e povoação grande e forte em um lugar conveniente” (Regimento do governador e capitão general Tomé de Souza, 1998: 11). A partir daí, com caráter defensivo, a cidade passaria a crescer em função da ampliação da linha de fortificações. Primeiro, a cidade foi construída rodeada por muralhas. A seguir, a ampliação do domínio urbano⁴ foi se dando à medida que novas fortificações foram sendo construídas na linha da costa, seja no litoral atlântico Norte ou na baía de Todos os Santos.

Neste sentido, três características norteiam a evolução⁵ física inicial de Salvador no período colonial:

² “Horst é a parte soerguida de uma fossa tectônica; graben é a que resulta do afundamento, geralmente escalonado” (Agostinho, 1996: 12).

³ O mesmo regimento que levou Tomé de Sousa a ser o governador-geral do Brasil, trazia as normas prévias que tornariam Salvador o centro político-administrativo-religioso do país até 1763.

⁴ Urbano deriva de Urbe, que tem raiz no latim, *Urbs*. Tendo em vista que serão expressões demasiadamente utilizadas neste trabalho, cabe levar em consideração duas distinções feitas por Nestor Goulart Reis: “(...) urbanização, que é um processo social (...) urbanismo, que se refere aos projetos de organização do espaço urbano edificado” (2000: 13).

⁵ O termo evolução nas ciências humanas traz implícito uma série de sentidos que para alguns é visto com certa tranquilidade, ao passo que para outros causa ojeriza. Isto porque, a transposição das idéias evolucionistas biológicas de Darwin às ciências humanas (que geraram o evolucionismo cultural), trouxe consigo uma forte carga preconceituosa, que determinava que as sociedades tinham estágios evolutivos sucessivos, segundo os quais cada grupo humano deveria obrigatoriamente passar, para chegar ao auge do processo com a civilização. Assim, todas as sociedades que fossem consideradas não civilizadas, a exemplo dos negros e dos índios, seriam entendidas como ignotas e, por isso, subjugadas aos mandos e desmandos dos autodenominados civilizados. Na década de 50 do século XX, este conceito foi revisto, de maneira que evolução passou a ser entendido simplesmente como transformação, tirando-se qualquer carga valorativa

1º- Trata-se de uma cidade funcional (portuária) feita para atender as demandas mercantis da Coroa Portuguesa;

2º- O tecido urbano, a ocupação e uso do solo seria determinada segundo a lógica portuguesa, com duas divisões: a cidade alta (onde estaria todo poder político, econômico, administrativo e eclesiástico) e a cidade baixa (em que estaria toda vida de porto, comércio e manufatura), expressa no Regimento de Tomé de Souza;

3º- A ampliação da cidade se deu em função da ampliação do plano defensivo⁶.

Tais premissas, a princípio, parecem não estar equivocadas. Mas, o problema na aceitação destas características para explicar a evolução física da cidade é que eles têm induzido os autores a restringirem suas observações às fronteiras de Salvador, aos seus limites físicos, de maneira a perder de vista como se deu a organização interna da mesma. Ao tratar desta organização interna, a construção e reconstrução dos edifícios são observadas como intenções imediatas, realizadas com a simples função de atender às demandas prático/funcionais da cidade. Neste contexto, os edifícios seriam re-elaborados a medida que a cidade crescia de forma irregular, acompanhando os aclives e declives de uma cidade acidentada (Buarque de Holanda, 1995 [1936]; Carneiro, 1980; Centurião, 1999; Edelweiss, 1958; Gutierrez, 1983; Sampaio, 1949; Santos, 2001; Simas Filho, 1998).

Esta aparente e falsa irregularidade é justificada pelo fato de não existir um projeto físico inicial de Portugal que determinasse, por exemplo, um alinhamento às ruas de Salvador, apesar de admitir-se a importância do Regimento de Tomé de Sousa e a atuação de Luís Dias para o estabelecimento das diretrizes iniciais à forma da cidade, sobretudo na escolha do sítio que ela deveria ser assentada e estabelecido do traçado urbano. Além disso, comparações entre cidades portuguesas com àquelas fundadas pelos ingleses e espanhóis (previamente planejadas, que davam preferência a áreas planas e ruas

que a idéia pudesse trazer. Assim ficamos frente a duas posições conceituais para o termo evolução: 1) a que apregoa que evolução reflita mudança com tendência ao melhoramento, isto é, passar-se-ia de um estágio a outro melhorando qualitativamente os atributos da fase anterior, e, em oposição a esta idéia, se a situação fosse inversa, ocorreria uma involução; 2) e a que determina que evolução reflita mudança, indiferente a carga valorativa que isto venha a ter, se para melhor, para pior ou, apenas, muda-se. Seja com um ou com outro sentido, o termo evolução, da maneira que estamos aqui aplicando, seria perfeitamente aceitável. Mas, a fim de evitar dúvidas, estaremos utilizando evolução com o sentido único e restrito de transformação.

direcionadas, ortogonalmente, aos pontos cardeais), acentuam esta suposta irregularidade. Assim, a idéia de Salvador com uma malha urbana irregular configura a quarta característica de sua evolução física inicial.

Não obstante as conclusões sobre o alinhamento das ruas, deve-se ressaltar que todo o conhecimento produzido baseia-se em fontes iconográficas e, sobretudo, documentação histórica manuscrita. Desta forma, exclui, ou não conhece, os dados materiais que, de fato, auxiliaria a compreensão das mudanças e evolução da cidade. Ainda, deve-se lembrar que a observação dos prédios situados no interior da cidade tem sido realizada no sentido de determinar os limites de Salvador (Carvalho, 2000; Edelweiss, 1958; Simas Filho, 1998). Assim, permanece o problema da ausência de marcos físicos que acrescentem ou revisem certas conclusões possíveis pela documentação histórica.

A ausência de estudos sistemáticos acerca de como se formou o traçado das ruas de Salvador, considerando quem determinava a localização de prédios e porque, retira de alguns trabalhos o conteúdo humano e a atuação de certos atores sociais⁷ na organização dos espaços da cidade⁸. O contexto urbano não pode ser entendido apenas através de setores organizados e de alinhamentos de ruas com edifícios com funcionalidades específicas. É, por outro lado, área onde estão os atores sociais que dão significados a todo este complexo formado pela malha urbana. É no sentido conferido por estes atores que se pode entender a dinâmica da cidade. Segundo Bruno Zevi, os espaços, no processo

⁶ Vale ressaltar que a primeira ampliação do plano defensivo se deu em função da saída do colégio para fora da muralha da cidade.

⁷ Trata-se de termo consagrado nas ciências sociais, que determina os diferentes indivíduos que atuam numa sociedade. Esta idéia nasce do interacionismo simbólico de Erving Goffman, que utiliza a metáfora da ação social como estrutura de sua exposição. Segundo a visão de Goffman, todo homem, em qualquer situação social, apresenta-se diante de seus semelhantes, tenta dirigir e dominar a impressão que possam ter sobre ele, empregando certas técnicas de sustentação de seu desempenho, tal qual um ator que representa um personagem diante de um público. Segundo a noção deste autor, as interações sociais exigem que desempenhem papéis e adotemos certas condutas frente às situações do dia a dia; daí vem, por exemplo, o conceito de face postulado por Goffman, em que face seria uma imagem idealizada, positiva, acerca de nós mesmos (Goffman, 1999: 25-31).

⁸ A idéia de espaço é extremamente discutida nas ciências humanas, arqueologia, geografia cultural, arquitetura, dentre outras áreas. Tendo em vista as diferentes óticas de observação e para fins metodológicos deste trabalho, podemos entender espaço apenas como área utilizada pelas diferentes sociedades e, nesta discussão, ela apresenta duas dimensões: uma física e outra ideológica. Assim, espaço, de acordo com nossa discussão, reflete uma área em que ocorrem as relações sociais. A maneira pela qual este conceito pode ser constatado é buscando as áreas que tenham provas materiais dos eventos produzidos pelos homens. Portanto, caracterizando um aporte prático ao levantamento de campo, utilizaremos a idéia de espaço como expressão física, material, das relações sociais. Neste sentido, a busca da expressão material na construção da cidade será feita a partir de dados históricos, arqueológicos e arquitetônicos.

de urbanização⁹, constroem-se de forma hierarquicamente diferenciados, pois, estas diferenças hierárquicas revelam posições de caráter ideológico e social que mudam através do tempo (2000: 53).

Mas, retornando ao paradigma da irregularidade no traçado urbano¹⁰, percebe-se que a aceitação destas premissas iniciais faz entender que Salvador seja uma cidade criada com única intenção de atender as demandas mercantis de Portugal. Todavia, uma observação mais apurada desta história tem demonstrado a participação ativa de alguns outros agentes, que além de integrantes de um projeto lusitano, são também condutores de um ideal particular de apropriação do espaço e que se diferencia do ideal português de ocupação, embora em Salvador esteja integrado nele.

Aqui, abre-se a perspectiva à observação da atuação dos Jesuítas na fundação e crescimento da Salvador colonial. Não parece equivocado que a construção de uma cidade no Novo Mundo, por parte de Portugal demonstre um ideal de manutenção de um poder vigente e de uma manobra estratégica de tomada de posse daquilo que para eles significava área de seu domínio comercial. Contudo, isso viria a ocorrer em Salvador, bem como nos outros espaços da Colônia, sem levar em consideração aqueles que habitavam o território e que foram entendidos como empecilhos à efetivação dos interesses da Coroa.

Do ponto de vista português, é justamente para o estabelecimento das redes de relações entre nativos e empreendimento colonial que os jesuítas se inserem no projeto colonial¹¹. A função principal que levaria os Jesuítas a atuarem junto a um

⁹ “O processo de urbanização consiste justamente na dinâmica por meio da qual o papel central da cidade colonial adquire configurações nítidas na constituição estrutural e organizacional da colônia. Essa constituição vincula-se intimamente à formação de redes urbanas, ou seja, à formação de “redes de influência” que, tendo seu centro em uma determinada cidade, estendem-se pela superfície do território atrelando-o, politicamente, economicamente, juridicamente e administrativamente, a esse determinado centro urbano. O projeto colonial lusitano, nas terras americanas, trouxe implícito, desde suas origens, o processo de urbanização” (Centurião, 1999: 37).

¹⁰ A idéia de um traçado irregular propalada é justificada apenas pelos aspectos formais da cidade, que mais são entendidos por um jogo de simetria (da oposição estabelecida entre espaços ocupados e espaços vazios, ruas, quarteirões, etc.) que pode ser observado entre as diferentes unidades funcionais, do que uma irregularidade propriamente dita. Isto porque, hoje se sabe que o que se nos afigura irregular sob a égide da simetria urbana, na estrutura das relações sociais que utilizam os diferentes contextos urbanos pode representar uma regularidade que atenda as lógicas internas da sociedade que utiliza o espaço. Portanto, esta idéia de irregularidade não é justificável atualmente.

¹¹ Apesar desta ótica portuguesa, entendemos que os jesuítas viriam a influenciar no crescimento da cidade e na configuração de sua malha urbana.

empreendimento português seria trazer, de forma catequizada, os nativos ao convívio urbano, além de manter simbolicamente vinculados aqueles que nele já estavam (sejam os nativos ou os brancos). Todavia, não se deve limitar a atuação jesuítica à catequese dos nativos sem realizar o devido questionamento. Isto porque, os próprios jesuítas tinham um ideal de apropriação dos espaços, que se diferenciava do ideal lusitano. Tal como o Regimento que ordenou a fundação de Salvador pela Coroa Portuguesa, apenas por diretrizes, uma série de exigências espaciais rígidas deveria ser observada para a instalação de um edifício jesuíta.

Além disso, os objetos coletados e estruturas arqueológicas evidenciadas nas escavações realizadas na Praça da Sé, sobretudo do sítio Pátio dos Estudos Gerais do antigo Colégio dos Jesuítas (Etchevarne et al. 2001; Etchevarne et al., 2002; Etchevarne, 2003: 104), sugerem alguns dos diferentes momentos e condições do complexo jesuíta. Tratam-se de áreas de refugo de materiais construtivos, lixões domésticos e trechos de alicerces, que se intercalam e sobrepõe de maneira distinta (tanto espacial quanto pelo material construtivo utilizado) e que permitem perceber como parte deste espaço fora utilizado em diferentes momentos, em relação com a cidade.

Com os dados apresentados até então, parece existir um choque de ideais de ocupação de espaço – português e jesuíta – que possivelmente convergiriam em Salvador. Diante do exposto, estas observações sugerem alguns problemas:

- Que princípios de ocupação conduziram a formação da malha urbana da área administrativa da Salvador colonial?
- Teriam os Jesuítas construído um espaço físico, o colégio, com a finalidade exclusiva de atender demandas portuguesas?

A fim de verificar esta situação a hipótese central levantada e que, aqui, se observou, é que o Colégio dos Jesuítas, como símbolo¹² da Companhia de Jesus, proveu determinada organização na malha urbana de Salvador. Isto quer dizer que ele conduziu a formação do alinhamento das ruas de parte da área administrativa, impondo uma ordem

¹²“(…) it is also possible to view material culture as part of cultural expression and conceptual meaning. It is possible to go beyond the immediate physical uses and constraints of objects to the more abstract symbolic meanings” (Hodder, 1992: 11).

que atendesse sua demanda interna, muito embora estivesse inserido no projeto urbano de Portugal.

Para esta observação, a materialidade dos eventos (os dados arqueológicos e arquitetônicos) associada à história da cidade, parece demonstrar certos códigos simbólicos, expressos na forma¹³ da planta do prédio e na apropriação do espaço urbano, passíveis de serem recuperados, possibilitando uma revisão de parte da evolução física do colégio entre 1549 e 1760, em comunhão com a cidade de Salvador. Neste sentido, entender a lógica de formação citadina que norteou a elaboração da malha urbana de Salvador, bem como de construção do Colégio dos Jesuítas são os elementos principais deste estudo.

1.2- Procedimentos metodológicos

Levando-se em consideração os problemas identificados e a hipótese de trabalho sugerida, cabe apresentar algumas linhas mestras de observação do espaço do colégio em comunhão com o espaço da cidade. Para a abordagem metodológica que propusemos a pesquisa, adaptamos alguns pressupostos que nortearam as atividades de coleta e elaboração de dados, assim como o momento interpretativo. Esses pressupostos baseiam-se nas premissas explicitadas por Bruno Zevi (2000: 53-55), Nestor Goulart Reis (2000: 199-209) e José Garcia Lamas (1993: 35-54), para análises dos processos urbanísticos e leitura dos elementos arquitetônicos:

- O processo de formação da malha urbana é, antes de tudo, um processo social, que está representado pelas funções urbanas. Assim, cada elemento componente de um processo urbano é considerado apenas como parte de um sistema sócio global. Logo, o conhecimento da formação urbana implica no conhecimento do contexto em que se insere a urbe;

¹³ “(...) a forma (física) do espaço é uma realidade para a qual contribui um conjunto de factores socioeconômicos, políticos e culturais. Sem dúvida que a economia, ou as condições socioeconômicas de produção do espaço, se refletem profundamente na sua forma. Isto é muito importante. Mas a forma urbana é também, ou deverá ser, o resultado da produção voluntária do espaço. Entendo por voluntário um processo que, tomando em conta os objectivos de planeamento (econômicos, sociais, administrativos), os organiza e resolve utilizando os conhecimentos culturais e arquitetônicos sobre esse mesmo espaço e materializando-os através da sua FORMA” (Garcia Lamas, 1993: 26).

- A cidade pode ser entendida como um sistema estruturado de setores com funções diversas, que variam historicamente, em função de diferentes fatores internos e externos à dinâmica da urbe;
- O traçado de uma cidade é condicionado por tradições, de maneira que certos elementos seriam repetidos e, assim, passíveis de observação na malha urbana. Estas tradições poderiam estar representadas por planos, que deveriam ser impostas por alguns indivíduos;
- Os espaços, no processo de urbanização, constroem-se de forma hierarquicamente diferenciados. Estas diferenças hierárquicas revelam posições de caráter ideológico e social que mudam através do tempo;
- Nas cidades existia uma valorização espacial, que depende da posição e proximidade do local com relação ao centro de poder político, econômico ou religioso, a depender da sociedade ou do período histórico;
- Numa cidade as funções e as hierarquias espaciais expressam-se materialmente na abrangência da superfície ocupada, na morfologia, nos tipos de elementos tecnológicos e na natureza dos materiais empregados;
- Na estruturação da cidade os elementos estilísticos, arquitetônicos e urbanísticos, podem ser lidos como dados cronológicos, na medida em que representam transformações nas preferências e gostos dos moradores.

Com estas diretrizes, levando-se em consideração a cidade de Salvador apresenta características que parecem peculiares às cidades portuguesas e às cidades espanholas, além da própria ocupação jesuíta, cabe entender que princípios conduziram estas ocupações, que podem ser observados na conjunção da unidade jesuíta e da cidade portuguesa.

Assim, passaremos a apresentar um panorama acerca das cidades espanholas, das cidades portuguesas e dos colégios jesuítas da segunda metade do século XVI e primeira do século XVII, na América do Sul, que permitirão os primeiros elementos ao entendimento da realidade observada, apresentando conceitos e parâmetros a compreensão da espacialidade do Colégio dos Jesuítas em Salvador.

1.3- Estratégias de ocupação dos espaços das cidades e dos colégios

1.3.1- Urbanização das cidades sul americanas do século XVI e XVII

Ao se falar de urbanização das cidades da América do Sul no período colonial (especificamente do século XVI e XVII), estamos necessariamente falando de uma urbanização que seguia normas regidas pelos países da península ibérica. Ademais, ao falarmos de normas ibéricas, tratamos de dois modelos urbanos que apesar de guardarem semelhanças entre si, são muito distintos e, por isso, seguem regras específicas que atendiam os interesses e demandas das coroas espanholas e portuguesas. Trata-se de modelos que estão marcadamente diferenciados na idealização do espaço urbano a ser construído, na tramitação à construção do espaço, na escolha dos espaços de construção, na forma da malha urbana, na maneira pela qual estão organizadas e construídas as unidades funcionais (prédios, ruas, praças, etc) e na relação de significados impostas aos edifícios e à estruturação da cidade.

O intenso histórico de construção e re-construção de cidades na península ibérica, ao longo da história de ocupação europeia, fez com que a partir do século XV quase nenhuma cidade fosse fundada naquele território¹⁴ (Munford, 1965; Centurião, 1999: 121). Desta maneira, apesar de ser idealizado pelos espanhóis e portugueses e deles obter maior parte dos fundamentos para construção das cidades, o que estará ocorrendo em termos urbanísticos na América do Sul distingue-se do que ocorreu na Europa. Assim, os acontecimentos do Novo Mundo irão se configurar como algo novo, baseado nas experiências adquiridas ao longo da história do processo de construção de cidades na Europa. Além disto, também se baseariam nas demandas e experiências particulares no Novo Mundo.

Estas estratégias de ocupação de espaços consagraram os acordos firmados entre os países europeus, materializando a posse do território a partir da construção de cidades. Por isso, simbolizando o domínio das terras por aqueles que nela assentaram bases. Cabe então demonstrar quais as diretrizes que nortearam ambos os modelos, com o fim de

¹⁴ Luiz Centurião irá informar que durante o século XVI a fundação de cidades na América era feita pelos conquistadores e, posteriormente, durante o século XVII pelos governantes. Isto significa que ao longo do processo de construção das cidades, o processo de fundação foi sendo burocratizado (1999: 122).

angariar os elementos necessários ao entendimento da construção de uma unidade jesuíta na Salvador colonial que se formava.

1.3.1.1- Modelos das cidades espanholas

Em se falando de modelos urbanísticos regidos pelos países ibéricos, cabe demonstrar quais as diretrizes de ocupação impostas, primeiro, pela Espanha. Conforme preconiza Ramón Gutierrez, as cidades espanholas levaram em consideração à sua construção as experiências do conquistador, os modelos teóricos do renascimento (imagem 1), os modelos da antiguidade romana, os princípios da cidade cristã e, sobretudo, a prática de fundação de cidades na América, re-elaborada e transferida a normativa¹⁵ (1983: 77).

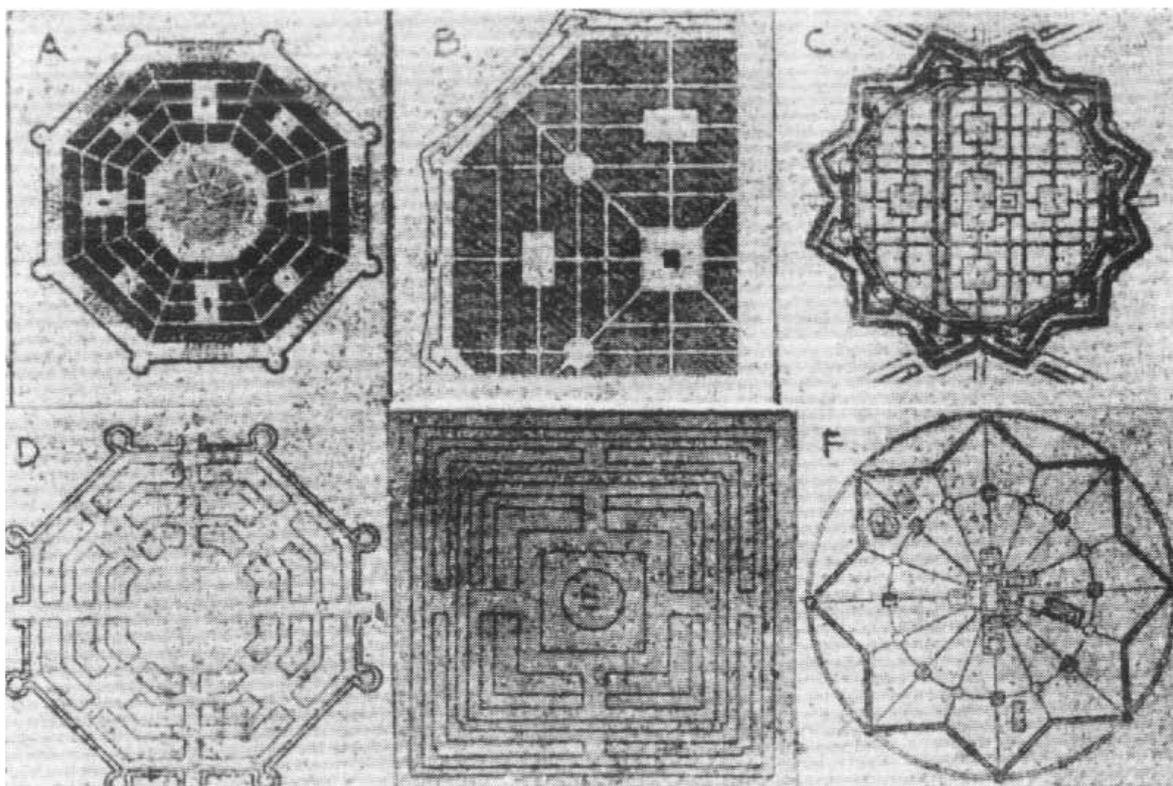


IMAGEM 1: Modelos teóricos de cidades regulares da renascença ("plantas de cidades ideais"). Exemplos: a) segundo Vitruvius (na interpretação de Galiani); b) segundo Vasari; c) segundo Scamozzi; d) segundo Giorgio Martini; e) segundo V. Andrea; f) segundo Filarete (Santos, 2001: 40).

¹⁵ "(...) *el español se proyecta na América como síntesis y ante la magnitud de la empresa, genera una respuesta que incorpora algunas variables y experiencias, descarta otras y crea un modelo ordenador capaz de dar unidad formal y estructural a la ocupación territorial*" (Gutierrez, 1983: 77).

Por sua vez, Luiz Centurião sintetiza as diversas influências apresentadas por Gutierrez ao afirmar que “*Esse processo de construção de um mundo moderno nas terras da América, assinalando seu ingresso na história ocidental e obedecendo à sua lógica intrínseca, incorporou elementos aparentemente díspares, oriundos das mais diversas tradições, e os integrou num sincretismo global*” (1999: 118). “*Nem espanhola nem indígena, e tampouco a soma de ambos, mas uma outra realidade, nova e diferenciada, algo barroca, algo renascentista e algo indígena, porém irredutível a qualquer uma dessas formas ou à soma delas, uma realidade com seu próprio modo de ser, nunca antes existente, assim foi a cidade hispano-americana, como também assim foi a sociedade que começou a forjar-se no novo mundo a partir do século XVI*” (Ib.: 135).

Como fica claro, este sincretismo propalado por Centurião leva em sua estrutura diversas influências à formação da cidade hispano-americana que passaremos a entender. Dentre as experiências do conquistador, tem-se a existência de um modelo prévio, adaptável a qualquer local, regulado por um documento que trazia as normas à forma e a organização dos espaços, chamado de “*Ordenanzas de Población*”¹⁶, datadas de 1492 a 1573 (Gutierrez, 1983: 77). Posteriormente, em 1681, estas ordenanças foram incorporadas às “*Leyes de Índias*”¹⁷ (Ib.: 79), que exerceu influência à fundação de cidades até o século XIX (Centurião, 1999: 124). Deste documento, no que se refere expressão física da ocupação dos espaços, temos no livro IV, título VII (*De la población de las Ciudades*), *ley I*, que fornece os ditames de como deveria ser o local adequado à ocupação, no mar e em terra, bem como deveria ser a relação dos espaços naturais com os culturais:

“En la costa del mar sea el sitio levantado, sano y fuerte, teniendo consideración al abrigo, fondo y defensa del puerto, y si fuere posible no tenga el mar al mediodía, no poniente: y en estas, y las demás poblaciones la tierra adentro, elijan el sitio de los que estuvieren vacantes, y por disposición nuestra se pueda ocupar, sin perjuicio de los indios y naturales, o con su libre consentimiento: y cuando hagan la planta del lugar, repártanlo por sus

¹⁶ Modelo ordenador e coerência planificada da ação de Felipe II (Gutierrez, 1983: 77).

¹⁷ As “*Leyes de Índias*” traziam normas para todos os empreendimentos espanhóis no novo mundo e no comércio com as Índias, que regulavam desde aspectos ideológicos às ações práticas. Para a questão urbanística, particular interesse tem o livro IV, título VII (*De la población de las Ciudades*), a lei a que se associam os nomes de Carlos II, da rainha governadora e de Felipe II, com as primeiras disposições datando de 1523: lei VIII, lei IX e lei X (Santos, 2001: 44).

plazas, calles, y solares a cordel y regla, comenzando desde la plaza mayor, y sacando desde ella las calles e las puerta y caminos principales, y dejando tanto compás abierto, que aunque la población vaya en gran crecimiento, se pueda siempre proseguir y dilatar en la misma forma. Procuren tener el agua cerca, y que se pueda conducir al pueblo y heredades, derivándola si fuere posible, para mejor aprovecharse de ella, y los materiales necesarios para edificios, tierras de labor, cultura y pasto, con que excusarán el mucho trabajo y costas, que se siguen de la distancia. No elijan sitios para poblar en lugares muy altos, por la molestia de los medianamente levantados, que gocen descubiertos los vientos del Norte y Mediodía: y si hubieren de tener sierras, o cuevas, sean por la parte de Levante y Poniente: y si no se pudieren excusar de los lugares altos, funden en parte donde no estén sujetos a nieblas, haciendo observación de lo que más convenga a la salud, y accidentes, que se pueden ofrecer: y en caso de edificar a la ribera de algún rio, dispongan la población de forma que saliendo el Sol dé primero en el pueblo, que en el agua.” [sic]¹⁸

Como pode ser ver, esta passagem das *Leyes de Índias* traz as normas gerais da macro ocupação do espaço, especificando como deveria ser o território para o assentamento da cidade, levando-se em consideração, sobretudo, a proteção e a subsistência. Deste trecho, ressaltamos: 1) o interesse que a cidade fosse assentada em áreas com topografia elevada em solo firme, seja para a proteção dos agentes naturais ou defesa da cidade e do porto (com mar voltado para o poente); 2) o conhecimento prévio da área, a partir das experiências alheias, uma vez que as cidades poderiam ocupar áreas indígenas (aqui, tem-se como implícito a proximidade de água, áreas de cultivo e coleta de materiais para edificação); 3) a necessidade de uma planta prévia à cidade, que levasse em consideração o seu crescimento partindo de um eixo central que saia da praça maior (“*plaza mayor*”), de onde poderiam ser projetadas as áreas para solares, igreja, ruas, caminhos, etc, obedecendo a uma organização regular em quadra (“*cordel y regla*”), prevendo-se, aqui, a possibilidade de crescimento da cidade por adição de novas quadras (“*siempre proseguir y dilatar en la misma forma*”).

Além destes trechos, outras passagens das *Leyes de Índias*, igualmente, trazem normas de ocupação do espaço. Referimos-nos especificamente a *ley VIII*, que determina

¹⁸ <http://www.congreso.gob.pe/ntley/leyindiap.htm>, acessado em fevereiro de 2005. Trata-se do site oficial do Arquivo Público do Peru, que constam os arquivos digitais dos textos das *Leyes de Índias*.

quem e como poderiam estar ocupando os espaços citadinos, centrando especial atenção às unidades religiosas e sua relação com os prédios circundantes:

“En lugares mediterráneos no se fabrique el templo el la plaza, sino algo distante de ella, donde esté separado de otro cualquier edificio, que no pertenezca a su comodidad y ornato y porque de todas partes sea visto y mejor venerado, esté algo levantado del suelo, de forma que se haya de entrar por gradas y entre la plaza mayor y templo se edifiquen las casas reales, Cabildo, o Concejo, aduana, y atarazana, en tal distancia, que autoricen al templo, y no le embaracen, y en caso de necesidad se puedan socorrer, y si la población fuere en costa, dispóngase de forma que en saliendo de mar sea visto, y su fábrica como defensa del puerto, señalando solares cerca de él, y no a su continuación, en que se fabriquen casas reales, y tiendas en la plaza para propios, imponiendo algún moderado tributo en las mercaderías: y asimismo sitios en otras plazas para iglesias parroquiales y monasterios, donde sean convenientes.” [sic]¹⁹

Neste trecho da *Leyes de Índias* os aspectos ligados a organização interna das cidades imperam, as relações hierárquicas dos edifícios e dos espaços, que chamamos a atenção: 1) a importância de que a igreja estivesse na praça, centro da cidade, em lugar exclusivo, para que fosse bem visível, tanto para quem estivesse na cidade, quanto para quem estivesse na vida comercial, no caso aqui, no porto; 2) que os edifícios principais da cidade (“*casas reales, Cabildo, o Concejo, aduana, y atarazana*”) estivessem entre o templo e a praça maior, sem, contudo, concorrer estilístico/espacialmente com o templo. Ainda, nota-se nesta passagem das *Leyes de Índias* àquilo que Gutierrez chamou de “*estratificação social concêntrica*” (1983: 101), na medida que o centro da cidade, determinado pela praça maior, estará ocupado pelo “*poder político, eclesiástico e marcial*” e no porto, próximo, mas, à margem do centro, “*toda vida econômica de comércio e manufatura*” (Agostinho, 1996: 11); ao redor ou nas margens da área administrativa, ficam os prédios destinados à classe intermediária, que perpassa entre os mais pobres e os mais ricos; à margem destes, mais distante da área administrativa, vive a população destituída de capital monetário.

¹⁹ <http://www.congreso.gob.pe/ntley/leyindiap.htm>, acessado em fevereiro de 2005

Ainda, no que concerne ao uso e ocupação do solo da cidade espanhola, especial atenção fará as *Leyes de Índias* a praça maior (*ley IX*), de onde deverá começar a povoação, e a ruas (*ley X*), de onde partirão todos os eixos à divisão regular²⁰ da cidade:

*“La plaza mayor donde se ha de comenzar la población, siendo em consta de mar, se debe hacer al desembasadero del puerto, y si fuere lugar mediterráneo, en medio de la población: su forma en cuadro prolongada, que por lo menos tenga de largo una vez y media de su ancho, porque será mas a propósito para las fiestas de caballo y otras: su grandeza proporcionada al número de vecinos, y teniendo consideración a que las poblaciones pueden ir en aumento, no sea menos, que de doscientos pies en ancho y trecientos de largo, ni mayor que ochocientos pies de largo, y quinientos y treinta y dos de ancho: de la plaza salgan cuatro calles principales, una por medio de cada costado; y además de estas, dos por cada esquina: las cuatro esquinas miren a los cuatro vientos principales, porque saliendo así las calles de la plaza no estarán expuesta a los cuatro vientos, que será de mucho inconveniente: toda en contorno, y las cuatro calles principales, que de ella han de salir, tengan portales para comodidad de los tratantes, que suelen concurrir; y las ocho calles que saldrán por las cuatro esquinas, salgan libres, sin encontrarse en los portales, de forma qua hagan la acera derecha con la plaza y calle”*²¹

“En lugares fríos sean las calles anchas, y en los calientes; y donde hubiere caballos convendrá que para defenderse en las ocasiones sena anchas, y se dilaten en la forma susodicha procurando que no lleguen a dar en algún inconveniente, que sea causa de afear lo reedificado, y perjudique a su defensa y comodidad” [sic]²²

Desta maneira, podemos entender que a praça e as ruas conformariam os princípios básicos para a determinação da malha urbana, condicionando os espaços passíveis a ocupação, em oposição aos espaços vazios, e conferindo a cidade um aspecto regular, nas proporções e distribuição das unidades funcionais. Desta maneira, a praça, centro da cidade e local dos edificios dominantes, conjugaria os diversos espaços

²⁰ No Brasil a noção de regular é retilínea e apenas vai ocorrer depois da Independência (Santos: 2001: 18). *“A cidade regular em xadrez do Renascimento encontrou lugar na América nas áreas durante a colonização espanhola”* (Ib.: 41). Esta noção de regular em xadrez propalada por Paulo Santos pode ser chamada, de maneira mais precisa, de reticular.

²¹ <http://www.congreso.gob.pe/ntley/leyindiap.htm>, acessado em fevereiro de 2005

²² <http://www.congreso.gob.pe/ntley/leyindiap.htm>, acessado em fevereiro de 2005

cidadinos, na medida em que nas ruas ocorreriam as atividades cotidianas e, inevitavelmente, estariam ligadas formalmente à praça²³. Neste sentido, as ruas seriam conseqüência da construção da praça, de maneira que entendê-la dissociada deste espaço seria limitado.

Por outro lado, a escolha de áreas planas auxiliaria neste processo, uma vez que para se construir uma cidade regular, cuja praça maior, central, seria a diretiva máxima de onde a cidade cresceria logicamente para os outros lados, é mais fácil (Centurião, 1999: 124). Este alinhamento regular das ruas, com planificação rigorosa, obedecendo a uma composição simétrica invariável, distribuídas em quadra e numa área plana, será chamado de “planta em xadrez” (imagem 2) (Santos, 2001: 41)²⁴ ou reticular.

Se, por um lado, as *Leys de Índias* determinavam como assentar, construir, crescer, proteger, explorar e subsistir, por outro, temos as experiências particulares no Novo Mundo que, igualmente, dariam a devida contribuição à formação das cidades hispano-americanas²⁵. Uma das experiências que podem se ter como mais concreta é o fato da existirem espaços sem limites, vazios, que permitiriam soluções distintas a ocupação espacial, sem impedimentos a expansão (Centurião, 1999: 119; Gutierrez, 1983: 79). Quaisquer tipos de solução em planta prévia seriam bem adaptados, uma vez que não existiriam limites à ocupação. Ademais, facilitou a amplitude de certos elementos do traçado urbano, a exemplo da praça. Esta dita liberdade de aproveitamento espacial que permitia o território americano, possibilitou uma melhor adequação das áreas de ocupação urbana e, complementarmente, à rural, provendo as ditas cidades semi-agrícolas ou cidades territórios (Ib.: 120)²⁶. Por isso, o território e suas potencialidades adaptativas, por si só, irão conformar a maior das experiências a ocupação cidadina no Novo Mundo.

²³ De acordo com afirmativa de Ramón Gutierrez, o desenho prévio com a praça maior como núcleo de onde partem as ruas faz parte das raízes renascentistas da cidade (1983: 79).

²⁴ “Geralmente, as cidades espanholas do novo mundo eram formadas, a partir do centro, por quarteirões quadrados ou retangulares, e a praça central era obtida pela supressão de um desses quarteirões” (Centurião, 1999: 126). Além destes parâmetros, tem-se conferido importância ao tipo de material de construção disponível nos primeiros tempos, pois, estes determinarão a qualidade dos prédios a sediar a cidade (Ib.: 124).

²⁵ Na América se atendiam as condições do próprio meio e as teorias e experiências peninsulares; misturam antigas e novas experiências (Gutierrez, 1983: 78).

²⁶ De acordo com Luiz Centurião, esta regularidade no traçado raramente poderia ser encontrada nas cidades européias, pois, só pode ser compreendida no Novo Mundo, uma vez que nestas áreas não existiam impedimentos a sua planificação (1999: 126). Exceção única deve ser feita nas cidades cujo assentamento foi feito em áreas de cidades indígenas, nos Andes, haja vista que o traçado destas cidades indígenas seria, de certa maneira, preservado no momento da ocupação espanhola (Centurião, 1999: 126).

A introdução da mão-de-obra indígena, por sua vez, também irá dar a devida contribuição a formação dos núcleos iniciais, sobretudo na formação das casas de pau-a-pique (taipa de mão ou de sopapo) e o uso de palhas para cobertura dos primeiros edifícios.

Com todas estas distinções, de acordo com a forma de sua malha, metodologicamente as cidades hispano-americanas serão entendidas como: 1) modelo clássico, cuja praça maior seria central ou excêntrica, com governo e poder central situados ao seu redor; 2) modelo regular, que leva em consideração as normas do modelo clássico, mas, com menor rigidez; 3) modelo irregular, na área de portos, povoados que nasceram sobre cidade indígenas dos Andes e em centros de mineração; 4) modelo radial, que cresce regular com forma trapezoidal; e, por fim, 5) aglomeração urbana sem modelo definido, que não chegam a configurar cidades com importância (Centurião, 1999: 129). Além do traçado, funcionalmente estas cidades iriam ser militares, comerciais, evangelizadoras, semi-agrícolas, ou a associação destes modelos, dependendo do uso e interesse conferidos aos diferentes espaços da colônia (Ib.: 136-137).

Esta organização citadina transformaria a cidade espanhola não apenas num local destinado aos negócios, mas, formaria cidades com a intenção de crescer e conformar núcleos urbanos permanentes. Isto é passível de observação pela forma rígida que se organizavam os núcleos, prevendo continuidade lógica de crescimento. Por isso, como demonstra Centurião, “*O princípio de ocupação é muito claro, possuir o espaço e as suas riquezas*” (1999: 119).

Para ilustrar a existência de regularidade e por vezes rigidez do modelo das cidades espanholas na América do Sul, excetuando-se as cidades andinas, a fim de ilustrar aquilo que vimos demonstrando, segue uma planta de uma cidade hispano-americana, Buenos Aires:



IMAGEM 2: Planta de Buenos Aires, em 1583. Planos de cidades ibero-americanas e Filipinas existente no Arquivo de Índias, em Sevilha. Apesar de parecer parte da planta, trata-se dela inteira. As quadras cortadas demonstram a possibilidade de expansão obedecendo à modulação regular (Santos, 2001: 42).

1.3.1.2- Modelos das cidades portuguesas

Além das cidades fundadas pela Espanha, outro modelo de cidades ocorridas na América do Sul durante o século XVI e XVII, especificamente no território brasileiro, é determinado pelos portugueses. O modelo das cidades portuguesas implantado no Brasil segue a própria lógica de ocupação estabelecida nas cidades portuguesas instaladas em Portugal, as experiências vividas durante a expansão marítima na África e na Índia e, bem como nas colônias espanholas, da realidade encontrada no Novo Mundo. Tendo em vista que estas cidades²⁷ nasciam com o sentido de conferir, sobremaneira, proteção às terras coloniais exploradas pelos lusitanos, a sua construção seria orientada no sentido de atender as necessidades militares; ou seja, o plano urbanístico seria direcionado, primordialmente, pelo sistema de fortificações; obedeceria ao plano defensivo (Habsburgo, 1996: 9).

²⁷ Naturalmente, antes do sistema de fundações de cidades no Brasil, ocorreram os primeiros núcleos ocupacionais compostos pelas feitorias, capitanias e sesmarias, para, só então, as vilas e cidades, que se iniciariam em 1549 com a fundação de Salvador (Centurião, 1999: 181-210).

Não obstante esta orientação defensiva, as cidades portuguesas na América do Sul assemelham-se às cidades portuguesas da metrópole, a exemplo de Coimbra, de Porto e de Lisboa, desde a escolha da área, distribuição dos espaços arquitetônicos (igrejas e conventos, edifícios públicos, solares, comércios, porto, etc.), até, como já referendamos, o plano de defesa (Ib.). Neste sentido, o princípio básico de ocupação seria regido pela oposição da cidade em dois setores: alto e baixo. Esta divisão topográfica iria conferir proteção militar, necessária as cidades portuguesas, e garantir as atividades comerciais e portuárias; isto é, dividir as áreas destinadas a trabalhos braçais (as áreas de serviços) e as áreas destinadas ao poder central, ao mesmo passo que proteção do empreendimento português (Agostinho, 1996: 11-12). Em última instância, esta oposição iria hierarquizar o espaço citadino, legitimando imponência e segurança àqueles que estariam ocupando o alto e subordinando material e simbolicamente os que estavam no baixo. A área alta da cidade seria destinada às ocupações cívicas, religiosas e residenciais e a área baixa ao porto, indústrias, engenhos e trapiches (Gutierrez, 1983: 100).

A implantação das cidades mais orientadas pelo plano defensivo do que qualquer ideal de planificação urbana conduziria o crescimento da malha da cidade sem proporções regulares, no que se refere à simetria. Tendo em vista que as fortificações executadas por Portugal tinham estreita relação com o meio geográfico e marinho e/ou fluvial, as cidades cresceriam margeando a costa ou os rios navegáveis, acompanhando as deformidades do relevo, seguindo os aclives e declives topográficos²⁸. Desta maneira, a cidade seria executada com aspecto imperfeito, no que concerne a lógica de simetria.

Em suma, o fato de ter que seguir o plano de fortificação acabaria orientando o crescimento da cidade com a malha simetricamente irregular²⁹ (Imagens 4, 5, 6, 7 e 8). Esta lógica supostamente imperfeita, ou, como diria Sérgio Buarque de Holanda,

²⁸ Gutierrez diria que nas cidades portuguesas da América do Sul a topografia teria uma grande força na estruturação das ruas e das casas (1983: 100).

²⁹ Ao debater esta irregularidade na malha urbana nas cidades portuguesas, Paulo Santos iria dizer que “*Dentre os comentadores que mais claramente se definiram sobre os acertos ou desacertos dos portugueses na construção de cidades no Brasil Colonial, assinalam-se três grupos principais. No primeiro, estão os que consideram tais cidades como não chegando a contradizer o quadro da natureza, exprimindo bem o desleixo do povoador. No segundo, estão os que encaram com complacência, como exprimindo soluções de canhestra ingenuidade do colono. No terceiro grupo estão os que consideram um progresso as cidades construídas com traçados regulares. Nós aspiramos a pertencer a um quarto grupo, partindo do princípio de que a sedução que as cidades de plano informal despertam no homem moderno, e vai ao ponto de as guindarem às altitudes de monumentos nacionais, resulta da genuinidade dessas cidades como expressão sincera de vida, e da sua autenticidade como interpretação de um sistema de conceitos urbanísticos cujas raízes recuam até os obscuros tempos da Idade Média peninsular – mulçumana a cristã*” (2001: 76).

“desleixada” (1995 [1936]: 62), imputaria à cidade portuguesa o rótulo de crescimento espontâneo, uma vez que as ruas iam se formando a medida que novas casas iam sendo construídas (Gutierrez, 1983: 99). Outra visão de crescimento espontâneo é a de que não se cogitou fundá-las, simplesmente nasceram, sem a aprovação da metrópole (Santos, 2001: 49). Apesar disto, não se exclui que a cidade portuguesa detivesse uma praça central, onde estaria o poder administrativo e eclesiástico, e, conseqüentemente, uma estratificação social concêntrica (Gutierrez, 1983: 101). Como aborda Paulo Santos:

“As praças no Brasil Colonial eram o centro de reunião da vida urbana, em que se realizam as cerimônias cívicas e toda sorte de festividades, religiosas e recreativas, e serviam ainda aos mercados e às feiras. Nelas se localizavam os edifícios principais, que mais enobreciam a cidade: a casa de Câmara e cadeia, a casa dos Governadores, a igreja matriz” (Santos, 2001: 72).

De qualquer forma, as praças refletiam o traçado da cidade na qual estavam inseridas, por isso, igualmente irregulares (imagem 3).

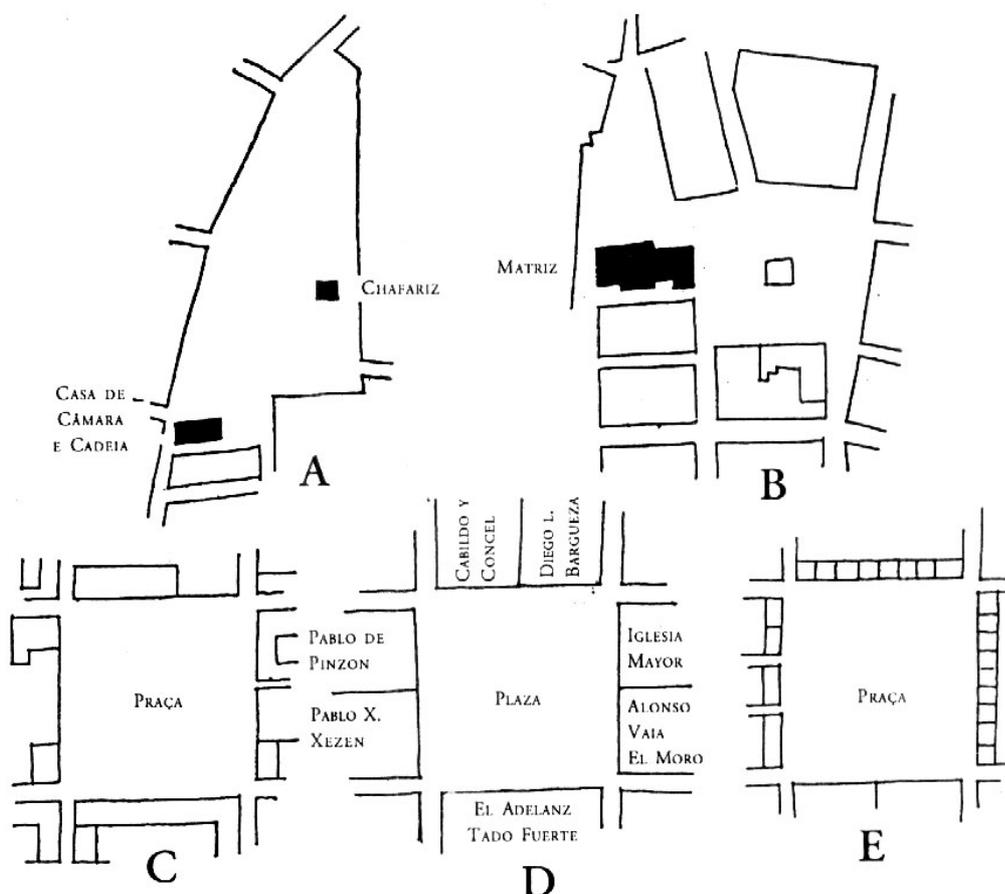


IMAGEM 3: Comparação de praças informais com as regulares, no Brasil colonial e Argentina: a) a praça principal de Vila Boa de Goiás; b) a praça principal de Cuiabá; c) a praça principal de Vila Bela; d) a praça principal de Buenos Aires; e) a praça principal de Mazagão (Santos, 2001: 75).

Por outro lado, esta imperfeição no traçado é determinada pelo fato das cidades portuguesas do século XVI e XVII não levarem em consideração na sua implantação nenhum projeto que orientasse a maneira pela qual os prédios ocupariam os territórios. Estas cidades, na maioria das vezes, nasciam de intenções imediatas da Coroa Portuguesa, que determinava suas construções numa faixa de território que necessitasse de proteção (Ib.: 99). Como as normas para estas cidades seguiam as cartas régias, que apenas determinavam a ordem de fundação da cidade, geralmente a escolha do núcleo inicial e a instalação ficavam a cargo de seus fundadores, sendo que o único critério a ser observado e prescrito na norma é que o sítio escolhido assegurasse a proteção do território e o fácil escoamento de mercadorias. As cartas régias ou regimentos, não chegavam a configurar leis urbanas, senão apenas a ordem de assentamento em um determinado sítio e, por isto, não representariam um código jurídico específico para o Brasil. Ao contrário disto, as “Ordenações das Índias” funcionariam como código jurídico para todas as cidades da América espanhola. A legislação vigente para o Brasil era a mesma de Portugal, isto é, as “Ordenações do Reino” que, quando da elaboração do regimento, eram as “manuelinas” (Brandão, s/d: 157).

Tendo em vista que o interesse inicial seria mais proteger o território do que fundar núcleos citadinos sólidos e com plano de crescimento, a cidade funcionaria mais como entreposto comercial do que como núcleo urbano. Portanto, trata-se de cidade funcionalmente feita para atender as demandas mercadológicas de Portugal, os interesses financeiros (Ib.: 119). Este fator opõe o ideal de cidade portuguesa ao ideal espanhol. E, assim sendo, os núcleos portugueses tenderam a se manter mais no litoral atlântico, com crescimento lento (Centurião, 1983: 181)³⁰. Isto pode ser visto, por exemplo, na própria orientação de certos edifícios, que teriam mais relação com as áreas navegáveis do que com a cidade, como o caso das igrejas Sé, que estariam voltadas para o mar ou para os rios navegáveis, conferindo imponência à área em que estava situada, com o prédio da igreja no setor mais alto. Além de ser um marco notável e plenamente visível a distância, registrando o setor de domínio português.

³⁰ “(...) não foi possível a interiorização dos primeiros núcleos de povoamento mas, pelo menos, a ocupação do extenso litoral atlântico ficou em parte garantida” (Centurião, 1999: 181). “(...) a fixação e o incrustamento no litoral foi sempre uma característica da expansão lusitana, por todas as partes por onde se deu. Os espanhóis na América, pelo contrário, poucos anos após sua fixação (...) passariam a explorar as terras americanas (...)” (Ib.: 182). Assim, “(...) entre o mar e o sertão, na faixa litorânea, espremeram-se as povoações portuguesas” (Ib.: 189).

Esta carência de uma urbanização que previsse e desejasse o crescimento das cidades, pela falta de um projeto, as tornaria demasiadamente assimétricas³¹, dando margem a soluções particulares, adequando certos prédios às esquinas irregulares e ao relevo do terreno (Gutierrez, 1983: 100). Esta relativa liberdade criativa, que culminaria em soluções particulares, e a falta de um plano de crescimento urbano, além do título de crescimento espontâneo, fariam que os núcleos ocupacionais portugueses fossem chamados, na literatura da área, de informal³² ou de traçado irregular (Gutierrez, 1983: 101; Santos, 2001: 17). Mas, ainda que detenha estas características relativamente frouxas de instalação e crescimento, não é possível entender que não tivesse havido um processo urbano na formação das cidades portuguesas.

Além dos ditames observados pela lógica portuguesa de ocupação citadina, fatores ambientais, a exemplo da proximidade de rios, água potável e a terras produtivas, seriam imperativos³³. Bem como ocorre nas cidades espanholas, as cidades portuguesas se instalariam onde antes houve núcleos indígenas, em razão de se ter, previamente, determinadas as condições ambientais necessárias à subsistência humana (água potável, firmeza do terreno, solos agricultáveis, etc.). Além disto, os terrenos livres, sem impedimento, também favoreceriam a certas soluções na criação da cidade.

Com estes parâmetros, metodologicamente poderíamos entender o traçado das cidades portuguesas como: 1) traçados inteiramente irregulares; 2) traçados de relativa regularidade; 3) traçados que inicialmente foram irregulares, sendo depois refeitos para adquirirem perfeita regularidade; 4) traçados perfeitamente regulares (nesta última categoria se incluem as colônias militares em geral e as aldeias de índios, quando projetadas pela engenharia militar) (Santos, 2001: 58-59). Todavia, tendo em vista o período que abordamos a análise, certos tipos de traçado ainda não eram presentes. Como exemplo, os traçados regulares só vão se fazer mais presentes a partir do século XVIII, quando se prima pelos traçados ortogonais (Ib.: 71).

³¹ Um das justificativas para a assimetria das ruas das cidades portuguesas é que estas nasciam em função da instalação das casas e não o inverso (Gutierrez, 1983: 100).

³² Trata-se de uma combinação esdrúxula, que leva como aspecto principal a cidade a desordem; inexistência de traçado prévio ou idéia diretriz (Santos, 2001: 17-18).

³³ As vilas e povoações portuguesas instaladas na América seguiriam “(...) o modelo de grande propriedade monocultora (...)” (Centurião, 1999: 200).

Ademais, Paulo Santos ainda iria propor uma séria de divisões às cidades brasileiras ao longo dos séculos, dentre as quais aquele modelo que abrange o período e características que estamos tratando é as “*cidades de afirmação de posse e defesa da costa e cidades do litoral em geral*”³⁴. Estas cidades seriam fundadas nos dois primeiros séculos, do extremo norte ao extremo sul, “*(...) a maioria das quais tendo tido como base econômica principal do açúcar, outras não passando de praças-fortes, cuja localização dependeu quase exclusivamente de conveniências estratégicas*” (Santos, 2001: 81).

Enfim, a lógica de ocupação das cidades portuguesas da segunda metade do século XVI e primeira metade do século XVII parece demonstrar que o interesse de ocupação das terras de Novo Mundo era feito apenas no sentido de sitiar o território oficialmente. Desta maneira, o investimento maior não seria destinado a construção da cidade, mas, retornaria a Portugal, uma vez que as cidades coloniais funcionariam mais como entreposto comercial do que reduto ocupacional. Assim, a cidade teria crescimento lento, se comparado com aquelas fundadas pela Espanha.

A fim de exemplificar sobre as características anteriormente dissertadas, sobretudo a suposta irregularidade no traçado urbano, seguem exemplos de cidades portuguesas fundadas em terras brasileiras até a primeira metade do século XVII:



IMAGEM 4: “*Prespectiva de Pernambuco como se mostra olhado do Mar desta até A Barreta [Recife]*”, de autoria de Diogo de Campos Moreno, datada de 1609. O povoado a esquerda é Recife e a direita Olinda, ambas fundadas por volta da metade do século XVI. Original encontrado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa (Reis, 2000: 72/327).

³⁴ A divisão de Santos classificaria as cidades como: 1) cidades de afirmação de posse e defesa da costa e cidades do litoral em geral (XVI e XVII); 2) cidades de conquista do interior, em que se incluem as do bandeirismo e da mineração (XVIII); 3) cidades de penetração rumo às fronteiras oeste e sul (XVIII); 4) cidades do café (XIX); 5) cidades da borracha (XIX e XX); cidades da indústria (XX) (2001: 81).



IMAGEM 5: Planta de Olinda, datada de 1630, encontrada em Algemeen Rijksarchief, Haia (Reis, 2000: 83/331).



IMAGEM 6: “Planta da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, Com suas Fortificações”, de autoria do Brigadeiro João Massé, datada de 1714. Rio de Janeiro é fundada na segunda metade do século XVI. Original encontrado no Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa (Reis, 2000: 165/361).



IMAGEM 7: “Planta da Villa da Vistoria”, de autoria atribuída a José Antônio Caldas, datada de 1767. Vitória tem fundação datada de 1551. Original encontrado no Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro (Reis, 2000: 149/355).

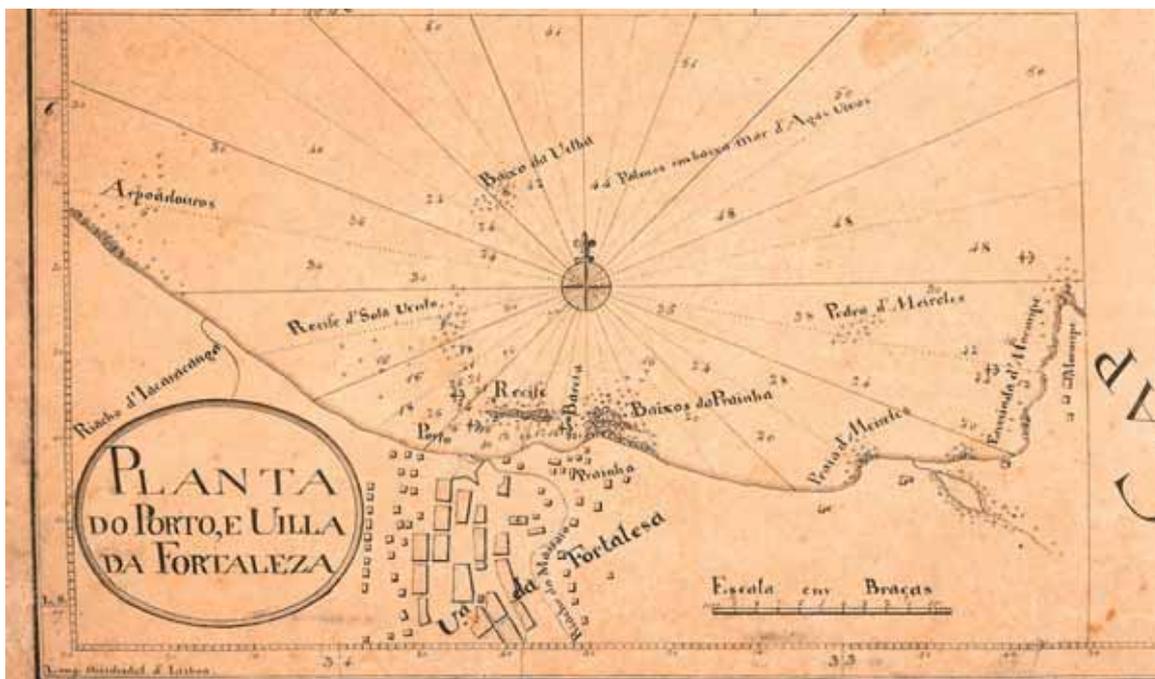


IMAGEM 8: “Planta do Porto, e Villa da Fortaleza”, de autoria de Antônio José da Silva Paulet, datada de 1813. Fortaleza foi fundada entre 1621 e 1631. Original encontrado na Mapoteca do Itamarati, Ministério do Exército (Reis, 2000: 133/351).

1.3.2- Ocupação jesuíta na América do Sul: o caso dos colégios

Os estudos relacionados a espacialidade dos colégios jesuítas tendem a observar este fenômeno pela égide da ocupação do prédio, observando a relação entre colégio e malha urbana de maneira passiva, quando apenas o colégio ocupa um setor da cidade. Contrariando esta idéia, em nossa ótica a relação entre colégio e cidade se afigura dialética, em que os diferentes interesses de formação do espaço da cidade, tanto português quanto jesuíta, convergem, tendo expressão física na malha urbana. De acordo com Brandão:

“Um dos aspectos mais instigantes a respeito da ação da Companhia de Jesus no Novo Mundo é quanto ao diferente rumo que tomou a sua ação missionária no Estado do Brasil em relação à América espanhola. Arqueologicamente, ela é expressa, principalmente, quanto à espacialidade, não só em relação à construção de espaços missioneiros diferenciados como também na articulação dessas estruturas missionárias com o macro espaço colonial” (Brandão, s/d: 147).

Então, cabe entender como seria esta propalada expressão espacial que deveria reger a instalação e construção de uma unidade jesuíta numa cidade. Conforme expõe Lúcio Costa, ao estudo de qualquer arquitetura deve-se levar em observância como se comportam o “*programa arquitetônico*”, a “*técnica construtiva*”, o “*partido*”, a “*comodulação*” e a “*moderatura*”³⁵. Todavia, em decorrência que os dados disponíveis para esta pesquisa referem-se, na maioria dos casos, a alicerces, nem sempre respostas referentes ao partido a comodulação e a moderatura serão passíveis de observação.

Assim sendo, passemos a observar que fatores conduziriam a implantação de uma unidade jesuíta numa cidade. No que concerne a instalação do colégio³⁶, seria necessário se observar aspectos que iniciavam na escolha do sítio. Para que o local fosse

³⁵ “Quando se estuda qualquer obra de arquitetura, importa ter primeiro em vista, além das imposições do meio físico e social, consideradas no seu sentido mais amplo, o “programa”, isto é, quais as finalidades dela e as necessidades de natureza funcional a satisfazer; em seguida, a técnica, quer dizer, os materiais, e o sistema de construção adotados; depois o “partido”, ou seja, de que maneira, com a utilização dessa técnica, foram traduzidas, em termos de arquitetura, as determinações daquele programa; finalmente a “comodulação” e a “moderatura”, entende-se por isto as qualidades plásticas do edifício” (Costa, 1978 [1941]: 17)

³⁶ Aqui, tratamos da relação que há entre o colégio e o meio no qual ele está inserido, levando em consideração a formação da cidade e os aspectos naturais de sua inserção no ambiente (topografia, distância de cursos d’água, etc).

apto ao assentamento de um colégio, deveria estar junto, ou próximo, de um leito pluvial ou de um porto marítimo, pois, a viagem dos padres visitantes e provinciais era feita quase exclusivamente a partir da navegação. Além das questões ligadas ao transporte, também seria imperativa a possibilidade de escoamento da produção jesuíta, em suas reduções próximas a cidade (Oliveira, 1988: 34 e 38).

Um segundo aspecto refere-se a topografia. Para que o terreno fosse adequado ele deveria estar no alto de um morro, ou numa elevação, com solo firme, passível a sustentação de construções grandes e sólidas. Este fator facultaria aos jesuítas vigilância do entorno e, conseqüentemente, defesa. Além disso, permitiria acompanhar as ações empreendidas pelo poder local, além de impor o edifício como símbolo da Companhia de Jesus, visível a quem por água chegasse; traduziria, material e simbolicamente, sua impotência e força (Ib.: 34-35).

No que se refere à inserção do colégio na cidade³⁷, este deveria se inserir num local privilegiado no centro das atividades urbanas, ou, no caso de uma cidade em formação, no local onde este centro se instalaria. Sua disposição espacial convergiria a proximidade do poder decisório citadino a população local. Por isto, o fato de estar no centro não excluiria a relação que teria o colégio com o porto e com a zona de comércio. Estas relações espaciais garantiriam o controle dos acontecimentos da urbe, sua relação com o poder local e com as escalas mais pobres da sociedade³⁸ (Ib.: 40).

Relativo a sua organização³⁹, o colégio deveria ser feito de tal forma que desse conta de suas atividades internas, da administração dos negócios jesuítas na urbe na qual estava inserido, de sua relação com a população local, além da própria relação com a Ordem religiosa. A organização interna do colégio determinaria como ele deveria se portar frente as diferentes esferas sociais, oferecendo seus serviços a cidade e dela obtendo retorno. De acordo com a afirmação de Anna Carvalho, o programa construtivo de um prédio jesuíta obedeceria a determinações da Companhia de Jesus, fixadas nas atas

³⁷ Referimo-nos a relação do colégio com o seu entorno imediato, como o colégio está inserido na malha urbana e qual as relações que este tem com a cidade.

³⁸ “*Torna-se então necessário estar no centro dessa atividade, captar-lhe o movimento e nele trabalhar, sem esquecer, contudo, de se impor, através de uma simbologia espacial própria*” (Oliveira, 1988: 40).

³⁹ Entendemos aqui o programa arquitetônico do colégio, com setores com funcionalidades distintas. Seria, neste caso, a maneira pela qual o colégio está dividido, que mantém a autonomia do colégio frente a cidade e responde as suas necessidades internas.

da Primeira Congregação Geral da Companhia, datadas de 1559, e especificadas na Segunda, datada de 1565⁴⁰ (Carvalho, 2000: 220). Segundo estas determinações jesuítas, o prédio deveria atender:

“(...) a preponderância dos princípios arquitetônicos de solidez, sobriedade religiosa, funcionalidade e salubridade sobre o aparato decorativo; a distribuição em Quadra, isto é, em locais articulados em torno de um pátio, com quatro partes distintas de utilização, destinadas a culto religioso, ao ensino e ao trabalho, à residência e à subsistência; à formulação dos projetos sob controle de um revisor romano e sob julgamento último Geral da Ordem. A escolha do sítio, além da determinação de salubridade, obedecia à de estar [a uma adequada distância da influência de outras ordens religiosas, em uma área central, vizinha à Catedral] onde os jesuítas podiam officiar” (Ib.: 192).

Neste ínterim, fica garantida a inserção dos jesuítas no contexto urbano nas diferentes escalas, levando-se em observância as relações: colégio e cidade; colégio e sociedade; a própria organização interna do colégio; e colégio e Companhia de Jesus. Ou seja, a posição que o complexo da Ordem Jesuíta teria perante uma cidade, frente aos seus princípios arquitetônicos, refletiria, por um lado, esse interesse de convívio com os gentios da terra e cidadãos com menor poder monetário, por outro, sua posição privilegiada, como ordem religiosa, no projeto de instalação e dominação urbana, frente aos mecanismos estabelecidos de poder, do qual o próprio colégio e, conseqüentemente, a Companhia de Jesus, era parte indissociável. Acerca disso, Bruno Zevi afirma que nas cidades existe uma valorização espacial que depende da posição do local com relação ao centro de poder político, econômico ou religioso, a depender da sociedade ou do período histórico (2000: 54).

De acordo com Lúcio Costa, as instruções de Roma referentes às construções dos edifícios jesuítas eram feitas no sentido de se manter à perpetuidade do empreendimento⁴¹. Por isso, as estruturas provisórias, sobretudo nas instalações das primeiras cidades no Novo Mundo, seriam substituídas, ainda nos primeiros anos de instalação ou logo que fosse possível, por construções com caráter definitivo (Costa, 1978 [1941]: 21). Para os estabelecimentos permanentes as técnicas construtivas utilizadas

⁴⁰ “*Decretum 34, De ratione aedificiorum*” (Carvalho, 2000: 220).

⁴¹ “(...) porque ainda que custe mais, sai mais barato” (Costa, 1978 [1941]: 21).

seriam a taipa de pilão ou a pedra e cal, “(...) dependendo a preferência dos recursos e das conveniências locais” (Ib.). Embora se acredite que exista uma sucessão na substituição do uso de taipa de pilão por pedra e cal (de maneira geral é assim que ocorre), em alguns casos, as duas técnicas eram empregadas contemporaneamente. As condições locais seriam determinantes para a escolha e uso de uma técnica. Se a pedra e cal fossem inacessíveis, recorria-se à taipa de pilão⁴² (Ib.).

Determinada a técnica, a principal das regras de organização interna de um colégio jesuíta (bem como ocorre em mosteiros e conventos de outras ordens religiosas), seria a distribuição dos espaços do prédio (ou seja, seu partido arquitetônico) em quadra⁴³, com pátios⁴⁴ internos fechados (Ib.: 27). Lúcio Costa informa que o programa arquitetônico das construções jesuítas⁴⁵ era relativamente simples, devendo estar dividido em três partes com funcionalidades específicas: 1) para o culto, a igreja com coro e a sacristia; 2) para o trabalho, as aulas e oficinas; 3) para residência (os cubículos ou celas⁴⁶), a enfermaria e mais dependências de serviço, além de cerca, com horta e pomar (Ib.: 17).

Assim, um dos quartos da quadra (ou seja, uma de suas alas⁴⁷) deveria ser ocupado pela igreja, destinada à catequese, a fim de abrigar um número sempre crescente de convertidos e curiosos (Ib.: 27). Esta igreja deveria ter a frente, preferencialmente, voltada para um terreiro aberto⁴⁸, onde o povo pudesse se reunir a andar livremente (Ib.:

⁴² “(...) as edificações em alvenaria de pedra – tanto religiosas como civis – já eram bastantes comuns na segunda metade do primeiro século. Foram várias as construções jesuítas, igrejas e colégios, feitas com essa técnica” (Costa, 1978 [1941]: 23).

⁴³ Uma quadra refere-se a um setor cuja sua distribuição possa ser delimitada pelas ruas que o circundam, tendo uma proporção regular na malha urbana, contendo uma ou várias unidades funcionais.

⁴⁴ Um pátio refere-se a área cercada por corredores e/ou paredes que compõem uma quadra, podendo ter em seu centro um poço, ser ajardinada ou arborizada.

⁴⁵ “Pelas regras da Companhia de Jesus, para a consecução de um programa formal arquitetônico bastante claro, igreja, residência e colégio devem estar unidos, uma vez que a vida do missionário está implicada nas atividades religiosas e docentes (...)” (Oliveira, 1988: 65). “O programa construtivo jesuítico reporta-se a uma visão de mundo que tem como princípio a “unidade na diversidade”. Assim, as diversas funções se adequam e se completam em busca da perfeição e da harmonia de um corpo “uno”. Não se justapõem, mas se somam, configurando uma verdadeira estrutura onde a ausência de uma das partes pode mutilá-la e desfigurá-la, ou seja, vem descaracterizá-la, impedindo o reconhecimento de seu *modus operandi*” (Ib.: 4).

⁴⁶ Os cubículos ou celas referem-se a quartos distribuídos em alinhamentos regulares, destinados a clausura e repouso.

⁴⁷ A ala refere-se a parte de uma quadra. Uma quadra fechada por quatro corredores, cuja área central seja um pátio, a ala refere-se a um dos corredores.

⁴⁸ Um terreiro é uma área aberta, uma praça, que toma espaço de uma ou mais quadras da malha urbana, limitada por prédios. Segundo Beatriz Santos de Oliveira, “O pátio externo, o “terreiro”, que dá lugar ao

17). Da mesma forma, este terreiro tinha a função de dar ampla visibilidade ao prédio da igreja, impor a arquitetura religiosa aos outros edifícios de menor vulto arquitetônico que compunham o contexto urbano, uma vez que neste terreiro a igreja deveria ser o elemento central, sendo ideal que nenhum prédio disputasse notoriedade arquitetônica com este.

A composição das outras quadras deveria ser a residência dos padres, irmãos e noviços, onde estariam situadas as celas ou cubículos. Outra(s) área(s) deveria(m) ser destinada(s) ao ensino público e dos internos, onde funcionariam as atividades educativas do colégio. Finalizando, a última quadra deveria ser destinada aos serviços (lavanderia, oficinas, cozinha, dispensa, adega, enfermaria, etc.).

Como pode se ver, a construção de uma unidade jesuíta leva implícita uma série de normas, que tornam sua execução extremamente rígida. Estas normas vão desde a escolha do espaço até a maneira pela qual o prédio deveria estar organizado. Assim sendo, fazendo uma analogia, o modelo de construção jesuíta se aproxima mais do modelo de ocupação das cidades espanholas, pela rigidez que conduzem seus ideais de instalação, do que do modelo das cidades portuguesas.

Exemplificando as características discutidas, sobretudo a organização em quadra, seguem exemplos de alguns dos principais colégios jesuítas do Brasil colonial.

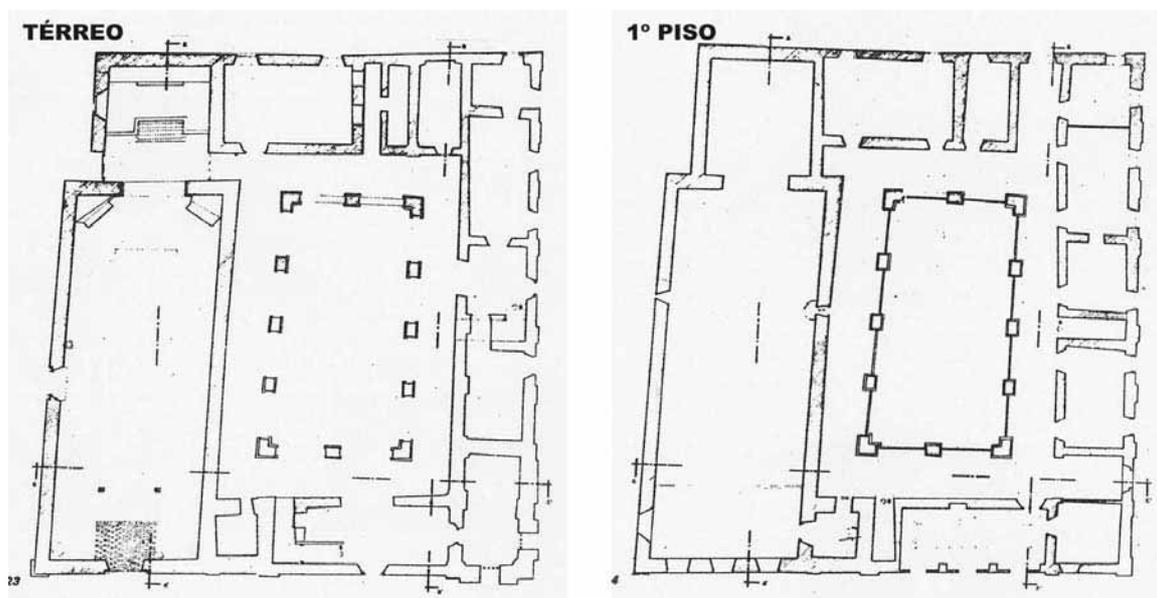


IMAGEM 9: Planta da Residência e Igreja dos Reis Magos em Nova Almeida, Espírito Santo. Levantamento de José Antônio Carvalho (Oliveira, 1988: 79).

acontecimento social e político, é o mesmo que permite imponência da igreja e do colégio. O espaço vazio do pátio, aliado ao espaço construído da igreja e do colégio, que têm uma escala diferente das construções que lhe fazem vizinhança, possuem uma teatralidade que não é casual (...) (Oliveira, 1988: 40).

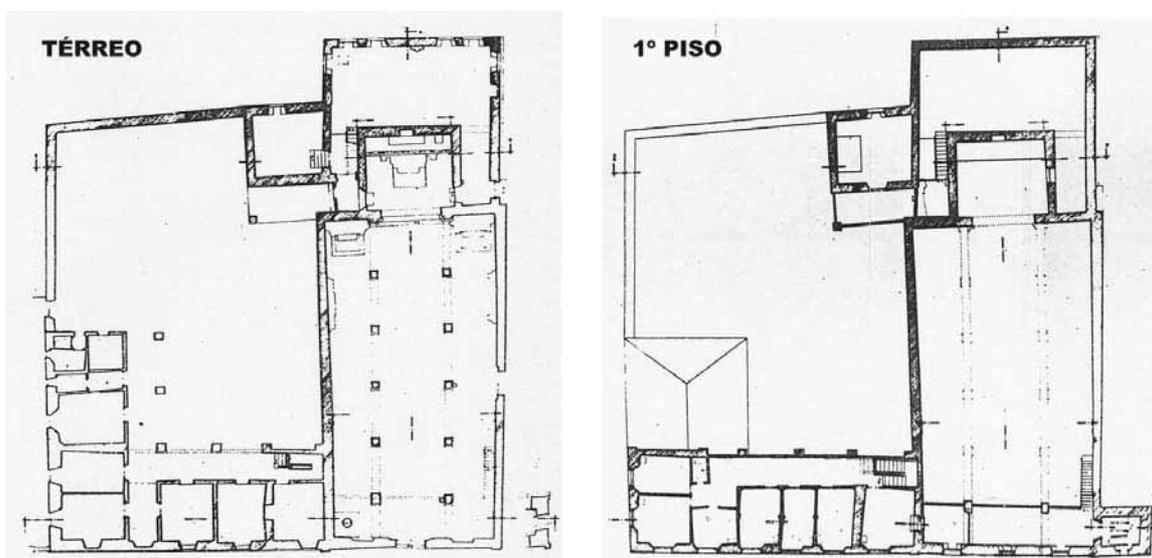


IMAGEM 12: Planta da residência e igreja de Nossa Senhora da Assunção em Anchieta (antiga Reritiba), Espírito Santo. Levantamento de José Antônio Carvalho (Oliveira, 1988: 83).

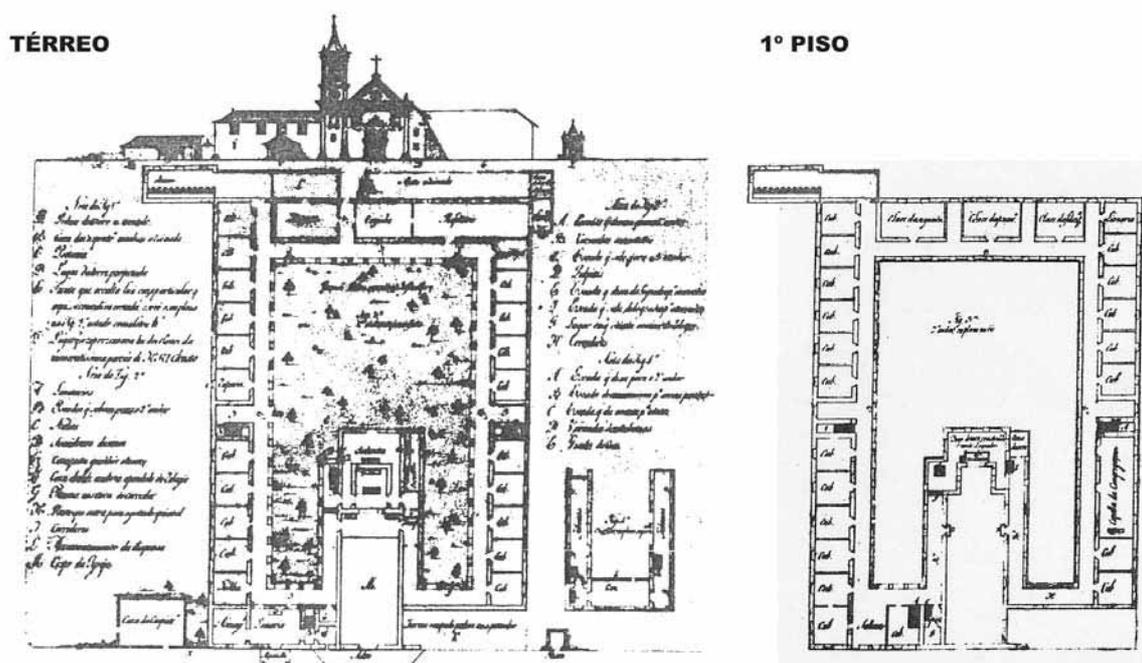


IMAGEM 13: Planta do Seminário de Nossa Senhora de Belém de Cachoeira, Bahia, de autoria de José de Anchieta e Mesquita em 1782. Arquivo do IPHAN do Rio de Janeiro (Oliveira, 1988: 75-76).

1.3.3- Comparação entre os modelos espanhol, português e jesuíta

A fim de sintetizar nossas observações, elaboramos um quadro comparativo com o intuito de demonstrar as semelhanças e diferenças entre os três modelos apresentados, no intuito, inclusive, de começar a delinear uma resposta a nossa hipótese de trabalho. Na

tabela abaixo, os itens em fundo branco refletem as analogias e semelhanças comuns entre os três modelos de ocupação; em fundo verde as diferenças:

TABELA 1: Comparação entre os ideais de ocupações espaciais espanhol, português e jesuíta (em verde as diferenças e em branco as semelhanças)

Aspectos observados	A) cidades espanholas	B) cidades portuguesas	C) colégios jesuítas
Documentos reguladores à instalação	1 - Seguia princípios rígidos estabelecidos nas <i>Ordenanzas de Población</i> , datadas de 1492 a 1573, posteriormente incorporado às <i>Leyes de Índias</i> , datadas de 1681;	- Seguia as Cartas Régias, feitas com intenção imediata de ocupar um setor do território;	- Seguia princípios rígidos estabelecidos nas atas da Primeira e da Segunda Congregação Geral da Companhia, datadas de 1559 e 1565, respectivamente;
	2 - A sua implantação possuía uma planta prévia;	- Item sem parâmetro comparativo;	- A sua implantação possuía uma planta prévia;
Localização	3 - Ocupava áreas planas ou elevadas com platôs planos; às vezes com setores altos e setores baixos ou com áreas com uma única altitude. Tanto próximas a áreas navegáveis quanto em setores do interior;	- Ocupava áreas que dispusesse de setores baixos e setores altos, próximos a áreas navegáveis (rios ou mar);	- Ocupava áreas altas nos núcleos centrais da cidade, preferencialmente próximos a áreas navegáveis (rios ou mar);
	4 - Davam preferência a áreas onde antes existiu ocupação indígena;	- Davam preferência a áreas onde antes existiu ocupação indígena;	- Item sem parâmetro comparativo;
	5 - Proximidade de água potável, solos férteis e agricultáveis e solo firme;	- Proximidade de água potável, solos férteis e agricultáveis e solo firme;	- Proximidade de água potável, solos férteis e agricultáveis e solo firme;
Ordenação do espaço	6 - Modulação regular, partindo da Praça Maior;	- Modulação irregular, assimétrica, partindo de um núcleo inicial de ocupação fortificado;	- Organização regular em quadra;
	7 - Estratificação social concêntrica (áreas administrativas, comerciais e periféricas);	- Estratificação social concêntrica (áreas administrativas, comerciais e periféricas);	- Situada na área administrativa, procurando estar próxima à área de comércio e periferia;
	8 - A cidade crescia por modulação regular, se acrescentando novas quadras;	- A cidade cresce seguindo a linha de fortificação que seguia o litoral e o relevo;	- Mudança, alterações, realizadas visando sempre manter a regularidade das quadras do edifício;

	9	- A igreja Sé deveria estar voltada para a praça principal (<i>plaza mayor</i>), sendo o edifício mais imponente deste contexto, com fachada voltada para o interior da cidade;	- A igreja principal deveria estar no alto, na área administrativa, com fachada voltada para o mar ou rio principal navegável;	- A igreja do colégio deveria estar voltada para um terreiro aberto, de preferência para a praça principal, com fachada voltada para o interior da cidade;
Velocidade de implantação	10	- Igual ou menor que 40 anos, ocupando litoral e interior;	- Superior a 50 anos, ocupando quase exclusivamente o litoral;	- Igual ou menor que 40 anos, implantando a unidade central de atuação na cidade, e 'filiais' no interior;
Intenção de implantação	11	- Criar núcleos, cidades planejadas, com intenção de longa duração com o intuito de povoar a terra e dela extrair recursos.	- Criar núcleos com o intuito de servir como entreposto comercial, e da terra extrair recursos.	- Criar núcleos sólidos, colégios, com o intuito de servir como pólo base de atuação, para comandar a extração de recursos naturais e educação do gentio.

Como a tabela acima demonstra, parecem existir mais semelhanças e analogias do que diferenças entre os modelos de ocupação espanhola e jesuíta, opondo-se ao modelo português, que em relação aos dois primeiros reúne muitas diferenças. Para tornar esta situação mais clara, observemos o gráfico abaixo, que de maneira gráfica visual demonstra a situação apresentada na tabela:

Analogias, semelhanças e diferenças entre os três modelos de ocupação

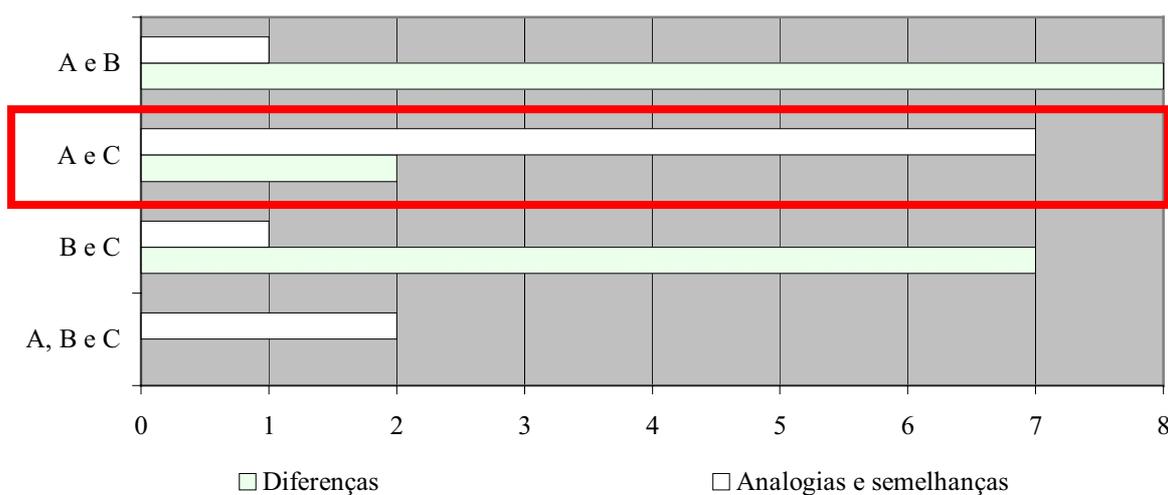


GRÁFICO ÚNICO: O gráfico demonstra que existem mais analogias e semelhanças entre os modelos espanhol (A) e jesuíta (C) que diferenças (selecionado em vermelho). Em oposição, o modelo português (B) apresentou mais diferenças que analogias e semelhanças com os modelos espanhol (A) e jesuíta (C).

Este gráfico parece não deixar dúvidas que o modelo espanhol é similar ao jesuíta. Mas, porque estes modelos são tão semelhantes em contraposição ao modelo português?

A diferença parece estar na gênese dos distintos processos de ocupação. Acerca disto, Renato Pereira Brandão diria que “(...) enquanto (...) na América espanhola a legislação, através da “*Ordenación de las Índias*”, preocupava-se em determinar a espacialidade interna das estruturas missioneiras em relação ao espaço colonial, o regimento do governo geral do Brasil apresentava-se omissivo quanto a essa construção, determinando, porém, a articulação das estruturas missioneiras em relação ao espaço colonial envolvente. Essas diferenças, determinadas por legislações específicas, deram curso a espaços e processos missioneiros igualmente diferenciados” (Brandão, s/d: 157). Desta maneira, a diferença básica que conduziria a todas as outras diferenças, materializadas no espaço e passíveis de observação nas áreas coloniais ocupadas no primeiro século da colônia, estaria no aspecto legal, burocrático. Isto parece fazer sentido, pois, em ambos os casos a determinação das cidades inicia-se a partir dos aspectos legais, sejam as ordenanças ou os regimentos. A distinção entre estes, contudo, está na maneira pela qual estes documentos regulam a formação do espaço, uma rígida e outra flexível.

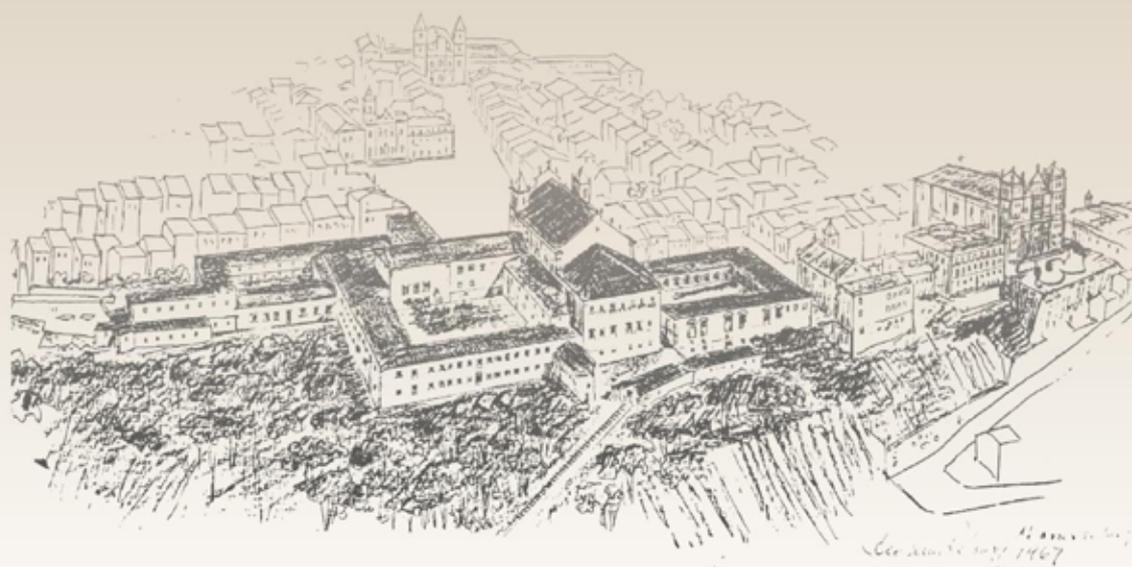
Por sua vez, a resposta que justifica as semelhanças entre os modelos jesuíta e espanhol é a mesma da situação anterior. Vem de Ramon Gutierrez a informação que embasa nossa colocação. Segundo este autor, estas semelhanças devem-se ao fato das unidades jesuítas, sobretudo as missões, seguirem para a sua instalação os princípios encontrados nas “*Ordenanzas de Población*”, que seria utilizada pelas cidades hispano-americanas. Este motivo acabaria tornando comum muito dos elementos nos modelos de ocupação jesuíta e espanhol⁴⁹. Portanto, a semelhança maior que têm os modelos espanhol e jesuíta também é referente ao aspecto legal. O fator que une ideal de ocupação espacial espanhol ao jesuíta é o mesmo que os opõe ao ideal português.

⁴⁹ “(...) a tipologia urbana das missões jesuítas em terras de Espanha constituía um único sistema autónomo planificado a partir do traçado urbanístico definido por Felipe II nas “*Ordenanza de Población*”, onde as variações estão mais vinculadas às categorias dos elementos arquitetónicos do que à distribuição da trama urbana. Possuía esse sistema urbano uma estrutura axial centrada em um núcleo organizador configurado pela “*plaza*” com acesso a uma avenida central de eixo coincidente com o da igreja. Essa configuração axial complementava-se no desenvolvimento do núcleo frontal integrado pela referida igreja, colégio, residência dos jesuítas, cemitério e asilo. Atrás dessas construções situava-se a horta e pomar dos padres, servindo portanto esse núcleo principal de limite ao povoado que só podia crescer nas outras três avenidas, interligadas por ruas transversais sempre rigorosamente retilíneas” (Brandão, s/d: 147).

Enfim, como o nosso objeto de estudo foi um Colégio dos Jesuítas numa cidade portuguesa pareceria estranho, a princípio, se falar de cidades espanholas. Mas, com esta comparação constata-se que as normas de urbanização jesuíta têm relação direta com aquelas determinadas por Espanha para as cidades de suas colônias. Assim, reconhecer este fator parece-nos profícuo como parâmetro à observação do espaço do Colégio dos Jesuítas em Salvador e, conseqüentemente, serve de base para respondermos os problemas e hipótese de trabalho. Isto porque, tendo o ideal de ocupação jesuíta partido de um ideal de ocupação citadina (o espanhol), percebe-se que a ocupação do colégio deveria reger também, além de sua organização interna, a formação da malha urbana da cidade nas áreas em que os jesuítas participaram do processo inicial de fundação.

Finalmente, com estas orientações, debruçarmo-nos ao nosso objeto de estudo. Para tanto, nosso *corpus* informativo está composto por dados históricos escritos, dados históricos iconográficos, dados arquitetônicos e dados arqueológicos. A conjugação destes quatro elementos serviu para a revisão da história do Colégio dos Jesuítas em Salvador, mostrando sua influência no crescimento da cidade.

CAPÍTULO II EVOLUÇÃO FÍSICA DO COLÉGIO DOS JESUÍTAS EM SALVADOR



---- CAPÍTULO II ----

EVOLUÇÃO FÍSICA DO COLÉGIO DOS JESUÍTAS EM SALVADOR

2.1- Breve histórico da Companhia de Jesus

Para uma abordagem da Companhia de Jesus seriam necessários diversos volumes e anos de pesquisa. Só assim seria possível tratar plenamente o que foi o empreendimento jesuíta como, aliás, fez Serafim Leite na sua “História da Companhia de Jesus no Brasil” (1945). Todavia, a fim de situar nosso objeto de estudo no panorama de atuação jesuíta e da história do Brasil, cabe fazer um breve histórico de como surge a Companhia e como os jesuítas chegaram neste território⁵⁰.

A Companhia de Jesus esteve intrinsecamente ligada a história da igreja na Europa e a história de seus fundadores, sobretudo a de Iñigo Lopez de Loyola ou, como melhor o conhecemos, Inácio de Loyola. Referimo-nos a Europa do final do século XV, quando as verdades da sociedade medieval eram postas em questão, num cenário em que personagens como Lutero, Erasmos⁵¹, Copérnico, Maquiavel, Miguel Ângelo, Thomas More, dentre outros, ascendiam e se opunham àquela realidade, abrindo espaço para novos tempos. Este período viria a ser historicamente reconhecido como Renascimento, quando se consagrava a transição do período Feudal à Modernidade (Lacouture, 1994: 11; Assunção, 2004: 90). Ao passo que ocorria uma revolução no pensamento europeu, novas

⁵⁰ Para um estudo mais detalhado acerca do nascimento, formação e disseminação da Companhia de Jesus ver “Os Jesuítas: os conquistadores”, de autoria de Jean Lacouture (1994), que estaremos utilizando como base deste sub-capítulo.

⁵¹ Lutero e Erasmos eram os principais expoentes dos movimentos de contra reforma, contrários a doutrina da igreja (Assunção, 2004: 90).

terras eram descobertas, em África, Ásia e América (a expansão ultramarina⁵²), quando os limites territoriais do mundo e de influência da Europa se expandiam. É neste período de revolução dos pensamentos europeus e dos limites territoriais que nasce Loyola, em 1491, em Azpeitia, na Espanha (Lacouture, 1994: 10-11).

Filho de nobres, ligados aos reis católicos da época, Inácio de Loyola passou por diversas fases antes de se tornar religioso: quando jovem foi calígrafo, boêmio e até acusado de assassinato, escapando da pena de morte, da justiça civil, em função da proteção conferida pelo sistema feudal aos indivíduos de alta linhagem, quando fugiu para Pamplona (Ib.: 17). Em Pamplona Loyola viveu um amor cortês com a duquesa Catarina da Áustria, irmã de Carlos V⁵³ (Ib.: 18). Posteriormente, seria escudeiro das tropas de Pamplona, quando participaria de diversas guerras. Esta carreira findaria em 1521, momento em que confrontando com os franceses receberia um tiro na perna esquerda, fraturando a tíbia e perdendo tecido mole da panturrilha, que o tornaria manco.

Praticamente inválido, com a perna destroçada, retorna para Azpeitia para recuperação, onde depois de um ano de muito penar e sofrer, decide virar peregrino, se dedicando aos estudos religiosos, quando troca a vida cortês pela vida religiosa: o amor da prata pelo amor de Deus (Ib.: 20-25). Daí em diante passa a comportar-se como vagabundo, virando andarilho e vivendo de esmolas, esperando muito da benevolência alheia. Em suas mancadas andanças iria a Manresa, Montserrat e Jerusalém, buscando da maneira mais simples ajudar o próximo, levando a palavra de Deus aos desconhecidos de suas virtudes. Todavia, chegaria a conclusão que a melhor forma de passar conhecimento era obtendo conhecimento, de maneira que se dedicaria aos estudos, passando por Alcalá, Barcelona, Salamanca (Ib.: 26-49) e, finalmente, Montmartre, na França, onde obteria o título de Bacharel em Artes, no ano de 1532 em Santa Bárbara e, um ano mais tarde, o título de Mestre em Santa Genoveva (Ib.: 50-77). Nesta ocasião, Loyola tinha pouco mais que quarenta anos.

Neste período que permaneceu em Montmartre foi que, junto a colegas de curso de Arte, Filosofia, Latim e Teologia, decidiram fundar uma instituição religiosa, em

⁵² “A expansão ultramarina, com a descoberta das terras americanas e a abertura de rotas comerciais na África e a Ásia, completavam um cenário onde se desenvolvia uma revolução comercial e cultural que justificava a ação de religiosos imbuídos de profundo fervor religioso” (Assunção, 2004: 90).

⁵³ Posteriormente Catarina viria a ser a esposa de João III de Portugal, na condição que iria ajudar largamente a Companhia de Jesus (Souza, 2001: 93).

1534, que viria a se chamar “Sociedade de Jesus”, composta, naquela ocasião, por sete membros e tinha como regras básicas os *Exercícios Espirituais*⁵⁴.

Todavia, esta fundação não era oficial, senão apenas um acordo entre amigos que os levariam a trabalhos religiosos, divididos no mundo e prestando serviços como peregrinos e pobres. Apenas com a ida de Loyola e seus companheiros a Roma ainda 1534, que naquele instante era considerada a cidade mais corrupta da Europa, é que começaria a se traçar o perfil institucional da Companhia de Jesus. Em Roma, solicitado pelo papa Paulo III, Loyola e seus confrades permaneceriam por uma temporada realizando a reforma na Igreja, que tinha fortes ligações com o poder monárquico e, por isso, vivia o mesmo momento conturbado de roubos e corrupção.

Para os primórdios da atuação jesuíta este contexto não poderia ser mais profícuo, pois, aqueles que viriam a ser oficialmente os primeiros jesuítas acharam espaço a um relacionamento pessoal com o papa, de maneira que seriam convidados a trabalhar oficialmente em Roma, sobretudo Loyola, que tinha o apreço e o amparo papal. Assim, delineariam os preceitos da Companhia de Jesus (as Constituições baseadas nos Exercícios Espirituais⁵⁵), que teria como princípios fundamentais: obediência extrema ao preposto geral, a pobreza enquanto ideal humano e a renúncia de cerimônias monásticas (Brandão, s/d: 157; Lacouture, 1994: 103-104). Aliado a isto, aquilo que seria o ponto fundamental de atuação dos jesuítas, os trabalhos com educação (Lacouture, 1994: 103-104).

De certa maneira, estas Constituições iam contra os interesses de Roma, haja vista que propalavam o suposto desapego aos bens materiais, que punha raiva em muitas das autoridades eclesiásticas. Foi assim que burocratas da igreja propuseram ajustes a tal documento, mas, ainda assim, com o apoio papal, Loyola conseguiria aprovar a bula *Regimini Militantis Ecclesiae*, em 27 de setembro de 1540, que conferia a existência à

⁵⁴ “Esboçados, quem sabe, sob a forma de anotações no fim da temporada passada na Casa y Solar, redigidos em seu conjunto durante os seis últimos meses da patética permanência do peregrino em Manresa, não cessarão de ser revisados, ampliados, até o fim dos anos quarenta, pelo padre maestro em Roma” (Lacouture, 1994: 32).

⁵⁵ “As regras da Companhia de Jesus e, dessa forma, a expressão do espírito jesuítico podem ser encontradas em três livros: Os Exercícios espirituais, a Constituição e o Ratio studiorum. Os dois primeiros foram escritos por Inácio de Loyola. O terceiro, um plano de estudos e programas de ensino para os colégios da Ordem, foi apenas esboçado por padre Nadal e desenvolvido posteriormente, num período de vários anos, até ser concluído definitivamente, em 1599, sob a orientação do Geral da Ordem, Cláudio Aquaviva” (Oliveira, 1988: 42).

Companhia de Jesus (Brandão, s/d: 157; Lacouture, 1994: 106). Pode-se considerar que esta aprovação constituiu a autonomia e vitalidade para a Companhia, quando o próprio Loyola viria a ser o Prior da Ordem. Assim, não tardaria para que estabelecesse acordos e expandisse seus poderes, estendendo a atuação da instituição jesuíta a praticamente todo o mundo. Segundo Jean Lacouture:

“O que Inácio de Loyola fundou, da semente de Montmartre (1534) à grande deliberação romana de 1539, à eleição de 1541 e ao lento polimento das instituições – empreendido após sua morte pelo autoritário Lainez – não é “a monarquia mais despótica que jamais existiu”, mas uma realza constitucional muito vigorosa e que ultrapassa todas as suas rivais do mundo católico em matéria de disciplina” (1994: 122).

Podemos dizer que o próprio perfil empreendedor da Companhia de Jesus⁵⁶ levava as características pessoais ou particulares de Inácio de Loyola. Homem que andou pelas diversas esferas sociais, desde os mais nobres aos mais pobres, de boêmio a religioso, de estrategista a subjugado, de ignoto a culto. Conhecia bem o que preconizavam os discursos opostos de sua época, de Erasmos e de Lutero, ao mesmo passo que da Coroa e da Igreja. Sabia as carências e necessidades do falido sistema feudal e, disto, saberia se utilizar. Em suma, saberia ponderar valores antigos com novas necessidades; aliar-se-ia ao poder sem se subjugar a ele; criaria um poder de estado, com caráter divino, paralelo à Coroa⁵⁷.

Assim, com toda autonomia que lhe foi conferida pela bula *Regimini Militantis Ecclesiae*, a Companhia de Jesus passaria aos trabalhos com educação, como ponto primordial de sua atuação. Não seria demais dizer que jesuíta e educador deveriam ser entendidos como sinônimos. Neste processo, os colégios⁵⁸ admitiriam papel fundamental, pois, formariam jovens jesuítas, dando rápido crescimento ao ‘Exército de Jesus’. Mas, além disto, os colégios passariam a ser os pontos filiais de atuação da Ordem, mantendo

⁵⁶ O possibilismo, que preconizava que nos empreendimentos jesuítas deveria-se “*Saber dosar o sonho, e a esperança, em suas modalidades*” (Lacouture, 1994: 82).

⁵⁷ “*Os jesuítas eram um poder a serviço do Estado, mas ao mesmo tempo em que atendiam aos propósitos de Portugal estavam também atendendo aos seus próprios*” (Oliveira, 1988: 41).

⁵⁸ “*Por ser o lugar de transmissão do saber formalizado, a escola traduz o modo como a sociedade se pensa e se projeta. Ela realiza em si, de maneira incontestável, a união do projeto político ao projeto arquitetônico, sendo esse último o organizador e configurador de uma instância simbólica através da forma em todos os seus aspectos (...) Nela, colégio, igreja e residência fazem a síntese arquitetônica de uma estratégia única*” (Oliveira, 1988: 3).

estreito vínculo (com a devida autonomia) ao poder local e a Coroa, a obediência extrema a Ordem em Roma e a relações de cumplicidade com a população mais pobre. Criava-se, portanto, um relacionamento triangular entre os diferentes atores sociais, que se conjugaria sempre nos jesuítas. Os primeiros núcleos educativos foram fundados em Maesina, Barcelona, Pádua, Lisboa, Nápoles, Louvain, etc, ainda na década de 40 do século XVI.

Após rapidamente ocupar parte da Europa (sobretudo em Portugal, Espanha, Itália e França), embarcariam os primeiros religiosos à Ásia e à América, onde daria continuidade ao crescimento da atuação da Companhia de Jesus. Em Portugal, com a fricção ocorrida entre a Coroa Portuguesa e a Ordem de Cristo⁵⁹, os jesuítas achariam cenário propício ao estabelecimento de novos acordos, de maneira que começaram a participar das expedições portuguesas. Neste instante, era interesse de Portugal estabelecer nova composição a sua colônia de exploração, em função das investidas espanholas e francesas as terras brasileiras, que eram domínio lusitano. Estratégias como a expedição colonizadora de Martin Afonso, em 1530, e o sistema de capitânicas hereditárias, fundado em 1534, que objetivavam ocupar rapidamente todo litoral e proteger as terras da colônia das investidas de outros países europeus, não haviam dado certo, em função da grande distância entre as diferentes capitânicas (do isolamento geográfico dos diferentes núcleos), da carência de mão-de-obra e de poucos recursos. Assim, seria necessário uma nova composição que permitisse assegurar o domínio e exploração do território, com caráter mais sólido que as capitânicas (Fausto, 2001: 17-20).

A fim de sanar estas pendências se estabelece o Governo Geral na Bahia, que culminaria com a fundação da cidade de San Salvador da Baía de Todos os Santos, cujo primeiro Governador seria Tomé de Sousa (Ib.: 20-21). Favorecidos pela inserção geográfica numa baía e no meio da costa brasileira, o Governo Geral funcionaria como pólo de atuação da colônia, caminho para as Índias, ponto de parada e abastecimento; ou seja, um entreposto comercial (cidade cabeça do Brasil). Neste instante, Salvador viria a ser a primeira capital do Brasil. Junto a expedição que trouxera Tomé de Sousa à

⁵⁹ Trata-se de ordem religiosa com forte caráter militar, criada em 1119 em Jerusalém, transferida para Portugal em 1307. Detinham secretos conhecimentos de navegação, que os conduziram à descobertas de novas terras no século XV, e não estavam subordinados à Coroa, de maneira que criaram certa autonomia e adquiriram terras por doação de herança. Com a entrada de D. Manoel, desde 1484, a Ordem ficou dependente da Coroa, vindo a cortar relações com mesma na primeira metade do século XVI (Souza, 2001: 51-52).

fundação da cidade vieram sete jesuítas comandados pelo padre Manoel da Nóbrega, que acompanhariam o estabelecimento do Governo Geral e a fundação de Salvador (Regimento do Governador e Capitão General Tomé de Souza, 1998 [1548]), instalariam suas residências provisórias e, posteriormente, o colégio, bem como se expandiriam para as regiões circunvizinhas e, mesmo as mais afastadas da colônia, de Piratininga (atual São Paulo) a Recife (Pernambuco), como veremos adiante.

2.2- Três períodos do Colégio dos Jesuítas em Salvador

Tendo em vista o nosso objeto de estudo, o Colégio dos Jesuítas e sua inserção na malha urbana de Salvador, no qual observamos a sua influência na formação física da cidade, cabe analisar a construção do edifício do colégio levando em consideração, sobremaneira, os aportes físicos deste complexo, visto a partir das evidências arqueológicas e arquitetônicas.

Com estes pressupostos, de acordo com os próprios dados cronológicos de alteração do prédio do colégio, pode-se dividir a história deste complexo em três momentos distintos, como subdividiu Anna Carvalho em seu artigo “O Real Colégio de Jesus da Baía e as quatro igrejas do Salvador: um estudo de sua espacialidade” (2000: 191-228): 1) 1549-1561, quando o colégio funcionava em instalações provisórias, com edifícios térreos destinados à moradia de estudantes e padres; 2) 1561-1657, a partir da fundação oficial do colégio, quando ele passa a ser construído de pedra e cal na cidade alta de Salvador, com igreja voltada para a Sé primacial; 3) 1654-1759, quando a igreja é re-edificada em nova posição, voltando sua fachada ao Terreiro de Jesus, até a expulsão dos Jesuítas.

2.2.1- Escolha e aquisição do sítio (1549 a 1561)

Este período refere-se àquele que vai da escolha do espaço ao colégio até a implantação dos primeiros edifícios de pedra e cal. Segundo Lúcio Costa, nesse período inicial da construção brasileira “(...) *houve uma série de edificações ainda provisórias, estruturas de madeira e barro, quase sempre assobradadas, com compartimentos*

forrados e de cobertura de telha” (1978 [1941]: 19). No caso do Colégio dos Jesuítas de Salvador, cronologicamente isto abrangeria um lapso de tempo que vai de 1549 a 1561, até o momento em que a área passa a ser oficialmente colégio e, igualmente, não resta dúvidas que estivesse sendo erguido em pedra e cal.

A primeira notícia que tem-se acerca do Colégio dos Jesuítas é fornecida pelo padre jesuíta Manoel de Nóbrega, em carta datada de 09 de agosto de 1549 enviada para o mestre Simão, quando relatará inconvenientes a instalação do colégio na área cedida no espaço da cidade, acreditando ser melhor um “*teso de terra*” fora das muralhas:

“Eu trabalhei por escolher um bom logar para o Collegio dentro na cerca e somente achei um, que lá vai por mostrar a Sua Alteza, o qual tem muitos inconvenientes, porque fica muito junto da Sé e dua egrejas juntas não é bom, e é pequeno, porque onde se há de fazer a casa não tem mais que dez braças, posto que tenha ao comprido da costa quarenta, e não tem onde se possa fazer horta, nem outra cousa, por ser tudo costa mui íngreme, e com muita sujeição da cidade⁶⁰. E portanto a todos nos parece melhor um teso que está logo além da cerca, para a parte d’onde se há de estender a cidade, de maneira que antes de muitos annos podemos ficar no meio, ou pouco menos da gente, e está logo ahi uma aldêa perto, onde nós começamos a baptisar, em a qual já temos nossa habitação. Está sobre o mar, tem agua ao redor do Collegio, e dentro delle tem muito logar para hortas e pomares; é perto dos Christãos, assim velhos como novos. Sómente me põe um inconveniente o Governador: não ficar dentro na cidade e poder haver guerra com o Genticio, o que me parece que não convence (...)” [sic] (Nóbrega, 1988 [1549]: 83-84)

Como pode se ver, o planejamento das ações jesuítas a longo prazo fica flagrado já na primeira referência ao espaço que possivelmente iria ocupar o colégio. Isto sugere a intenção de estar no centro da cidade prevendo que, frente à formação topográfica de assentamento do núcleo principal de Salvador a borda do platô da colina na beira da escarpa, o crescimento da cidade, sobretudo do setor administrativo, só poderia ocorrer para o norte onde, aliás, mantém a altitude elevada e, ao mesmo tempo, relativamente plana. Assim, a instalação do Colégio dos Jesuítas naquele espaço extra-muros, antes de

⁶⁰ Frederico Edelweiss em minuciosa análise acerca do espaço que os portugueses teriam cedido aos jesuítas no interior da cidade, descrito por Nóbrega, situa a área disponibilizada para o colégio no local em que hoje ocupa o Edifício Sul América, na rua Chile, com vinte e dois metros de largura e oitenta e oito de comprimento ao longo da escarpa (1958: 9).

qualquer outro edifício, reuniria condições estratégicas, pois, por um lado, funcionaria como atrativo a expansão daquele setor da cidade e, por outro, como condicionante, além de demonstrar a intenção de estar na área central na malha urbana, portanto, no local que seria a esfera de maior poder decisório citadino (a praça maior). Não podemos esquecer, contudo, que apesar de ser estrategicamente viável sair da cidade, tendo em vista a possibilidade de crescimento futuro para o norte, que estar fora da cidade, neste instante, representava estar na periferia urbana. Mas, esta situação não demoraria a ser minimizada, como veremos adiante.

Associado ao interesse de edificar fora das muralhas, Nóbrega solicita a Ordem a mão-de-obra especializada vinculada ao arquiteto Luís Dias, que já estava em Salvador e a quem o projeto da cidade tem sido atribuído, para erguer o primeiro estabelecimento jesuítas fora da área da primeira muralha⁶¹. O “*teso de terra*” escolhido por Nóbrega para a construção do colégio estava situado à borda da escarpa de falha de Salvador, com visão panorâmica da baía de Todos os Santos, acompanhando toda a lateral restante do platô da colina, perfazendo pouco mais de 200 metros de extensão, num espaço que ia da igreja da Sé às portas do Carmo. Isto significa dizer, de acordo com as normas urbanísticas espanholas, que a maior parte da área “nobre da cidade” – a área plana, onde o alinhamento em módulos regulares organizados em eixos ortogonais a partir de um núcleo central, a praça maior – estaria sob o domínio material e simbólico dos jesuítas.

Todavia, apesar da intenção de ocupar o “*teso que está logo além da cerca*”, a decisão de construir o colégio neste espaço não ocorreria de maneira imediata. Antes, os jesuítas teriam que se instalar dentro da cidade, onde construíram de barro e palha (paredes de taipa e teto de palma), em 1549, a capelinha da Ajuda ou de Nossa Senhora da Ajuda, situada próximo à Casa de Câmara e Cadeia e à Casa do Governador, templo este que teria provisoriamente as atribuições de Sé (Bocannera Jr., 1921: 103; Peixoto, 1980: 22; Leite, 1945: 21-23; Vasconcellos, 1864: 30). Esta teria sido a primeira igreja construída pelos jesuítas, mas, não ainda de posse da Ordem. Todavia, apesar de estarem instalados na cidade, a intenção de estar em lugar apropriado às ações da Companhia não cessaria. Isto porque Nóbrega, em carta encaminhada a Simão Rodrigues, datada de 06 de

⁶¹ “Portanto me parece que haviam de vir de lá, e, si possível fosse, com suas mulheres e filhos, e alguns que façam taipas, e carpinteiros. Cá está um mestre para as obras, que é sobrinho de Luiz Dias, mestre das obras d’El-rei, o qual veio com 30\$ de partido; este não é necessário, porque basta o tio para as obras de Sua Alteza, a este haviam de dar o cuidado de nosso Collegio; é bom official.” (Nóbrega, 1988 [1549]: 85).

janeiro de 1550, iria demonstrar os feitos até aquele instante e alertar a possibilidade de ocupar a área extra-muros:

“Fizemos construir em logar mais conveniente uma igreja onde os Christãos ouvem missa e junto uma casa onde o irmão Vicente Rodrigues e Simão Gonçalves ensinam os meninos, e existe entre a cidade e a aldeia ao pé de um rio um logar, segundo o parecer de todos os Irmãos, muito a propósito e conveniente para se fazer um collegio, como já escrevi a Vossa Reverendíssima” [sic] (Nóbrega, 1988 [1550]: 104).

“Esperamos também resposta de Vossa Reverendíssima para começar o collegio do Salvador na Bahia, no qual não tanto gastaremos como pensaes, porém com cem crusados se poderão fazer moradias de taipa que bastem para principiar (...) Os estudantes como pouco se manterão. Poder-se-hia até fazel-as de pedra, si assim parece a Vossa Reverendíssima, porque agora há boa cal” [sic] (Nóbrega, 1988 [1550]: 111)

Com toda pressa e coersão exercida por Nóbrega, o Colégio dos Jesuítas em Salvador parece ter iniciado sua construção em 1551, apenas dois anos depois de fundada a cidade, mas, não sem dificuldades. Anna Carvalho apresenta o trecho de uma carta de Manoel da Nóbrega, enviada ao Provincial da Ordem, Simão Rodrigues, datada de 10 de julho de 1551, ao qual afirma referir-se a relatos de dificuldades para a implantação do *“incipiente colégio baiano do Terreiro de Jesus e o estado da primeira igreja”* (2000:193-194):

“(...) este da Baía foi mais trabalhoso por se fazer sem ajuda dos moradores e a terra povoada de pouco e os mais dela estarem desterrados e gente pobre. Se El Rei favorecer e se fizer igreja e casas e mandar escravos que digo, será a melhor coisa do Brasil. E, assim, como está mantém trinta pessoas e mais. (...) A nossa igreja, que fizemos, se nos cahe; porque era de taipa de mão e de palha, agora ajuntarei estes senhores mais honrados que nos ajudem a reparala, até que Deus queira dar outra igreja de mais dura, si a Vossa Reverendíssima parecer fallar nisso a El-Rei” [sic] (Nóbrega, 1988 [1551] apud Carvalho, 2000: 194).

Como alertou Carvalho, a primeira parte desta passagem trata da construção do colégio e o segundo momento refere-se à igrejinha da Ajuda. Mas, saindo das conjecturas e em busca de dados mais seguros, a idéia de que o colégio já estivesse em construção em

1551 encontra sustentação numa carta do padre Azpilcueta Navarro, também jesuíta, datada deste mesmo ano 1551, quando irá informar precisamente o fato:

“(...) temos necessidade de um collegio nesta Bahia para ensinar os filhos dos índios (...) Na mão de El-Rei Nosso Senhor está leva-lo ao cabo e ajudar para que lhe demos fim, porque já o temos começado, e sem sua ajuda parece impossível acabar-se e muito mais folgariamos que ele próprio o mandasse fazer para ficarmos mais livres e desocupados para o espiritual.

Este collegio não sómente será bom para recolher os filhos dos Gentios e Christãos para os ensinar e doutrinar, mas também para paz e socego da terra e proveito da republica. Nosso Senhor ordene como for mais seu serviço e proveito das almas” [sic] (Navarro, 1988 [1551]: 98).

O que efetivamente ocorre é que neste período o edifício chamado de colégio por Azpilcueta Navarro referia-se a uma casa, tendo em vista as pequenas dimensões que tinha, apesar de exercer atividades de ensino. Todavia, referências ao espaço pelos dois termos, colégio e casa, serão encontradas em várias correspondências jesuíticas.

Ainda neste ano de 1551, Nóbrega, em duas correspondências destinadas aos Padres e Irmãos e ao Rei de Portugal, datada do ano de 1551 (só se sabe o ano desta correspondência) e de 14 de setembro, respectivamente, iria relatar, com certo ar de consternação, a construção da casa dos moços sem o auxílio do “*El Rei*”:

“A casa da Bahia, que fizemos para recolher e ensinar os moços, vai muito adiante, sem El-Rei ajudar a nenhuma cousa (...) Quiz-nos o Senhor deparar um official pedreiro, e este a vai fazendo pouco a pouco; tem já feito grande parte da casa e têm também cercadas as casas de uma taipa mui forte”⁶² [sic] (Nóbrega, 1988 [1551]: 116-117).

“O Collegio da Bahia seja de Vossa Alteza para o favorecer porque está já bem principiado e haverá nelle vinte meninos pouco mais ou menos, e mande ao Governador que faça casas para os meninos, porque as que têm são feitas por nossas mãos e são de pouca duração e mande dar alguns escravos de Guiné á casas para fazerem mantimentos (...)” [sic] (Nóbrega, 1988 [1551]: 126).

Mas, apesar de todos esforços de Nóbrega para erigir o colégio, sua parcela de participação na construção fica suspensa por algum tempo. Isto porque, com a chegada do bispo Pero Fernandes Sardinha⁶³, à cidade para assumir o arcebispado que então se fundava (Vasconcellos, 1864: 64), houve um choque de ideais religiosos entre o novo arcebispo e os jesuítas, sobretudo ligados à catequese a partir da educação, de maneira que Nóbrega parte para Piratininga, onde permaneceu de 1552 e 1556 (Carvalho, 2000: 194). Só após a partida do Bispo Sardinha da cidade de Salvador para Portugal⁶⁴ é que Nóbrega retorna, em 1556.

Mas, a saída de Nóbrega não resulta na estagnação da ação construtora jesuíta. Isto porque, de voltada à Bahia o próprio Nóbrega iria informar, em carta datada de 2 de setembro de 1557, a existência de uma igreja na área do sítio (o “*teso de terra*”), construída entre 1553 e 1554 (portanto, no período que esteve em Piratininga), dispondo as informações de sua localização:

“Uma igreja temos principiada a três ou quatro anos e por esperar recado de El Rei e também por não sermos poderosos para acabar, nem nos pagarem cá nossa esmola, não se acabou. O que é causa de termos pouco encerramento, pois é necessário fazermos igreja do que se fez para dormitório. E desta maneira estamos muito devassados e apertados, como já disse. Determinamos cobri-la como quer. Porque esperamos ao diante não haver de servir de igreja, por algumas razões: a uma é porque a nossa possibilidade não nos deixa fazê-la como convém para igreja; a outra que esta casa esta tão pegada com a Sé, que, por manso que falem, se ouve em uma igreja o que se faz em outra. E portanto nos parece bem que se faça na outra banda dêste sítio em que estamos, por estar mais afastada da Sé, o que esperamos que sua Alteza mande fazer, se todavia este sítio houver de ficar conosco” [sic] (Nóbrega *apud* Leite, 1945a: 25)

⁶² A idéia de uma taipa muito forte, segundo análise de Frederico Edelweiss, evidencia a condição extramural da casa do colégio (1958: 16).

⁶³ Bispo Sardinha vem para a Bahia mediante solicitação de Tomé de Souza, pressionado pelos jesuítas, que sugerem a Coroa que mandasse à cidade uma pessoa para assumir as atribuições da Sé. Assim, em 04 de dezembro de 1551, D. João III escreveu ao Papa Julio III, demonstrando interesse em erigir, em Salvador, uma igreja catedral com sede para bispado, para cujo cargo foi indicado D. Pero Fernandes Sardinha (Peres, 1974: 66).

⁶⁴ Pero Fernandes Sardinha não conseguiu chegar ao destino, pois, no início do trajeto ocorreu um naufrágio na embarcação que o acomodava, ainda em águas brasileiras do Estado de Alagoas. Depois do susto e de ter se debatido nas águas até a praia, ao sair do mar foi capturado pelos *Caeté*, que do seu corpo fizeram banquete (Vasconcellos, 1864: 115-116).

Esta citação tem levado os autores a entenderem que o sítio da primeira igreja construída pelos jesuítas na área do “*teso de terra*” escolhido por Nóbrega estaria ao lado da antiga igreja da Sé (Carvalho, 2000: 199; Edelweiss, 1958: 19; Leite, 1945a: 47), na área que hoje é ocupada pelo Palácio do Arcebispo⁶⁵. Frederico Edelweiss chega a inferir, a partir da análise das cartas jesuíticas, o início da ocupação da área do teso fora da cidade já em 1549, quando os jesuítas teriam subvertido as ordens da Coroa e ocupado o teso por eles almejado (1958: 14).

A necessidade de verbas à construção da edificação jesuíta era uma reclamação constante de Nóbrega, como informaria em carta ao padre Ignácio de Loyola datada de 1556, que a casa da Bahia “(...) *está principiado, de tal maneira, que a maior parte* [da renda] *fosse para a Bahia (...)*” [sic] (Nóbrega, 1988 [1556]: 155). Nesta ocasião, padre Inácio de Loyola, o principal fundador da Companhia de Jesus, tinha criado a Província da Companhia de Jesus no Brasil (em 1555), que até então era subordinada a Portugal. Manoel da Nóbrega, então nomeado Provincial⁶⁶, ordenou que a “(...) *casa fosse collegio no ano de 1556, com algumas terras e vacas que tinha, o qual depois se dotou para 60 irmãos por el-rei D. Sebastião, no ano de 1565 (...)*” [sic] (Anchieta, 1988 [1584]: 333); contudo, antes deste episódio, a idéia de tornar a casa da Bahia em colégio, bem como as garantias de verbas para sua construção e manutenção, já eram expressas pelo próprio Manoel da Nóbrega quando ainda se encontrava em Piratininga, ao conjecturar acerca das verbas destinadas ao colégio, que “(...) *si El Rei ordena de fazer collegio da Companhia, deve-lhe de dar cousa certa e dotar-lh’o pára sempre (...)*” [sic] (Nóbrega, 1988 [1556]: 155). Segundo Nóbrega, neste momento o colégio tinha a seguinte conformação:

“As casas que agora temos são estas: uma casa grande de setenta e nove palmos de comprido e vinte e nove de largo. Fizemos nela as seguintes repartições: um estudo e um dormitório e um corredor e uma sacristia, por razão que a outra casa, que está no mesmo andar e da mesma grandura, nos serve de igreja, por nunca, depois que estamos nesta terra, sermos poderosos para as fazer, o que foi causa de sempre dizermos, missas em nossas casas. Neste dormitório dormimos todos, assim Padres como Irmãos, assaz

⁶⁵ Frederico Edelweiss vai mais longe, ao apontar a existência de dois limites ao muro norte da fortificação da cidade. O primeiro limite passaria antes da Sé primacial, em 1549, e o segundo passaria no meio da Praça da Sé, na altura entre o Cine Excelsior e o Palácio do Arcebispo (1958: 19).

⁶⁶ Manoel da Nóbrega foi o primeiro Provincial da Companhia de Jesus no Brasil (Anchieta, 1988 [1584]: 334; Vasconcellos, 1864: 80).

apertados. Fizemos uma cozinha e um refeitório e uma dispensa, que serve a nós e aos moços. Da outra parte está outro lanço de casas da mesma compridão. Em uma delas dormem os moços, em outra se lê Gramática, em outra se ensina a ler e escrever. Tôdas essas casas, assim uma como as outras, são térreas. Tudo isto está em quadra. O chão que fica entre nós e os moços, não é bastante para que, repartindo-se, êles e nós fiquemos gasalhados, maiormente se neste lhes houvesse de fazer refeitório, dispensa e cozinha como seria necessário(...) No sítio não há maneira para se fazerem, e, sobretudo, não lhe fica serventia para a fonte e coisas necessárias, ultra de não terem igreja se não a nossa” [sic] (Nóbrega apud Leite, 1945a [1557]: 49-50).

Esta igreja seria a segunda erguida pelos jesuítas na área do “*teso de terra*”; a primeira seria uma das instalações que servira de igreja, neste mesmo espaço. Neste instante, como ficou demonstrado na citação, os jesuítas já possuíam seis casas para suas atividades, com espaços organizados para as distintas atividades, que continuaria em franco funcionamento em 1558, como afirmaria Blasquez, citado por Azpilcueta Navarro, que “*No collegio da cidade a doutrina se prosegue com muita diligencia (...)*” (Blasquez apud Navarro, 1988 [1558]: 212).

Como esperamos ter evidenciado, todo o histórico inicial do colégio, ou, bem dizendo, da casa, apenas aponta para a existência de espaços pequenos e, até mesmo, pensados e construídos como provisórios, feitos com “*taipa*”. Neste período, da história do Colégio dos Jesuítas, apesar do esforço de seus fundadores, “*(...) o colégio, na sua primeira fase, até a reforma de 1557, e mesmo até certa altura do governo Men de Sá, não teve desenvolvimento constante ou apreciável (...)*” (Edelweiss, 1958: 16).

Desconhecem-se iconografias deste período, que possibilitem entender como os espaços estavam organizados. Outrossim, nas escavações não foram localizadas evidências arqueológicas que sugerissem uma ocupação tão remota; de qualquer maneira, não haveria como localizar estas evidências arqueológicas, pois, considerando os dados históricos, elas estariam no espaço em que hoje se encontra assentado o Palácio do Arcebispo. Contudo, os dados até então apresentados permitem afirmar com segurança que os jesuítas já haviam extrapolado os muros da cidade em 1549, pois, já tinham habitação numa aldeia próxima, na área do Carmo (Nóbrega, 1988 [1549]: 84) e que em 1551 já ocupavam o “*teso de terra*” cobiçado por Nóbrega, quando a cidade ainda não

havia se expandido para este setor (imagens 14 e 15), uma vez que neste ano o colégio era noticiado em construção, fora dos muros da cidade (Carvalho, 2000: 199; Edelweiss, 1958: 19; Navarro, 1988 [1551]: 98; Nóbrega, 1988 [1551] *apud* Carvalho, 2000: 194; Nóbrega, 1988 [1551]: 116-117 e 1988 [1551]: 126; Simas Filho, 1998: 14).

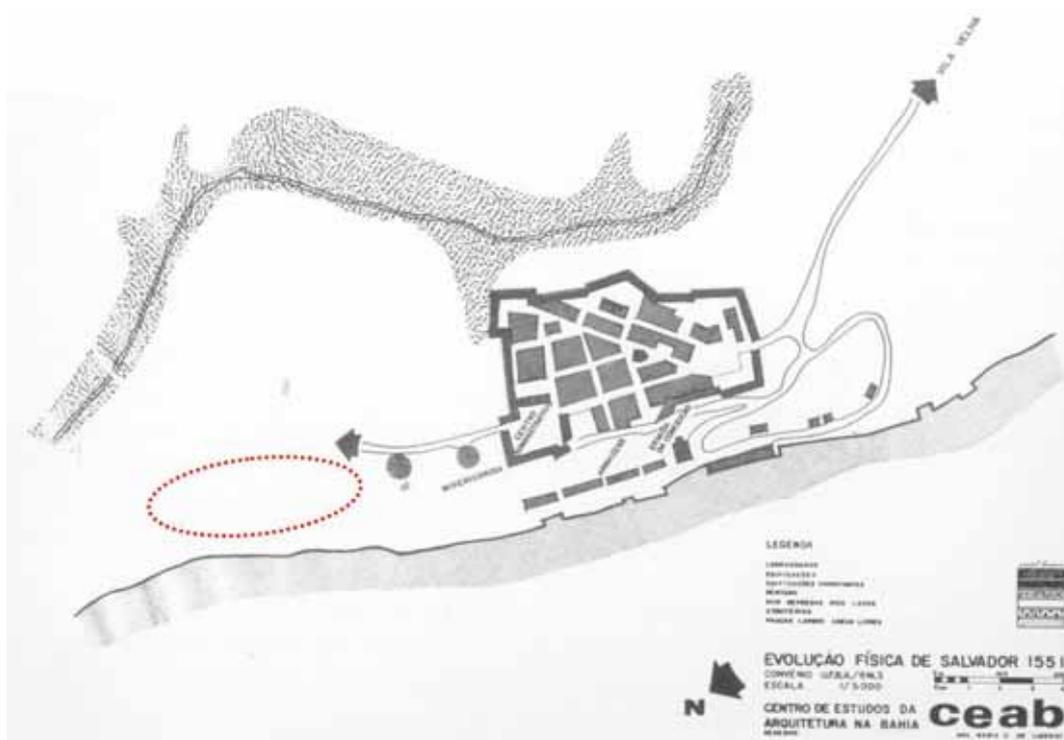


IMAGEM 14: A imagem de Américo Simas Filho sintetiza a evolução física de Salvador em 1551 (Simas Filho, 1998: 14). A área tracejada em vermelho refere-se àquela que estaria sendo ocupada pelos jesuítas, antes que a cidade tivesse chegado a este setor (norte), como fica evidenciado na imagem.

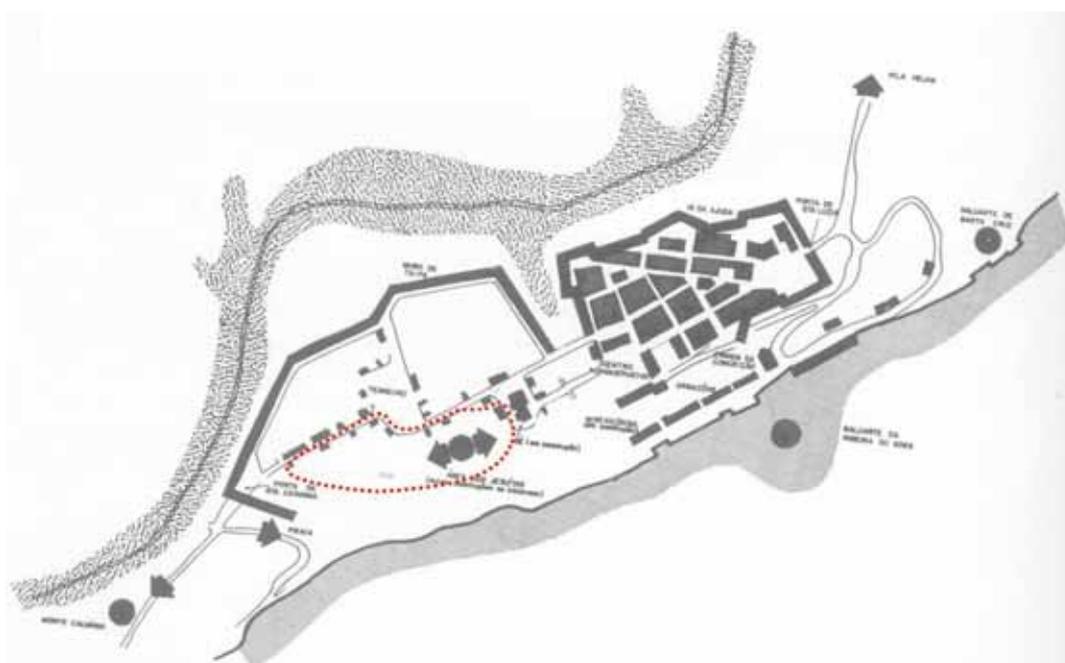


IMAGEM 15: A imagem de Américo Simas Filho sintetiza a evolução física de Salvador em 1553 (Simas Filho, 1998: 14). A área tracejada em vermelho refere-se àquela ocupada pelos jesuítas. Nota-se, neste instante, a formação pretérita do Terreiro de Jesus.

2.2.2- Construção (1561 a 1657)

2.2.2.1- Fontes históricas escritas

Não se sabe precisamente o momento em que o Colégio dos Jesuítas começa a ser edificado, em Salvador. Sabe-se que a sua fundação oficial se deu em 1561, por Ordem do Rei D. Sebastião e que quatro anos mais tarde, em 1565, foi considerado Colégio Máximo da Companhia de Jesus no Brasil (Vasconcellos, 1864: 194). A igreja, contudo, seria iniciada neste mesmo ano de fundação, ordenada e financiada pelo Governador Men de Sá (Anchieta, 1988 [1584]: 312). Enquanto se construía esta igreja, os jesuítas utilizavam os velhos estabelecimentos para as suas atividades (Leite, 1945a: 26).

Se, por um lado, tem-se preciso o começo da construção da igreja, dos outros setores do colégio não se sabe quando foram iniciados. Pode-se dizer que pouco tempo depois de sua fundação, as obras já estavam em andamento, uma vez que não podemos afirmar se ocorreu concomitantemente. Acerca disto, a referência mais antiga que encontramos a construção do colégio é de Simão de Vasconcellos, padre jesuíta que atuou no Brasil entre 1583 e 1625, que em sua célebre obra “Companhia de Jesus do Estado do Brasil”, ao tratar da “guerra” ou, à guisa de nossa ótica, ‘dizimação’ de índios por Men de Sá⁶⁷, iria fazer uma rápida menção à “(...) empresa começada (...) daquele collegio (...)”, que, se não estiver tratando dos trabalhos da catequese dos gentios, parece indicar que a construção do colégio estivesse em andamento. Vejamos:

“Na Bahia não passaram as cousas menos felizes o anno de 1562 que o antecente; porque o padre Luiz da Gram com seus obreiros não cessava momento da empresa começada. Passada a festa do nome de Jesus, orago daquelle collegio (...)” [sic] (Vasconcellos, 1864 [1583-1625]: 163).

⁶⁷ Dizemos isto com base nas referências que a própria documentação histórica nos fornece, como pode se ver nos exemplos: “(...) foi o Governador adiante com seu bom zelo e Nosso Senhor tirou delle mui ubres frutos (...) continuou a castigar os delinquentes com muita prudência e temperança, de maneira que edificassem e não destruisse e foi causa de todos se sujeitarem à lei e jugo que lhe quizerem dar (...) que os doutrinem (...) trocas seus costumes pelos nossos (...)” (Navarro, 1988 [1558]: 229). “Fecharam tambem dos nossos Indios 20, e houveram de matar (...)” (Pires apud Navarro, 1988 [1559]: 271). “(...) sempre me pareceu impossível nestas partes se fazer fruto sem uma de duas, scilicet: ou pela misericordia do Senhor ou por justiça, mas elle, como quem é, usa ambas (...) porque entrando a justiça com elles com espada nua e campal guerra, por industria do Sr. Men de Sá, Governador (...)” (Pires apud Navarro, 1988 [1559]: 273).

No que concerne a finalização das obras da igreja, Serafim Leite apresenta algumas informações. Em uma passagem do testamento de Men de Sá, datado de 28 de setembro de 1569, ele solicita aos descendentes, caso viesse a falecer, que finalizassem as obras da igreja, “(...) *que estava ainda por madeirar e telhar (...)*” (Leite, 1945a: 26). Mas, as obras não demorariam a acabar, vindo a ser inaugurada em 23 de maio de 1572, quando em festa solene do Espírito Santo se trasladou o Santíssimo Sacramento da velha a, então, nova igreja (Ib.). Na carência de espaços, a igreja viria a ser utilizada como moradia dos padres e irmãos, além de ocorrer a remodelação de antigas habitações (Ib.: 51).

E, uma vez finalizadas as obras da igreja, não tardaria de receber o sepulcro de seu fundador, como demonstra o padre Joseph de Anchieta em 1584, nas “Informações do Brasil e de suas Capitânicas”, ao discorrer sobre as atividades do governador Men de Sá referentes a guerras com os índios (a mesma que se referia Simão de Vasconcellos), diria que este:

“Sujeitou [os índios] á lei de Deus e os fez ajuntar e fazer egrejas e desta maneira foi em grandíssimo aumento a conversão que foi começada em tempo de dom Duarte da Costa (...) e todos os dias da semana por muitas tormentas e chuvas que fizesse não deixava de vir ao Colegio ao ouvir missa ante manhã. Fez á sua custa a igreja do Colégio, na qual foi sepultado” [sic] (Anchieta, 1988 [1584]: 311-312).

Tem-se a data de finalização da igreja, que levou onze anos para ser construída. Porém, do colégio não se têm notícias de quando terminaram as obras. Sabe-se que em 1568 ele dispunha de um pátio grande para o curso de latinidade e um pátio com diversas dependências, além de uma igreja (Leite, 1945a: 50-51).

E aqui, cabe uma extrapolação. Considerando que a construção de um edifício, naqueles tempos quinhentistas, não ocorria de maneira rápida, que a cidade de Salvador tinha o contingente populacional pequeno e, ainda, que carecia de mão-de-obra especializada para conduzir a construção⁶⁸, a edificação do colégio, que seria um prédio grande, o maior da Salvador colonial, não deve ter sido feita rapidamente. Acerca disto, podemos reportar a um trecho de Fernão Cardim (padre jesuíta que atuou no Brasil entre

⁶⁸ Conforme corrobora o trecho de Joseph de Anchieta, na construção do colégio e da igreja de Men de Sá, se utilizou a mão de obra indígena (Anchieta, 1988 [1584]: 311-312).

1583 a 1625), em sua crônica “Tratado da Terra e Gente do Brasil”⁶⁹, que permite informar que no ano de 1585 as obras do colégio ainda não estavam acabadas, portanto, após mais de vinte anos de iniciadas:

“Os padres têm aqui colégio novo quase acabado; é uma quadra formosa com boa capela, livraria, e alguns trinta cubículos, os mais deles têm as janelas para o mar. O edificio é todo de pedra e cal de ostra, que é tão boa com a de pedra de Portugal. Os cubículos são grandes, os portais de pedra, as portas d’angelim forradas de cedro; das janelas descobrimos grande parte da Bahia, e vemos os cardumes de peixes, baleias andar saltando na água, os navios estarem tão perto que quase ficam à fala. A igreja é capaz, bem cheia de ricos ornamentos de damasco e roxo, veludo verde e carmesim, todos com tela de ouro; tem uma cruz e turíbulo de prata, uma boa custódia para as endoenças, muitos e devotos painéis da vida de Cristo e todos os Apóstolos. Todos os três altares têm docéis, com suas cortinas de tafetá carmesim; tem uma cruz de prata dourada, de maravilhosa obra, com Santo Lenho, três cabeças das Onze Mil Virgens, com outras muitas grandes relíquias de santos, e uma imagem de Nossa Senhora de S. Lucas, mui formosa e debota.” [sic] (Cardim, 1997 [1585]: 219).

Neste mesmo ano o padre Joseph de Anchieta, em carta denominada “Informações da Província Brasil ao nosso Padre” (31/12/1585), além de também demonstrar que a construção ainda não estava finalizada, irá fornecer elementos precisos ao entendimento do espaço jesuíta, com descrição de como eram e onde estavam cada uma das unidades funcionais do colégio, mostrando toda imponência que detinha o edifício:

“Nesta cidade temos Colegio, o maior e seminario da provincia, tem casa de provação junto ao Colegio, habitação distinta e escolas. Está situado em lugar mui amplo eminente ao mar, tem de novo feito um claustro de pedra e cal e no quarto da parte de Léste, fica igreja e sacristia: a igreja é razoável, bem acabada, com seu côro, é bastante por agora para a terra, e bem ornada de ricos ornamentos, cruz e turíbulo de prata com muitas reliquias encastoadas em prata, onde entram três cabeças das Onze Mil Virgens, e outras peças que tudo é grande consôlo para os desta terra, de casa e de fóra.

⁶⁹ Esta obra o coloca como um dos principais cronistas de sua época.

O outro quarto da parte Sul tem por cima capela e enfermaria de boa grandura, por debaixo despensa e adega.

O quarto da parte do poente tem 19 camaras: nove por cima e por debaixo dez com janelas sôbre o mar, com três outras janelas grandes que fazem cruz nos corredores.

O quarto da parte de Nordéste tem sete câmaras por de cima e seis por debaixo: todas são forradas de cedro, e amplas mais que as de Coimbra, os portais de cantaria, e é edificio acomodado, exceto que está por aperfeiçoar, e forrar os corredores e guarnecer. Não tem ainda oficinas novas, nem provação, nem escolas, por ser tudo velho de taipa, e vai tudo devagar por não se pagar bem as rendas, e cento e sessenta ducados de esmola que el-rei D. Sebastião fez para as obras, mas sempre se faz algo.” [sic] (Anchieta, 1988 [1585]: 421).

Serafim Leite, baseado em documentação histórica, ajuda a pormenorizar o andamento da construção além de auxiliar mais detalhadamente no entendimento da utilização dos espaços do colégio, ao informar que em 1581 estava lançada a parte do claustro virada para o sul; em 1583 quase toda claustro estava concluída, com bons quartos, sendo a enfermaria unida por uma janela a capela dos irmãos; em 1584 faltavam concluir um dos lados do claustro e por isto se utilizavam casas do velho colégio para o noviciado⁷⁰, para a oficina e para a escola (Leite, 1945a: 53)⁷¹.

De 1584 Serafim Leite apresenta um trecho da correspondência do Visitador Geral, Cristóvão de Gouveia, que em visita ao colégio descreveria algumas obras que se realizaram:

“(…) muito aceitas deste Colégio: a primeira foi um poço de noventa palmos de alto, e sessenta em roda, todo empedrado, de boa água, que deu muito alívio a este Colégio, que, por estar em um monte alto, carecia de água suficiente para as oficinas; e também fez um eirado sôbre colunas de pedra, aberto por tôdas as partes, e fica eminente ao mar, e vaus que estão no pôrto, que servem de repouso; e é toda a recreação dêste Colégio, porque dêle vêem

⁷⁰ Serafim Leite acredita que a casa do noviciado deve ter sido construída neste período, uma vez que em 1590 têm-se notícias de que apenas faltavam edificar as escolas e oficinas (Leite, 1945a: 54).

⁷¹ As construções andavam devagar porque as verbas escasseavam (Leite, 1945a: 53).

entrar as naus, descobrem boa parte do mar largo, e ficamos senhores de todo este recôncavo, que é uma excelente, aprazível e desabafada vista.” [sic] (Gouveia apud Leite, 1945a [1583]: 54)

Como pode se ver, mesmo estando a construção em andamento, neste momento o colégio era bem amplo e com muita imponência, se comparado com aquela casa do período inicial, contando de quatro setores de ocupação, sendo uma igreja e três claustros ou pátios. Vale salientar que neste instante havia trinta e seis anos de fundada a cidade e a vinte e quatro de fundação do colégio. Embora se admita a demora na construção deste complexo, esta situação demonstra um crescimento rapidíssimo do espaço jesuíta, se confrontado com o crescimento da cidade, conforme pode se ver nas plantas da cidade elaboradas por Simas Filho (imagem 16). Para este período, no que se refere à expansão espacial, o colégio parecia crescer em ritmo mais acelerado que o da cidade, detendo uma extensão de cerca de 220m, entre a Sé e a porta do Carmo. Isto significa considerar que o colégio ocupava em extensão 1/3 do comprimento da área administrativa da cidade, ou a extensão de seis quarteirões, detendo a parte central do complexo fronteira a maior praça da cidade: o Terreiro de Jesus.

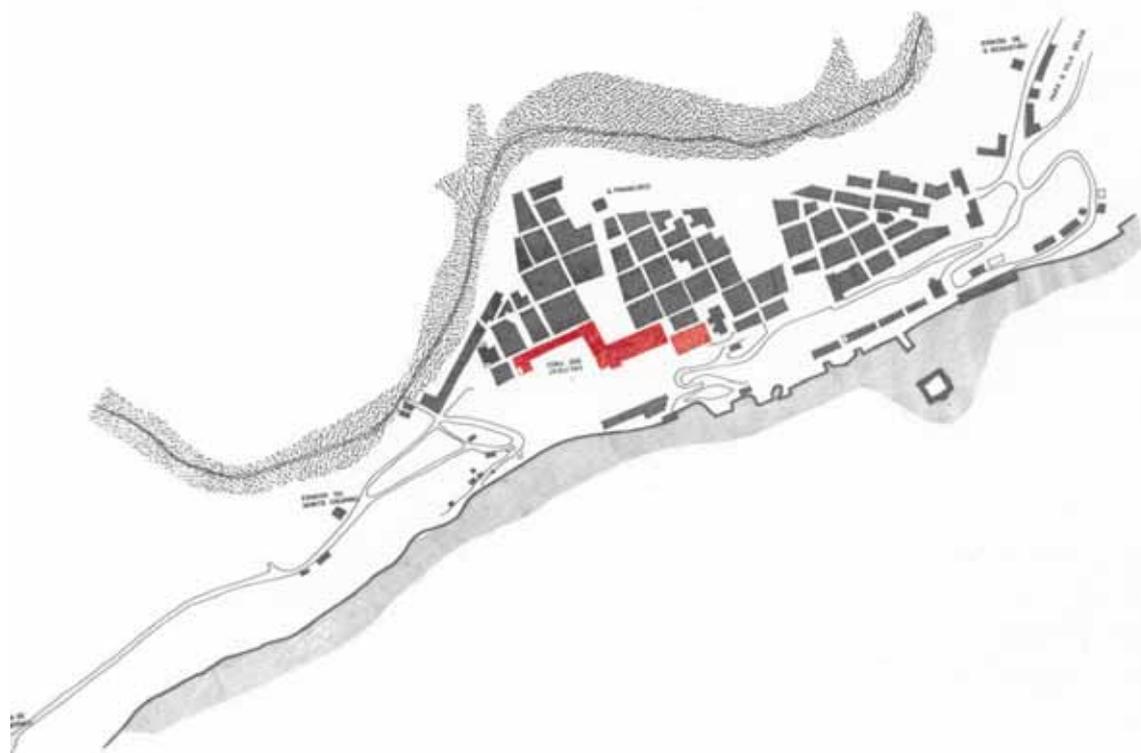


IMAGEM 16: A imagem de Simas Filho sintetiza a evolução física de Salvador em 1580. A área em vermelho refere-se ao colégio dos jesuítas. Fonte: Simas Filho, 1998: 15.

Nesta linha de raciocínio cabe demonstrar algumas informações. De acordo com Gabriel Soares de Souza, em 1587, Salvador tinha cerca de oitocentos habitantes, dos quais oitenta residiam no colégio (2000 [1587]: 96). As informações de Soares de Souza parecem confiáveis, uma vez que Fernão Cardim relataria dois anos antes, em 1585, a presença de sessenta pessoas morando no colégio (Cardim, 2000 [1585]: 220) e Joseph de Anchieta, em carta denominada “Breve narração das coisas relativas aos colégios e residências da companhia nesta província brasílica, no ano de 1584”, iria corroborar aos dados de Cardim ao relatar a existência de sessenta e dois residentes no colégio⁷² (Anchieta, 1988 [1584]: 403). Isto significa dizer que aproximadamente 8% a 10% da população de Salvador estavam no empreendimento jesuítico.

Mas, isto tudo tem uma explicação. Desde que fora fundado em 1561, o colégio passou a receber sistematicamente dotações reais. Em 1565, quando ao colégio foi destinado o título de Máximo da Companhia de Jesus no Brasil, o Rei de Portugal, D. Sebastião, concede verbas, pessoal e terras produtivas, que aumentaram substancialmente os proventos da Ordem, possibilitando o crescimento do colégio, conforme demonstra Anchieta, nas suas “Informações do Brasil e de suas Capitanias”, de 1584:

“Êste colegio foi o segundo⁷³ da Companhia no Brasil, e como a cidade da Baía teve grandes aumentos nos engenhos de assucar e fazendas e muito trato de Portugueses, e como é o assento dos Governadores e Bispos, assim ele tambem cresceu muito(...)” [sic] (Anchieta, 1988 [1584]: 333).

As posses jesuítas, que iam desde fartas dotações reais às terras e propriedades⁷⁴, também seriam demonstradas por Cardim em 1584:

“O colégio tem três mil cruzados de renda, e algumas terras adonde fazem os mantimentos; residem nele de ordinário sessenta; sustentam-se bem de

⁷² “Residem presentemente neste Colegio 62 (...) dos quais 31 são sacerdotes; 4 professos de 4 votos; coadjutores espirituais formados: 8; mestres: 5; um de questão de Teologia de Conciencia, outros em filosofia, dois de latinidade; o sexto finalmente de meninos” [sic] (Anchieta, 1988 [1584]: 403).

⁷³ O segundo, aqui, é um recurso oratório de Anchieta, que neste instante da correspondência falava de dois colégios, o de Salvador e o do Rio de Janeiro. Por isso, não se refere à primazia de existência. Assim, para elucidar a dúvida, informamos que o Colégio da Baía foi o primeiro a ser fundado, em 1561 e, só depois, o do Rio de Janeiro, em 1567 (Anchieta, 1988 [1584]: 333-334).

⁷⁴ “Num universo colonial onde a propriedade de terra era sinônimo de riqueza e de poder, os inacianos eram ricos e poderosos. O domínio da terra justificava-se como parte de um processo de integração dos valores culturais cristãos que valorizava o trabalho agrícola em detrimento da atividade comercial. O jesuíta associava-se ao aristocrático proprietários de terras, mesmo que esta aparência aristocrática fosse superficial ou real como demonstram algumas cartas.” (Assunção, 2004: 188).

mantimentos, carne e pescados da terra; nunca falta um copinho de vinho de Portugal, sem o qual se não sustenta bem a natureza por a terra ser desleixada e os mantimentos fracos (...) [sic] (Cardim, 2000 [1585]: 220).

De acordo com meticoloso estudo de Paulo de Assunção⁷⁵, citando o documento “Sobre o padrão e o alvará da fundação e do colégio da Bahia feito por D. Sebastião em 7 de novembro de 1564”, o colégio da Bahia seria uma das fundações mais prósperas, pois, possuía um rico patrimônio, constituído da “(...) *Sesmaria da Água dos Meninos, metade da terça de Diogo Álvares Caramuru, as terras do Camamú, do Passe, casa de aluguel, além de outros lotes de terras comprados ou recebidos por meio de doação de particulares, além do padrão da fundação do colégio feito por D. Sebastião*” (Assunção, 2004: 159).

Além das posses materiais, não poderíamos esquecer, aqui, da ação empreendedora jesuítica nos trabalhos de educação que representariam a posse intelectual dos indivíduos subordinados aos estudos religiosos, da catequese através da educação que profetizava a obediência extrema a Deus e a Ordem. Em última instância, trata-se de um aprisionamento simbólico dos indivíduos.

Mas, voltemos à discussão acerca da construção do colégio. Conforme informa Serafim Leite, atribuí-se ao padre Inácio Tolosa, que chegou à Bahia em 1572, a construção do Colégio dos Jesuítas, que seguiria instruções concretas de Roma, relativas às edificações das casas, que não deveriam ser erguidas sem plano prévio, pois, assim, garantia-se a perpetuidade edilícia (Leite, 1945a: 51). Desta maneira, ainda sob os auspícios de Tolosa, o colégio viria a ser inaugurado entre 1590 e 1591 (Ib.: 53). Desde a fundação até a inauguração calcula-se trinta anos de obras. Pouco tempo depois, em 1592, Tolosa ainda informaria a existência de algumas casas do antigo estabelecimento ao lado do novo prédio do colégio (Ib.: 51).

Apesar de todos os esforços à construção do colégio, que seria inaugurado em 1591, não demoraria para que novas construções fossem solicitadas. A entrada do século XVII marcou um momento de embates à edificação do colégio, quando, em função do estado ruinoso da Igreja de Men de Sá, se projetava a construção de uma nova igreja. Dentre os documentos que melhor elucidam acerca das mudanças que se projetaram para

o colégio, encontram-se o documento “Razões do acôrdo que se tomou no ano de 1654 sôbre o sítio da igreja nova”, de Simão de Vasconcellos (*apud* Leite, 1945: 107-111). De acordo com este documento:

“(...) há mais de 56 anos (...) começaram a fazer igreja nova, como se deixa ver nos alicerces, que estão junto à Capela-mor da igreja, que hoje é, e já naquele tempo ameaçava ruína.” [sic] (Vasconcellos apud Leite, 1945: 107).

Portanto, remontamos a intenção de construir a igreja nova ao ano de 1598, no sítio daquela que era a Igreja de Men de Sá. Todavia, como pode ser visto na citação, que é de 1654, desde a intenção de se erguer nova igreja até aquele o instante em que o documento foi escrito, nenhuma igreja foi construída naquele espaço, apenas iniciada obra na área da sacristia e da capela mor. Seis anos depois, em 1604, informações de Pero Rodrigues diriam que se esperava “começar a igreja deste Colégio da Baía” (*apud* Leite, 1945a: 28-29).

Conforme aborda o documento de Simão de Vasconcellos, os impedimentos iniciais para a construção de uma nova igreja para o colégio foram feitos pelo governador e pela população, “(...) *por tomar parte do Terreiro dela, em que se havia de fazer*” (Vasconcellos *apud* Leite, 1945: 107). Entendemos que quando fala do “*Terreiro dela*”, Vasconcellos esteja se referindo a pequena praça que existia na frente da Igreja de Men de Sá, voltada para a Sé, e não ao Terreiro de Jesus, que estava atrás dela. Neste caso, a nova igreja seria implantada no mesmo sítio da Igreja de Men de Sá, sendo, contudo, ampliada avançando para o seu adro e para os interiores de seus pátios. Aqui vale alguns esclarecimentos. Esta diferença entre os significados dos termos “Terreiros” usados nas descrições dos documentos da época, bem como a que espaços urbanos eles corresponderiam só foi passível de entendimento em razão dos dados arqueológicos, como será amplamente discutido à frente.

Pouco tempo mais tarde, em 1616, uma nova tentativa à construção do colégio seria realizada. Naquele momento, o padre Henrique Gomes (Visitador Geral), visitou o colégio e projetou uma nova igreja no setor em que existia um corredor que levava à portaria⁷⁶, que seria derrubado com a construção, na área da Igreja de Men de Sá. Desta

⁷⁵ Trata-se de obra referencial ao entendimento das ações empreendedoras dos jesuítas no Brasil, intitulada “Negócios jesuíticos: o cotidiano da administração dos bens divinos” (São Paulo: EDUSP, 2004).

⁷⁶ Trata-se de um corredor no sentido N-S, existente na face leste do colégio.

maneira, a nova igreja teria seu corpo principal ocupando a ala Sul (imagem 27). Neste caso, a igreja ocuparia o mesmo sítio, mas, sofreria uma re-orientação no seu eixo longitudinal, na sua posição, voltando a fachada para o leste (o lado do Terreiro de Jesus), sem, contudo, ocupar a área do Terreiro⁷⁷. Porém, a invasão holandesa de 1624 e a carência de verbas, decorrentes de dívidas da Coroa com o colégio, impediriam, mais uma vez, as obras da igreja (Ib.). Pelo o que entendemos, estas obras se quer foram iniciadas.

A terceira tentativa de construção só viria a ocorrer em 1654, quando a nobreza da cidade, ‘comovida’ com a situação nefasta de ruínas que se encontrava a Igreja de Men de Sá, resolve conceder esmolas para a edificação de uma nova igreja⁷⁸ (Ib.). Desta vez, ela ficaria com fachada na área do Terreiro de Jesus:

“(...) tratando do sítio em que ficaria melhor, assentaram se fizesse de tal sorte que a porta principal ficasse fronteira ao meio do Terreiro, que é a principal praça desta Cidade, com que além de ficar a fábrica muito lustrosa, ficaria o Colégio com lugar para se poder melhorar no edificio e recolhimento dos religiosos dêle, fazendo-se a Igreja no meio do pátio da claustro principal; e o corredor da portaria, que assim para a outra traça, como para esta, se havia de desmanchar, se fizesse outra vez pela parte Sul, com que ficaria o colégio com dois pátios e com capacidade para se lhe acrescentarem muito cubículos em lugar das duas salas, que ocupam agora o corredor, uma das quais serve de Livraria, ainda que pequena para isso, e outra de casa de Hóspedes; os baixos servem de Procuratura e de cubículo do companheiro do procurador, com bem de incomodidades por serem muito úmidos, escuras, e sobterradas, e por isso nocivas a saúde” [sic] (Ib.: 107-108)

Estes planos idealizados por Simão Vasconcellos permitiram a construção da igreja dos jesuítas voltada para o Terreiro de Jesus, em 1657, que lá se encontra erguida até hoje. A este assunto, trataremos no próximo tópico com maior riqueza de detalhes, analisando a luz de dados arqueológicos.

⁷⁷ “(...) Henrique Gomes tratou de a fazer no corredor, que vai para a portaria (...)” (Vasconcellos *apud* Leite, 1945 [1654]: 107).

⁷⁸ Acerca disto o documento “Razões do Acôrdo”, de Simão de Vasconcellos, pormenoriza de onde viriam as verbas para a construção da igreja e quem seriam os “nobres” que as concederiam (Vasconcellos *apud* Leite, 1945 [1654]: 112-116).

Como esperamos ter demonstrado, de 1561 (quando da Igreja de Men de Sá é iniciada a construção, finalizada no máximo em 1572) a 1657 (quando é lançada a pedra fundamental da nova igreja do colégio), a igreja do colégio, ou seja, a igreja de Men de Sá permaneceu no mesmo local/posição. Desta maneira, frente aos objetivos desta dissertação – o estudo da influência do Colégio dos Jesuítas na transformação e crescimento da cidade de Salvador – cabe delimitar que local foi este. Para tanto, deve-se utilizar fontes históricas iconográficas, evidências arqueológicas e evidências arquitetônicas deste espaço.

Como demonstrou Anchieta em 1585, “(...) *no quarto da parte Leste, fica igreja e sacristia (...)*” (Anchieta, 1988 [1585]: 421). Todavia, Serafim Leite, baseado em dados de Fernão Cardim, irá nos demonstrar com maior precisão onde estaria a igreja velha:

“(...) a igreja de Men de Sá aparece no local (...) com torre no extremo do lanço do Leste, a fazer esquina com o lanço Sul, que fechava a quadra por esse lado (...) Sendo a igreja de Men de Sá, ao longo do Terreiro, e ficando a torre na esquina Sul, correspondente à porta de entrada, a sacristia, pegada à Capela-mor, vinha a cair, com pouca diferença no corredor, ao centro do Terreiro actual (...) a nova igreja ocuparia, na sua largura, todo o comprimento da igreja velha (...)” [sic] (Cardim apud Leite, 1945: 119).

A fim de sistematizar nossa observação, organizamos sumariamente os dados levantados à observação do espaço:

- 1) A Igreja de Men de Sá tinha fachada voltada para o sul e ocupava a esquina da face sul com a face leste do colégio;
- 2) A igreja estava com o corpo ao longo do Terreiro de Jesus, sendo que sua sacristia e altar-mor, a parte posterior da igreja, chegaria até a metade da largura deste terreiro⁷⁹;
- 3) A igreja era de pequenas dimensões, uma vez que “*a nova igreja ocuparia, na sua largura, o comprimento da igreja velha*”;
- 4) Embora tenhamos, até aqui, apenas a evidência parcial da informação que iremos utilizar para a argumentação, incluímo-la, na dúvida de esclarece-la mais à frente:

⁷⁹ Muito provavelmente menos que isto, haja vista que a igreja nova, a atual, não ocupa o meio da largura do Terreiro, como se aventava.

a Igreja de Men de Sá tinha na frente um pequeno Terreiro, próprio, uma vez que houve impedimento à construção de uma igreja nova, no início do século XVI, “(...) *por tomar parte do Terreiro dela*” (Vasconcellos *apud* Leite, 1945: 107).

Com estes dados, passemos a análise das iconografias.

2.2.2.2- Fontes históricas iconográficas

Apesar de caracterizarem-se mais como esboços do que como plantas de engenharia, as iconografias de época demonstram a intenção dos seus autores em marcar certos elementos da malha urbana que, possivelmente, deviam ter certa expressão na diferenciação dos espaços a ponto de serem registrados nos desenhos que realizaram. No nosso estudo de caso, embora não guardem convenções de escala e, apesar dos quarteirões da cidade serem representados apenas pela planta dos prédios, as iconografias apresentam certas características da trama da malha urbana que permitem inferir o espaço outrora ocupado pelo colégio. Em particular, chamamos a atenção àquilo que deve configurar os limites frontal e posterior do espaço que ocupou a Igreja de Men de Sá e o limite lateral de um antigo pátio. Iniciemos pelas iconografias que apresentam o espaço em planta.

Como primeiras iconografias à discussão, provavelmente as mais antigas conhecidas para a cidade de Salvador (Reis, 2000: 309), apresentamos duas plantas da cidade de João Teixeira Albernaz I, ambas datadas de 1605⁸⁰, que devem ser de momentos posteriores – 1616 e 1624 (Ib.). Nas duas ocasiões que foram realizadas expressaram de maneira sutil, mas, eloqüente, as mesmas situações. Como demonstramos, a fachada da primeira igreja de Men de Sé estava voltada para a Sé primacial, sendo que o corpo desta igreja de Sá estava situado na esquina da face leste com a face sul do colégio, com terreiro próprio situado a frente do adro (limite frontal), e a sacristia e altar mor chegaria até a metade da largura do Terreiro de Jesus (limite posterior).

Conforme pode se ver nas plantas de Salvador (imagens 17 e 18), a malha da cidade na área administrativa segue uma modulação regular em retícula, com eixo

principal que parte da praça maior (Terreiro de Jesus), de maneira que os quarteirões encontram-se relativamente alinhados entre si. Todavia, justamente na área que corresponde à fachada da igreja velha do colégio, este alinhamento não se configura, uma vez que tal fachada aparece recuada em relação ao alinhamento dos quarteirões, conformando um espaço aberto na área que seria o adro, formando uma pequena praça⁸¹, a qual nos referimos acima.

Além desta pequena praça, em ambas as iconografias de Albernaz I aparecem o segundo elemento que determina a extensão da igreja velha do colégio, portanto, o seu limite posterior e lateral, no meio da largura do Terreiro de Jesus, como apontamos anteriormente. Refere-se a uma quina que existe reproduzida numa das faces do colégio, situada no lado oeste do Terreiro de Jesus, que embora esteja em desenhos tão esboçados, acreditamos que deve indicar os limites da divisão funcional do edifício, que deveria existir a época e, portanto, tinha certa expressão física que mereceriam estar indicada no traçado da planta dos edifícios, como o fez Albernaz I (figuras 17 e 18).

Além das plantas de Albernaz I, outra iconografia datada de 1624, sem autoria, encontrada no livro de Hondius de 1625 (Reis, 2000: 24), parece igualmente elucidar, com o mesmo argumento, a existência de um espaço aberto na fachada da igreja velha do colégio: o fato do prédio da igreja não acompanhar o traçado das ruas, estando recuado em relação ao alinhamento dos quarteirões (imagem 19).

Por fim, uma planta, datada de 1638, sem autoria, retirada dos originais manuscritos de Algemeen Rijksarchief, em Haia (Reis, 2000: 32-34/314) – que, apesar de padecer de precisão do traçado e de evidentes erros na determinação da malha urbana de alguns setores da cidade, unindo, adicionando ou excluindo quarteirões inteiros, parece relativamente correta na apresentação do espaço que estava o colégio – apresenta, mais uma vez, aquilo que seria os limites posterior e lateral da igreja velha, através da quina representada na face do colégio situado do lado oeste do Terreiro de Jesus (imagem 20).

⁸⁰ De acordo com Nestor Goulart Reis, baseado em discussão de Cortesão e Mota (1960), as iconografias, embora muito semelhantes entre si, referem-se a momentos diferentes da cidade, de 1616 e 1624 (2000: 309).

⁸¹ De acordo com as normas urbanísticas imposta pela Espanha, este setor conformaria uma “*plazoleta*”. As *plazoletas* referem-se a espaços residuais que tinham a função de reunir pessoas, como ocorreria na praça maior, só que em menor escala, bem como dar notoriedade a alguma edificação (Gutierrez, 1983: 78), no caso em estudo a igreja velha do colégio.

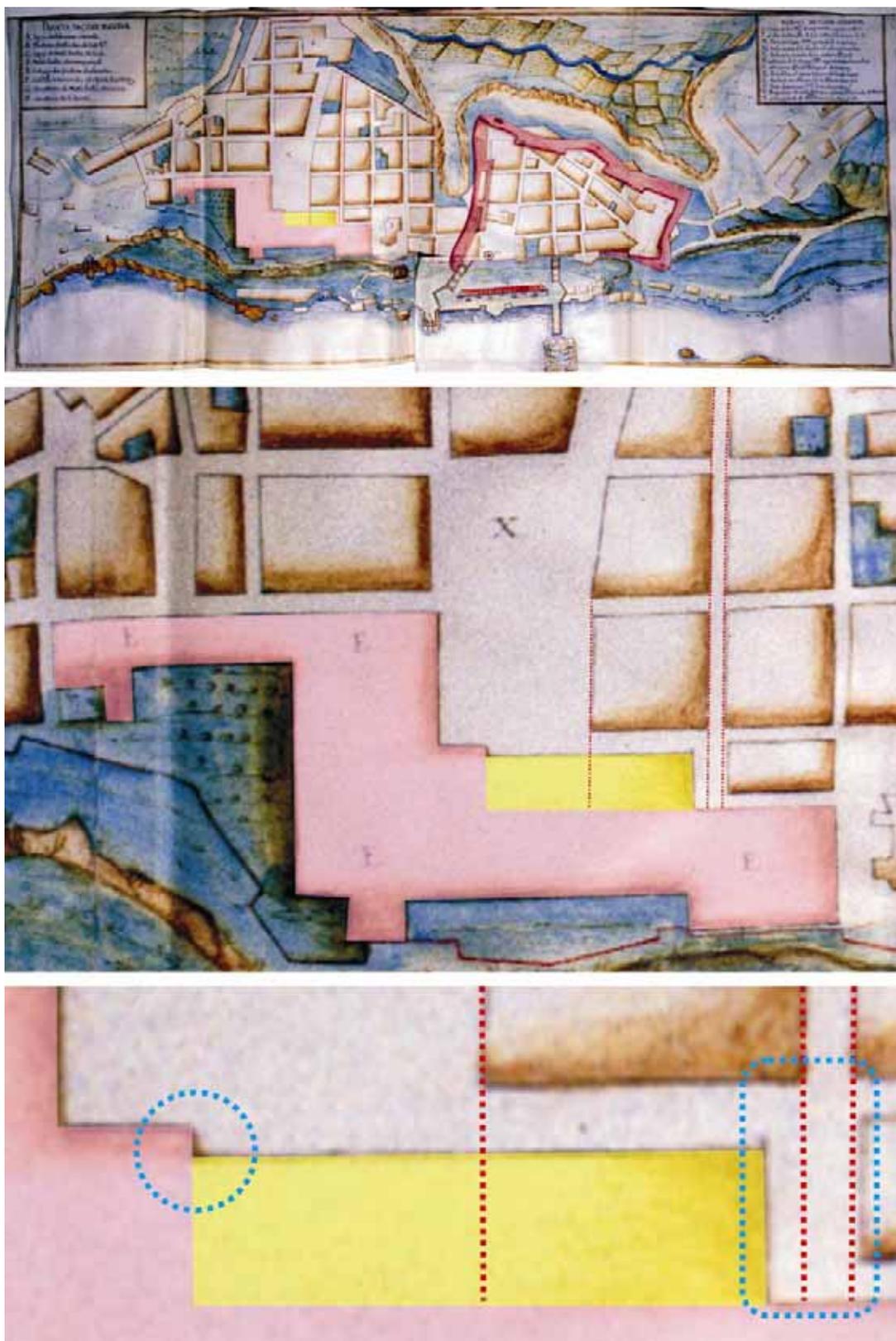


IMAGEM 17: “Pranta da Cidade D. Salvador/na Bahia de Todos os Santos” que ilustra o códice “Rezão do Estado do Brasil no GVOVERNO do norte somete asi como teve Dõ Diogo de Meneses até o anno de 1612” de autoria de João Teixeira Albernaz I, em 1605 [ca. 1616] (Reis, 2000: 16-17/308-309). Em rosa a área ocupada pelo colégio e em amarelo a igreja do colégio. Tracejado em vermelho o alinhamento das ruas. Tracejado em azul, a esquerda, os limites posterior e lateral da igreja velha; tracejado em azul, a direita, uma pequena área aberta na frente da fachada, o adro, que não acompanha o alinhamento dos quarteirões.

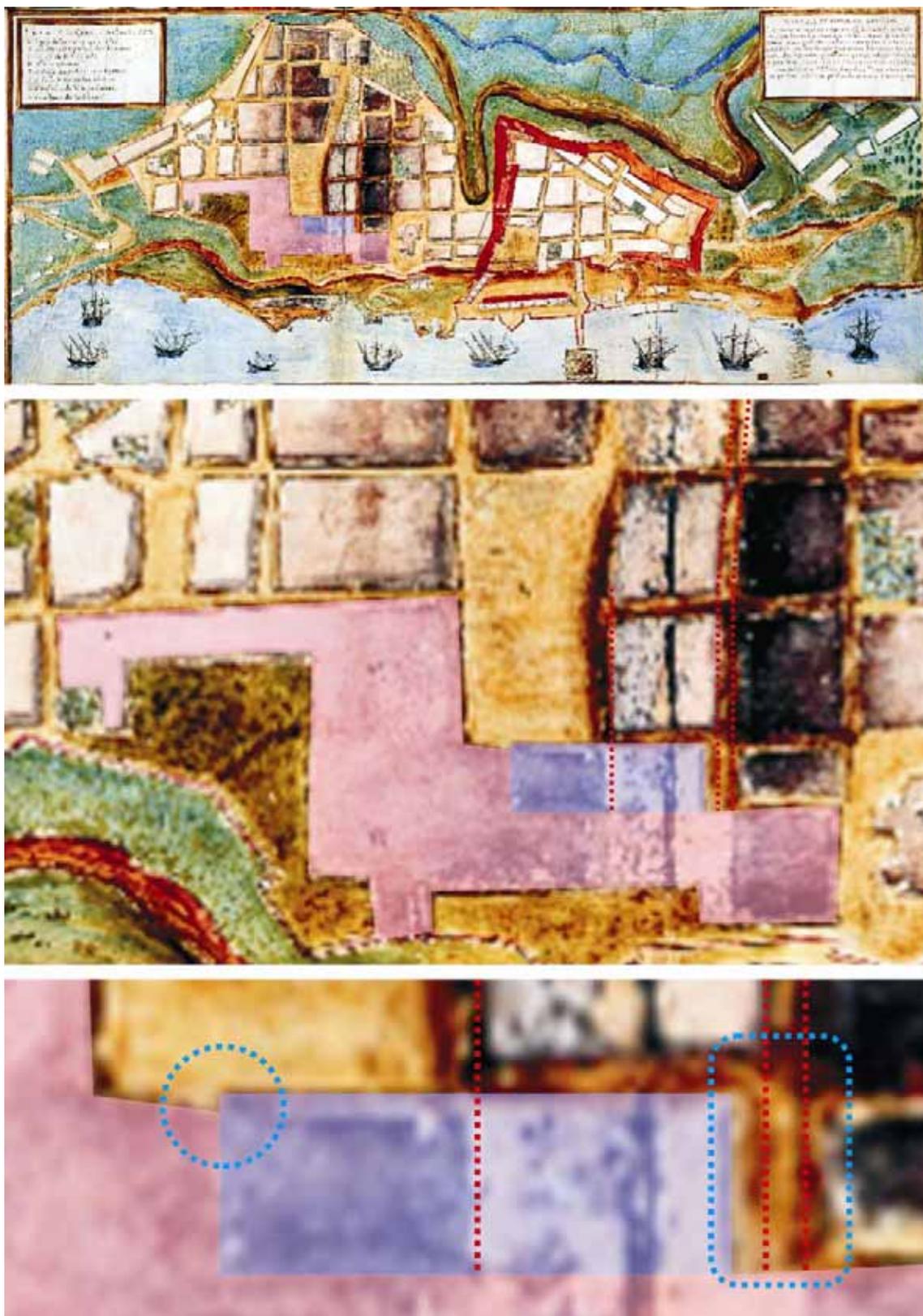


IMAGEM 18: “*Pranta da Cidade D. Salvador/na Bahia de Todos os Santos*” que ilustra o códice “*Livro que dá Rezão do Estado do Brasil*” também de autoria de João Teixeira Albernaz I, em 1605 [ca. 1626] (Simas Filho, 1998: 59). Em rosa, a área ocupada pelo colégio e em lilás a igreja do colégio. Tracejado em vermelho o alinhamento dos quarteirões. Tracejado em azul, a esquerda, a quina que determina os limites posterior e lateral da igreja. Tracejado em azul, a direita, uma pequena área aberta na frente da fachada, o adro, que, como pode se ser, não acompanha o alinhamento dos quarteirões.

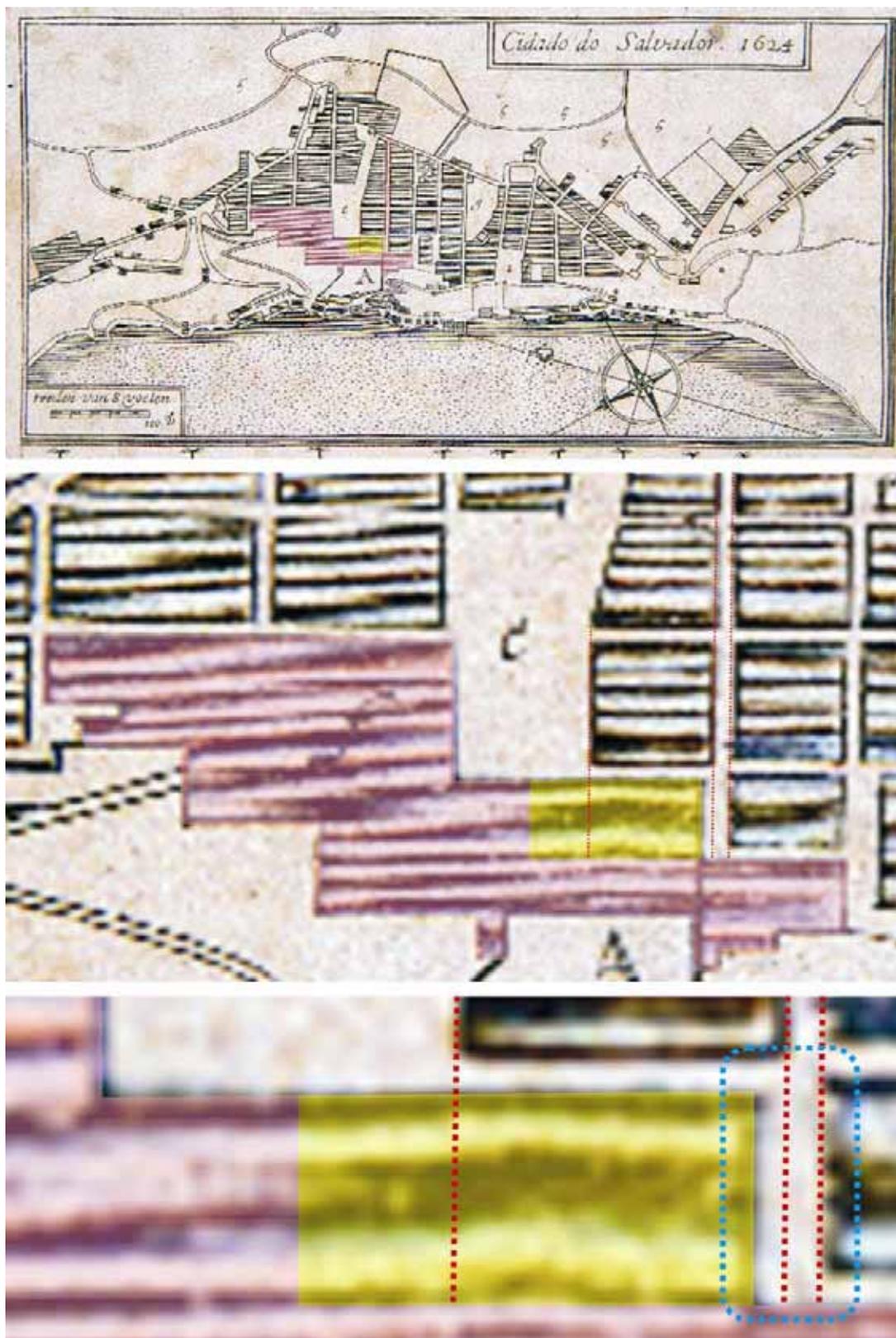


IMAGEM 19: “*Cidade do Salvador. 1624*”, estampa que ilustra o livro de Henry Hondius, de 1625 (Reis, 2000: 24/311). Em rosa, a área ocupada pelo colégio e em amarelo a igreja do colégio. Tracejado em vermelho o alinhamento dos quarteirões. Tracejado em azul uma pequena área aberta na frente da fachada, o adro, que, como pode se ser, não acompanha o alinhamento dos quarteirões, estando recuado em relação a tal alinhamento. Nesta iconografia, a comprimento do prédio que seria a igreja está estimado, baseado em dados históricos.

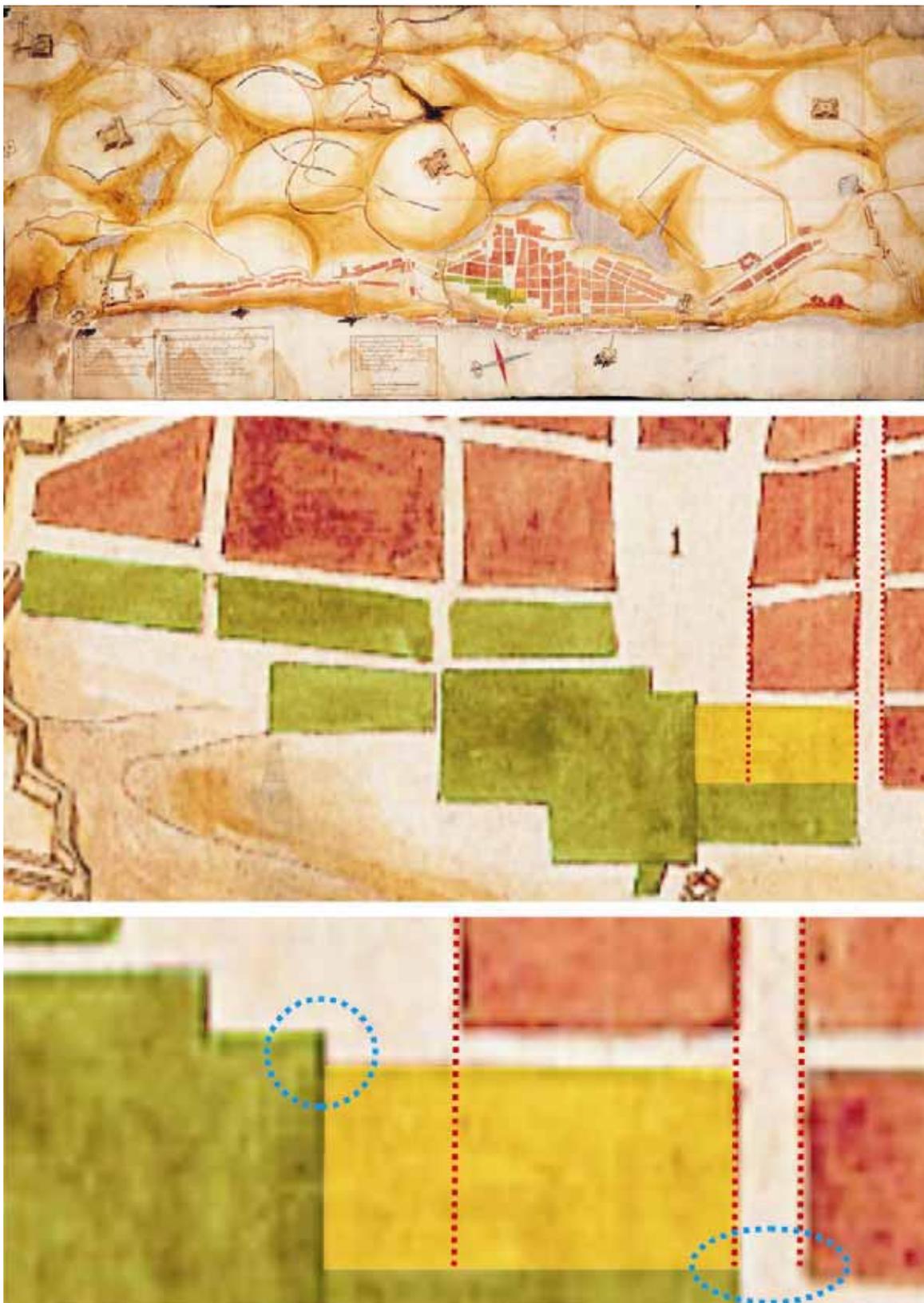


IMAGEM 20: “*Desenho da fortificações e trincheiras q se fizeraõ em deffença do inimigo*”, estampa do acervo dos originais manuscritos de Algemeen Rijksarchief, Haia, de 1638, sem autoria (Reis, 2000: 32-34/314). Em verde, a área ocupada pelo colégio e em amarelo a igreja do colégio. Tracejado em azul, a esquerda, a quina que determina os limites posterior e lateral da igreja. Tracejado em azul, a direita, o alinhamento da igreja a partir do quarteirão que existiu defronte, que guardava as mesmas proporções da fachada do antigo templo.

Se, por um lado, temos nas plantas de situação a locação do edifício do colégio, em visão bidimensional, nas quais situamos o espaço ocupado pela igreja de Men de Sá, iconografias em perspectiva os apresentam em visão tridimensional, corroborando a posição dos espaços jesuíticos em relação à trama da malha da cidade, demonstrando igualmente a “*plazoleta*” e, conseqüentemente, sua relação com o antigo prédio da Igreja de Men de Sá, que estava voltada para esta pequena praça. Além disto, este novo conjunto de iconografias nos permitirão, futuramente, re-locar os diferentes setores do colégio, possibilitando melhor relacionar as informações históricas escritas, com históricas iconográficas, arquitetônicas e arqueológicas.

Aqui, cabe uma informação. Neste novo conjunto de iconografias, a cidade encontra-se representada através de perspectivas em vista aérea, a partir da baía de Todos os Santos, em ângulo de 45°. Levando-se em consideração que as imagens que iremos apresentar foram realizadas no século XVII, época em que a tecnologia de aviação era inexistente, fica evidente que tais perspectivas são conjecturais, idealizadas por seus autores, baseadas no conhecimento que tinham da área e dos próprios conhecimentos de desenho em perspectiva. Por isso, na maior parte das situações, estes desenhos irão apresentar diferenças no que concerne à relação espacial entre os edifícios, uma vez que primavam mais pelo estético do que pelo exato.

Assim, passemos às imagens. A primeira perspectiva é, mais uma vez, de autoria de José Teixeira Albernaz I, a “*Planta da Restituição da Bahia*”, datada de 1925 (Simas Filho, 1998: 62). Nesta imagem aparece a área do colégio, apontando sua divisão interna com três pátios, uma igreja sem torre e um pequeno conjunto de casas ao lado da antiga Sé (imagem 21). A observação da igreja de Men de Sá, apesar dos equívocos de perspectiva e proporção⁸², aponta para um espaço com parte posterior chegando no limite do Terreiro de Jesus e com a fachada alinhada com o quarteirão, sendo que o Terreiro da igreja aparece representado invadindo o quarteirão defronte a igreja. Mas, isto deve-se a um equívoco de representação de Albernaz I, pois, em iconografias anteriores demonstrou

⁸² Como exemplo dos equívocos de proporção desta iconografia citamos aquele existente entre a Igreja de Men de Sá e da Igreja da Sé. Como é conhecida historicamente, a Igreja da Sé era a maior dentre as igrejas da Salvador colonial, portanto, bem maior que a Igreja de Men de Sá. Nesta imagem de Albernaz I, a Sé surge representada em tamanho bem menor que a igreja de Men de Sá. Outro exemplo de equívocos de proporção pode ser visto no quarteirão representado na frente da Igreja de Men de Sá, que faz limite com o lado sul do colégio, que deveria ter a largura da igreja, como aparece em todas as iconografias em planta. No entanto, esta desenhado muito mais largo que esta igreja.

o espaço deste pequeno terreiro (imagens 17 e 18), além dos dados arqueológicos mostrarem uma realidade diversa desta apresentada.

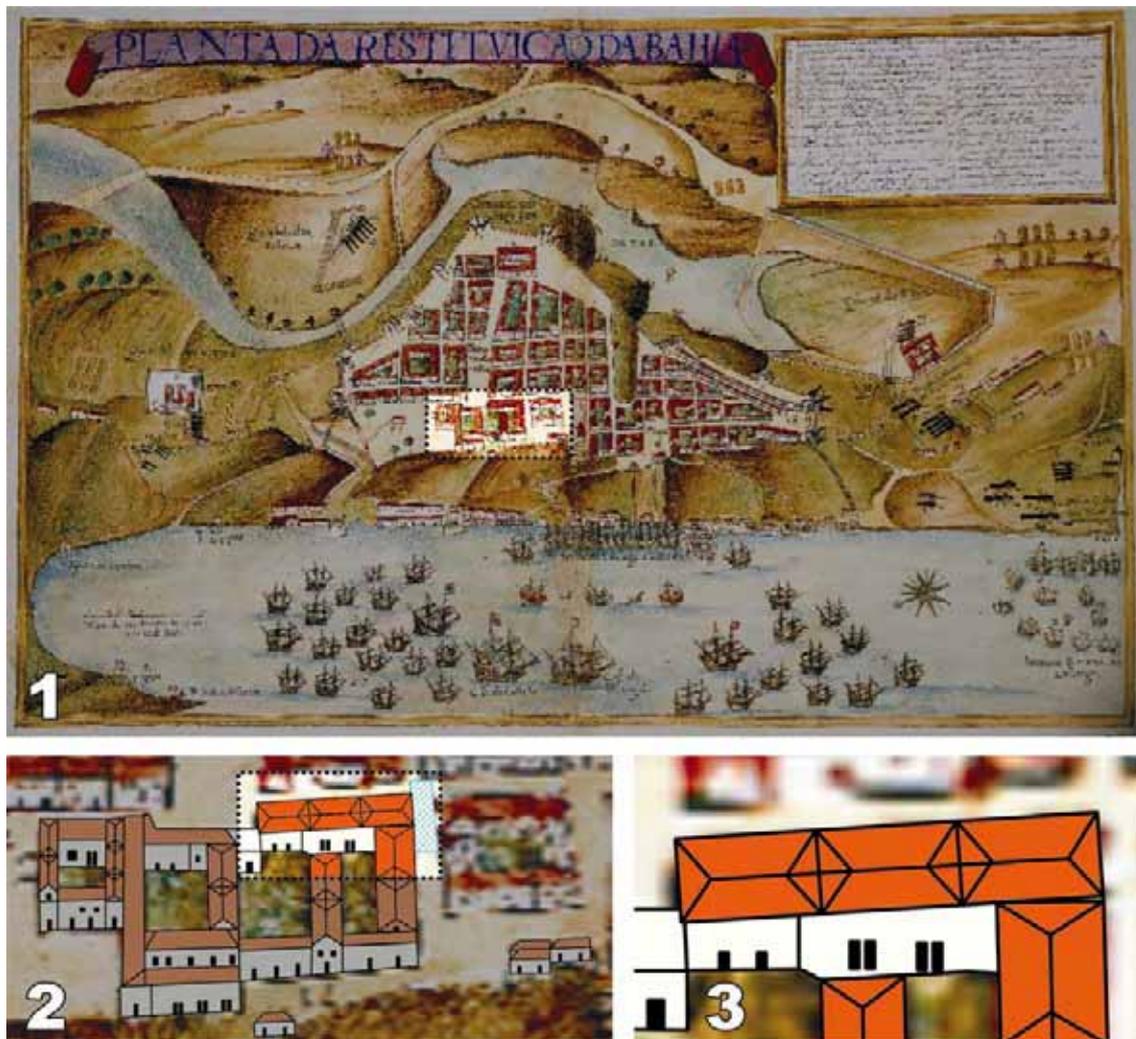


IMAGEM 21: “*Planta da Restituição da Bahia*” de autoria de José Teixeira Albernaz I, datada de 1925 (Simas Filho, 1998: 62). Ampliação da área do colégio, até a área que ocupava a igreja de Men de Sá. 1) Iconografia inteira. 2) Ampliação do espaço do colégio apresentado na iconografia. Apesar de parecer existir quatro divisões na área ocupada pelo colégio, na verdade só existem três; pode-se notar que o corredor que dividiria a última quadra, à direita, não está encostado à parede da igreja. Tracejada em azul a projeção do espaço do pequeno terreiro, que nesta imagem não está representado. 3) Ampliação da imagem até observar o espaço da igreja. Para efeitos de visualização as imagens 2 e 3 foram redesenhadas, tomando como base as iconografias originais publicadas.

Datada do mesmo ano de 1625, outra planta retirada originalmente do livro de Montanus de 1671, intitulada “*Urbs Salvador*” (Reis, 2000: 27/313), auxilia a análise deste espaço. Nesta imagem, os equívocos referem-se a representação das ruas, que aparecem muito largas; porém, a relação espacial entre os quarteirões parece guardar certa fidelidade ao espaço original de hoje. Como pode se ver, não é passível a visualização do corpo da igreja, pois, ele estaria situado atrás das paredes do pátio que existia ao lado do

templo, o que demonstra um certo controle de perspectiva e de proporção por parte do autor da imagem. Mas, um fator evidencia que a igreja estaria atrás deste pátio, a representação de uma torre surgindo mais alta por detrás das paredes do referido pátio, o que permite inferir (relacionando com o alinhamento dos quarteirões que o circundam) o espaço do pequeno terreiro da Igreja de Men de Sá, e, em contraponto, sugerir que a extensão da igreja deve se estender até a área do Terreiro de Jesus, uma vez constatado o rigor na perspectiva e na proporção do desenho (imagem 22).

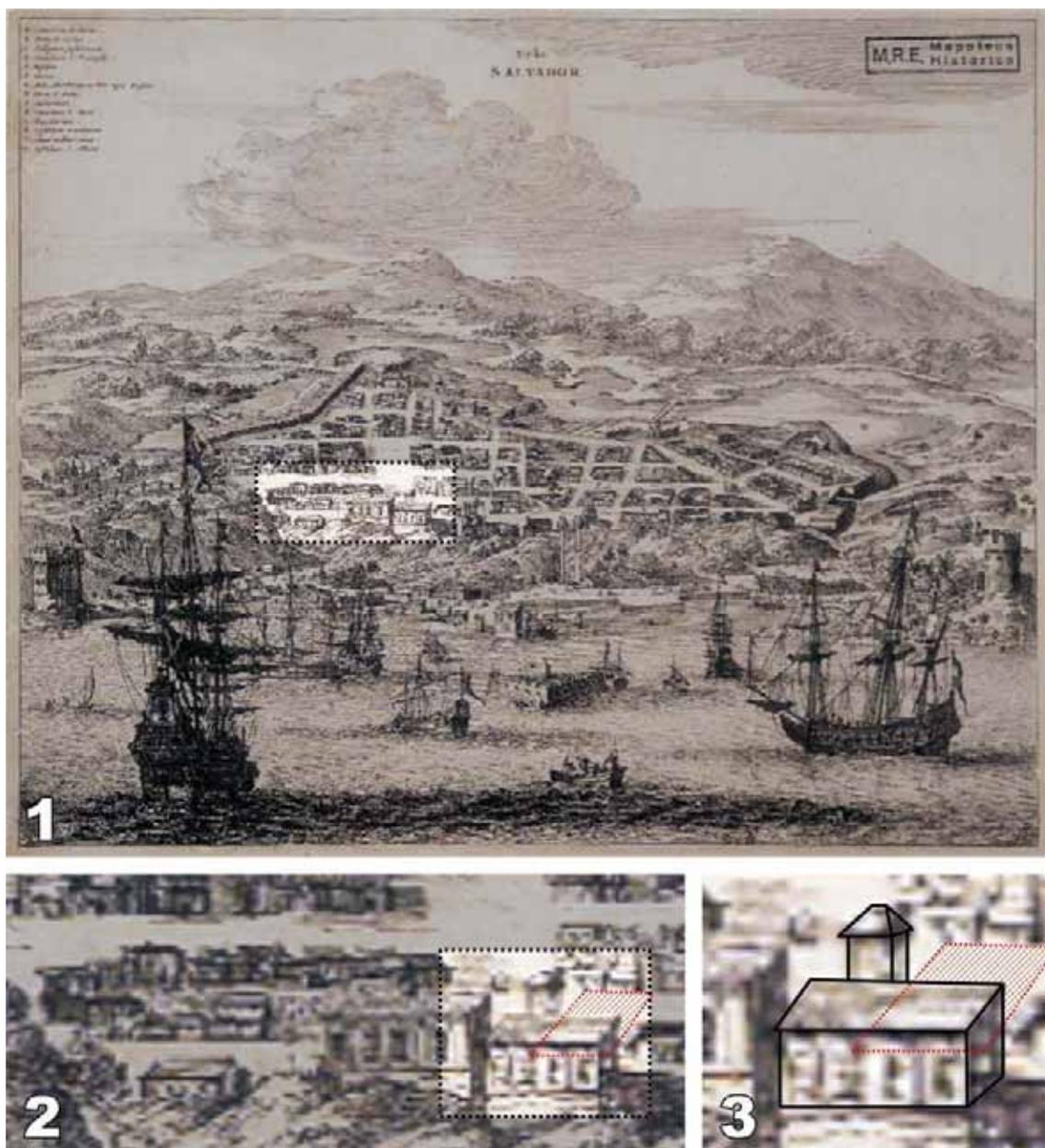


IMAGEM 22: “*Urbs Salvador*”, datada de 1625 (Reis, 2000: 27/313). Ampliação da área do colégio, até a área que ocupava a Igreja de Men de Sá. 1) Iconografia inteira. 2) Ampliação da iconografia tomando todo espaço jesuíta. Tracejada em vermelho a projeção do espaço do pequeno terreiro. 3) A torre da pequena igreja aparece representada atrás de uma edificação, de maneira que podemos situar o corpo da igreja iniciando, a partir da fachada, recuado ao alinhamento do quarteirão com sua extensão, até a sacristia e capela mor, invadindo o Terreiro de Jesus.

Por fim, mais uma vez do ano de 1625, a imagem intitulada “*PHILIPPO AVGVSTO LVSITANO MONARCHAE AFRICO AETHIOPICO ARABICO PÉRSICO INDICO BRASILICO FELICITAS ET GLORIA*”, de autoria de Benedictus Mealius (Reis, 2000: 26/312), igualmente trás representado os espaços que temos discutido. Os equívocos desta imagem referem-se tanto a proporção quanto a perspectiva; contudo, o maior índice de erros parece estar concentrado do lado norte da representação, em que os alinhamentos das ruas estão poucos explícitos, em contraponto, a partir do Terreiro de Jesus ao sul da imagem parece existir um maior controle da relação espacial dos edifícios. Nela, o complexo jesuítico aparece representado com três pátios, uma igreja com torre e um conjunto de casas ao lado da Sé, conforme a perspectiva de Albernaz I, sendo o limite frontal desalinhado com o quarteirão e o limite posterior invadindo o Terreiro de Jesus (imagem 23).

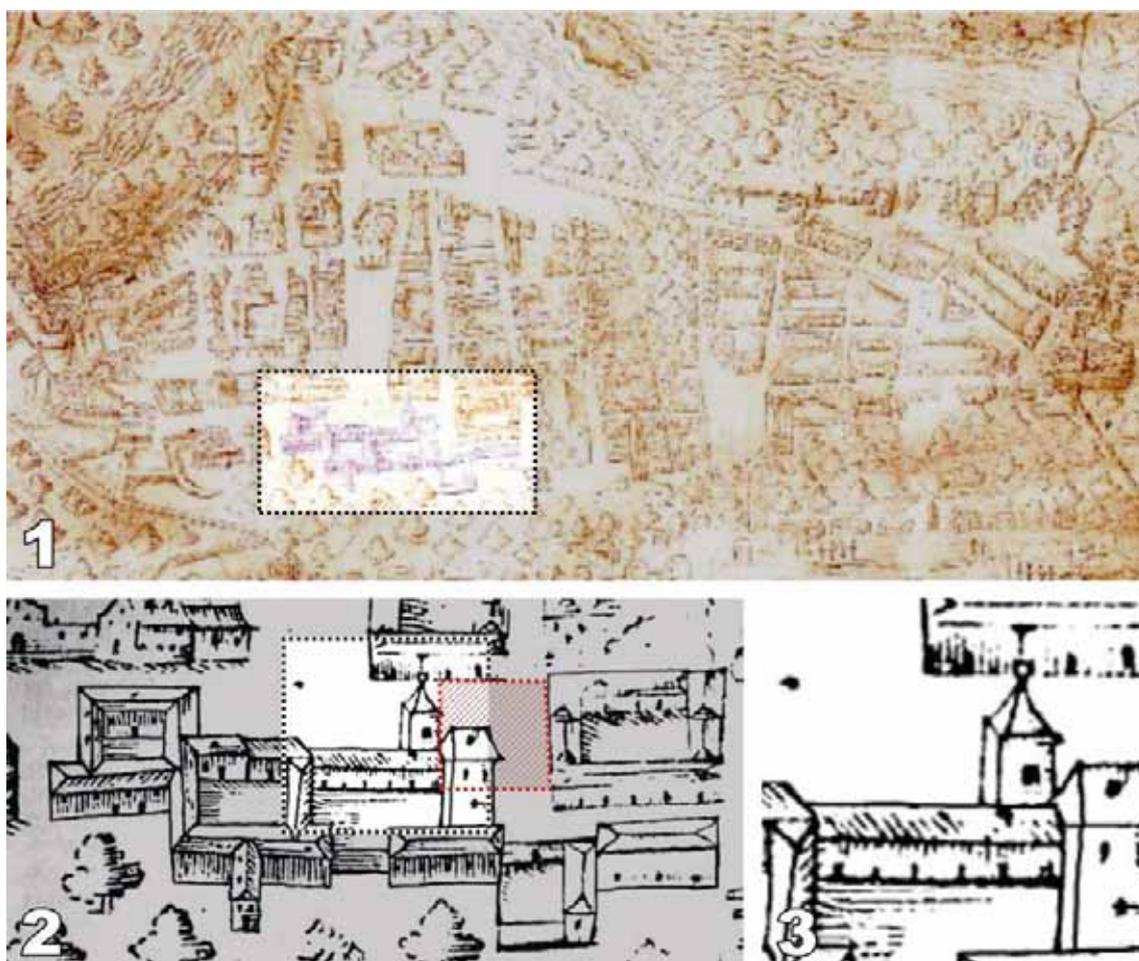


IMAGEM 23: “*PHILIPPO AVGVSTO LVSITANO MONARCHAE AFRICO AETHIOPICO ARABICO PÉRSICO INDICO BRASILICO FELICITAS ET GLORIA*”, datada de 1625 de autoria de Benedictus Mealius (Reis, 2000: 26/312; Leite, 1945c: 50). 1) Iconografia inteira. 2) Ampliação da iconografia tomando todo espaço jesuíta. Tracejada em vermelho a projeção do pequeno terreiro. 3) Ampliação da imagem até observar o espaço da igreja que aparece representada com uma torre; sua fachada encontra-se recuada em relação do alinhamento do quarteirão.

As coincidências de datas entre as plantas de 1625 ocorreram em decorrência do mesmo fator: visavam demonstrar o estado da cidade após a invasão holandesa de 1624. Mas, passemos a observação de uma última planta. Trata-se do “PERFIL DA ÇIDADE DO SALVADOR DA BAHIA DE TODOS OS SÁTOS Q MOSTRA ALTVRADO MAR A ELLA”, datada de 1609-1612 (imagem 24).

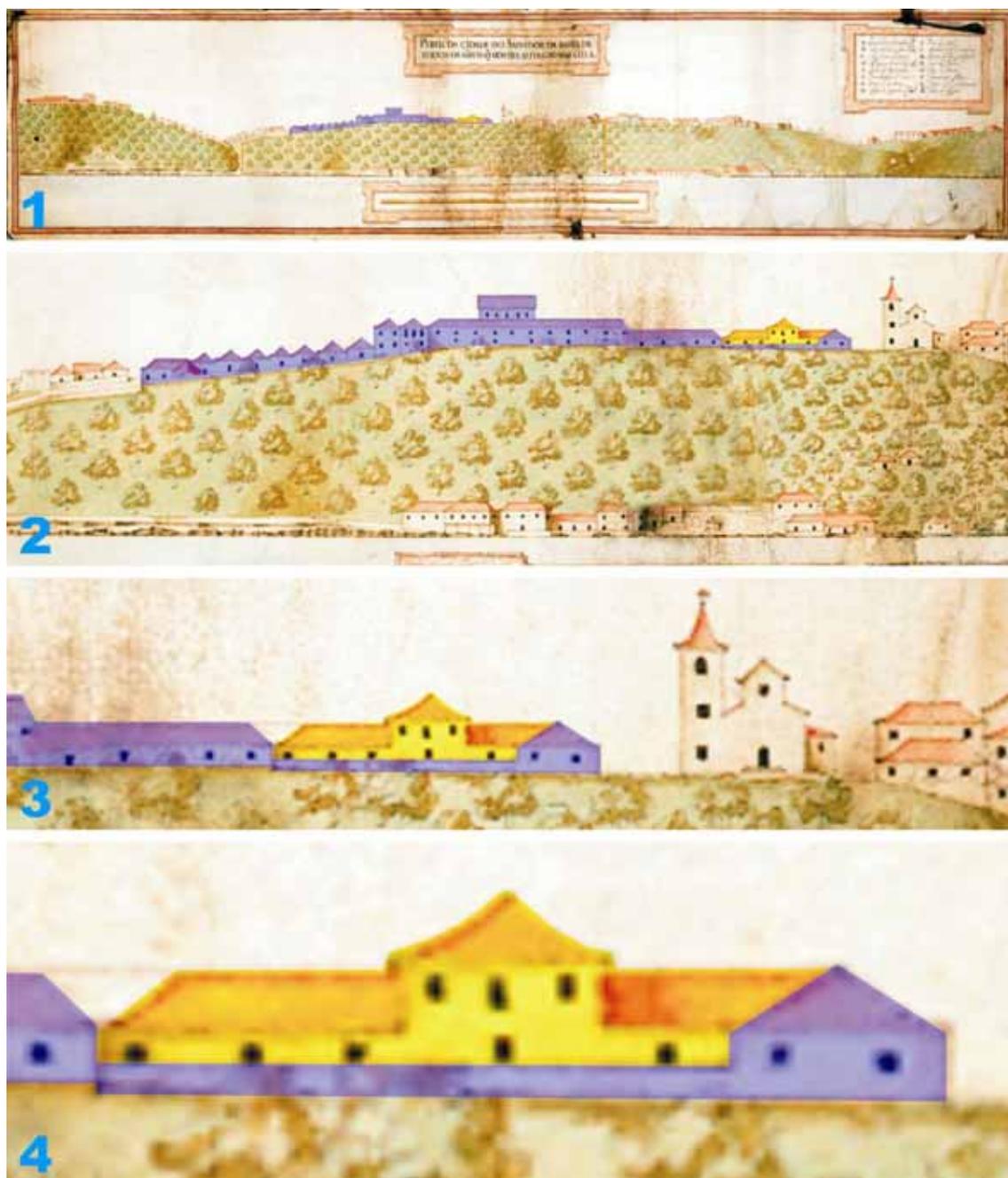


IMAGEM 24: “PERFIL DA ÇIDADE DO SALVADOR DA BAHIA DE TODOS OS SÁTOS Q MOSTRA ALTVRADO MAR A ELLA”, datada de 1609-1612, sem autoria (Reis, 2000: 20/310). 1) Iconografia inteira. 2) Ampliação da iconografia mostrando todo setor ocupado pelo Colégio dos Jesuítas. 3) Ampliação da área do pátio sul e da área entre o pátio o sul e a Sé. 4) Ampliação da área entre a Sé e o pátio sul do colégio. Em lilás o colégio e em amarelo o quarteirão que existia à frente a igreja de Men de Sá, visto por trás do colégio.

Esta a única planta que trás escala e, por isso, guarda proporções entre os diferentes edifícios. Apesar de apresentar desenhos muito esquemáticos, ela permite uma excelente leitura dos prédios que estavam à margem da escarpa. O edifício jesuíta aparece chegando junto a Sé, sendo que seu último espaço, entre o pátio e a Sé, consiste de apenas uma pequena casa, cuja ligação com o colégio é feita por um muro que serve de separação da área citadina e da escarpa. Por trás do muro é passível de visualização o quarteirão que estaria ao lado da Igreja de Men de Sá. Com a apresentação desta última iconografia, passemos a discussão dos dados materiais acerca do que temos discutido: os dados arqueológicos e os dados arquitetônicos.

2.2.2.3- Fontes arqueológicas e arquitetônicas

Antes de discutir os dados arqueológicos e arquitetônicos, vemos como imperativo esclarecer alguns condicionantes à pesquisa de campo, haja vista que eles limitaram certas observações dos contextos arqueológicos e, portanto, reduziram, em certa medida, a possibilidade de explicação de algumas estruturas encontradas nas escavações.

Um primeiro aspecto refere-se ao fato das intervenções estarem sendo realizadas em decorrência dos trabalhos de reforma da Praça da Sé, de maneira que, como o ponto de partida foi o trabalho de revitalização, os trabalhos de arqueologia ficaram restringidos às áreas de construção⁸³. Este fator fez com que a verificação de contextos arqueológicos, em muitas dos casos, não excedesse estes espaços que seriam diretamente afetados pelo empreendimento, com algumas exceções em que a equipe de arqueologia atuante na área,

⁸³ Esclarecemos que o primeiro projeto de escavação da Igreja da Sé remonta o interesse de pesquisa na área a 1992, quando pela primeira vez se observava o contexto arqueológico da igreja a partir de um buraco realizado pela Prefeitura Municipal de Salvador, na gestão da Prefeita Lídice da Matta, para a implantação da fossa de um banheiro público. Naquela ocasião, o então estudante de doutorado, Carlos Etchevarne, que realizava sua pesquisa no âmbito do Museu de Arqueologia e Etnologia da UFBA, passava na área e viu um que buraco estava sendo aberto. Então, aproximou-se para observar, sabendo que poderia ser encontrado algum vestígio, já que se tratava do centro histórico. Percebendo a existência de material ósseo humano e uma estrutura em pedra, atestou a descoberta junto ao IPHAN e justificando se tratar dos restos da antiga Igreja da Sé. Assim, o IPHAN providenciou que fosse embargada a obra. Deste acaso inicial, que suscitou a elaboração de um primeiro projeto de escavação da área, à intervenção propriamente dita passaram-se seis anos, pois, só tiveram início em agosto de 1998, quando o interesse político e econômico em reformar a Praça da Sé se fizeram presentes, utilizando-se a Praça da Sé como marco da história da cidade nas comemorações dos 500 anos do Brasil e 450 anos de Salvador. Portanto, podemos dizer que a efetivação deste projeto se trata da convergência de interesses distintos – por um lado, político/econômico, por outro, científico –, que permitiram as pesquisas arqueológicas na área da Praça da Sé.

a muito custo, conseguiu avançar em alguns locais. Desta maneira, como as intervenções na área que ocupou o colégio estiveram restritas a área da Praça da Sé, onde existiu o Pátio dos Estudos Gerais e a Igreja de Men de Sá, a condução de nossa observação da espacialidade da área jesuítica levará, a princípio, em consideração as evidências encontradas neste espaço, no qual nossa equipe realizou intervenções arqueológicas.

O fato das intervenções arqueológicas estarem sendo realizadas em um centro urbano, cuja circulação de pedestres e automóveis não poderia ser barrada, já que local conforma uma das rotas principais de ligação entre o Centro da cidade ao Comércio (cidade baixa) e Baixa dos Sapateiros – áreas comerciais que impulsionam a economia da cidade – os trabalhos arqueológicos tiveram que se adequar à dinâmica urbana, mantendo livres áreas de circulação. Leve-se em consideração, ainda, o fato de estar-se trabalhando na área de um centro histórico, em que o interesse de aproveitamento turístico foi, e é, premente, tais circunstâncias fizeram com que as escavações arqueológicas passassem a ser um dos atrativos turísticos. Portanto, estes fatores, igualmente, limitaram o acesso a certos setores que seriam passíveis e mais esclarecedores às prospecções arqueológicas.

Ademais, não podemos deixar de ressaltar que as evidências mais antigas encontradas em centros históricos, por precederem toda história de ocupação destas áreas, são as que estarão mais destruídas em decorrência do processo de ocupação contínua do solo⁸⁴. Por exemplo, a área da Praça da Sé, um dos núcleos mais antigo de Salvador, reúne evidências arqueológicas que vão de períodos pré-coloniais⁸⁵ aos séculos XVI, XVII, XVIII, XIX e XX, passíveis de observações a partir das inúmeras estruturas edificadas ou estruturas arqueológicas, que se intercalam e se sobrepõem na área. Mas, além dos restos construtivos, podem se ver tubulações de esgoto, de telefone e de fios elétricos que passam por entre os vestígios, destruindo muitos dos contextos arqueológicos. Ainda assim criam meios de os datar relativamente, pelas interferências e cortes que provocam nas estruturas pré-existentes.

⁸⁴ “Nos setores das cidades de maior tempo de ocupação, denominados Centros Históricos, existe uma seqüência de ocupações passíveis de serem observadas arqueologicamente. Uma seqüência que é verificada não somente pelas estruturas edíficias emergentes, mas também pela sucessão de camadas de restos variados (superposição de solos, depósitos, bolsões, mudanças de níveis, etc) além da incorporação e abandono de espaços” (Etchevarne, 2002: 6).

⁸⁵ Cerâmicas com características da tradição arqueológica Tupiguarani, tembetás, conchas, fibras vegetais, dentre outros, encontradas isoladas ou estruturadas em bolsões de concentração de materiais, que sugerem ter sido a área um antigo aldeamento indígena.

Por fim, é justamente este processo de ocupação contínua, quando se realizaram aterros ou nivelamentos, que causou o maior impacto na área. Conforme pode se ver nas imagens de demolição dos edifícios oitocentistas e construção da primeira conformação da Praça da Sé, no século XX, o nível do solo foi rebaixado aproximadamente 60cm na área do Pátio dos Estudos Gerais do Colégio dos Jesuítas (ao lado da atual Catedral Basílica de Salvador) a cerca de 2m na área da igreja da Sé (imagem 25), de maneira que a maior parte das evidências que nos restaram são estruturas de fundações e lixos soterrados.



IMAGEM 25: Imagens de 1940/41, publicadas no relatório da gestão do Prefeito Neves da Rocha. Fotografias tiradas após a demolição dos quarteirões oitocentistas, durante e após a construção da primeira conformação Praça da Sé. Trata-se de uma vista da área a partir do local onde hoje existe o edifício Themis. 1) As linhas azuis demonstram as diferenças de nível entre o passeio e a área rebaixada com a remoção de entulhos na demolição. 2) Mesmo com a reconstrução da Praça, o nível do solo manteve-se rebaixado, como pode se ver no nível do passeio direito. Fonte: Fundação Gregório de Mattos.

Tendo em vista todos estes fatores citados, para a interpretação espacial desta área faz-se mister a conjunção de dados materiais (arqueológicos e arquitetônicos), históricos escritos e históricos iconográficos para a apresentação dos diferentes contextos de ocupação do Colégio dos Jesuítas.

No que concerne as escavações arqueológicas empreendidas, toda área da Praça da Sé, nosso foco de observação, foi quadriculada com malha de 1 por 1m², controlada pelo sistema alfanumérico (letras num sentido e números em outro), sendo as escavações feitas por níveis artificiais de 10 em 10cm, ou de 5 em 5cm, dependendo do contexto (vide planta de situação no apêndice 1 e planta de escavação no apêndice 2). Com estes critérios, tivemos a possibilidade de intervir em dois contextos arqueológicos específicos, a antiga Igreja da Sé de Salvador e o Pátio dos Estudos Gerais do Colégio dos Jesuítas. As escavações no espaço da antiga Igreja da Sé foram realizadas em cinco pontos distintos,

referentes as suas quatro extremidades e a área do adro (a Praça D. Isabel). Desta forma, foi possível localizar todo perímetro desta igreja que, embora não seja nosso objeto principal de estudo neste trabalho, mais à frente utilizaremos estes dados para a recomposição da malha urbana deste setor da cidade, atualmente reconhecido como Praça da Sé.

Com o sítio Pátio dos Estudos Gerais do Colégio dos Jesuítas, suas áreas deverão ser trabalhadas aqui. Este trabalho foi empreendido em duas etapas. A primeira delas, ocorreu entre agosto e setembro de 2000 e visou realizar sondagens no espaço ao lado da Catedral Basílica da Salvador, a fim de observar a existência de contextos arqueológicos⁸⁶, uma vez que a Prefeitura Municipal de Salvador visava construir na área uma memorial a cidade, subterrâneo, com entrada em abobada de vidro azul na superfície. Desta feita, os trabalhos arqueológicos redundaram na localização de uma série de estruturas arqueológicas, de todos os séculos de existência de Salvador, além de ocorrências de materiais pré-coloniais. Dentre as estruturas, naquele instante, foi possível identificar de imediato as fundações da parede externa do pátio sul do colégio em sua última conformação, reconhecido como Pátio dos Estudos Gerais, do último quarto do século XVII ao primeiro ano do século XIX (Etchevarne *et alli* 2000 e 2001). Por isso, o nome do sítio.

Com estas evidências se atestou a impossibilidade de intervenções de alto impacto no solo, de maneira que se abortou o projeto de construção do memorial subterrâneo. Em substituição, projetou-se a construção de uma “fonte cibernética”⁸⁷ e a exposição do principal contexto identificado até aquele instante. Desta maneira, retornamos a área entre outubro de 2001 e maio de 2002 para ampliar as sondagens e consolidar⁸⁸ as estruturas para a exposição ao grande público, além de escavar a área da

⁸⁶ Vale ressaltar que esta área já havia sido liberada pelo IPHAN para a construção do memorial subterrâneo. Todavia, alertado pela equipe de arqueologia que atuava na área, o órgão solicitou, em momento posterior a primeira ordem, que se realizassem sondagens para verificar a existência ou ausência de contextos arqueológicos.

⁸⁷ Trata-se de uma fonte d'água computadorizada que associa movimentos de água, luz e som.

⁸⁸ Os trabalhos de consolidação foram realizados pela equipe do Núcleo de Tecnologia da Preservação e da Restauração (NTPR) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, coordenados pelo Professor Mário Mendonça de Oliveira. Desenvolvidos paralelamente às escavações arqueológicas e com o apoio direto da equipe de arqueologia (Etchevarne & Costa, 2002: 47-49), tais atividades abrangeram tanto a consolidação das estruturas quanto à preparação de estruturas de drenagem do sítio (Araújo, 2003).

casa de máquinas da dita fonte cibernética. Deste momento novas estruturas emergiram, possibilitando uma visão mais ampla e sólida do espaço (Etchevarne & Costa, 2002).

Como explicitamos anteriormente, o espaço jesuíta iniciado a construção em 1561 e inaugurado em 1591 era composto por três quadras e uma igreja (a de Men de Sá), sendo que o lado sul, junto a antiga Igreja da Sé, ainda detinha um pequeno conjunto de casas provisórias. Ressaltamos este aspecto, pois, existem posições contrárias quanto a esta distribuição dos espaços. Referimo-nos especificamente análise de Anna Carvalho (2000: 199/216), de Carlo Brescianni (1997: 213) e de Serafim Leite (1945c: 118-119), cujos trabalhos que executaram apontam o espaço das casas ao lado da Sé ou próximo a elas como referentes a um suposto primitivo Pátio dos Estudos Gerais. Porém, os dados que dispomos não nos autorizam entender desta forma. Por um lado, as evidências arqueológicas e arquitetônicas não permitem aceitar esta assertiva, por outro, as evidências históricas escritas e históricas iconográficas demonstram uma contradição a esta idéia. Mas, passemos a faina com os dados materiais para, calcados nestes dados, retornar a questão da localização deste pátio.

Iniciemos pela Igreja de Men de Sá. Durante as escavações arqueológicas foram localizados alicerces e estruturas arqueológicas que se intercalam e sobrepõem no espaço escavado (Etchevarne *et alli* 2000, 2001 e 2002). Para alguns destes contextos foi fácil o reconhecimento do uso original. Contudo, outros merecem considerações ao seu entendimento. Este é o caso dos alicerces que julgamos tratar-se da fachada da Igreja de Men de Sá (imagem 26). Deles apenas pudemos reconhecer uma das quatro quinas, a que estaria disposta no sentido SW do corpo do edifício, com parte da extensão dos alicerces da fachada e da lateral direita. Como já esclarecemos, a impossibilidade de continuar à observação de contextos arqueológicos se deve aos condicionantes à pesquisa de campo, que dissertamos anteriormente, de maneira que apenas nos valeremos desta quina como prova inicial do espaço da Igreja de Men de Sá e complementaremos esta argumentação com base em informações históricas escritas e iconográficas, arquitetônicas e de outros dados arqueológicos. Então, passemos a enumerar os fatores que nos permitem entender esta estrutura como relativa à igreja de Men de Sá:

- 1) De acordo com informações de Joseph de Anchieta e Fernão Cardim a técnica construtiva utilizada para a construção do colégio e da igreja era pedra e cal (Anchieta, 1988 [1585]: 421; Cardim, 1997 [1585]: 219), técnica construtiva que

condiz com as estruturas localizadas nas intervenções arqueológicas⁸⁹ (vide apêndice 6);

- 2) Pode-se perceber que esta quina refere-se, de fato, a extremidade de um edifício grande ou pesado, pois, nela foi identificada a sapata de sustentação estrutural, que tem profundidade inicial de 55cm e chega na base com 155cm, enquanto os alicerces da extensão das paredes iniciam em 55cm e não superam 80cm na base (planta de escavação no apêndice 2)⁹⁰;
- 3) Conforme apontam as iconografias, a fachada da igreja deveria estar recuada em relação ao alinhamento do quarteirão situado à esquerda do templo religioso. Esta situação também foi flagrada no alinhamento desta estrutura em relação ao referido quarteirão, que se encontra com o recuo de aproximadamente 28m. Por outro lado, em nenhuma das sondagens realizadas no espaço entre este alicerce e o alinhamento foram localizadas estruturas de pedra e cal, de maneira que esta que nos referimos são as únicas com esta composição, no sentido coincidente ao da fachada da Igreja de Men de Sá (planta de situação no apêndice 1);
- 4) Dentre as principais composições de alicerçais observadas no sítio – pedra e cal e arenoso, arenito de praia, cal e reaproveitamento de tijolos e telhas cerâmicos –, o conjunto de alicerces de pedra e cal se afigura como o mais antigo. No caso específico dos alicerces de pedra e cal atribuídos à fachada da Igreja de Men de Sá, uma sapata de arenoso o corta, nas quadras D”-C” / 96-97, mostrando sua precedência a este último (apêndices 2 e 6);
- 5) Por fim, entre o alinhamento do quarteirão e a fachada da igreja havia uma área aberta, uma espécie de pequena praça, como demonstram as iconografias de Albernaz I (1616, 1624 e 1625), Hondius (1624), Mealius (1625), dentre outras. Por sua vez, os dados arqueológicos, igualmente, permitem a interpretação de que o espaço entre o alinhamento do quarteirão e os alicerces de pedra e cal formava

⁸⁹ Durante as escavações foram localizadas três tecnologias construtivas para os alicerces, que, de acordo com a sobreposição observada no sítio, dispomo-las na ordem cronológica da mais antiga a mais recente: 1) alicerces de pedra e cal (tipo 1); 2) alicerces de arenoso bege; 3) alicerces de arenoso, arenito de praia, cal, reaproveitamento de tijolos e telhas cerâmicos (tipo 2).

⁹⁰ Nesta estrutura uma segunda sapata foi localizada a 2m, no sentido do comprimento do corpo da igreja (quadra A” / 100), com profundidade inicial de 64cm e final de 150cm, como pode se ver nas plantas de escavação (vide planta de escavação no apêndice 2).

uma área aberta, sem ocupação de quaisquer edifícios no final do século XVI e início do XVII. Isto porque, além da ausência de estruturas de pedra e cal, foi possível localizar e identificar uma série de lixões de materiais de uso doméstico, dos quais um contém fragmentos de faiança do tipo malegueira, do final do século XVI e início do XVII⁹¹ e atinge profundidade de 180cm (vide apêndice 3). Outro lixo é de materiais construtivos (tijolos, telhas, rochas, restos de argamassa de cal), dentre os quais, fragmentos de tijolos com mesma tipologia daqueles agregados a estrutura de pedra e cal, o que possivelmente demonstra que este lixão, que atinge profundidade de 230cm, seja resultante da demolição do espaço da igreja (vide apêndice 8). Vale ressaltar que em todos estes micro-contextos citados, além dos materiais que os compõem indicarem suas antiguidades, as relações estratigráficas com as situações arqueológicas circundantes os colocam como mais antigo, pois, estão sob todas as estruturas encontradas na área.

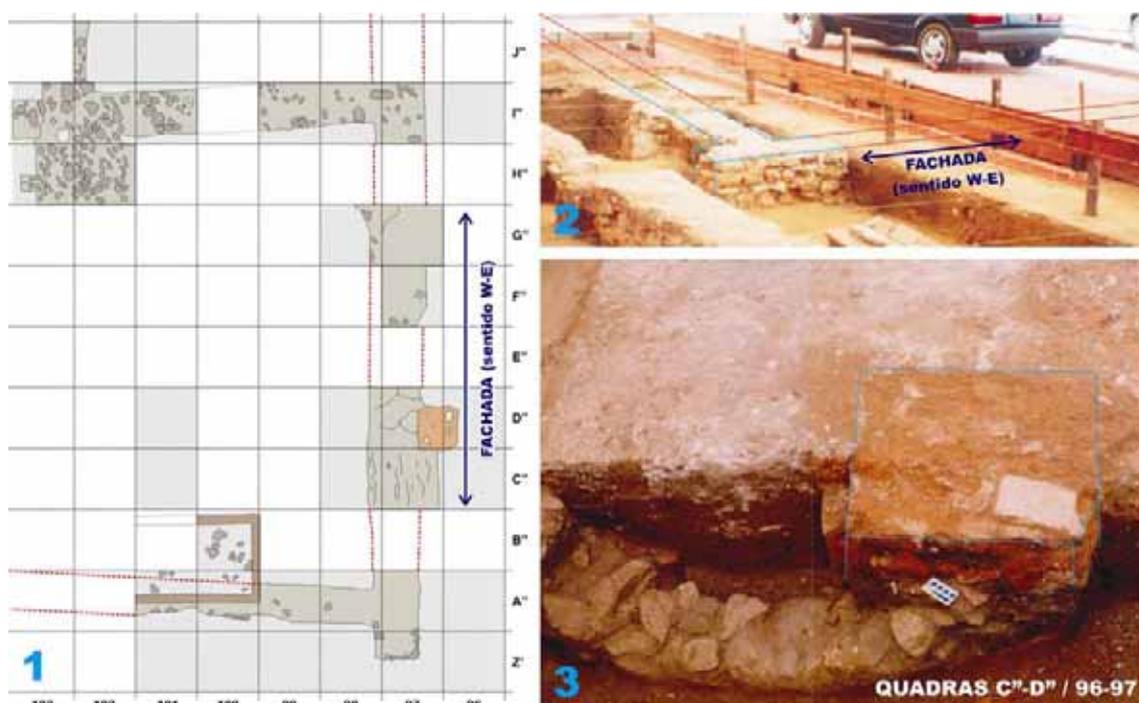


IMAGEM 26: 1) Inserção das estruturas na malha de quadriculamento das escavações (para um melhor detalhamento, ver apêndices 2 e 6). 2) Disposição dos alicerces no contexto do sítio. 3) Sapata composta de arenoso e reaproveitamento de tijolos e telhas cerâmicos, que corta o alicerce de pedra e cal. Desenho: Carlos Costa e Luydy Fernandes, 2002. Fotos: Carlos Costa, 2002; e Francesco Palermo, 2000.

Eliminadas as dúvidas que poderiam pairar quanto à pertinência deste conjunto de alicerces de pedra e cal como referentes à fachada da igreja de Men de Sá, esta quina

⁹¹ De acordo com informações pessoais de Carlos Etchevarne, em 02 de maio de 2005, este tipo de faiança já era produzido em Portugal no ano de 1573.

passa a informar dois dos limites do perímetro da igreja: a face sul (fachada) e a face oeste (lateral direita). Basta, então, limitar a igreja à leste (lateral esquerda) e ao oeste (limite posterior), nas áreas em que não foi possível realizar intervenções arqueológicas. Para tanto, iremos nos valer, inicialmente, de dados históricos.

O documento que melhor elucidada acerca da área que ocupava esta igreja, que já referendamos, vem de Simão de Vasconcellos, as “Razões do acôrdo que se tomou no ano de 1654 sôbre o sítio da igreja nova”. Trata-se de uma proposta textual de re-construção da igreja, quando se proporia o re-posicionamento do seu corpo, voltando sua fachada para o Terreiro de Jesus. Na apresentação desta nova proposta Vasconcellos fornecerá informações acerca da Igreja de Men de Sá, que nos permitirão estimar as dimensões do perímetro ocupado pela velha igreja e sua posição, em oposição à nova igreja.

No que se refere a lateral esquerda da igreja, além da precisa informação de Simão de Vasconcellos, sabe-se que ela seguia o alinhamento da face leste do colégio, no setor do Terreiro de Jesus, como bem demonstram todas as iconografias em planta. Ademais, de acordo com Vasconcellos, a lateral esquerda da igreja de Men de Sá seguia o alinhamento da fachada da nova igreja, que seria voltada para o Terreiro de Jesus. Assim sendo, estes dados em conjunto com dados arqueológicos, arquitetônicos, históricos escritos e históricos iconográficos permitem precisar a largura da igreja de Men de Sá entre 16 a 18m. Agora, vamos discutir o comprimento.

Partindo do princípio que a igreja tivesse uma forma retangular, em planta, e de posse da informação da largura, podemos situar a parte posterior da igreja (setor da sacristia e do altar mor) chegando ao limite do Terreiro de Jesus. Acerca disto, lembremos que análises das iconografias já possibilitavam informar que o limite posterior da igreja deveria chegar no meio da largura do Terreiro de Jesus. Mas, os dados de Vasconcellos auxiliam a pormenorizar esta informação. Segundo sua descrição, quando projetara a área para a construção da nova igreja do colégio (atual Catedral Basílica de Salvador), este novo edifício ocuparia um corredor paralelo a largura do Terreiro de Jesus, onde existiam a livraria, a casa de hóspedes (acima) e a procuratura (abaixo), de tal modo que sua porta principal ficaria no meio do Terreiro de Jesus e a igreja teria dois pátios regulares aos lados (imagem 27-2) (Vasconcellos [1654] *apud* Leite 1945c: 115). Assim, admitindo-se este projeto, a área do altar mor da igreja velha chegaria ao lado da igreja nova.

Todavia, como observou Serafim Leite (1945c: 119), a igreja nova, atual Catedral Basílica de Salvador, não está no centro da largura do Terreiro de Jesus, mas, sim, no canto sudoeste. Com esta observação, Serafim Leite conclui que os planos de Simão de Vasconcelos não vingaram e, desta maneira, deveríamos considerar este deslocamento e entender que a atual Catedral Basílica estaria sobre o altar mor da igreja velha.

Porém, não podemos considerar esta hipótese, pois, temos razões para discordar desta posição de Leite e para acreditar que os planos de Vasconcelos foram executados. Se observarmos a planta do colégio após a construção da nova igreja (imagem 49), os pátios que se encontram à direita e à esquerda da igreja nova no pavimento térreo têm os mesmos tamanhos no perímetro ocupado, como queria Vasconcelos. A única divergência em relação aos planos originais é que as divisões internas em celas encontram-se com distribuição diferentes; mas, reafirmamos que em termos de espaço ocupado os tamanhos são os mesmos. Por outro lado, se a igreja tivesse que ficar no meio da largura do Terreiro de Jesus, aí sim, os pátios não teriam tamanhos regulares, pois, o pátio do lado direito (sul), que viria a ser o dos Estudos Gerais, ficaria muito comprido e o esquerdo (norte) muito estreito. Outrossim, levando-se em consideração os alicerces da fachada da igreja de Men de Sá localizados nas escavações, para que o altar mor chegasse ao lado da igreja nova, se ela tivesse ocupado o meio da largura do Terreiro de Jesus, a antiga igreja ficaria muito comprida e, admitindo-se esta suposição, conformaria uma situação muito particular a Igreja de Men de Sá, em termos do que se conhece de arquitetura religiosa do século XVI.

Por fim, na planta de alteração da proposta de Vasconcelos (imagem 27-1) existem omissões. Nela o colégio está representado de maneira parcial, colocando-se em evidência apenas o setor que se propunham às alterações, com os pátios com tamanhos iguais, como aparece nas plantas depois de construída (imagem 49). Além da representação parcial do colégio, sua inserção na malha urbana também é parcial. No limite sul desta planta encontra-se representada as divisões das ruas, mas, justamente o quarteirão que permitiria entender que a proposta da nova igreja não ficaria no centro da largura do Terreiro é omitido no projeto.

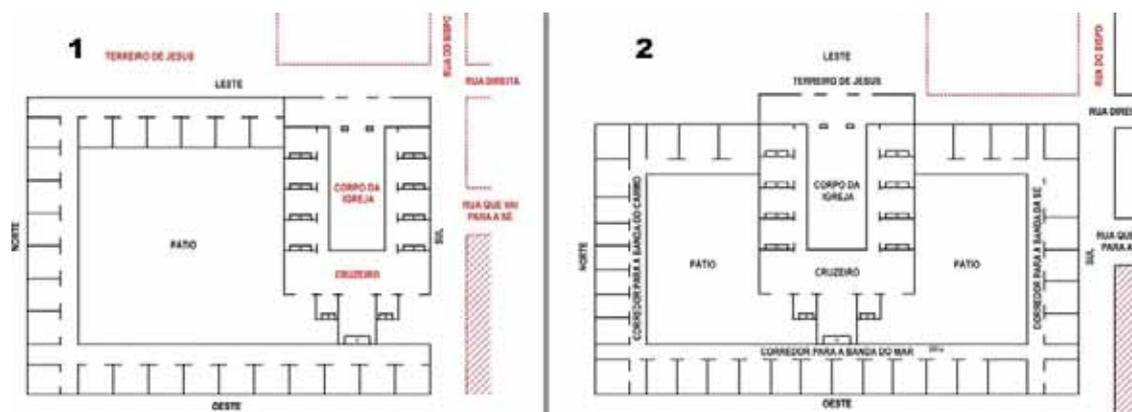


IMAGEM 27: Propostas de alteração da posição da igreja apresentadas por Simão de Vasconcellos, em 1654. 1) Com o fim de opor-se a este projeto, Vasconcellos apresenta aquela que seria a segunda proposta⁹² de construção da nova igreja de autoria do padre Henrique Gomes (Visitador Geral), de 1616, que não foi à frente em decorrência da invasão holandesa de 1624; acerca da posição que teria a igreja neste projeto, reforça o autor: “(...) como se vê da planta que com esta vai, ficando a Igreja, que se havia de fazer, formando a quadra do Colégio da parte Sul [com a fachada voltada para um quarteirão] (...)” (Vasconcellos [1654] *apud* Leite 1945c: 107). 2) Em oposição a segunda proposta, Vasconcellos apresenta um terceiro plano de alteração da igreja, de 1654, quando ele iria descreve-la dizendo: “(...) Porque, fazendo-se no dito sítio, fica o Colégio com quadra perfeita de quatro corredores, abraçando no meio a Igreja o corredor da parte do Leste, que é fronteiro à Praça do Terreiro (...)” (Ib.: 109). As linhas e indicações em preto referem-se aos planos originais apresentados por Vasconcellos. As linhas e nomes em vermelho referem-se a adições que fizemos, baseadas nas descrições de Vasconcellos, para tornar inteligível a inserção dos projetos na malha urbana. As áreas rachuradas no canto direito inferior das plantas referem-se ao início do setor entre o limite sul do pátio e a Igreja da Sé, na qual indicamos apenas a existência das primitivas casas dos jesuítas e, diferente de nossa posição, Anna Carvalho e Serafim Leite indicam a existência do primitivo Pátio dos Estudos Gerais. Fonte: Leite 1945a: 70; e 1945c: 120.

Ora, então podemos concluir que Simão de Vasconcellos, Provincial da Ordem no Brasil, faltou com a verdade em sua correspondência ao Prior da Ordem em Roma, quando submetia os planos à avaliação informando que a igreja teria as portas principais no centro da largura do Terreiro de Jesus?

Como para responder está dúvida seriam necessárias informações do autor do projeto, fiquemos com a conclusão de que a igreja nova provavelmente seguiu os planos de Vasconcellos e, por isso, a área do altar mor da igreja velha chegaria ao lado da nova, como permitem concluir as próprias notícias de Vasconcellos e a projeção da igreja a partir das evidências arqueológicas. Por outro lado, admitir que a igreja velha não seria sobreposta pela nova tem sentido, uma vez que os jesuítas precisavam de um espaço para suas preces públicas, enquanto se construía o novo templo. Auxilia a entender que a igreja nova não sobrepôs a velha o fato da lápide do Bispo D. Antônio Barreiros, sepultado em

⁹² A primeira proposta é do ano de 1598, quando a nova igreja ficaria na mesma posição que se encontrava a Igreja de Men de Sá, com face voltada para o Sul. Todavia, como já demonstramos, esta proposta não vingou porque a igreja seria ampliada invadindo o “*Terreiro da igreja*”, de maneira que o governador e a população impediram a construção (Vasconcellos *apud* Leite, 1945: 107).

1600 no altar mor da velha igreja, ser noticiada em 1707 por Prudêncio de Amaral (Leite, 1945c: 119) e em 1758 por Antônio Caldas⁹³ (Caldas, 1951 [1758]: 35) no mesmo local, portanto, depois de ocorrida a construção da nova igreja, que teve obra finalizada em 1672. Se a nova igreja ficou sobre algum espaço da velha igreja, este espaço foi a sacristia, que estava atrás da igreja, e não o corpo principal.

Com todas estas considerações, entendemos que a Catedral Basílica está sobre parte do corredor da portaria paralelo à largura do Terreiro de Jesus, o corredor que separava os pátios e a área da sacristia da Igreja de Men de Sá; o corpo principal da velha igreja ficaria ao lado da nova igreja. Assim, a Igreja de Men de Sá teria um comprimento estimado entre 22 e 25m e, adicionando a sacristia, poderia chegar a 30m.

Uma igreja com largura de 16 a 18m e comprimento de 22 a 25m detinha porte médio a pequeno, se comparada com as encontradas em Salvador. Isto a documentação histórica permitia entender, quando dispunham informações como: “(...) a igreja é razoável, bem acabada, com seu côro, é bastante por agora para a terra (...)” (Anchieta, 1988 [1585]: 421); “A igreja é capaz (...)” (Cardim, 1997 [1585]: 219); e, com maior possibilidade interpretativa, “(...) a nova igreja ocuparia, na sua largura, todo o comprimento da igreja velha (...)” (Cardim *apud* Leite, 1945: 119). Vale ressaltar que embora a nova igreja não esteja sobreposta à antiga, provavelmente ela guardou as mesmas proporções idealizadas nos primeiros projetos, uma vez que a Catedral Basílica de Salvador tem 28m de largura.

A única contrariedade que está assertiva traria é que a igreja velha não estaria com extensão invadindo o Terreiro de Jesus da maneira que demonstram maior parte das iconografias, apenas estaria chegando ao canto deste Terreiro, como apenas uma iconografia apresenta, a de Albernaz I de 1625. Neste caso, apenas a sacristia invadiria este espaço. Mas, podemos informar que isto ocorreu, pois, o próprio Vasconcellos nos fornece a evidência de que fosse assim, ao descrever o espaço que seria ocupado pelo primeiro projeto de mudança da igreja, no mesmo sítio da antiga igreja, quando diria “(...) porque se se fizesse onde antigamente estava determinado, ficava no cabo dele e encantoada em um canto do Terreiro, e por isso menos decente e vistosa” (Vasconcellos [1654] *apud* Leite 1945c: 108).

⁹³ “(...) a sua sepultura onde jas escassamente se nossas patente na Capela Mor da Igreja velha do Colégio da Comp^a de JESUS (...)” (Caldas, 1951 [1758]: 35).

Com relação ao pátio que estava ao lado da igreja, passemos a compreender seus limites. Como demonstram as iconografias, sobretudo àquelas em planta, esta parede que seguia paralela a lateral direita da Igreja de Men de Sá, conformaria o limite externo leste do pátio, que separaria a área da pequena praça da igreja a do colégio. Nos seus primeiros momentos de construção, segunda metade do século XVI, sua técnica construtiva também seria a pedra e cal, como já demonstramos. Todavia, os alicerces localizados nas escavações, paralelos a lateral direita da Igreja de Men de Sá, reúnem trechos com duas técnicas construtivas: 1) pedra e cal; e 2) arenoso, arenito de praia, cal e reaproveitamento de tijolos e telhas cerâmicos (imagem 28 e apêndice 7).

Como pode ser visto na descrição específica deste contexto (apêndice 7), isto se deve ao fato das antigas estruturas de pedra e cal terem sido reaproveitadas na construção do Pátio dos Estudos Gerais, no último quarto do século XVII (fator que trataremos com maior detalhamento mais à frente). Por isso encontram-se duas técnicas construtivas. Assim, deste alicerce os trechos que atestam a antiguidade do contexto, tanto pela técnica construtiva quanto pela superposição no sítio, são aqueles em pedra e cal. Ademais, este reaproveitamento das estruturas demonstra que a reformulação do pátio não implicou em grandes alterações do espaço, apenas sua re-estruturação interna, de maneira que seus limites mantiveram-se no mesmo lugar, em ambos os momentos do prédio jesuíta. Em suma, temos disponível o limite leste do pátio construído no século XVI.

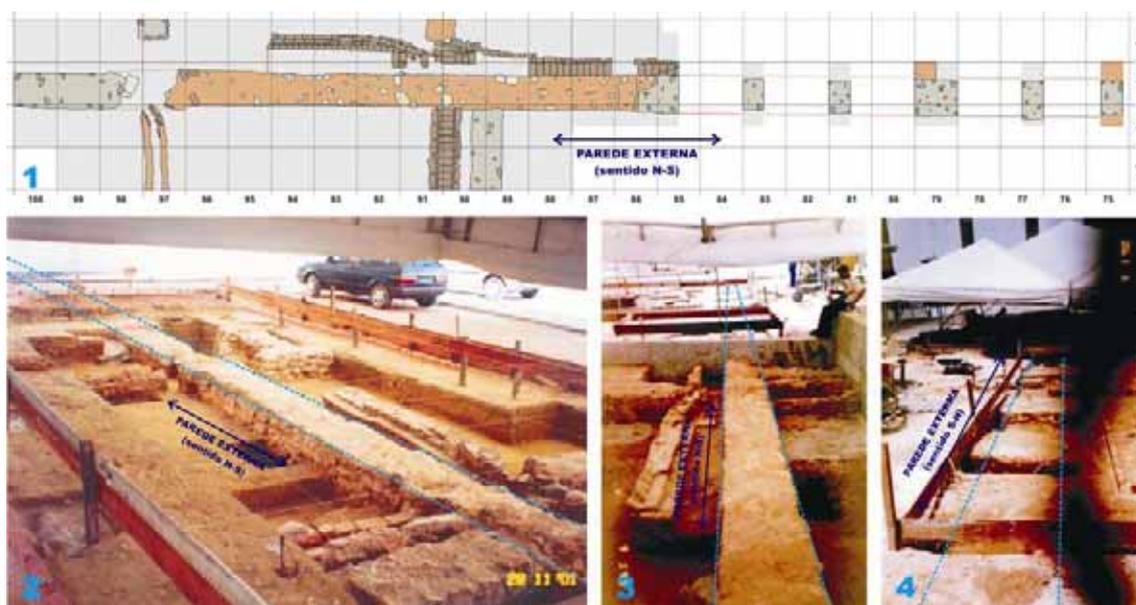


IMAGEM 28: 1) Inserção das estruturas na malha de quadriculamento das escavações (para um melhor detalhamento, ver os apêndices 2 e 7). 2) Disposição dos alicerces da parede externa (leste) do pátio no contexto do sítio. 3) Alicerce fotografado no sentido N-S. 4) Alicerce fotografado, a partir da seqüência de trincheiras, no sentido S-N. Desenho: Carlos Costa e Luydy Fernandes, 2002. Fotos: Carlos Costa, 2002.

Tendo em vista que as incursões realizadas a escarpa de Salvador apenas permitiram o reconhecimento de algumas das estruturas do limite oeste do colégio⁹⁴, pois, nesta área encontram-se assentados os prédios da COELBA e do antigo cine Excelsior, além de encontrarem-se soterradas com entulhos recentes ou rebocadas, ao reconhecimento deste setor fez-se mister lançar mão de informações históricas. Desta maneira, o dado mais preciso acerca deste limite oeste é do ano de 1584, fornecido por Cristóvão de Gouveia (Visitador Geral), que em sua estada no colégio informaria com certo entusiasmo as obras realizadas durante a construção:

“(...) também fez um eirado sôbre colunas de pedra, aberto por tôdas as partes, e fica eminente ao mar, e vaus que estão no pôrto, que servem de repouso; e é toda a recreação dêste Colégio, porque dêle vêem entrar as naus, descobrem boa parte do mar largo, e ficamos senhores de todo este recôncavo, que é uma excelente, aprazível e desabafada vista.” [sic] (Gouveia apud Leite, 1945a [1583]: 54).

Desta citação, o dado mais expressivo que podemos retirar, para o instante, refere-se ao “*eirado*” sobre colunas de pedra. A descrição de Gouveia demonstra claramente uma obra que permitiria projetar o colégio sobre a escarpa de Salvador, acentuando a visibilidade da área da baía de Todos os Santos, por um lado, e nivelando a área do colégio com a rua, para que ela não detivesse desnível, por outro. Ora, projetar todo um colégio com extensão de aproximadamente 200m na escarpa de Salvador traduz-se como uma obra de grandes proporções e de alto impacto, que não passaria despercebida, muito menos duraria pouco tempo, senão fosse demolida. Estas considerações parecem corresponder à realidade, pois, estas estruturas podiam ser observadas praticamente completas e sem impedimento à visualização quase trezentos anos depois de construídas (quando este setor do colégio já estava demolido e a área reocupada por edificações oitocentistas), numa fotografia panorâmica de 1860 de autoria de Benjamin Mulock, intitulada “Encosta de Salvador” (imagem 29):

⁹⁴ Nas incursões realizadas neste setor foi possível o reconhecimento de uma estrutura de sustentação do eirado a margem da escarpa, como um arquitrave, cuja sua composição, quase exclusivamente de pedras, dispunha de alguns poucos tijolos com semelhança daqueles encontrados agregados aos alicerces de pedra e cal.



IMAGEM 29: 1) Recorte da fotografia panorâmica de Benjamin Mulock de 1860. 2) Ampliação do setor correspondente ao limite oeste do Pátio dos Estudos Gerais. 3) Na ampliação ressalta-se o eirado de pedras citado por Cristovão Gouveia. Fonte: Gilberto Ferrez, 1989.

Quanto aos limites sul e norte deste pátio, e de acordo com todas as informações que temos, para situa-los não se faz necessário muitas extrapolações. De posse do perímetro da antiga igreja do colégio, o limite norte deste pátio corresponde a um corredor (no sentido E-W) que passava por trás da Igreja de Men de Sá e que atravessava o colégio de um lado ao outro, separando os diferentes pátios. O limite sul segue o alinhamento dos quarteirões das ruas. Com estes limites, o pátio aparece no espaço com um formato retangular. Mas, nada que afigure um problema. As iconografias corroboram nossas considerações. Ambos os limites (norte e sul), bem como a forma retangular deste pátio, podem ser verificadas nas iconografias de Albernaz I de 1616, de 1624 e de 1625, Mealius de 1625 e Algemeen Rijksarchief de 1638 (figuras 17, 18, 19 e 20).

Por fim, para recompor a malha urbana de Salvador do final do século XVI e início do século XVII na Praça da Sé, resta informar onde estava o quarteirão residencial que aparece nas iconografias e onde estavam as residências e igreja provisórias jesuíticas. Para o quarteirão a resposta é relativamente simples, pois, ele seguia o alinhamento dos quarteirões que o circundam. Já para as primeiras residências e igreja jesuíticas apenas é

possível a conjectura de que elas estivessem em algum ponto entre o limite sul do colégio e a Igreja da Sé, muito provavelmente, bem próximo a esta igreja, como demonstram as iconografias de Albernaz I, de Mealius, ambas de 1625, e a iconografia “Perfil da cidade de Salvador”, de 1609; além disso, Manoel da Nóbrega dizia que a casa que servia de igreja era “(...) *tão pegada com a Sé, que, por manso que falem, se ouve em uma igreja o que se faz em outra*” (Nóbrega [1557] *apud* Leite, 1945a: 25).

Recomposta a malha urbana deste setor da cidade na segunda metade do século XVI e início do XVII (imagem 31), cabe retornar a questão da localização do suposto primitivo Pátio dos Estudos Gerais. Isto porque, como afirmamos, nossa proposta já nasce com posições contrárias. Conforme Anna Carvalho (2000: 199/216), Carlo Brescianni (1997: 213) e Serafim Leite (1945c: 118-119), o pátio deveria estar situado na área que ocupava as primeiras residências jesuítas no “*teso de terra*”, ou muito próximo a elas. Para chegar a esta assertiva, Leite e Carvalho⁹⁵ basearam-se na mesma citação de Simão de Vasconcellos, de um documento que já referendamos, as “Razões do acôrdo que se tomou no ano de 1654 sôbre o sítio da igreja nova”, quando diria:

“E nas duas partes do corredor, que abraçam a Igreja, fronteira ao Terreiro, que é agora a Igreja Velha, se podia fazer, da parte direita da Igreja, uma formosa livraria, que é bem necessária, e outra sala pequena para o livreiro ou o que fôr necessário, e nos baixos uma Capela para se fazerem as práticas e tirar santos aos Congregados, que por não haver outra comodidade se vão fazer ao Pátio dos Estudos, bem distante do Colégio” [sic] (Vasconcellos [1654] *apud* Leite 1945c: 109).

Porque discordamos de Anna Carvalho e de Serafim Leite?

A primeira discordância vem do que expressa a própria citação. O fato de a citação expressar um pátio “*bem distante do Colégio*” e associando esta referência a dados históricos que indicam um dos pátios na extremidade sul do complexo jesuítico (Anchieta, 1988 [1585]: 421; Cardim, 1997 [1585]: 219; Vasconcellos *apud* Leite 1945c [1654]: 109) tem levado estes autores a entenderem que existisse um Pátio dos Estudos Gerais na área entre o Colégio dos Jesuítas e a Sé, ou que a área do colégio se estendesse

⁹⁵ Não citamos aqui Carlo Brescianni, pois, este autor não demonstra como chegou a informação da localização do pátio, apenas o informa estando distante do colégio. Pelo que percebemos, Brescianni parece ter sido induzido a informação a partir dos estudos de Serafim Leite.

com um pátio até próximo a Sé, durante sua primeira conformação (último quarto do século XVI e primeira metade do XVII). Mas, existe aqui um equívoco cronológico. Esta descrição de Vasconcellos é de 1654 e refere-se aos planos de construção da nova igreja (segunda conformação do colégio), que iniciaria em 1657. Trata das funções que teriam os novos pátios projetados. Esta é a primeira vez que se encontra referência de um pátio com título de Estudos Gerais na documentação histórica primária.

O que entendemos desta citação de Vasconcellos é que apesar dele achar a área do novo pátio interessante para livraria, sala de livreiro e capelas, por não existir outro espaço “*se vão fazer*” o Pátio dos Estudos Gerais. Na citação o verbo “ir” está conjugado no futuro e não no passado. Portanto, a única interpretação possível para “*bem distante do Colégio*” é que este pátio ocuparia uma extremidade do prédio do colégio. Isto é, a referência trata da oposição espacial entre a área destinada aos internos, que estaria na extremidade norte e oeste do complexo (que na citação refere-se a “*Colégio*”), à área do ensino do público da cidade, na extremidade sul, que estaria totalmente separada dos outros setores pela igreja (como assim o foi). Além disto, se esta é a primeira vez que este pátio é citado, e refere-se a um projeto futuro, significa dizer que nunca existiu um pátio com rótulo de Estudos Gerais antes de 1654.

Mas, considerar que alguns setores do complexo jesuítico fossem tratados nesta citação como colégio, de certa forma, causa um constrangimento a nossa argumentação. Por isto, não paremos por aí e avaliemos a nossa segunda discordância. De fato, as iconografias em planta apresentam esta área (entre a Sé e o prédio do colégio), como área jesuítica. Mas, ainda assim, não temos razões para entender que nela tivessem construído um pátio, pois, as iconografias em perspectiva, que detalham os setores ocupados, apresentam uma realidade diferente de um pátio.

Na iconografia de Albernaz I aparecem apenas três casinhas junto a Igreja da Sé e distante do colégio, entre as casinhas e o colégio um espaço vazio (imagem 21). A iconografia holandesa “*Urbs Salvador*” mostra uma casa comprida entre o colégio e a Sé (imagem 22). No desenho de Mealius aparece apenas duas casinhas junto a Sé, uma perpendicular a outra, separadas do colégio; entre as casinhas e o colégio um muro que limita o espaço da cidade à escarpa e, atrás deste muro, uma área esquadrejada, ao lado de

uma das casas (imagem 23)⁹⁶. Uma situação semelhante à iconografia de Mealius apresenta a iconografia “Perfil da cidade de Salvador”, quando demonstra uma pequena casa junto a Sé e separada do colégio; entre a pequena casa e o colégio, um muro que limita a cidade da escarpa; atrás do muro, a área encontra-se vazia (imagem 24).

Uma terceira discordância vem da interpretação que os dados históricos nos permitem chegar. O colégio tem sua construção iniciada por volta de 1561 e é inaugurado em 1591. Em 1585 seus pátios estavam quase concluídos; neste momento, enquanto se construía o colégio, as residências provisórias jesuítas (entre o colégio e a Sé) ainda estavam em uso. Em 1592, depois de inaugurado o prédio do colégio, Tolosa noticia que ainda via ao lado algumas das casas dos antigos estabelecimentos provisórios dos jesuítas (note que ele diz “ao lado” e não “no”). Ora, estas informações contradizem uma clássica lei da física, que preconiza que dois corpos não podem ocupar o mesmo lugar no espaço ao mesmo tempo. Como poderia existir um pátio na área entre a Sé e o colégio, se os pátios do colégio têm construção anterior a 1591, e em 1592 ainda se viam as casas jesuítas nos espaços que Serafim Leite e Anna Carvalho indicam o suposto primitivo Pátio dos Estudos Gerais?

Reforça esta discordância informações do próprio Serafim Leite. Numa lista dos bens jesuítas no século XVI, mais especificamente no ano de 1575, em que ele incluiria entre os bens do “(...) *Colégio da Baía de que parecem se não devem levar escrituras (...)*” a área entre o colégio e a Sé, que seria a do suposto pátio:

“Entre o nosso Colégio e a Sé temos umas moradas de casas, que teem chãos pera quintal sôbre o mar; e rendem ao presente todas ao Colégio trinta e oito réis, cada ano, de aluguer” (Leite, 1945c: 152).

Como já noticiamos e como corrobora esta citação, de fato, os jesuítas tinham residências provisórias nesta área. Mas, considerar que os jesuítas, burocráticos e estrategistas da maneira que eram, fossem construir estabelecimentos permanentes num espaço que não era de propriedade efetiva da Companhia de Jesus, não parece fazer muito sentido. Ganha força nossa suposição se considerarmos que esta área só aparece como jesuíta até as iconografias de 1625 (imagens 17 e 18). Em iconografia posterior, de 1638, este espaço entre o colégio e a Sé aparece vazio, sendo que o limite da extremidade sul do

⁹⁶ Este esquadrejamento é que tem sido interpretado como um pátio pelos autores.

Colégio dos Jesuítas segue o alinhamento do quarteirão (imagem 20). Mais tarde, em 1654, este espaço é mais uma vez indicado por Simão de Vasconcellos como um quarteirão, que não está incorporado ao colégio em seus novos planos (imagem 27).

A documentação histórica escrita demonstra que o edifício do colégio chega ao final do século XVI com três pátios e uma igreja (Anchieta, 1988 [1585]: 421; Cardim, 1997 [1585]: 219), e assim é inaugurado. Se observarmos a área do colégio nas iconografias em perspectiva e considerarmos que entre a Sé e o edifício do colégio existia um pátio, então o colégio teria quatro pátios? Logo, parece existir alguma contradição aqui! Vale ressaltar que desde finalizado, em 1591, até o ano que se iniciam as construções para mudança da posição da igreja, em 1657, não existem notícias de construções no colégio. A área que seria o suposto Pátio dos Estudos foi perdida após 1625 (portanto, dentro deste lapso de tempo). Em contraponto, em 1654 as informações de Vasconcellos permitem entender um colégio com três pátios (*apud* Leite 1945c [1654]: 107-110), como era noticiado no final do século XVI.

Portanto, concluí-se que os jesuítas, de alguma forma, perderam a posse efetiva deste trecho de terra entre o edifício do colégio e a igreja da Sé, a partir de 1625. Corrobora isto o fato deste espaço não estar ocupado com construções de grandes proporções e de muita solidez, como seria um pátio do colégio, e o fato não ser propriedade jesuíta até o final do século XVI.

A quinta e última discordância de que nesta área entre o colégio e a Sé tivesse existido um primitivo Pátio dos Estudos Gerais é justificada pelos dados arqueológicos. Refere-se à existência de um pequeno terreiro na frente da Igreja de Men de Sá. O recuo da fachada da igreja que aparece nas iconografias, que conformaria este pequeno terreiro, é muito menor do que aqueles que demonstram as evidências materiais deste espaço. O terreiro desta igreja é praticamente do mesmo tamanho de seu comprimento. Assim, o pátio que existia à direita da igreja, para que estivesse limitado na extremidade sul com o alinhamento do quarteirão, deveria estar com o corpo bem mais projetado que a fachada da igreja. De fato estava, pois, pudemos acompanhar a extensão da parede deste pátio até muito próximo ao alinhamento do quarteirão (ver plantas de situação no apêndice 1), além da fotografia de Mulock (imagem 29) permitir limitar o final deste pátio no alinhamento do quarteirão, a partir das colunas de pedras que formavam o eirado voltado para a escarpa de Salvador.

E, aqui, passamos a entender porque Serafim Leite e Anna Carvalho indicaram a área entre o limite do colégio e a Igreja da Sé como um primitivo pátio. Algumas das referências históricas primárias que descrevem o colégio, a exemplo de Joseph de Anchieta (1988 [1585]: 421), Fernão Cardim (1997 [1585]: 219) e Simão de Vasconcellos (*apud* Leite 1945c [1654]: 109), referem-se à igreja como estando ao leste do corpo do complexo jesuítico e um dos três pátios ao sul. E era assim, como demonstram as evidências arqueológicas: o pátio estava mais projetado ao sul que a igreja. Mas, as iconografias às quais Leite e Carvalho tiveram acesso demonstram este terreiro da igreja com pequenas proporções⁹⁷, quase imperceptível na malha urbana, parecendo que a igreja estava alinhada ao quarteirão (isto, quando não estava representado assim), a ponto de tornar este terreiro oticamente inexistente na análise das plantas da cidade. Portanto, visto pelas iconografias a igreja de Men de Sá e o pátio que estava ao sul pareciam estar na mesmo alinhamento, de maneira que os autores tendiam a entender sul como além deste espaço.

Potencializa esta situação o fato da Igreja de Men de Sá dispor de sua parte posterior, a sacristia, invadindo o Terreiro de Jesus. Desta maneira, quando a documentação primária refere-se ao “*Terreiro da igreja*” os autores tendem a o associar ao “*Terreiro de Jesus*” (Carvalho, 2000: 199). É esta confusão que tem levado a interpretação de certos espaços do colégio, a partir de descrições históricas, de maneira equivocada, uma vez que partem do Terreiro de Jesus (que estava ao fundo da igreja) para situar certos espaços do colégio, e não do Terreiro da igreja (que estava à frente da igreja). Em última instância, o que ocorre é um desconhecimento da existência de um terreiro na frente da Igreja de Men de Sá, que os dados arqueológicos permitiram trazer ao lume.

Finalmente, conjugando os dados históricos escritos, históricos iconográficos, arquitetônicos e arqueológicos, passemos a distinguir os diferentes espaços do complexo jesuíta na segunda metade do século XVI e primeira metade do século XVII:

A) Residências provisórias: “*Uma egreja temos (...) esta casa esta tão pegada com a Sé, que, por manso que falem, se ouve em uma egreja o que se faz em outra*” [sic] (Nóbrega *apud* Leite, 1945a: 25). “*Entre o nosso Colégio e a Sé temos umas moradas*

⁹⁷ Vale ressaltar que a iconografia de Mealius de 1625 apesar de ser bastante elucidativa no que se refere ao Terreiro da igreja, geralmente é lida de maneira parcial, uma vez que apresenta alguns erros.

de casas, que teem chãos pera quintal sôbre o mar” [sic] (Leite, 1945c: 152). “As casas que agora temos são estas: uma casa grande de setenta e nove palmos de comprido e vinte e nove de largo. Fizemos nela as seguintes repartições: um estudo e um dormitório e um corredor e uma sacristia, por razão que a outra casa, que está no mesmo andar e da mesma grandura, nos serve de igreja (...) Neste dormitório dormimos todos, assim Padres como Irmãos, assaz apertados. Fizemos uma cozinha e um refeitório e uma dispensa, que serve a nós e aos moços. Da outra parte está outro lanço de casas da mesma compridão. Em uma delas dormem os moços, em outra se lê Gramática, em outra se ensina a ler e escrever. Tôdas essas casas, assim uma como as outras, são térreas. Tudo isto está em quadra. O chão que fica entre nós e os moços, não é bastante para que, repartindo-se, êles e nós fiquemos gasalhados, maiormente se neste lhes houvesse de fazer refeitório, dispensa e cozinha como seria necessário(...)” [sic] (Nóbrega apud Leite, 1945a [1557]: 49-50);

B) Igreja de Men de Sá: “(...) no quarto da parte de Léste, fica igreja e sacristia (...)” [sic] (Anchieta, 1988 [1585]: 421). Localizada durante as escavações arqueológicas;

C) “(...) quarto da parte Sul tem por cima capela e enfermaria de boa grandura, por debaixo despensa e adega” [sic] (Anchieta, 1988 [1585]: 421);

D) “(...) corredor da portaria (...) das duas salas, que ocupam agora o corredor, uma das quais serve de Livraria, ainda que pequena para isso, e a outra Casa de Hóspedes; os baixos servem de Procuratura e de cubículo do companheiro do procurador (...)” [sic] (Vasconcellos apud Leite, 1988 [1654]: 108). Citando o corredor frontal que segue paralelo a largura do Terreiro de Jesus diria “(...)“e na outra parte [do corredor a] esquerda da dita igreja, por baixo a portaria, e logo a procuratura, e por cima Casa de Hóspedes e Capela dos Irmãos (...)” [sic] (Ib.: 109);

E) “O quarto da parte do poente tem 19 camaras: nove por cima e por debaixo dez com janelas sôbre o mar, com três outras janelas grandes que fazem cruz nos corredores” [sic] (Anchieta, 1988 [1585]: 421). Quando descreve o corredor frontal que segue paralelo a largura do Terreiro de Jesus continua descrevendo o pátio acrescentando que “(...) por ficar desta parte a mor parte da gente do Colégio com as oficinas, refeitório, cozinha, dispensa; por cima, rouparia e Noviciado, como agora estão (...)” [sic] (Ib.: 109);

F) “(...) as necessárias (...) o qual o cano se se fez antigamente como agora está, foi porque não havia casa alguma em toda aquela parte do mar, que é a de Oeste, fronteira ao Colégio, por onde é a terra alcantilada, que pela parte sul, leste e nordeste, é impossível, por ser tudo plaino e povoado das casas da cidade” [sic] (Vasconcellos apud Leite, 1988 [1654]: 110);

G) “O quarto da parte de Nordéste tem sete câmaras por de cima e seis por debaixo (...)” [sic] (Anchieta, 1988 [1585]: 421). “No extremo oposto (...) ficava do lado do Carmo, o Pátio dos Irmãos e dos Noviços (...)” (Leite, 1945c: 119);

H) Terreiro da Igreja de Men de Sá, localizado durante as escavações arqueológicas.

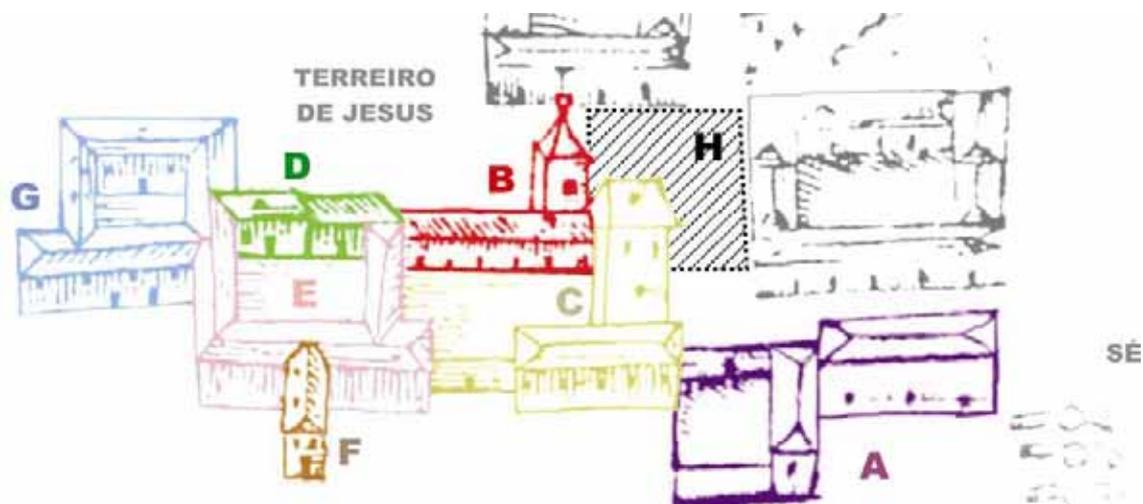


IMAGEM 30: localização das áreas do Colégio dos Jesuítas em Salvador entre o último quarto do século XVI e a primeira metade do século XVII. Identificação dos setores feita sobre imagem de Benedictus Mealius, de 1625 (Reis, 2000: 26).

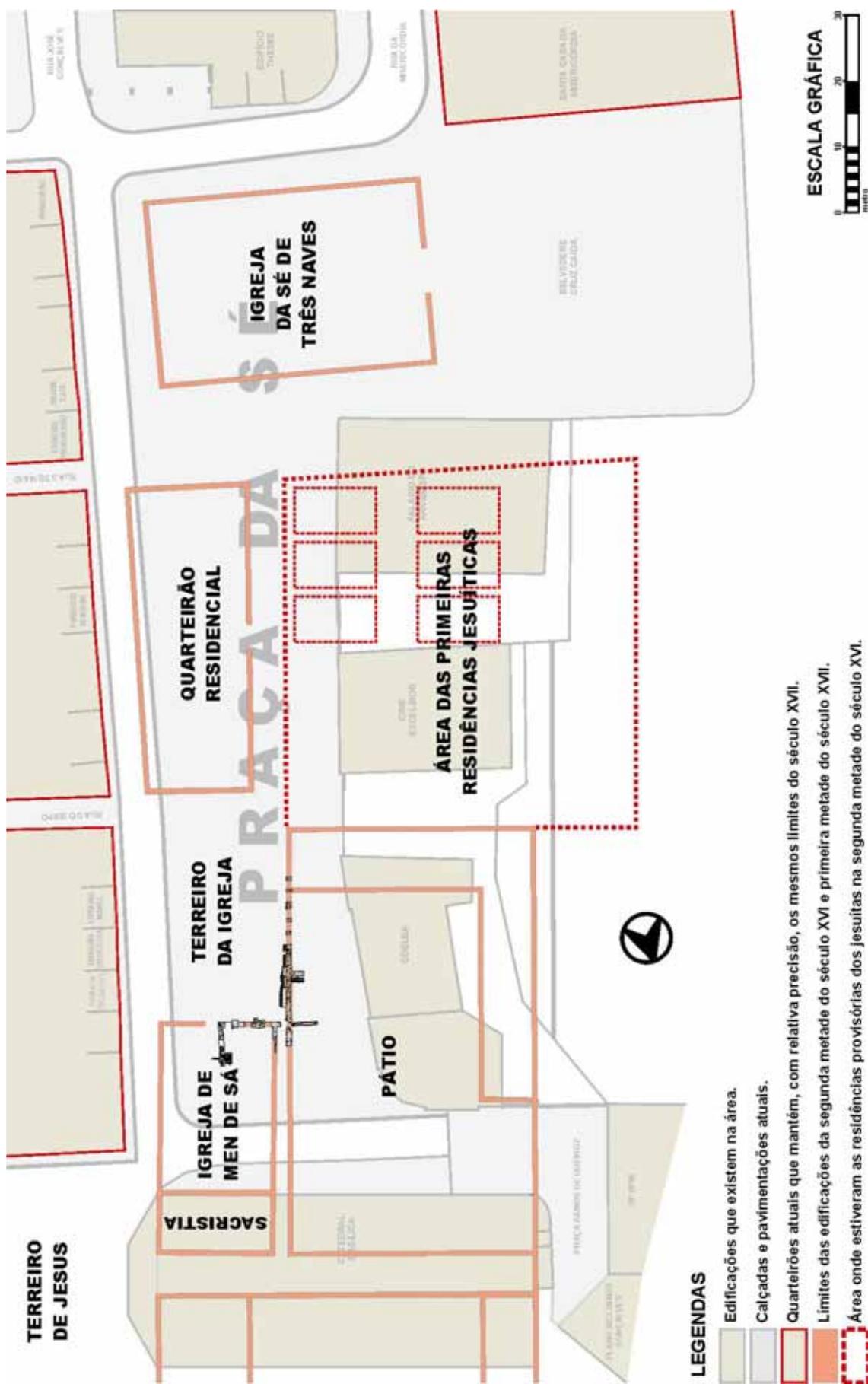


IMAGEM 31: Malha urbana do final do século XVI sobreposta a atual Praça da Sé.

Como esperamos ter esclarecido, a construção do colégio nesta área de Salvador determinou um dos limites da cidade e, sobretudo, o limite do Terreiro de Jesus, maior e mais expressivo da área administrativa, embora aquele que detinha maior parte dos prédios com poder decisório no contexto urbano estivessem na Praça dos Governadores. Mas, neste momento o Colégio dos Jesuítas detinha uma pequena igreja, intitulada de Men de Sá, com fachada voltada para o sul, com Terreiro próprio à sua frente. Dos quase cem anos de existência naquele espaço, até a proposta de alteração do espaço da igreja, o complexo construído no século XVI parece ter experimentado diferentes situações. Quando recém-construído e inaugurado, impunha sua exuberância e imponência espacial, frente a pequena cidade de Salvador, detendo um prédio a pouco mais de 200m de extensão. Todavia, a entrada do século XVII impôs novas demandas urbanísticas e sociais, de maneira que houve a necessidade de uma reformulação do espaço, que passaremos a demonstrar no próximo tópico.

2.2.3- Reconstrução (1654 a 1759)

2.2.3.1- Fontes históricas escritas

Este momento da discussão começa com a construção de uma nova igreja voltada para o Terreiro de Jesus, iniciada em 1657, e vai até a expulsão dos jesuítas, em 1760. Diferente do período anterior, no que concerne à construção do espaço jesuíta, existem poucas informações históricas escritas acerca de mudanças no edifício. Das poucas mudanças que foram noticiadas, a maior parte está relacionada ao espaço da igreja.

Como já abordamos mais detalhadamente, a construção de uma nova igreja ao colégio já era intencionada desde 1598, quando havia sido projetada a ser erguida no mesmo sítio da igreja antiga; porém, este projeto não vingou em decorrência da discordância da comunidade e do governador, pois, a nova igreja seria ampliada invadindo o Terreiro da velha igreja. Uma segunda tentativa seria feita em 1616 pelo padre Henrique Gomes (Visitador Geral), quando se pretendia mudar o sentido da igreja de maneira perpendicular à primeira, em que este novo templo ocuparia a extremidade sul do Colégio dos Jesuítas; bem como o primeiro plano este não foi à frente, mas, desta vez

em razão da ocupação holandesa à Bahia, em 1624. O terceiro projeto, do Provincial Simão de Vasconcellos, que seria o efetivo e que provocaria a transposição do sítio da igreja, fazendo com que ela ficasse com a fachada voltada ao Terreiro de Jesus, é de 1654 (Vasconcellos *apud* Leite 1945c [1654]: 107-111).

A necessidade de reformulação do Colégio dos Jesuítas atendia as novas demandas urbanas. A cidade vinha de um momento de estaque no crescimento, causado pelos percalços da época. Na primeira metade do século XVII a baía sofrera várias investidas externas de outros países europeus, sobretudo de Holanda, que visavam explorar as riquezas da terra. Por outro lado, Portugal vinham sofrendo com o Governo Filipe III, que foi considerado uma calamidade para os interesses portugueses, sobretudo no que diz respeito ao Brasil, a Angola e ao Oriente. Isto porque, por ser muito novo quando assumiu o trono, apenas 16 anos, Felipe III entregou a confiança de direção de assuntos de estado ao conde-duque de Olivares, Gaspar de Gusmán, que protagonizou uma política externa enérgica, no sentido de manter a hegemonia espanhola e centralizadora em Portugal. Todavia, nestes tempos sucederam-se várias guerras, das quais Portugal saiu derrotado, além de descontentamento da população com o governo filipino, que levaram a tumultos em vários locais portugueses (Souza, 2001: 113-114).

Apenas com a restauração da Coroa Portuguesa com D. João IV (o restaurador), em 1640, e a expulsão definitiva dos holandeses do território brasileiro, em 1654, é que um novo surto urbanístico se inicia nas colônias brasileiras. Neste sentido, a re-elaboração do prédio do Colégio deveria re-valorizar o espaço, quando sua nova igreja traria maior imponência ao Terreiro de Jesus consagrando-o como praça principal na malha urbana. Em última instância, poderíamos dizer que o colégio passaria a dialogar e responder as novas demandas urbanas.

Vale ressaltar que a cidade há muito tempo tinha extrapolado os limites do platô e do bairro do Comércio. A malha urbana tinha novos limites, ao norte e ao sul, seguindo a linha de fortificações, margeando a baía, sem, no entanto, invadir as áreas mais interioranas, onde haviam aldeias indígenas que mantinham contatos com os jesuítas. De qualquer forma, começavam a se criar novos eixos para a cidade, sendo que a área administrativa ainda mantinha sua força na trama urbana (imagem 32) (Simas Filho, 1998: 95-166).



IMAGEM 32: A imagem de Américo Simas Filho sintetiza a evolução física de Salvador em 1650 (Simas Filho, 1998: 15). A área em vermelho refere-se ao espaço ocupado pelo Colégio dos Jesuítas.

No que concerne ao colégio, como consideramos em momento anterior das discussões, os projetos de Simão de Vasconcellos teriam sido o guia principal que conduziria a construção da igreja. Todavia, para sua efetivação ainda seria necessária muita negociação, uma vez que houve posições contrárias dos padres Belchior Pires (reitor do colégio em 1654), Sebastião Vaz (reitor do colégio em 1657) e José da Costa (consultor). Estes padres não admitiam que se derrubasse o corredor que seguia paralelo a largura do Terreiro de Jesus, pois, se traria muitos gastos a uma nova construção, além deste plano refletir ostentação do novo templo (Leite, 1945c: 110).

Contrariando seus companheiros, Simão de Vasconcellos encaminha ao padre Geral da Ordem a proposta, intitulada “Razões do acôrdo que se tomou no ano de 1654 sôbre o sítio da igreja nova”, com as plantas de alteração (imagem 27) e uma lista detalhada de “*benfeitores*” (nobres da cidade), que financiariam a construção no novo templo, determinando como seria feita a contribuição de cada um deles e em que parte da igreja seria aplicada as verbas. Neste documento, conforme relata Vasconcellos, as únicas exigências feitas pelos “*benfeitores*” seriam que a igreja estivesse com fachada voltada para o Terreiro de Jesus e que se iniciasse e terminasse rapidamente as obras (Vasconcellos *apud* Leite 1945c [1654]: 111-114).

Com uma imposição desta magnitude, não tardou para que a igreja começasse a ser construída. É assim que em 1657 foi lançada a pedra fundamental do templo⁹⁸, quando começa sua construção no sítio escolhido por Vasconcellos, que viria a ser finalizada em 1672 (Leite, 1945c: 121-123). Vale lembrar que à construção de uma nova igreja seria imperativa e condicionante à reformulação dos pátios laterais, como já considerava Vasconcellos nas “Razões do Acôrdo...”. Desta maneira, apesar de encontrarmos notícias apenas das obras do edifício da igreja, leva-se como implícito que, neste instante, também foi realizada a reconstrução dos pátios, sobretudo àquele de título dos Estudos Gerais. Segundo Carlo Brescianni, baseado em informações de Antônio Vieira, em 1694 o novo edifício das escolas, o Pátio dos Estudos Gerais, já estava “*estruturado e completo*”, e se manteve com a sua conformação até a expulsão dos jesuítas (1997: 214).

Com esta reformulação, o templo jesuíta ficou com fachada voltada para o Terreiro de Jesus, com dois pátios quadrados laterais à igreja (o Pátios dos Estudos Gerais e o Pátios dos Padres) e um pátio retangular com cubículos no extremo norte do complexo, além de áreas de serviços (cozinha, dispensas, oficinas, etc.).

Após este instante, quase nada se sabe acerca de construções no colégio. Uma listagem cronológica de Serafim Leite sobre os acontecimentos do colégio entre 1657 até a expulsão dos jesuítas em 1760, permite perceber que após a construção da igreja nova e da reformulação dos pátios laterais (1672), nenhum evento construtivo de grande vulto seria empreendido (1945c: 120-136). Apenas houve manutenção e reparos. Acerca disto, de acordo com as palavras de Serafim Leite, após quinze anos de construção, daí “*(...) em diante as obras [iriam] consistir em trabalhos de remodelação ou ornamentação interior, exceto o frontispício [da igreja] que logo se renovaria em 1679*” (Ib.: 123).

Em 1728, Sebastião da Rocha Pita iria fornecer uma precisa descrição do Terreiro de Jesus e do Colégio dos Jesuítas, mostrando sua extensão ao longo de sete quarteirões:

“A (...) praça, chamada Terreiro de Jesus, se prolonga com trezentos e cinqüenta pés de comprimento e duzentos e vinte e oito de largura, formando uma área de setenta e nove mil e oitocentos. Tem no princípio a igreja do referido colégio dos padres da Companhia, de que tomou o nome, e por todas

⁹⁸ Atualmente a pedra fundamental da igreja do colégio encontra-se nas reservas do Museu de Arte Sacra da Universidade Federal da Bahia.

as partes vai acompanhada e enobrecida de suntuosos edificios, de que lhe resulta agradável perspectiva e contínua freqüência; por sete ruas se franqueia a todos os bairros (...)” (Pita [1728] *apud* Simas Filho, 1998: 115).

No colégio com esta feição e recém adaptado a nova realidade urbana é que os jesuítas se manteriam calmamente, administrando seus negócios e exercendo as atividades educativas. Contudo, esta aparente calma seria conturbada em 1760, quando no governo de D. José (o reformador) se instalaria uma política anti-jesuíta, conduzida pelo marquês de Pombal, caracterizada por forte perseguição à Ordem, em função dos extremos poderes que estes tinham, quase a caracterizando como um estado junto a Coroa. Esta perseguição culminaria com a expulsão da Companhia de Jesus do Brasil, em 1760, e tomada de posse dos bens jesuítas pela Coroa Portuguesa (Jaeger, 1960: 5-60; Sousa, 2001: 129-130; Caeiro, 1936).

2.2.3.1- Fontes históricas iconográficas

Tendo em vista a carência de dados históricos escritos acerca deste período, que relatem construções no perímetro do colégio, passemos a observar o que dizem as iconografias. Diferente do período anterior, as iconografias deste momento apresentam uma certa unidade de apresentação do espaço jesuíta, que permite uma leitura mais precisa dos acontecimentos construtivos deste instante ou, melhor dizendo, da inexistência de construções neste instante. Desta maneira, poderíamos entender que estes dados corroboraram a observação de Serafim Leite, quando diz que depois da construção da igreja e de seus pátios, no terceiro quartel do século XVII, mais nenhuma obra de grande vulto fora executada no Colégio dos Jesuítas (Leite, 1945c: 123). Isto porque, todas as iconografias apresentam o complexo jesuíta com a mesma conformação.

Assim, a primeira iconografia que iremos encontrar para este momento é de Froger, intitulada “SJ. SALVADOR / Ville Capitale du Brèsil”, datada entre 1695 e 1698 (Reis, 2000:35-36/315). Trata-se de uma panorâmica da cidade, vista a partir da baía de Todos os Santos, da esquerda para a direita. Nesta imagem o espaço jesuíta é demonstrado com três pátios, dois no lado norte da igreja do colégio e um do lado sul. Como pode ser visto, ao lado do Pátio dos Estudos Gerais (o pátio sul) aparece uma pequena torre, que seria da Igreja de São Pedro dos Clérigos (construída na segunda

metade do século XVII); entre esta e a Igreja da Sé uma série de pequenas casas. Por trás da igreja do colégio uma pequena projeção do edifício, que dá início a um caminho que liga o prédio jesuíta até a cidade baixa. Por trás do pátio norte, uma área cercada em meia lua, que delimita uma pequena plantação (imagem 33).

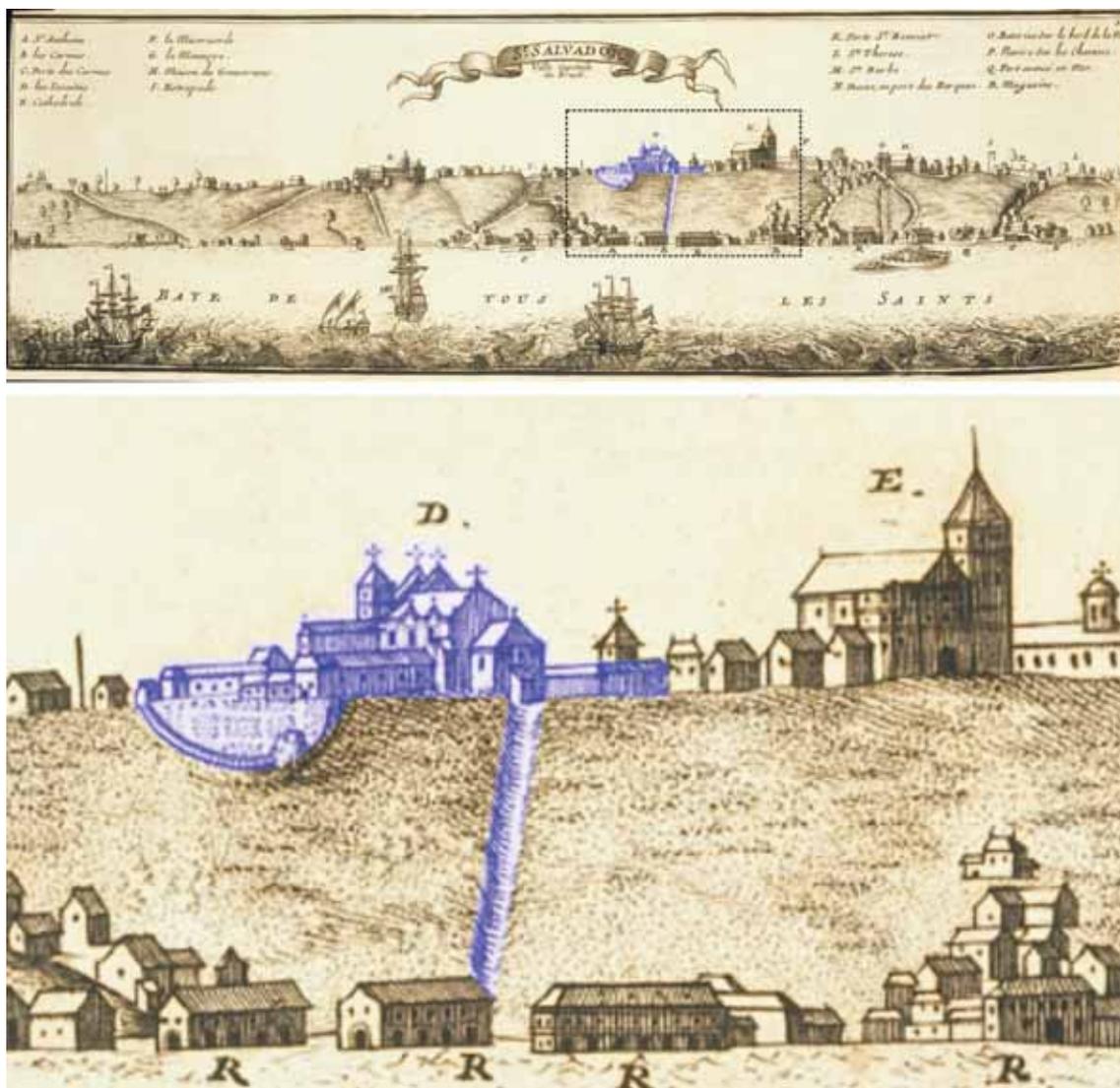


IMAGEM 33: “*S.J. SALVADOR / Ville Capitale du Brèsil*”, datada entre 1695 e 1698, que ilustra o livro de Froger (Reis, 2000:35-36/315). Selecionado encontra-se o Colégio dos Jesuítas.

De 1714 vem outra iconografia, a “*Vue de la Ville de St. Salvador du côte de la Baye*”, que ilustra o livro de François Frézier (Reis, 2000: 30/314). Nesta representação a cidade encontra-se em duas perspectivas: uma panorâmica, em que a encosta de Salvador é vista da direita para a esquerda a partir da baía de Todos os Santos; e uma em planta em que o foco central é a área administrativa. Na imagem em planta, o Pátio dos Estudos Gerais (direita da igreja) está representado apenas pela área ocupada, dividido em duas

partes, e o Pátio dos Padres (esquerda da igreja) com um claustro interno; na parte posterior da igreja uma ligação do colégio com a cidade baixa. Nos dois momentos da representação, o colégio está com três pátios (os quais, em uma das representações, dois são quadrados e um retangular) e uma igreja com fachada voltada para o Terreiro de Jesus (imagem 34).

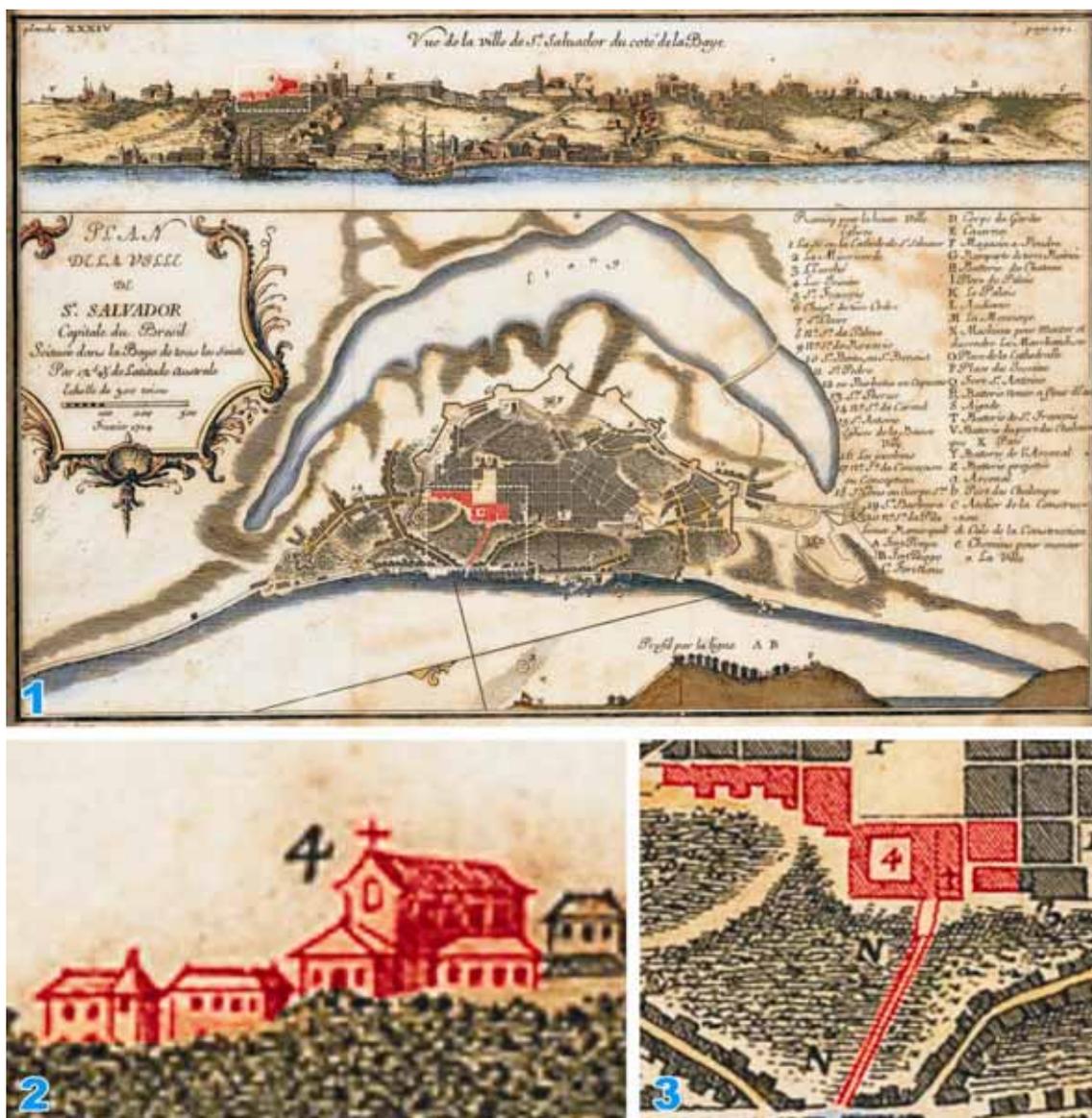


IMAGEM 34: “*Vue de la Ville de St. Salvador du côté de la Baye*”, datada de cerca de 1714, que ilustra o livro de François Frézier (Reis, 2000: 30/314). A imagem encontra-se em duas perspectivas: vista a partir da baía da Todos os Santos e em planta (1). Nas seleções o Colégio dos Jesuítas: na imagem 2 ele visto na sobre a escarpa de Salvador; na imagem 3 vê-se a ligação entre o colégio e a cidade baixa.

A iconografia “*Planta da Cidade da Bahia*”, datada de 1715, que ilustra o livro de Vilhena (Reis, 2000: 37/315), refere-se a uma representação da cidade em planta, que mostra o espaço citadino desde o forte do Barbalho ao forte de São Pedro. Nesta imagem,

o Colégio dos Jesuítas está representado com um pátio comprido (ao norte) onde se vê apenas a área ocupada sem divisão interna, muito desproporcional e maior que os outros espaços do colégio; um pátio com um claustro interno fechado por quatro corredores e outro com três corredores; entre estes dois últimos a igreja com fachada voltada ao Terreiro de Jesus (imagem 35).

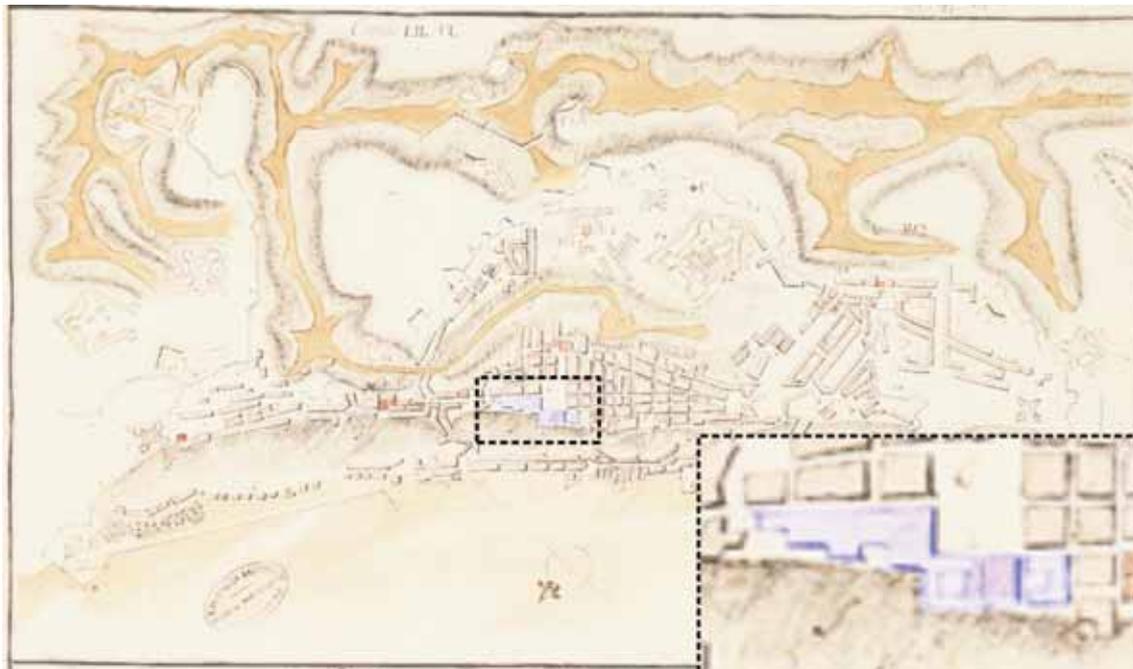


IMAGEM 35: “*Planta da Cidade da Bahia*”, datada de 1715, que ilustra o livro de Vilhena (Reis, 2000: 37/315). Na imagem, a seleção e ampliação do espaço do Colégio dos Jesuítas.

Outra iconografia com situação semelhante a esta última é a “*Planta Ichnografica da Cid. de S. Salvador*”, datada de 1779, encontrada no Arquivos Histórico do Exército, Rio de Janeiro (Reis, 2000: 37/316). Bem como a imagem anterior, trata-se de uma representação em planta, em que a cidade está apresentada desde o forte do Barbalho até o forte de São Pedro. No centro, na área administrativa de Salvador, o Colégio dos Jesuítas aparece com um pátio com um claustro interno fechado por quatro corredores e outro fechado por três corredores; entre estes dois pátios a igreja com fachada voltada para o Terreiro de Jesus, sendo que na parte posterior aparece uma ligação do colégio com a cidade baixa. No extremo norte do colégio um pátio comprido representado apenas pela área ocupada (imagem 36).

Diferente de todas as iconografias até então apresentadas, a “*Perspectiva ou Vista de Huma Parte da Cidade de Santo Salvador*” demonstra a cidade a partir do norte (imagem 37). Trata-se de um desenho tomado do forte do Barbalho, onde o colégio é

perceptível a partir da sua igreja e alguns tetos que devem ser do conjunto de pátios à esquerda da igreja, que sugerem, por seu escalonamento, único fato que explicaria a sua visualização a distância, que estes setores acompanhassem a declividade inicial da ladeira, sem o prédio fugir do platô da colina. Esta imagem está datada entre 1724 e 1756, sem autoria, encontrada na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (Reis, 2000: 38/316).

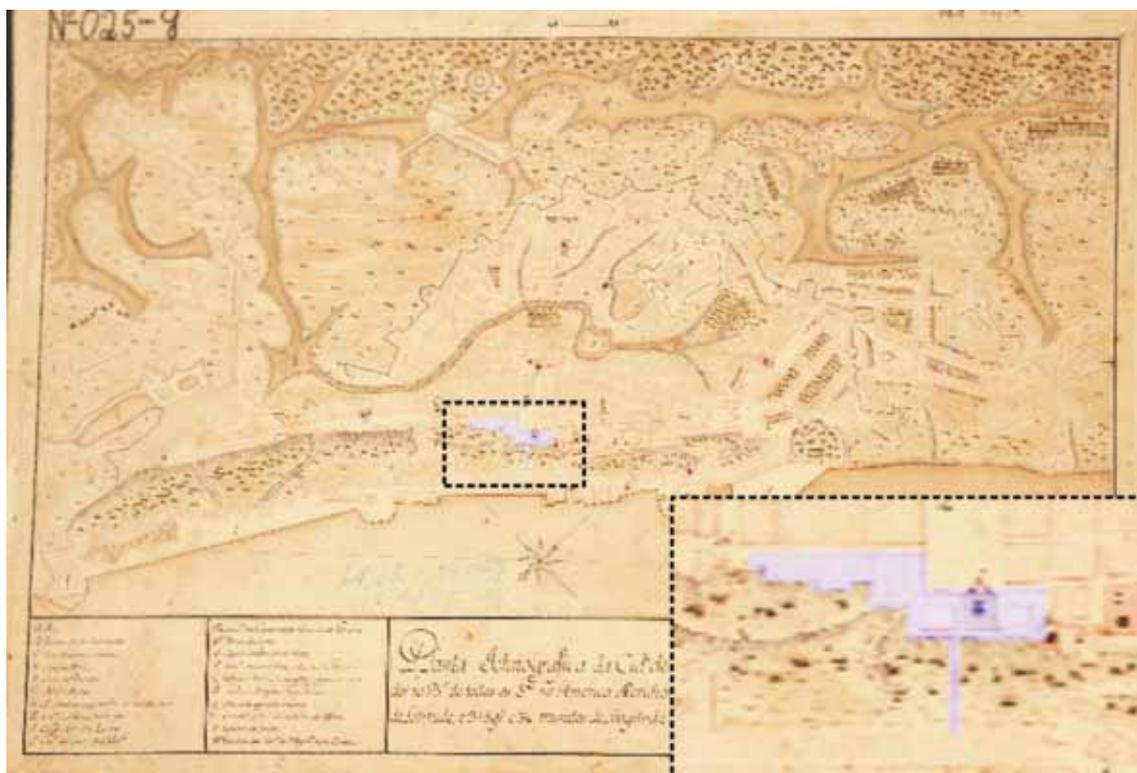


IMAGEM 36: “*Planta Ichnografica da Cid. De S. Salvador*”, datada de 1779, encontrada no Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro (Reis, 2000: 37/316). A área selecionada refere-se ao colégio dos Jesuítas.

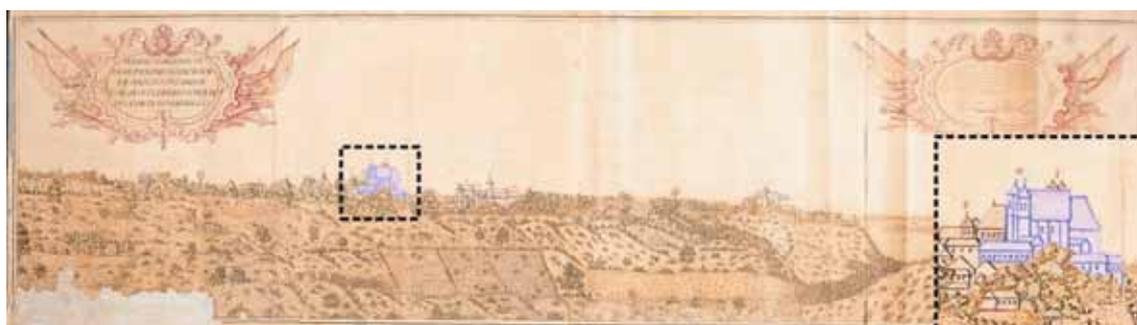


IMAGEM 37: “*Perspectiva ou Vista de Huma Parte da Cidade de Santo Salvador*”, datada entre 1724 e 1756, sem autoria, encontrada na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (Reis, 2000: 38/316). Ressalta-se a área do colégio, vista a partir do norte, onde encontra-se em destaque o espaço da igreja.

Mas, de todas as iconografias, a que melhor representa o colégio é a “Elevação, e Faxada que mostra em Prospecto pela marinha a Cidade do Salvador Bahia de todos os

Santos”, realizada pelo engenheiro militar José Antônio Caldas, no ano de 1758 (Reis, 2000: 44-46/317). Trata-se de uma panorâmica vista da baía de Todos os Santos, da direita para a esquerda, em que todos os prédios que se encontravam a margem da escarpa aparecem representados com riqueza de detalhes. No caso do colégio, todos os pavimentos dos diferentes setores estão desenhados. Dentre os detalhes que mais nos chamam a atenção, salientamos o eirado sobre pedras, citados na documentação histórica e que igualmente aparece na imagem de Mulock, limitando a área que foi o Pátio dos Estudos Gerais (imagem 29). Também notar a ligação que havia entre o colégio e cidade baixa, que saía pelo fundo da igreja, onde está representada uma abóbada de saída. Nesta imagem também pode se ver que o limite oeste do colégio ia até a parte posterior da igreja, sem avançar mais à escarpa, como hoje se encontra. Por fim, o colégio aparece com uma grande seqüência de celas em dois pavimentos (esquerdo da igreja, que seria o Pátio dos Padres e o noviciado), um conjunto menor com janelas espaçadas (a direita da igreja, o Pátio dos Estudos Gerais) e, no extremo norte, um conjunto menor de celas (a casa das negras e escravas) (imagem 38).

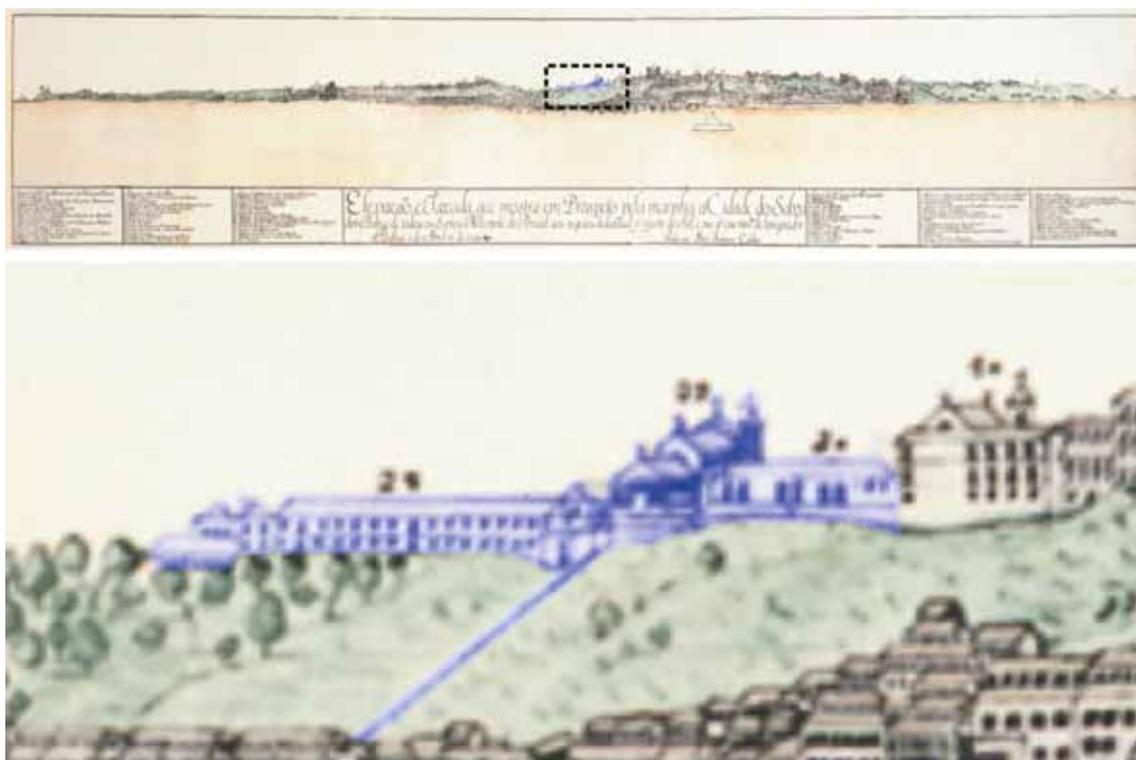


IMAGEM 38: “Elevação, e Faxada que mostra em Prospecto pela marinha a Cidade do Salvador Bahia de todos os Santos”, de José Antônio Caldas, de 1758 (Reis, 2000: 44-46/317). Encontra-se selecionada a área do Colégio dos Jesuítas.

É também do engenheiro militar José Antônio Caldas o último conjunto de iconografias que iremos apresentar. Referem-se as plantas detalhadas do Colégio dos Jesuítas, realizadas dois anos antes da expulsão da Ordem do Brasil, em 1758. Originalmente, estas plantas são da coleção do patrimônio do exército, do Ministério do Exército (Carvalho, 2000: 217-218), copiada e reduzida por Inácio José em 1782 (Brescianni, 1997: 214). Destes originais, os exemplares aos quais tivemos acesso e que mostram os pavimentos subsolo e térreo, foram levantados por Valentin Calderón, encontrados nas pranchas do colégio em exposição no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia; a do primeiro andar foi cedida por Beatriz Oliveira (1988: 90).

Tratam-se de plantas pormenorizadas do Colégio dos Jesuítas, nas quais José Antônio Caldas identificou boa parte dos diferentes setores, demonstrando as funções de cada espaço. Todavia, estas plantas não serão apresentadas neste momento. Isto porque, tendo em vista o caráter meticuloso dos desenhos de Caldas, nos quais respeita todas as saliências, reentrâncias e imperfeições do prédio, estes prospectos servirão de base à interpretação dos espaços quando os utilizaremos como aporte a identificação dos diferentes setores encontrados (imagem 49). Além disto, complementaremos a identificação de Caldas com algumas informações arqueológicas e arquitetônicas.

Finalizando, como já apontávamos no início destas discussões, a comparação das plantas de Caldas às iconografias feitas desde o último quarto do século XVII, nos autoriza a admitir a assertiva de Serafim Leite, baseada em informações históricas escritas, que preconiza que o Colégio dos Jesuítas desde sua reformulação, finalizada em 1672, manteve-se com o mesmo partido arquitetônico até quando deixou de ser posse da Companhia de Jesus, em 1760. Justamente por isto é que existem tão poucas informações históricas escritas acerca de alterações no colégio do último quarto do século XVII e primeira metade do XVIII; por que, muito provavelmente, elas não ocorreram.

2.2.2.2- Fontes arqueológicas e arquitetônicas

Dentre os aportes materiais que dão subsídios as nossas discussões e a reconstituição do espaço jesuíta entre 1657 e 1760, temos as evidências arqueológicas e as evidências arquitetônicas. Além disto, por demonstrar precisamente a situação espacial

de certas estruturas que já não existem compondo prédios na atualidade, ao limite oeste do colégio será requerida a fotografia de Mulock, de 1860, apresentada no capítulo anterior (imagem 29). Estes dados observados de maneira conjugada nos permitirão entender o Colégio dos Jesuítas na malha urbana de Salvador.

O primeiro conjunto de dados refere-se aos remanescentes arquitetônicos do complexo jesuíta. Chamamos a atenção, especificamente: 1) a igreja do colégio, hoje atual Catedral Basílica de Salvador (imagem 39); 2) a portaria do antigo colégio; 3) ao conjunto de celas que ainda existem na lateral esquerda da igreja, que hoje compõem setores administrativos da Arquidiocese e o Museu da Catedral (imagem 40-3); 4) ao corredor (túnel), no subsolo da igreja onde funcionava uma carpintaria e permitia ligação entre o Pátio dos Padres ao Pátio dos Estudos Gerais (imagem 40-4); 5) e a saída do colégio para a escarpa de Salvador, que permitia ligação entre o colégio e a Cidade Baixa (imagem 41). Como estes elementos faziam parte do complexo e, por isso, se encontram no mesmo local onde foram construídos, serão imprescindíveis à discussão.



IMAGEM 39: 1) à esquerda a igreja do colégio; 2) à direita, ao lado da igreja, a portaria do antigo colégio com dois pavimentos, atualmente bastante modificada. Foto: Carlos Costa, 2005.



IMAGEM 40: 3) vista no sentido oeste-leste, à esquerda o conjunto de celas que existem na lateral da igreja; 4) túnel no subsolo da igreja, onde funcionava a carpintaria, que ligava o Pátio dos Padres ao Pátio dos Estudos Gerais; vale notar que este setor se encontra com pavimentação em nível mais alto que o original, diminuído o pé direito da passagem. Fotos: Carlos Costa, 2005.



IMAGEM 41: Limite atual da área correspondente ao Pátio dos Padres, mais projetada sobre a escarpa que os limites pretéritos. 5a) Vista a partir da meia vertente da escarpa; 5b) Vista a partir do Plano Inclinado Gonçalves. Tracejado em vermelho, na horizontal, o limite atual do pátio que se encontra na área que correspondeu ao antigo pátio do colégio e, a direita, a parede do Plano Inclinado Gonçalves. Tracejado em azul, a saída posterior do colégio, que permitia ligação entre este e a Cidade Baixa. Tracejado em amarelo, o limite posterior da Catedral Basílica (uma espécie de quintal cimentado), projetado sobre a escarpa após a demolição do colégio. Fotos: Carlos Costa, 2005.

Outros dados que permitem situar a planta do colégio na malha da cidade são obtidos da fotografia de Mulock de 1860 (imagem 29). Tratam-se dos limites posteriores do Pátio dos Padres e do Pátio dos Estudos Gerais, que não se encontram mais no mesmo local. A comparação entre esta fotografia, a planta de Caldas e o limite da Catedral Basílica permite afirmar que no lado que correspondeu ao Pátio dos Padres a estrutura de contenção foi projetada sobre a escarpa (imagem 41). Por sua vez, no lado correspondente ao Pátio dos Estudos Gerais, a situação foi inversa. Podemos dizer que houve um recuo da estrutura de contenção da escarpa (imagem 42). A confrontação entre a fotografia de Mulock, a planta de Caldas, o prédio da Catedral e o limite atual que atinge o estacionamento do prédio da COELBA na escarpa de Salvador, demonstra que este estacionamento não se encontra no mesmo alinhamento da parte posterior da Catedral Basílica, como aparece na planta de Caldas e na foto de Mulock⁹⁹ (imagens 29 e 49).

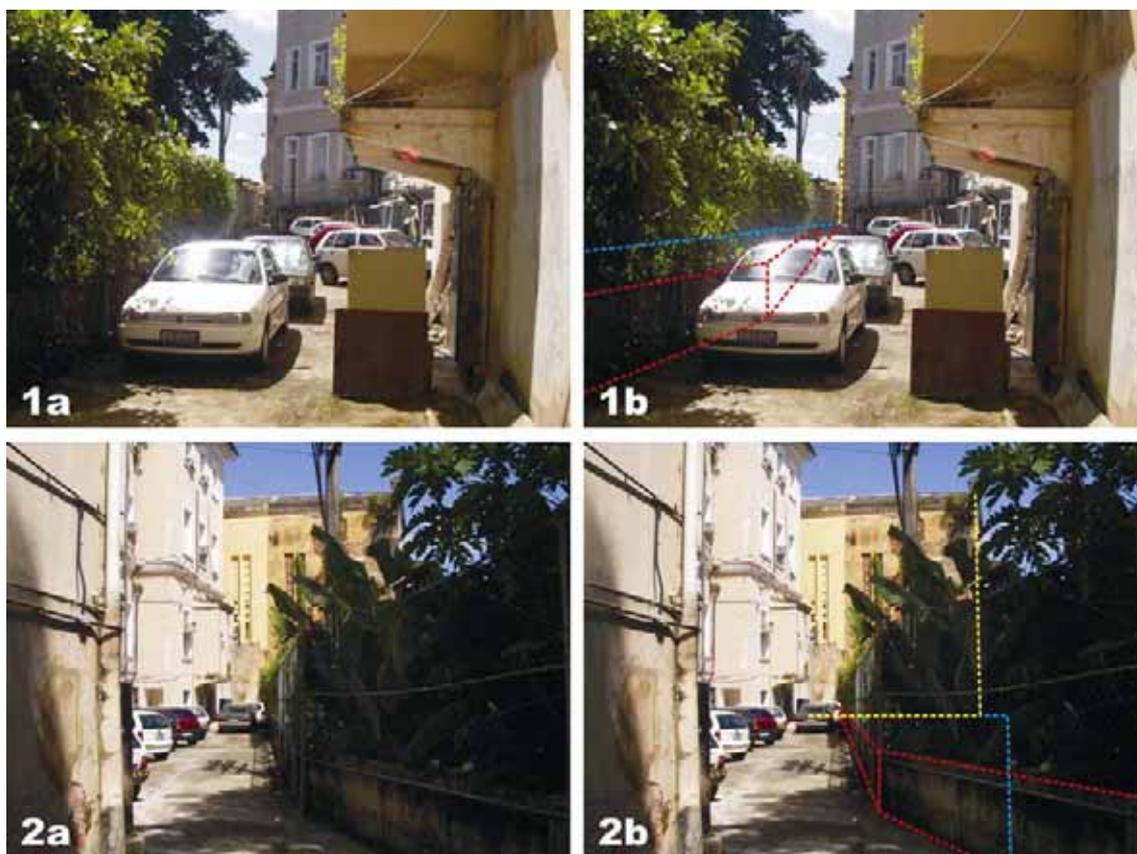


IMAGEM 42: Limite do antigo pátio confrontado com limite da ocupação atual. 1) Vista do sentido do Cine Excelsior à Catedral Basílica (sentido sul - norte); tracejado em vermelho o limite do estacionamento da COELBA, em amarelo o limite posterior da Catedral e em azul o limite que deveria chegar o antigo pátio. 2) Vista do sentido do Catedral Basílica ao Cine Excelsior (sentido norte - sul); tracejado em vermelho o limite do estacionamento da COELBA, em amarelo a quina do limite posterior do Cine Excelsior e em azul o limite que deveria chegar o antigo pátio. Fotos: Carlos Costa, 2005.

⁹⁹ Como já esclarecemos, as prospecções arqueológicas a esta área, que foram visitas técnicas, não permitiram localizar as estruturas antigas, pois, este setor encontra-se com aterro recente.

Vale reafirmar que o fato de existir um corredor subterrâneo na igreja, que ligava seus pátios laterais, demonstra que a estrutura de contenção não se projetava mais à escarpa que o limite posterior da igreja. Isto porque, caso se projetasse, não haveria a necessidade de um corredor subterrâneo que os ligasse, por baixo da igreja. Além disso, a planta de Caldas e a fotografia de Mulock não apresentam projeção da estrutura de contenção, mais que o limite posterior da Catedral. Ou seja, a projeção invadindo a escarpa de mais ou menos 5m, vista no lado correspondente ao antigo Pátio dos Padres, e o recuo percebido de cerca de 3m no lado do antigo Pátio dos Estudos Gerais são mudanças recentes.

O último conjunto de dados é arqueológico. A área do Colégio dos Jesuítas de Salvador foi alvo de intervenções arqueológicas por duas ocasiões. Uma delas refere-se àquelas intervenções que realizamos na área do Pátio dos Estudos Gerais, que retomaremos mais à frente. A outra intervenção arqueológica ocorreu vinte e cinco anos antes desta, no ano de 1975, realizada pelo arqueólogo Valentin Rafael Simon Joaquim Calderón de La Vara, professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia, numa área correspondente ao subsolo do antigo Colégio dos Jesuítas.

A existência de estruturas do Colégio dos Jesuítas sob o prédio da antiga Faculdade de Medicina (FAMED) já era conhecida, mas, o local encontrava-se isolado, parcialmente aterrado e fechado por paredes. Por isto, não se sabia exatamente o que do colégio restava sob a FAMED. Foi assim que Calderón em busca de um espaço para fundar o Museu de Arqueologia e Etnologia, que abrigaria o acervo resultante de quinze anos de suas pesquisas arqueológicas na Bahia e das pesquisas etnológicas no Alto Xingu do professor Pedro Manoel Agostinho da Silva, com os Kamayurá entre 1964 e 1968, resolveu verificar o que existia naquele local abandonado na FAMED. Desta maneira, além de constatar um amplo espaço que serviria à exposição e salvaguarda do acervo, localizou uma série de estruturas de abóbadas, corredores, pequenos quartos, pisos, batentes e duas estruturas de cisternas (uma sobrepondo a outra). Ademais, Calderón verificou que, além da sobreposição de ocupações, o prédio da Faculdade re-utilizava as antigas estruturas jesuítas na sua composição estrutural, neste caso, nos alicerces. Nenhum espaço parecia ser mais significativo: um sítio arqueológico como Museu de Arqueologia!

No que se refere às escavações empenhadas por Calderón, apesar de saber-se de sua realização, não se tem notícias de relatórios ou publicações acerca destes trabalhos, embora seja patente o caráter arqueológico de sua intervenção. Isto porque, existem situações de prospecções de parede e solo que, pela maneira que estão situadas no espaço do sítio, indicam que se procurava associação entre as diferentes estruturas arqueológicas¹⁰⁰. Na atualidade, de registros deste trabalho apenas existe uma planta bastante exata de sobreposição da antiga FAMED às estruturas jesuíticas, com a proposição de novas áreas previstas à intervenção arqueológica, a ser realizada oportuna e futuramente (imagem 43).

Além das estruturas que localizou, a sobreposição das plantas realizadas por Calderón permite aventar com certa segurança que outros setores do prédio da FAMED também estejam utilizando as estruturas jesuíticas como parte de seus alicerces. Isto pode ser verificado pela disposição espacial de certos setores do prédio da FAMED que parecem coincidir com a largura dos corredores apresentados nas plantas de Caldas (imagem 44).

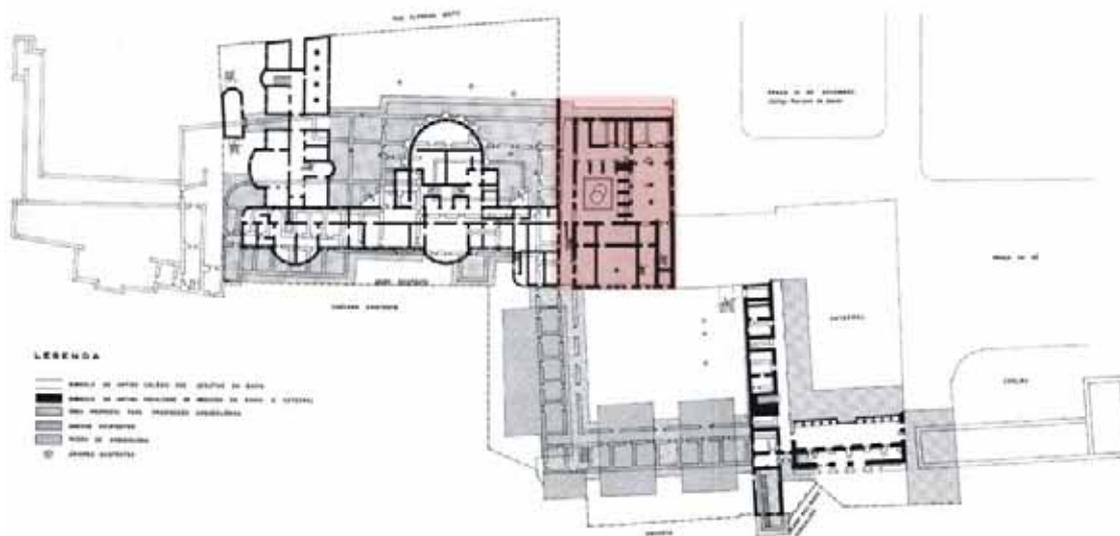


IMAGEM 43: Sobreposição das estruturas da antiga FAMED à planta de José Antônio Caldas, de 1758, do antigo Colégio dos Jesuítas, ambas do subsolo. A área em vermelho indica o setor escavado por Valentin Calderón, que hoje corresponde ao Museu de Arqueologia e Etnologia da UFBA. As estruturas desenhadas em linhas referem-se ao antigo Colégio dos Jesuítas. As estruturas cheias, em preto, ao prédio da FAMED e as celas que ainda existem no subsolo da Catedral Basílica. Fonte: MAE/UFBA.

¹⁰⁰ Ademais, os relatos de pessoas que trabalharam com Calderón – a exemplo de Antônio Matias (restaurador do MAE/UFBA) e Pedro Agostinho (professor de antropologia da UFBA) – apontam para a existência de uma escavação arqueológica e não um desenterramento.



IMAGEM 44: Espaço da Antiga FAMED e remanescentes do Colégio dos Jesuítas, entre 1990 e 1998. 1) Igreja do colégio, sacristia, livraria e celas laterais. 2) Portaria, capelas domésticas e áreas de diversas serventias, hoje utilizado com parte do prédio da FAMED. 3) Prédio da FAMED, sobre ruínas do antigo colégio. Fonte: IPAC-BA.



IMAGEM 45: Espaço do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia. 1) Poços localizados por Calderón; notar a sobreposição das estruturas; 2) Abóbadas do subsolo do antigo colégio, vistas no salão principal de exposição do MAE, cuja distinção feita por Caldas a indica como “casa a diversas serventias”. Fotos: Carlos Costa, 2005.



IMAGEM 46: Espaço do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia. 1) Corredor que ligava as áreas de oficinas a área de cozinha; 2) Corredor com arcos de tijolos e entrada das áreas destinadas aos serviços e cloaca. Fotos: Carlos Costa, 2005.

Este setor localizado por Calderón, segundo identificação de José Antônio Caldas refere-se a uma área com algumas oficinas, “casas a diversas serventias” e cloaca. Além da indicação de Caldas, Calderón localizou a estrutura de um poço, em sobreposição a outro anterior, do qual só é visível metade da estrutura em meio arco de tijolos (imagens 45 e 46).

Aqui vale uma observação. Tratando especificamente acerca dos poços, além destes localizados por Calderón, as indicações das plantas de Caldas demonstram a existência de três poços no colégio: um no quintal da área dos recoletos, um no Pátio da Cozinha e um no Pátio dos Estudos Gerais. Além destes poços, informações históricas apontam para a existência de mais um, que, pelas dimensões de aproximadamente 19,8m de profundidade e 13,2m de diâmetro¹⁰¹, só poderia estar no Pátio dos Padres, que tinha a maior área aberta e a única que comportaria um poço com este tamanho. Admitindo-se estas informações, o colégio teria cinco poços, um em cada setor de serviço.

E, tratando-se de setores de serviços, mais uma vez entramos nas distinções internas do colégio. Na discussão das iconografias, apontamos quatro espaços: uma igreja, dois pátios quadrados (um em cada lateral da igreja), e um pátio comprido, cuja divisão interna não era passível de visualização. O fato é que aquela área vista nas iconografias, na extremidade norte do complexo jesuítico, como um espaço comprido sem divisão interna, representada apenas pela área ocupada, na planta de Caldas é passível a distinção dos espaços. Este setor comprido refere-se a quatro áreas: Pátio com algumas oficinas; Pátio da cozinha, refeitório, dispensa e enfermaria; quartos dos recoletos (noviciado); e quartos destinados às negras e demais escravas na extremidade norte, com menor expressão no espaço do colégio. Segundo Anna Carvalho (2000: 218), estes quartos destinados a escravas conformam uma senzala. Embora venhamos a utilizar mais a frente este dado de Carvalho na identificação de um espaço do colégio, temos dúvidas quanto à pertinência desta identificação, de maneira que a utilizaremos com uma interrogação.

¹⁰¹ “(...) um poço de noventa palmos de alto, e sessenta em roda, todo empedrado, de boa água, que deu muito alívio a este Colégio, que, por estar em um monte alto, carecia de água suficiente para as oficinas (...)” [sic] (Gouveia *apud* Leite, 1945a [1583]: 54). A conversão das dimensões em palmo para metro foi feita tomando-se como base para medida média de um como 22cm, conforme escala convencionada para esta unidade de medida.

Portanto, resumindo os dados, o colégio agora estaria com oito grandes divisões internas: 1) Igreja; 2) Portaria; 3) Pátio dos Estudos Gerais; 4) Pátios dos Padres; 5) Pátio com algumas oficinas; 6) Pátio da cozinha, refeitório, dispensa e enfermaria; 7) quartos dos recoletos (noviciado); e 8) quartos das negras e demais escravas.

Mas, retomemos os dados arqueológicos. Como já abordamos, os dados acerca do Pátio dos Estudos Gerais referem-se a área cujas intervenções arqueológicas foram conduzidas por nossa equipe. Como foi demonstrado, o espaço ocupado por este pátio do século XVII seria o mesmo do século XVI. Isto porque, a parede do limite leste deste pátio (a que o separava do terreiro da igreja) apresenta duas tecnologias construtivas que demonstram re-utilização da estrutura, sendo que os alicerces referentes ao século XVII são os trechos compostos por arenoso, arenito de praia, cal e reaproveitamento de tijolos e telhas cerâmicos (ver apêndices 2 e 7). O limite oeste, aquele voltado para escarpa, seria o mesmo eirado de pedras já fartamente discutido. O limite sul seria o alinhamento do quarteirão e o norte a parede da nova igreja do colégio, que ainda se encontra edificada.

Mantendo-se os limites exteriores os mesmos, a diferença entre este novo pátio do século XVII e o primeiro do século XVI refere-se a sua divisão interna, que foi alterada, quando passou a dispor de salas distribuídas em corredores laterais, com um pátio interno central contendo um poço retangular. O setor que antes ocupou a Igreja de Men de Sá e o seu terreiro apenas foi cercado. Mas, porque as áreas da velha igreja e de seu terreiro não passaram a integrar o novo pátio, conforme a proposta de Simão de Vasconcellos (imagem 27)?

Como apontamos, a construção dos pátios laterais da nova igreja se deu de maneira concomitante a construção da própria da igreja. Enquanto se erguia a igreja e seus pátios laterais, a velha igreja e seu terreiro estavam em uso. Por isto, quando se finalizaram as obras, dentre as quais o Pátio dos Estudos Gerais (construído no mesmo local do antigo pátio), a igreja velha e seu respectivo terreiro ficaram sem uso e foram demolidos, de maneira que seus espaços foram abarcados pelo novo pátio por um muro (imagem 47).

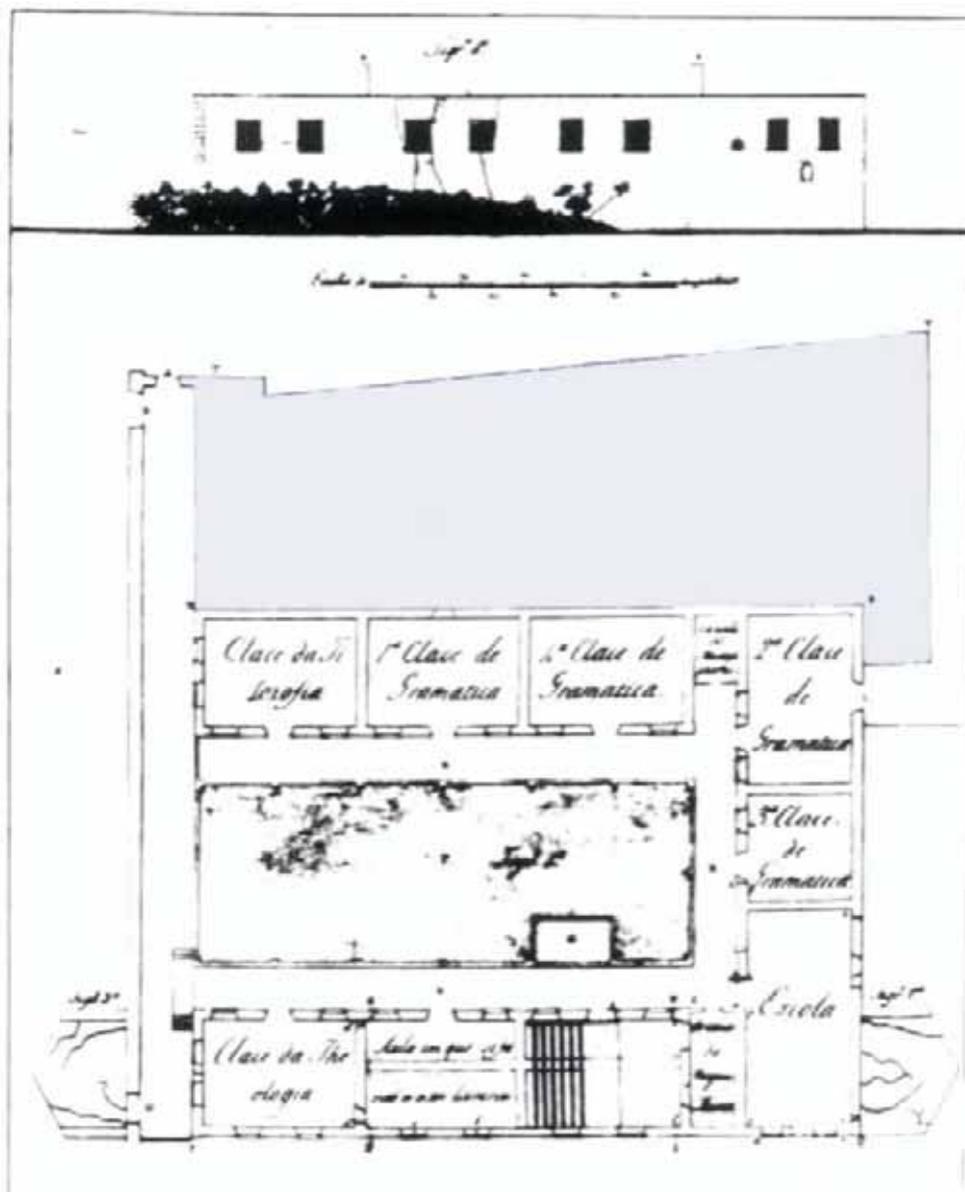


IMAGEM 47: Detalhe do Pátio dos Estudos Gerais, segundo Caldas em 1951 [1758] com especificação funcional dos cômodos. Em cima, o Pátio dos Estudos Gerais visto a partir do lado oeste, desde a baía de Todos os Santos. Embaixo, planta do pavimento térreo do mesmo pátio do colégio; em lilás a área onde estavam a igreja do colégio e o seu terreiro, que já se encontram demolidos; a área aparece cercada com um muro.

Outras informações arqueológicas permitem interpretar melhor este espaço. Como já abordamos, durante as escavações foi localizado um lixão de materiais construtivos (tijolos, telhas, rochas, restos de argamassa de cal), provavelmente da demolição da igreja, pois, continham materiais semelhantes àqueles agregados as estruturas de pedra e cal que compunham o conjunto de alicerces da Igreja de Men de Sá. Este micro-contexto atinge profundidade de 230cm (apêndice 8). Além disto, o lixão está situado no perímetro correspondente a área murada do pátio na planta de Caldas, que

circunscreveu a velha igreja e o seu terreiro. Muito provavelmente, a demolição desta igreja já tivesse ocorrido antes de 1715, pois, na iconografia “Planta da Cidade da Bahia” (imagem 35), o Pátio dos Estudos Gerais já aparece com a forma que Caldas apresenta. Mas, após a demolição da igreja e de seu terreiro, para que serviu esta área?

Muito provavelmente, esta área murada passou a ser utilizada como pomar ou jardim. Isto porque, existem contextos de lixos com materiais cerâmicos, nos quais algumas camadas estão compostas unicamente por vasos de plantas e alpiotas, recipientes típicos de pomares ou jardins (Etchevarne *et alli*, vol. 05, 2001: 33-34) (ver apêndices 9, 10 e 11). Estes lixos encontram-se em quadras correspondentes ao espaço do antigo interior da Igreja de Men de Sá (Z’, C” e D” / 101), e só poderiam ter sido feitos após a demolição deste templo, uma vez que a igreja representa a primeira ocupação desta área. Ao mesmo passo, também é possível que ele não devesse ter sido realizado posterior a metade do século XVIII, em função da existência de fragmentos de faiança portuguesa, datados do século XVII, compondo estas áreas de refugo (imagem 48).



IMAGEM 48: Detalhe dos lixos encontrados na área que corresponderia ao interior da igreja de Men de Sá, feito após sua demolição, onde pode se ver fragmentos de vasos de plantas e alpiotas (Z’/101) e faiança portuguesa (D’/101). Fotos: Francesco Palermo, 2000.

Com estes dados, para a composição da malha urbana de Salvador no setor da Praça da Sé do momento em que os jesuítas foram expulsos da colônia, resta entender, então, que edifícios passaram a ocupar a área entre a Igreja da Sé e o Colégio dos Jesuítas. Iniciemos por aqueles para aos quais existem informações precisas de sua localização. No século XVII, este espaço entre a Sé e o colégio passou a ser propriedade da Irmandade de São Pedro dos Clérigos, onde foi erguida, neste mesmo século, a Igreja de São Pedro dos Clérigos, ao lado do Colégio dos Jesuítas. Entre esta igreja e a Sé algumas casas foram

levantadas, que não ficariam neste local por muito tempo. Isto porque, em 1707, em busca de um espaço para se erguer o Palácio dos Arcebispo, o prelado negocia esta área de propriedade da Irmandade, contígua a Sé, com um terreno entre o colégio e a Ordem Terceira de São Domingos¹⁰², que seria destinado a construção do Palácio do Arcebispo, que não veio a ocorrer. Com a negociação feita, o prédio da Arquidiocese passa a ser construído ao lado da Sé, ainda em 1707, onde se encontra até hoje (Bocannera Jr., 1921: 105).

Por sua vez, para a Igreja de São Pedro dos Clérigos, só restava estar edificada entre o Palácio do Arcebispo e o colégio, muito possivelmente na área onde hoje se encontra o Cine Excelsior. Sobre isto, as iconografias “SJ. SALVADOR / Ville Capitale du Brèsil” datada de 1695-1698 (imagem 33), a “Vue de la Ville de St. Salvador du côte de la Baye” de 1714 (imagem 34) e a “Elevação, e Faxada que mostra em Prospecto pela marinha a Cidade do Salvador Bahia de todos os Santos” de 1758 (imagem 38), ajudam a admitir esta proposição.

Quanto a igreja da Sé, neste período ela já havia sido reformulada e ampliada, passando de três para uma nave¹⁰³. Em termos de espaço ocupado, esta igreja já detinha as dimensões que iriam ser observadas em sua última conformação, no ano de sua demolição, em 1933 (Costa, 2001: 27), quando ocupava exatamente o mesmo sítio de sua fundação. O perímetro exato ocupado por esta igreja na atual Praça da Sé foi localizado durante as escavações empreendidas entre 1998 e 2000 (Etchevarne *et alli* 1999, 2000 e 2001), de maneira que estes dados serão integrados a recomposição da malha urbana deste setor da cidade.

Completando os dados deste espaço para este momento, o quarteirão residencial que existia à frente da igreja de Men de Sá, conforme pode se ver nas iconografias da primeira metade do século XVIII, ainda se encontrava no mesmo local que estava no início do século XVII. Com esta informação, ficamos aptos a composição da malha urbana de Salvador na área da Praça da Sé, da metade do século XVIII (imagem 50).

¹⁰² A área onde hoje se encontra o Restaurante Cantina da Lua. Esta área seria a destinada para a construção do Palácio (Bocannera Jr., 1921: 105), se não tivesse sido possível a negociação com a Irmandade de São Pedro dos Clérigos.

¹⁰³ Isto ocorreu entre 1612 e 1616, no governo de Gaspar de Souza (Costa, 2001: 11).

Com relação ao Colégio dos Jesuítas, basta então aliar dados históricos escritos, históricos iconográficos, arquitetônicos e arqueológicos para determinar a distribuição dos espaços deste complexo do último quarto do século XVII e primeira metade do século XVIII (imagem 49):

A) Pátio dos Estudos Gerais (Caldas, 1951 [1758]):

- A-1) Entrada (Caldas, 1951 [1758]);
- A-2) Classe de teologia (Caldas, 1951 [1758]);
- A-3) Aula magna (Caldas, 1951 [1758]);
- A-4) Capelinha (Caldas, 1951 [1758]);
- A-5) Escola (ler e escrever) (Caldas, 1951 [1758]);
- A-6) 3ª classe de gramática (Caldas, 1951 [1758]);
- A-7) 2ª classe de gramática (Caldas, 1951 [1758]);
- A-8) Mastigóforo (Caldas, 1951 [1758]);
- A-9) Varanda (Caldas, 1951 [1758]);
- A-10) 4ª classe de gramática (Caldas, 1951 [1758]);
- A-11) 1ª classe de gramática (Caldas, 1951 [1758]);
- A-12) Classe de filosofia (Caldas, 1951 [1758]);
- A-13) Pátio (Caldas, 1951 [1758]);
- A-14) Poço retangular (Caldas, 1951 [1758]);
- A-15) Subterrâneo da casa de aula de teologia e escola (Caldas, 1951 [1758]);
- A-16) Pomar ou jardim (dados arqueológicos).

B) Igreja (dados arquitetônicos):

- B-1) Altar mor (dados arquitetônicos);
- B-2) Sacristia (dados arquitetônicos);
- B-3) Carneiras (dados arquitetônicos);
- B-4) Carpintaria por onde se comunicam os mestres para o Pátio dos Estudos (Caldas, 1951 [1758]);
- B-5) Livraria (dados arquitetônicos);
- B-6) Celas ou cubículos (dados arquitetônicos);
- B-7) Capelas (dados arquitetônicos).

C) Portaria (dados arquitetônicos):

- C-1) Salão de recreio (dados arquitetônicos).

D) Pátio dos Padres (Caldas, 1951 [1758]):

- D-1) Celas ou cubículos (Caldas, 1951 [1758]);
- D-2) Cloaca (Caldas, 1951 [1758]);
- D-3) Entrada da ligação que ligava o colégio à cidade baixa (dados arquitetônicos);
- D-4) Capela doméstica (Caldas, 1951 [1758]);
- D-5) Casa a diversas serventias (Caldas, 1951 [1758]);
- D-6) Grande jardim com arvoredo (Caldas, 1951 [1758]) e poço.

E) Pátio com algumas oficinas (Caldas, 1951 [1758]):

- E-1) Pátio com poço (dados arqueológicos);
- E-2) Cloaca (Caldas, 1951 [1758]);
- E-3) Casa a diversas serventias (Caldas, 1951 [1758]);
- E-4) Esguicho (Caldas, 1951 [1758]);
- E-5) Botica (Oliveira, 1988: 89);
- E-6) Portaria (Oliveira, 1988: 89);
- E-7) Capela doméstica (Oliveira, 1988: 89);
- E-8) Casa de hóspedes (Oliveira, 1988: 91).

F) Pátio da cozinha, refeitório, dispensa e enfermaria (Caldas, 1951 [1758]):

- F-1) Dispensa (Caldas, 1951 [1758]);
- F-2) Nora e seu poço (Caldas, 1951 [1758]);
- F-3) Casa do cônego tesoureiro-mor (Caldas, 1951 [1758]);
- F-4) Refeitório (Caldas, 1951 [1758]);
- F-5) Cozinha (Caldas, 1951 [1758]);
- F-6) Ministra (Caldas, 1951 [1758]);
- F-7) Enfermaria (Caldas, 1951 [1758]);
- F-8) Enfermaria (Oliveira, 1988: 89).

G) Quartos dos recoletos (Noviciado) (Caldas, 1951 [1758]):

- G-1) Celas ou cubículos;
- G-2) Quintal dos recoletos com poço (Caldas, 1951 [1758]);
- G-3) Cloacas (Caldas, 1951 [1758]).

H) Senzala? (Carvalho, 2000: 218):

- H-1) Lugar em que residem as pretas e demais escravas do convento (Caldas, 1951 [1758]).

I) Escadas.

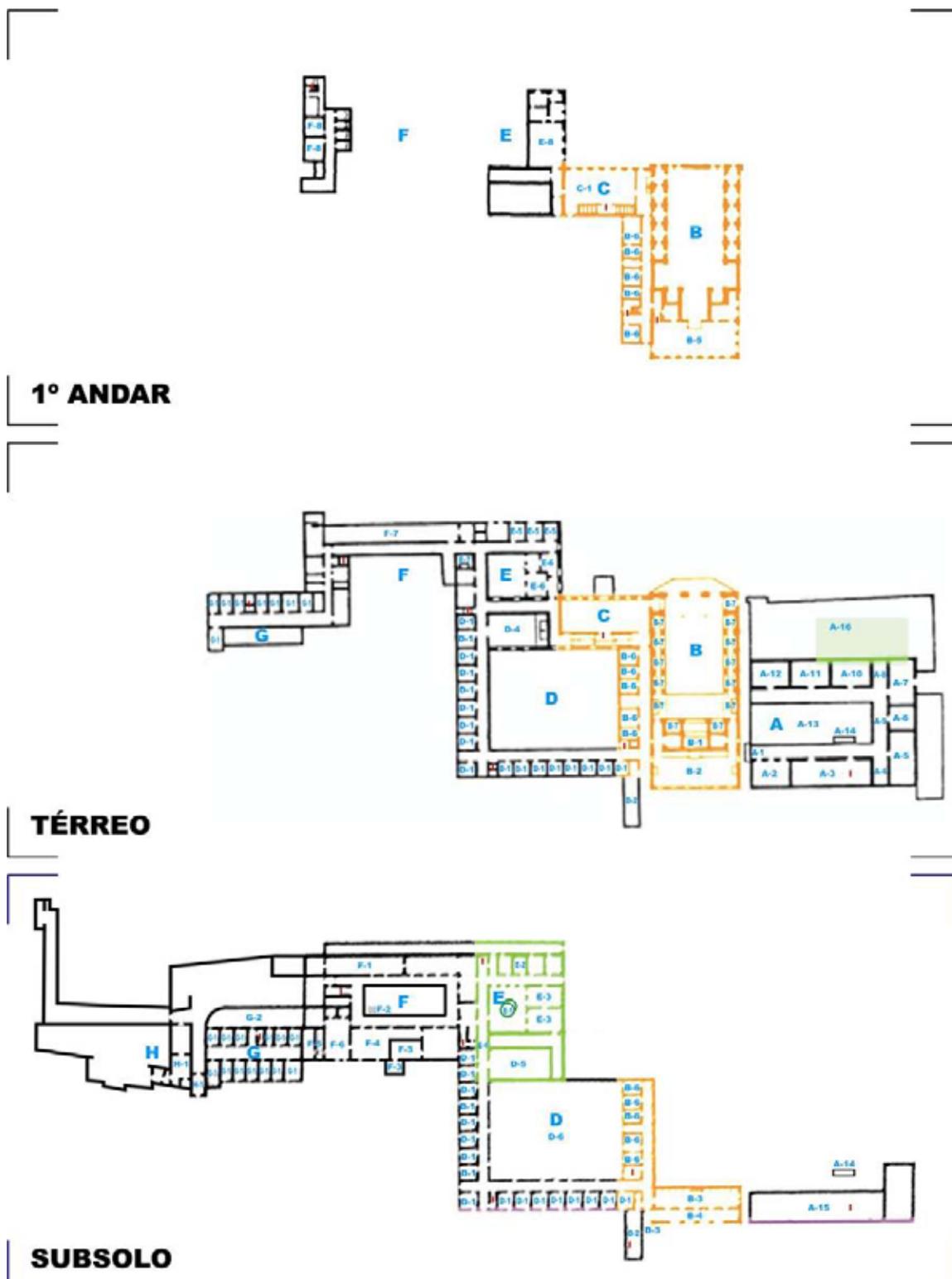


IMAGEM 49: Plantas de José Antônio Caldas, de 1758, dos três pavimentos do Colégio dos Jesuítas. Fonte: MAE/UFBA e Oliveira, 1988: 90.

- Áreas indicadas na planta de Caldas, não localizadas;
- Áreas localizadas através de escavações arqueológicas;
- Espaços Arquitetônicos ainda existentes;
- Limite localizado a partir da fotografia de Mulock (1860).

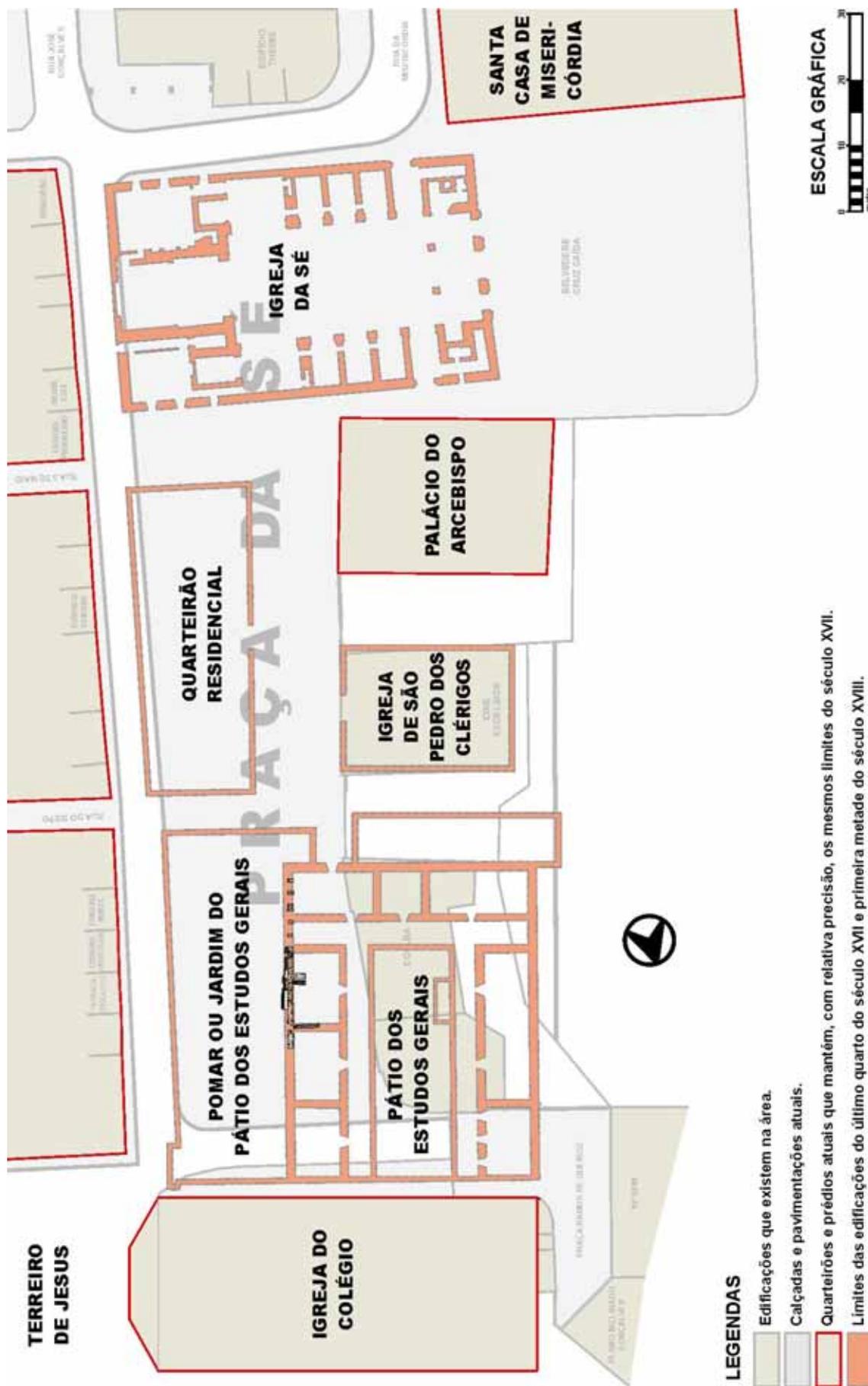


IMAGEM 50: Malha urbana do final do séc. XVII e primeira metade do XVIII sobreposta a Praça da Sé.

Se num primeiro momento o colégio parece ter determinado o limite do Terreiro de Jesus, neste segundo instante, em função das novas demandas urbanas e econômicas, o colégio passa a dialogar de maneira diferente com este terreiro com a inserção da igreja, que daria maior imponência ao espaço. Este momento, além de dar uma maior notoriedade urbana ao colégio, ou melhor, re-significar a notoriedade deste prédio no contexto urbano, consagra um instante de organização interna do edifício. Desta maneira, separa-se área de ensino público da área de atividades internas, dividindo aquilo que era atividade eminente do colégio daquilo que o colégio dispunha para a cidade. A igreja de Men de Sá deixa de existir e em seu lugar é construído um pomar ou jardim; ao lado desta área, o pátio permanece com novas atividades e salas de ensino.

Vale salientar que em todo o histórico de atuação da Ordem no colégio, o que fica muito claro é que o colégio configura um local pólo de atuação jesuíta, de onde todas as atividades eram delineadas e conduzidas. Efetivamente, tratava-se do “Real Colégio da Companhia de Jesus no Brasil”, que deveria (e foi) ser centro disseminador das ações da companhia, onde todas as atividades eram pensadas, decididas e ordenadas. Por isso, sua construção e reformulação tendiam a atender as necessidades da cidade na qual estavam inseridas, mas, sobretudo, as necessidades da Companhia na Bahia, haja vista a dimensão da atuação dos padres da Ordem no Nordeste e no Brasil, como bem exemplifica Serafim Leite, nas imagens que demonstra as posses jesuítas ao longo da costa brasileira e no recôncavo baiano, em alguns locais que, se quer, a Coroa havia chegado (imagem 51).

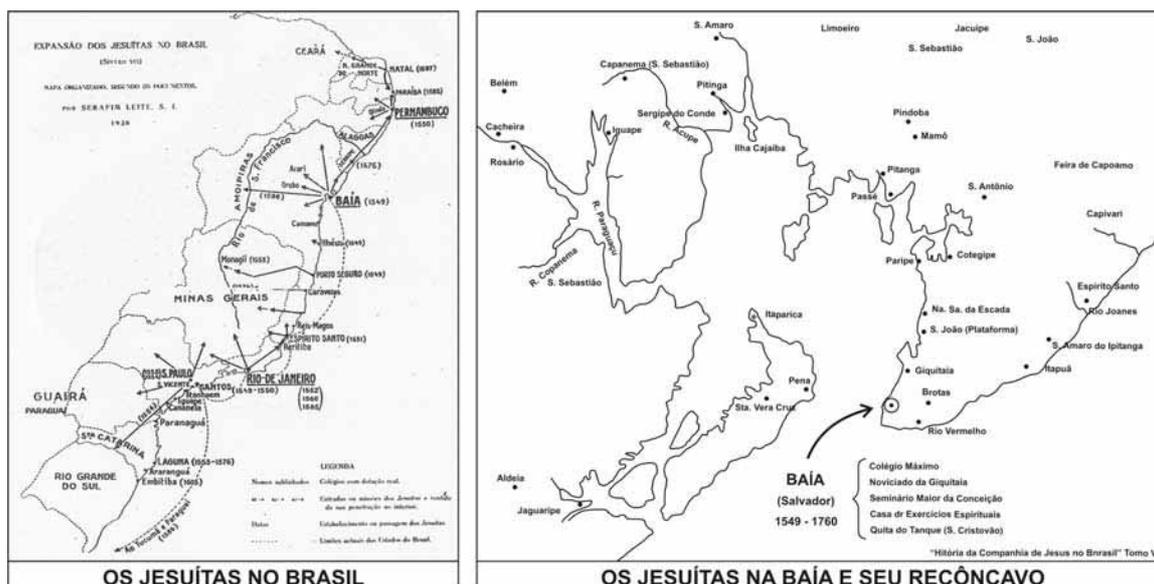
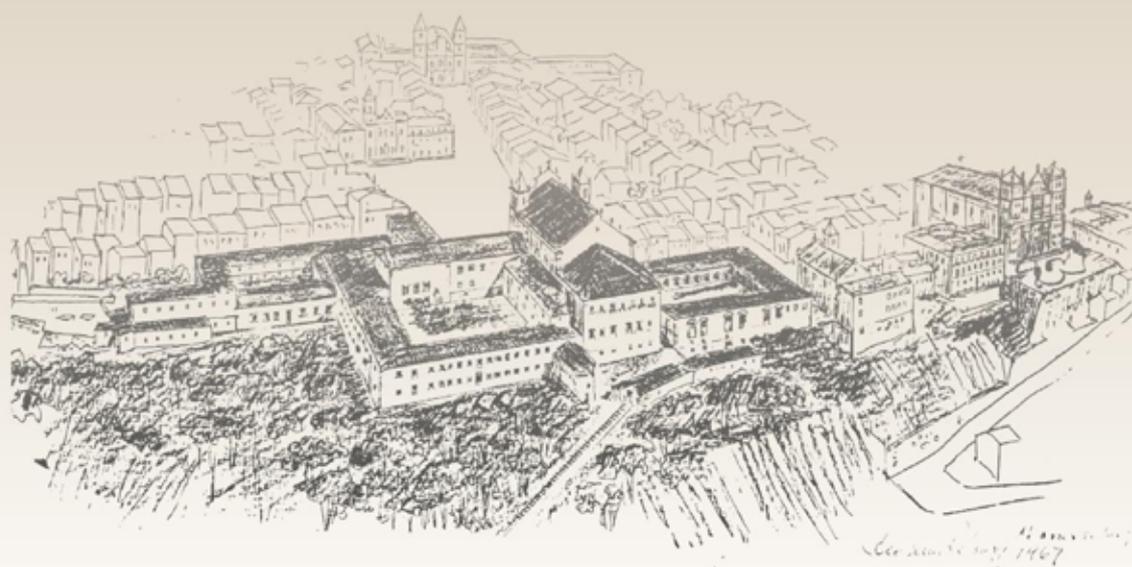


IMAGEM 51: Plantas que exemplificam a disseminação da Companhia de Jesus no Brasil. Os jesuítas no Brasil no século XVI (Leite, 1945a) e os jesuítas na baía e seu Recôncavo 1549 e 1760 (Leite, 1945c).

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS



---- CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS ----

Para este trabalho, partimos da hipótese de que o Colégio dos Jesuítas contribuiu para organização da malha urbana da Salvador colonial. Isto se observa no alinhamento das ruas de parte da área administrativa. Contudo, considerar esta assertiva leva implícito que os jesuítas deveriam ter domínio, além das normas de instalação de prédios, de processos de urbanização, e de fato tinham. Como demonstramos, as normas de urbanização espanhola foram parâmetros à realização das normas de urbanização jesuíta. Mas isto, por si só, não é suficiente para embasar nossa assertiva. Até porque estamos falando de uma unidade jesuíta com caráter espacial muito restrito. Ou seja, um colégio, instalado numa cidade portuguesa. Por isto, cabe reunir sucintamente os elementos que foram apresentados ao longo deste trabalho que auxiliam na resposta da nossa hipótese central:

- Os jesuítas tiveram primazia na ocupação do setor norte da cidade de Salvador, tendo acesso à área quando ela ainda não detinha ocupação de nenhum tipo¹⁰⁴;
- O traçado urbano da área administrativa de Salvador, no setor em que se encontra o Colégio dos Jesuítas (o norte da cidade), mantém uma relativa regularidade, com eixos ortogonais. Mesmo numa porção deste setor que poderia ser considerado irregular, dentro da modulação da malha, o alinhamento da rua também foi induzido pelo colégio. Desta forma, foi previamente pensado para ser regular

¹⁰⁴ Os dados arqueológicos permitem dizer que esta área foi anteriormente ocupada por grupos tupi. Mas, informações históricas bem como os próprios dados arqueológicos permitem assegurar que esta área já não estava mais ocupada quando da instalação dos jesuítas.

(imagem 52). Isto porque, entre o Terreiro de Jesus e o limite norte do colégio (à esquerda do terreiro) a malha parece apresentar uma certa irregularidade, uma vez que os quarteirões vizinhos ao colégio apresentam tamanhos diferentes. Mas, se olharmos com atenção, o colégio está com seu limite dentro desta modulação regular, bem como a rua segue o alinhamento do limite norte do colégio. Por outro lado, os três quarteirões irregulares nos tamanhos estão circunscritos dentro de três módulos no traçado;

- O setor do núcleo fortificado inicial da cidade, onde se encontra a Praça do Governador, não apresenta a regularidade que é passível de observação no setor em que se encontra o Colégio dos Jesuítas. A praça central na área portuguesa é deslocada para um lado da malha, com quarteirões irregulares em volta, enquanto que na área do colégio o Terreiro de Jesus é o elemento central da malha urbana. No entanto, não se deve negar que existem ruas retas que ligam formalmente ambos os setores da área administrativa;
- O Colégio dos Jesuítas é um dos limites da cidade na área administrativa (o limite oeste), de onde partem todas as ruas principais. O edifício do colégio ocupa um comprimento de seis quadras;
- De cada uma das faces do colégio voltadas para o interior da área administrativa, pode-se fazer uma projeção, a qual irá delimitar a modulação regular das demais quadras, que estariam relativamente organizadas em retículo (eixos ortogonais);
- O espaço do colégio limita um dos lados do Terreiro de Jesus, respeitando a regularidade da malha urbana;
- O Terreiro de Jesus encontra-se centralizado em relação ao corpo do colégio, de maneira a impor o colégio como edifício mais importante deste setor da cidade;
- Tal como uma praça maior espanhola, o Terreiro de Jesus tem sua regularidade comprovada na malha urbana, pois, o vazio que o caracteriza é justificado pela supressão de dois quarteirões que deveriam existir na malha deste setor;
- Os dados arqueológicos acerca da área sul do colégio permitiram revisar os limites da igreja de Men de Sá e do pátio do século XVI (que viria a ser, depois de reformulado, o pátio dos Estudos Gerais no final do século XVII). Este pátio era

descrito, a partir dos primeiros estudos históricos, como fora do alinhamento das ruas, o que tornaria complicado a comprovação de nossa hipótese. Contudo, os dados arqueológicos permitiram demonstrar que as ruas respeitam os limites do colégio ao sul, assegurando que este setor do prédio tinha relação formal de simetria e alinhamento com a malha das ruas circundantes, materializando a relação lógica entre espaço do colégio e espaço da cidade;

- Os dados arqueológicos acerca da área de serviços e oficinas concretizam os limites do colégio na área do Terreiro de Jesus. A re-ocupação atual pela FAMED, sobre os alicerces do Colégio dos Jesuítas, permite verificar esta inserção espacial no contexto deste terreiro e asseguram os dados verificados a partir das informações históricas;
- Por fim, vale ressaltar a oposição entre ideal de ocupação espacial português e ideal jesuíta, na cidade de Salvador. Esta é a única cidade portuguesa no Brasil, daquele período, que ostentava duas praças centrais de grandes proporções na malha urbana, fundadas já nos três primeiros anos de existência da urbe (1549-1552):
 - 1) a Praça dos Governadores (do poder administrativo e residência do Governador), que é formada pelos portugueses no setor inicial de povoação, no perímetro da primeira muralha;
 - 2) o Terreiro de Jesus (centro sócio-cultural da cidade), que se forma a frente do Colégio dos Jesuítas, quando a cidade ainda não tinha chegado a este setor do território. Portanto, uma é um ideal português, e outra, apesar de estar numa cidade portuguesa, é um ideal jesuíta.

Estas afirmações nos conduzem a conclusão de que o traçado da malha urbana do setor no qual o colégio estava inserido teve também, possivelmente, configuração induzida e influenciada pelos jesuítas. Os dados históricos escritos, históricos iconográficos e os aspectos materiais, demonstrados e revistos a partir dos dados arqueológicos e arquitetônicos, atestam nossa proposição.

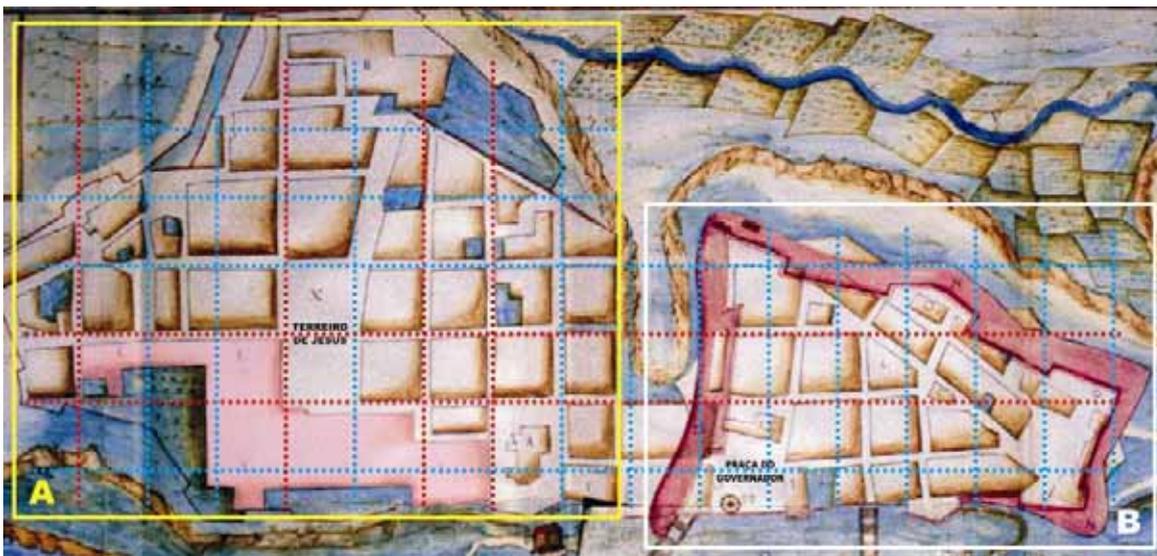


IMAGEM 52: Recorte da “*Pranta da Cidade D. Salvador/na Bahia de Todos os Santos*”, de autoria de João Teixeira Albernaz I, datada de 1605 (Reis, 2000: 16-17/308-309). Em rosa a área do Colégio dos Jesuítas. A área “A”, delimitada por uma linha amarela, refere-se ao setor cuja malha urbana teria sido determinada pela ocupação jesuíta. A área “B”, delimitada por uma linha branca, foi o núcleo inicial fortificado, construído pelos portugueses. O traçado colocado sobre a área “A” demonstra a relativa regularidade que existe na malha urbana do setor “A” em oposição ao “B”; as linhas tracejadas vermelhas representam os alinhamentos da malha urbana que têm relação direta com o colégio. Observar que algumas ruas ligam formalmente ambos os setores da cidade, com alinhamento retilíneo.

Todavia, esta hipótese ainda não está completamente respondida. A relação espacial determinada na construção da cidade não se apresentou de maneira estática, mas, ao contrário disto, dinâmica. Isto porque, o complexo jesuítico passou por algumas fases. No primeiro momento (década de 50 do século XVI), o colégio, ou casas, funcionou em estabelecimentos provisórios, situados fora da muralha da cidade, servindo de atrativo ao crescimento da urbe para o norte. Num segundo instante (últimos quarenta anos do século XVI), a igreja, que tinha um terreiro próprio, foi construída com fachada voltada para o núcleo inicial da urbe, quando este setor conformava o centro decisório citadino (a Praça do Governo). Com as novas demandas urbanas (segunda metade do século XVII), o colégio passa por uma reformulação, na qual sua igreja volta a fachada para o Terreiro de Jesus (maior e mais bem situado na malha urbana), re-significando a notoriedade do colégio e, conseqüentemente, deste setor citadino. Esta síntese pode ser vista na tabela 2:

TABELA 2: Comparação entre os três períodos do Colégio dos Jesuítas em Salvador

Elementos observados	1º período: 1549-1561	2º período: 1561-1657	3º período: 1654-1760
Materiais utilizados	Paredes de barro e cobertura de palha.	Paredes e alicerces com a técnica de pedra e cal.	Paredes e alicerces de arenoso, arenito de praia, reaproveitamento de tijolos e telhas cerâmicos.
Programa arquitetônico	Residências provisórias (pequena igreja, cozinha, quarto dos padres e irmãos).	Pátio dos noviços; Pátio de serviços; Pátio da enfermaria e igreja.	Igreja; Portaria; Pátios dos Estudos Gerais; Pátios dos Padres; Pátio com algumas oficinas; Pátio da cozinha, refeitório, dispensa e enfermaria; Quartos dos noviços; e Quartos das negras e demais escravas.
Localização na malha urbana	Ao lado da Igreja da Sé catedral.	Entre a Sé (norte) e as portas do Carmo (sul).	Entre o primeiro quarteirão, após a Sé (norte) e as portas do Carmo (sul).
Extensão na malha urbana	Uma quadra.	Seis quadras.	Cinco quadras.
Localização da igreja	Item sem parâmetro comparativo.	Voltada para a Sé, com terreiro próprio.	Voltado para o Terreiro de Jesus.

Assim, estes dados respondem a segunda assertiva de nossa hipótese, que sugere que o colégio teria imposto à cidade uma ordem que atendesse sua demanda interna, mesmo estando inserido num projeto português. Se no primeiro instante o colégio criou uma estratégia de ocupação espacial, expressa na malha urbana, que promovesse um diálogo direto entre cidade e unidade jesuíta, no segundo e terceiro instantes o colégio procurou se adequar às novas exigências sócio-espaciais, estando a serviço da cidade e fazendo-se servir por esta. Exemplo disto é que dois eixos de rua da malha da área projetada pelos portugueses unem-se retilinearmente a eixos de rua da área projetada pelos jesuítas¹⁰⁵. Ou seja, os jesuítas materializam espacialmente seus interesses sem concorrer com os interesses alheios. Eles admitem uma posição ponderada, inclusive na delimitação e inserção de edifícios na malha urbana.

Ao passo que apontamos a estreita relação que existe entre colégio e espaço da cidade, perante os nossos dados tornam-se frágeis as suposições que demonstram a cidade

¹⁰⁵ Em decorrência dos objetivos desta pesquisa, acabamos centrando a atenção e o discurso ao espaço do Colégio dos Jesuítas em detrimento ao espaço da cidade. Todavia, a maneira pela qual a cidade se impõe e

de Salvador como intenção única lusitana. O ideal de fundação é, sem dúvida, intenção de Portugal, uma vez que esta é determinada pela Coroa Portuguesa a partir de Carta Régia. Mas, admitir que a construção de Salvador, a formação física desta cidade, seja um processo que os portugueses tiveram controle exclusivo não é correto.

Enfim, apesar de chegarmos a explicação concreta sobre a relação entre Colégio dos Jesuítas e cidade de Salvador, como toda resposta, surgem novas perguntas. Assim, novas informações podem trazer outras perspectivas de resposta aos nossos dados, expondo a hipótese aqui trabalhada a novos testes. A fim de ampliar o universo de observação, para futuras pesquisas vemos como possibilidades:

- Aprofundar os estudos dos objetos arqueológicos, móveis, coletados nas escavações, para poder se compreender questões relacionadas aos hábitos e usos jesuítas, bem como a relação entre os objetos deste sítio com outros sítios históricos escavados em Salvador;
- Realizar escavações arqueológicas em outros setores do colégio, a exemplo das áreas que corresponderam: à cozinha, à dispensa, à adega, ao refeitório, à enfermaria, aos quartos das negras e demais escravas, aos quartos e claustro do Pátio dos Padres, ao quarto dos noviços e, por fim, retornar a outros setores do Pátio dos Estudos Gerais, sobretudo no interior da igreja de Men de Sá. Além de responder as questões relativas a espacialidade deste colégio, trariam novas informações sobre os diferentes atores que estavam interagindo neste complexo, possibilitando comparar os materiais oriundos dos distintos setores e estabelecer redes de relação entre jesuítas e os grupos sociais que estavam em Salvador;
- Realizar levantamento documental em arquivos de Portugal, Itália, França e Espanha, no intuito de identificar possíveis novas plantas do complexo jesuíta, bem como efetuar a leitura das atas que determinam as normas de ocupação espacial e documentação histórica que verse sobre este complexo e sobre as ações dos indivíduos que nele estiveram;
- Observar como se deu a relação entre colégio e cidade em outros núcleos em que a Companhia de Jesus participou do processo de fundação com colégios, na

conduz o processo de urbanização de Salvador conjuntamente com os jesuítas e com as demais ordens religiosas que estão em Salvador deverá ser objeto de pesquisas futuras.

América e na Ásia, a fim de verificar se este fenômeno que identificamos é local ou se estende a outras unidades jesuítas.

Estas linhas de observação possibilitam a continuidade da pesquisa, de maneira a ampliar o repertório de respostas e estabelecer novos questionamentos acerca da ação jesuíta no Novo Mundo.

As estratégias de ocupação espacial jesuíta ultrapassam os limites físicos de suas propriedades. Ela pode se dar pela imposição espacial do complexo a cidade ou, como demonstramos, fazer todo um setor da cidade estar agenciado em função do colégio, tornando a malha urbana um dos componentes do processo de dominação material e simbólica. Nesta linha de raciocínio, os dados que apresentamos acrescentam informações relevantes ao conhecimento sobre as ações da Companhia de Jesus no Brasil.

--- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS ---

AGOSTINHO, Pedro. “Embarcações e Navegação na Baía de Todos os Santos – Estudo náutico-geográfico e etnográfico-tipológico sobre dados de Emeric Essex Vidal”. **Emeric Essex Vidal, São Salvador da baía de Todos os Santos – vista panorâmica 1835-1837**. Salvador: Banco da Bahia Investimentos S.A., 1996, p.10-27.

ANCHIETA, José de. **Cartas: informações, fragmentos históricos e sermões**. São Paulo: EDUSP, 1988, 562p.

ARAÚJO, Karina Matos Correia de; OLIVEIRA, Mário Mendonça de. **Sítio arqueológico da praça da Sé: relatório de atividade técnica**. Salvador: NTPR/UFBA, 2003, 33p. (texto digitado).

ASSUNÇÃO, Paulo de. **Negócios jesuíticos: o cotidiano da administração dos bens divinos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004, 506p.

BOCCANERA JR, Silvio. “Igreja da Sé”. **Bahia histórica**. Salvador: s/e, 1921, p.101-105.

BRANDÃO, Renato Pereira. “A espacialidade missioneira jesuíta no Brasil Colonial”. **A forma e a imagem: arte e arquitetura jesuítica no Rio de Janeiro colonial**. Rio de Janeiro: PUC-RIO, s/d, p.147-180.

BRESCIANNI, Carlo. “O antigo Colégio de Jesus na cidade de Salvador-Bahia”. **Revista do Instituto Geográfico e histórico da Bahia, nº 93**. Salvador: IGHB, 1997, p.209-226.

CAEIRO, José. **Os jesuítas do Brasil e da Índia na perseguição do marquês de Pombal**. Bahia: Escola Tipográfica Salesiana, 1936, 941p.

CALDAS, José Antônio. **Notícia geral de toda esta capitania da Bahia desde o seu descobrimento até o presente ano de 1759**. Salvador: Edição Fac similiar da Prefeitura Municipal de Salvador, 1951, 742p.

CAMPELLO, Glauco de Oliveira. “A arquitetura da catedral Basílica de Salvador”. **O brilho da simplicidade: dois estudos sobre arquitetura religiosa no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Casa da palavra, 2001, p.95-155.

CARDIM, Fernão. **Tratados da terra e gente do Brasil, 2ª ed.** Transcrição: Ana Maria de Azevedo. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000, 337p.

CARNEIRO, Edison. **A cidade do Salvador (1549) – uma reconstituição histórica, 2ª ed.** Sl: s/e, 1980, 284p.

CARVALHO, Anna Maria Fausto Monteiro de. “O Real Colégio de Jesus da Baía e as quatro igrejas do Salvador: um estudo de sua espacialidade”. FLEXOR, Maria Helena Ochi (org.). **A arte no mundo português dos séculos XVI ao XIX: confrontos, permanências e mutações**. Salvador: MAS/UFBA, 2000, p.191-228.

CENTURIÃO, Luiz. **A cidade colonial no Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999, 352p.

COSTA, Carlos. **A Sé primacial do Brasil: uma perspectiva histórico-arqueológica**. Salvador: UFBA, 2000 (texto digitado), 29p.

COSTA, Lúcio. “A arquitetura jesuítica no Brasil”. **Arquitetura religiosa: textos escolhidos da Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. São Paulo: FAU-USP / NEC-IPHAN, 1978 [1941], p.11-98.

EDELWEISS, Frederico G. “As primeiras Igrejas, as Casas dos Jesuítas, o Muro e as Portas Setentrionais da Cidade de Tomé de Souza”. **Separata da Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, nº 82**. Salvador: IGHB, 1958, p.3-29.

ETCHEVARNE, Carlos. “A reciclagem da faiança em Salvador. Contextos arqueológicos e tipos de reutilização”. **CLIO Série Arqueológica, nº 16**. Recife: EDUFPE, 2003b,

p.103-118.

_____. “Intervenções arqueológicas em centros históricos: o caso de Salvador”. **Anais do 2º Workshop arqueológico de Xingó**. Xingó: MAX, 2002, p.5-8.

ETCHEVARNE, Carlos; COSTA, Carlos. **Pátio dos Estudos Gerais do antigo Colégio dos Jesuítas de Salvador: relatório referente ao plano de atividades para propiciar a evidenciação, consolidação e exposição dos alicerces**. Salvador: MAE/UFBA, 2002, 58p. (texto digitado).

_____. “Pátio dos Estudos Gerais do antigo Colégio dos Jesuítas de Salvador: segunda etapa de intervenções arqueológicas”. **III Seminário de pesquisa e pós-graduação e XXI Seminário estudantil de pesquisa**. Salvador: UFBA, 2002, p.202.

ETCHEVARNE, Carlos; PALERMO NETO, Francesco; SOUSA, Ana. **Sítio Pátio dos Estudos Gerais do antigo Colégio dos Jesuítas: relatório preliminar das sondagens realizadas** (agosto e setembro de 2000). Salvador: MAE/UFBA, 2000, 158p (texto digitado).

_____. **Sítio Pátio dos Estudos Gerais do antigo Colégio dos Jesuítas: relatório final das intervenções – segunda etapa do plano de intervenção arqueológica, vols 05 e 06** (agosto e setembro de 2000). Salvador: MAE/UFBA, 2001, 160p (texto digitado).

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2001, 324p.

FERNANDES Luydy; MOTA, Gilmar. “Prospecções arqueológicas na área do Colégio dos Jesuítas – Salvador (BA)”. **Resumos da SAB2001: a arqueologia no novo milênio**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001, p.105.

FERREZ, Gilberto. **Bahia velhas fotografias**. Salvador: Livraria Kosmos Editora, 1989, 199p.

GARCIA LAMAS, Jose M. Ressano. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Junta Nacional de Lisboa, 1993, 564p.

GOFFMAN, Erving. “Capítulo I – Representações”. **A representação do Eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1999, p.25-31.

GUTIERREZ, Ramón. “Capítulo 5: la expansión urbana de América” **.Arquitectura y urbanismo en iberoamerica**. Madrid: Ediciones Cátedra, S.A., 1983, p.77-103.

HABSBURGO, Maximiliano de. Bahia 1860. “Esboços de viagem – fragmentos”. **Emeric Essex Vidal, São Salvador da baía de Todos os Santos – vista panorâmica 1835-1837**. Salvador: Banco da Bahia investimentos S.A., 1996, p.7-9.

HODDER, Ian. **Theory and practice in archaeology**. London: Routledge, 1992.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995 [1936], 220p.

JAEGER, Luís Gonzaga. “A expulsão da Companhia de Jesus do Brasil em 1760: exame crítico-histórico no seu bicentenário”. **Pesquisas, nº 12**. Porto Alegre: Instituto Anchietano de Pesquisas, 1960, p.5-64.

LACOUTURE, Jean. **Os Jesuítas: os conquistadores**. Porto Alegre: L&M, 1994, 531p.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil, Tômoo I: o estabelecimento, sec. XVI**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro / Livraria Portugália, 1945^a, 605p.

_____. **História da Companhia de Jesus no Brasil, Tômoo II: a obra, sec. XVI**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro / Livraria Portugália, 1945b, 620p.

_____. **História da Companhia de Jesus no Brasil, Tômoo V: da Bahia ao Nordeste, sec. XVII, XVIII**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro / Livraria Portugália, 1945c, 635p.

MUNFORD, Lewis. **A cidade na história**. São Paulo: Martins Fontes, 1998, 741p.

NAVARRO, Azpilcueta; e outros. **Cartas avulsas: 1550-1568**. São Paulo: EDUSP, 1988, 529p.

NÓBREGA, Manoel da. **Cartas do Brasil: 1549-1560**. São Paulo: EDUSP, 1988, 258p.

OLIVEIRA, Beatriz Santos de. **Espaço e estratégia: considerações sobre a arquitetura dos jesuítas no Brasil**. Rio de Janeiro/Uberlândia: José Olympio editora / Prefeitura Municipal de Uberlândia, 1988, 105p.

PEIXOTO, Afrânio. **Breviário da Bahia**. Rio de Janeiro: Agir, 1946, 358p.

PERES, Fernando da Rocha. **Memórias da Sé**. Salvador: Empresa gráfica da Bahia, 1974, 255p.

REGIMENTO DO GOVERNADOR E CAPITÃO GENERAL TOMÉ DE SOUZA DADO EM ALMERIM, PORTUGAL, A 17 DE DEZEMBRO DE 1548:

“Constituição prévia do estado do Brasil” – 2ª edição. Salvador: Fundação Gregório de Mattos, 1998, 26p.

REIS, Nestor Goulart. **Evolução urbana do Brasil 1500 / 1720, 2ª edição revisada e ampliada.** São Paulo: Pini, 2000, 239p.

_____. **Imagens de villas e cidades do Brasil colonial.** São Paulo, EDUSP, 2000, 411p.

SAMPAIO, Teodoro. **História da fundação da cidade do Salvador.** Salvador: Tipografia Beneditina, 1949, 295p.

SANTOS, Paulo. **Formação de cidades no Brasil colonial.** Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2001, 179p.

SIMAS FILHO, Américo. **Evolução física de Salvador (1549-1800).** Salvador: Fundação Gregório de Mattos, 1998, 181p.

SOARES DE SOUSA, Gabriel. **Tratado descritivo do Brasil em 1587.** Recife: Fundação Joaquim Nabuco / Editora Masangana, 2000 [1587], 355p.

SOUZA, Manuel de. **Reis e rainhas de Portugal, 2ª edição.** Covilhã: Sport Press, 2001, 202p.

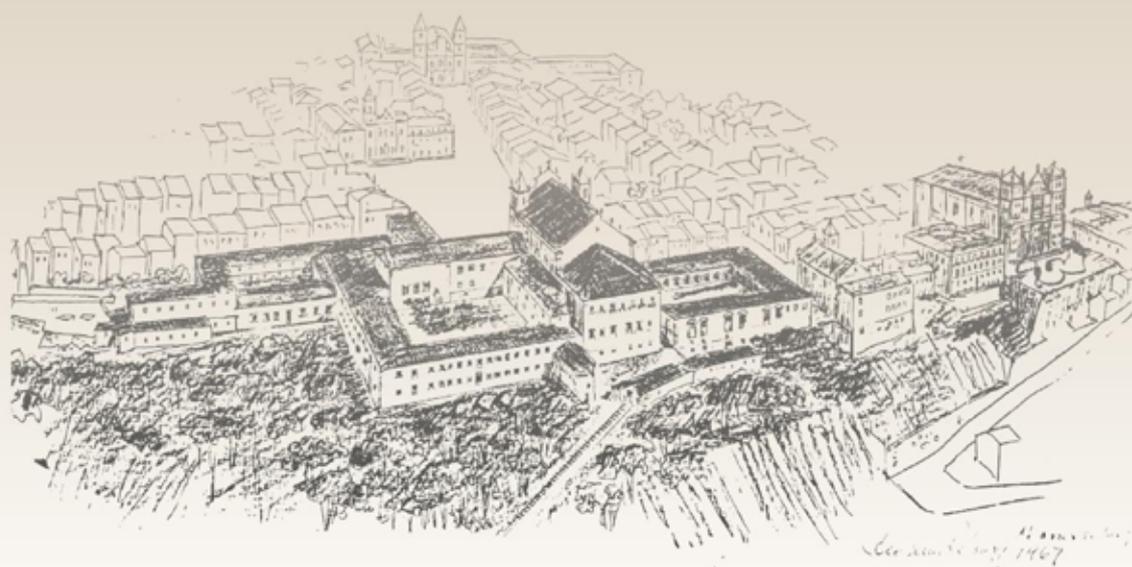
VASCONCELLOS, Simão de. **Companhia de Jesus do estado do Brasil, 2ª edição.** Rio de Janeiro: Typographia de João Ignácio da Silva, 1864, 300p.

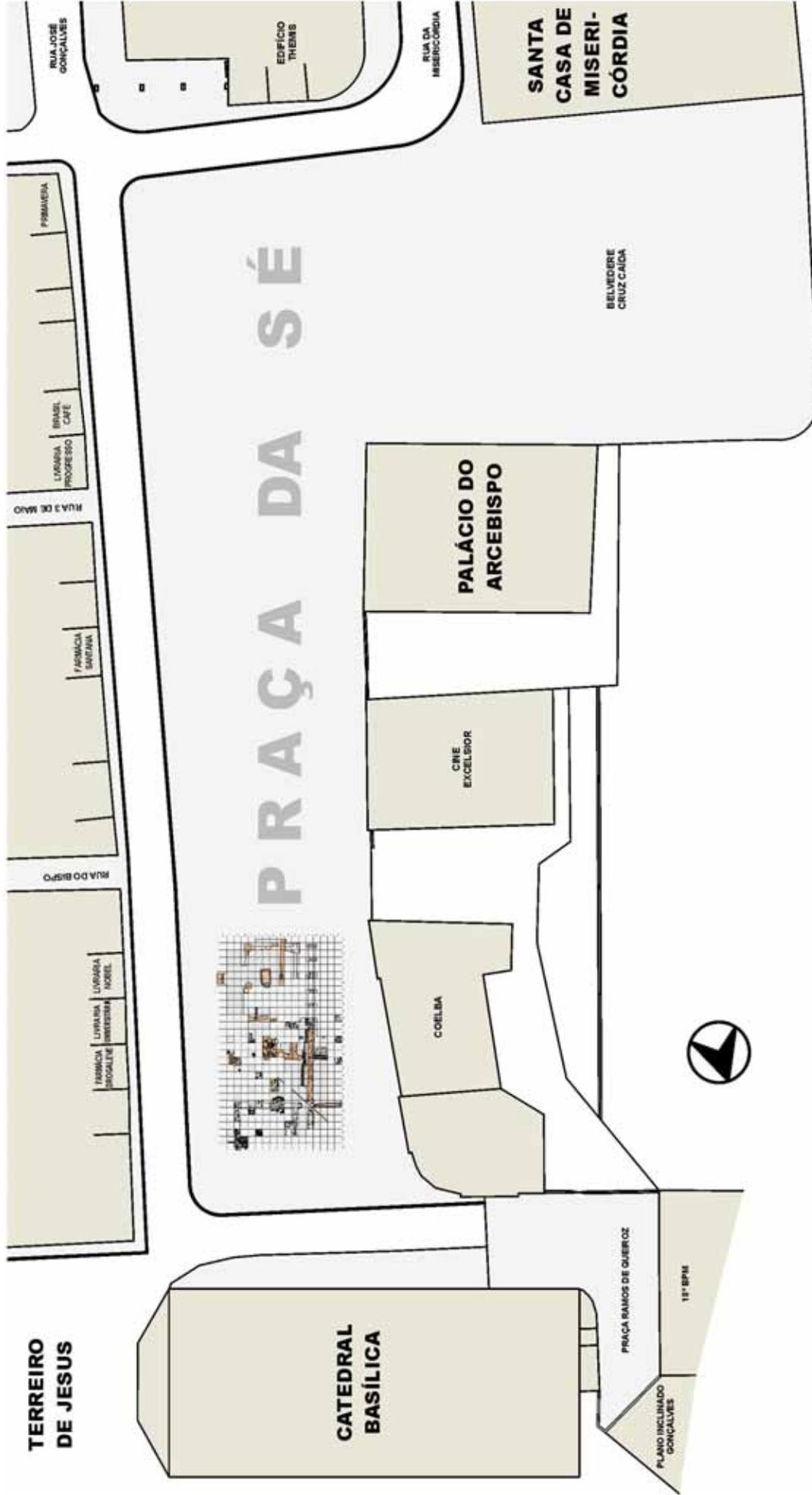
ZEVI, Bruno. **Saber ver a arquitetura.** São Paulo: Martins Fontes, 2000, 286p.

Site da internet consultado

<http://www.congresso.gob.pe/ntley/leyindiap.htm> (fevereiro/2005)

APÊNDICES





LEGENDAS

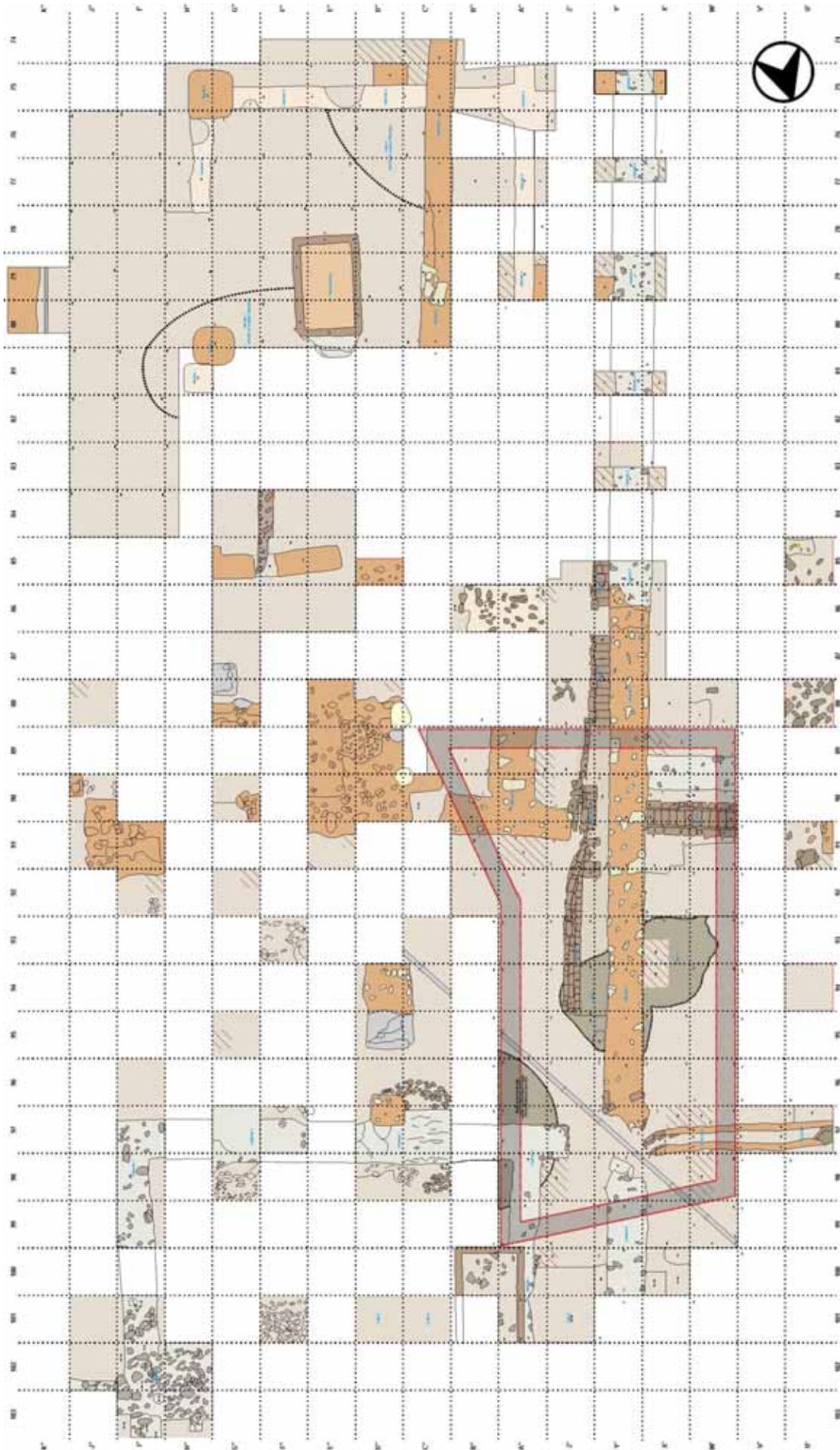
-  Edificações que existem na área;
-  Calçadas e pavimentações atuais.

ESCALA GRÁFICA



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
 FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
 MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA

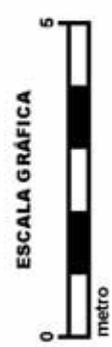
SITIO: PÁTIO DOS ESTUDOS GERAIS - ANTIGO COLEGIO DOS JESUITAS
 APÊNDICE 1: PLANTA DE SITUAÇÃO
 POSICIONAMENTO DAS ESCAVAÇÕES NA MALHA URBANA ATUAL DE SALVADOR
 DESENHO: LUYDY FERNANDES E CARLOS COSTA / JUNHO DE 2002



LEGENDA

- Área escavada;
- Preparações de visitação;
- Muro de construção para delimitar a área de escavação;
- Áreas escavadas na primeira etapa de intervenções arqueológicas;

- Os números em cor preta referem-se cota de profundidade, em cm, atingida na escavação;
 - Os números em cor vermelha indicam a cota de profundidade atingida pela estrutura.





UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
 FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
 MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA



SÍTIO: PÁTIO DOS ESTUDOS GERAIS - ANTIGO COLÉGIO DOS JESUITAS
 APÊNDICE 2: PLANTA DE ESCAVAÇÃO
 POSICIONAMENTO DAS ESTRUTURAS NA MALHA DE ESCAVAÇÕES
 DESENHO: LUYDY FERNANDES E CARLOS COSTA / JUNHO DE 2002

APÊNDICE 3



Fotos: Carlos Costa, 2002.

NOME DA ESTRUTURA ARQUEOLÓGICA: Lixão 1.

CONTEXTO SISTÊMICO: Área de descarte doméstico de atividades de cozinha.

LOCALIZAÇÃO NO QUADRICULAMENTO: W', X' e Z'/ 93 a 95.

COTAS DE PROFUNDIDADE: inicial 100cm e final 180cm.

DESCRIÇÃO E ANÁLISE: Trata-se de uma área preparada para descarte que se apresenta bem delimitada espacialmente (um bolsão), composta por fragmentos cerâmicos de torno simples e vidrado, faiança portuguesa, ossos animais (peixe, suínos e bovinos), telhas, tijolos, seixos, vidros, fragmentos metálicos diversos (cravos, alfinetes, aldrava, etc), rochas e argamassas. A coloração do solo neste setor é marrom escura, sendo que o sedimento que o delimita tem coloração marrom; esta diferença deve-se, possivelmente, a deterioração de materiais orgânicos descartados com os outros materiais neste micro-contexto. Por estar situado abaixo de todas as estruturas existentes no local (alicerce 1 e conduto 1), por conter fragmentos de faiança portuguesa do tipo malegueira (confeccionados no final do século XVI ao início do XVII, conforme imagem acima), por estar bem delimitado espacialmente e, finalmente, por maior parte dos fragmentos aludirem a atividades de cozinha e mesa, entendemos que se trata de um lixão resultante de atividades domésticas de cozinha, muito provavelmente do final do século XVI ao início do século XVII. Por fim, cabe informar que esta estrutura de descarte foi feita de uma só vez (abriu-se a vala, descartou-se o lixo excedente e se fechou a vala), pois, vários dos fragmentos de cerâmica de torno e de faianças encontrados em cotas estratigráficas superiores unem-se à colagem de restauração com fragmentos de cotas inferiores, em alguns casos fragmentos do topo da estrutura unem-se com aos da base.

ESTRATIGRAFIA: Encontra-se sob o Conduto 1 e sob o Alicerce 2.

APÊNDICE 4



Fotos: Carlos Costa, 2002.

NOME DA ESTRUTURA ARQUEOLÓGICA: Conduto 1.

CONTEXTO SISTÊMICO: Área de escoamento.

LOCALIZAÇÃO NO QUADRICULAMENTO: Primeira parte situada nas quadras Y' e Z'/ 85 a 95; a segunda parte entre as quadras W' e X'-90 e 91.

COTAS DE PROFUNDIDADE: inicial 50cm e final 110cm.

DESCRIÇÃO E ANÁLISE: Trata-se de um conduto composto de tijolos coloniais, agregados com argamassa de cal e areia, disposta basicamente em duas partes, uma perpendicular a outra. Da primeira parte só existe uma das laterais, pois, a outra foi destruída pelo alicerce 1, que corta esta estrutura longitudinalmente. Da segunda parte, perpendicular à primeira, só foi evidenciada um trecho, que se encontra com as duas laterais, cuja dimensão externa é de 70cm e a área útil ao escoamento, a parte interna, tem 35cm. As duas partes encontram-se separadas pelo alicerce 1. Possivelmente sua função fosse para captação de água pluvial, haja vista o bom acabamento da estrutura (com tijolos bem alinhados) a localização no contexto do sítio e a inclinação para escoamento que é igual ou inferior a 1% (portanto, quase plana, que não permitiria o escoamento de dejetos, apenas de água); deveria levar água captada de chuvas para um reservatório no pátio, haja vista que esta estrutura mantém alinhamento com um poço que existia nesta área. Esta estrutura tem relações sistêmicas com o trecho de pedra e cal do alicerce 1, pois, além de seguirem paralelas, as paredes deste alicerce encontram-se revestidas por tijolos coloniais do conduto, conformando uma das laterais desta estrutura de escoamento. Ademais, igual situação foi verificada na segunda parte deste conduto, em que ele segue paralelo a uma estrutura alicerçar de pedra e cal.

ESTRATIGRAFIA: Encontra-se sobre o Lixão 1 e sob o Alicerce 2.

APÊNDICE 5



Fotos: Carlos Costa, 2002.

NOME DA ESTRUTURA ARQUEOLÓGICA: Conduto 2.

CONTEXTO SISTÊMICO: Área de escoamento.

LOCALIZAÇÃO NO QUADRICULAMENTO: U' a Y' / 97.

COTAS DE PROFUNDIDADE: inicial 70cm e final 110cm

DESCRIÇÃO E ANÁLISE: trata-se de conduto de argamassa mista, composta de rochas, arenoso e alguns poucos tijolos. Tem formação relativamente rudimentar e pequena dimensão, cerca de 40cm de largura de corpo externo e, no máximo, 25cm de largura no interior (setor útil para escoamento). Embora tal estrutura não contenha acabamento interno, que permitiria determinar com maior precisão sua dinâmica hidráulica, a inclinação da base é progressiva em direção a escarpa, sendo igual ou pouco superior a 4% e, no seu interior, foi encontrado o esqueleto praticamente completo de uma ratazana (vulgarmente conhecido como rato de esgoto). Com estas considerações, possivelmente está estrutura serviu para escoamento de dejetos.

ESTRATIGRAFIA: *A priori*, não são possíveis relações estratigráficas com as outras estruturas verificadas. Mas, deve-se ressaltar que sua argamassa é composta de arenoso, que também foi verificado em algumas estruturas alicerçais.

APÊNDICE 6



Fotos: Carlos Costa, 2002; e Francesco Palermo, 2000.

NOME DA ESTRUTURA ARQUEOLÓGICA: Alicerce 1.

CONTEXTO SISTÊMICO: Estrutura de fundação (alicerce).

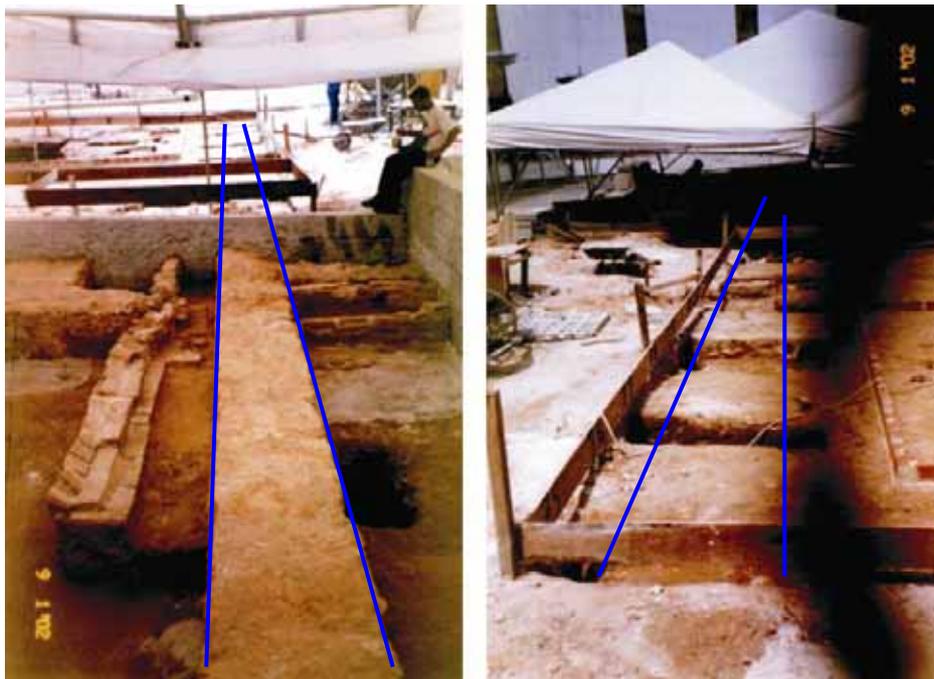
LOCALIZAÇÃO NO QUADRICULAMENTO: Fundação disposta no sentido N-S: Z' e A'' / 97 a 101; Fundação no sentido E-W: Z' a I'' / 97 e 98.

COTAS DE PROFUNDIDADE: 1) Na interseção entre os dois sentidos dos alicerces, a quina, onde existe uma sapata (Z' / 97-98): inicial 55cm e final 155cm; 2) Nos demais trechos: inicial 55cm e final 80cm.

DESCRIÇÃO E ANÁLISE: Trata-se de um conjunto de alicerces que formam uma quina, sendo uma das faces disposta no sentido N-S e a outra E-W. Sua estrutura é de pedra e cal, cujas rochas são subarredondadas, além de conter alguns poucos tijolos coloniais incrustados. A colocação da estrutura é branca. Sua largura média é de 70cm e espessura entre 30 e 100cm. Refere-se as estruturas de fundação da parede lateral e da fachada da Igreja de Men de Sá da segunda metade do século XVI e primeira metade do século XVII. Tendo em vista a composição, muito possivelmente tenha relações sistêmicas, além da evidente relação espacial, com os trechos de pedra e cal do Alicerce 2 e com o Conduto 1.

ESTRATIGRAFIA: Encontra-se sob uma sapata de arenoso, arenito de praia, cal e reaproveitamento de tijolos e telhas cerâmicos.

APÊNDICE 7



Fotos: Carlos Costa, 2002.

NOME DA ESTRUTURA ARQUEOLÓGICA: Alicerce 2.

CONTEXTO SISTÊMICO: Estrutura de fundação (alicerce).

LOCALIZAÇÃO NO QUADRICULAMENTO: X' e Y' / 75 a 100.

COTAS DE PROFUNDIDADE: 1) Nos trechos de alvenaria de pedra e cal: inicial 50cm e final 80cm; 2) Nos trechos de alvenaria de cal, arenoso e rochas: inicial 50cm e final 130cm.

DESCRIÇÃO E ANÁLISE: Trata-se de um alicerce que segue perpendicular a Catedral Basílica de Salvador. A largura média desta estrutura é de 80cm, contendo, no entanto, duas conformações de alvenaria: a primeira é de pedra e cal (contém cal, areia com rochas partidas, seixos e alguns poucos tijolos); e a segunda é de argamassa de arenoso, cal, rochas de arenito de praia e reaproveitamento de tijolos e telhas cerâmicos. Estas diferenças de composição, que também estão expressas nas cotas de profundidade, indicam reaproveitamento de estruturas em novas construções. Neste caso, a mais antiga, de pedra e cal, refere-se a parede externa do Pátio dos Estudos Gerais (final do século XVI e primeira metade do século XVII) e a mais nova, de arenoso e rochas, a nova conformação deste pátio (da segunda metade do século XVII a demolição do colégio, no início do XIX). Esta estrutura, em ambos os momentos correspondeu à parede externa. No primeiro instante a área do terreiro da igreja e a área do pátio; no segundo instante separava a área de pomar ou jardim e a área do pátio.

ESTRATIGRAFIA: Encontra-se sobre o Conduto 1 e sobre o Lixão 1.

APÊNDICE 8

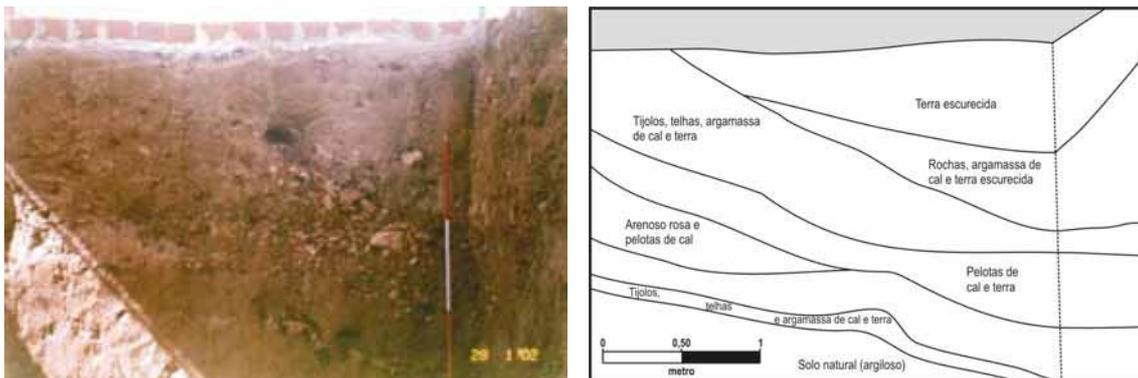


Foto e desenho: Carlos Costa, 2002.

NOME DA ESTRUTURA ARQUEOLÓGICA: Lixão 2.

CONTEXTO SISTÊMICO: Área de descarte de materiais construtivos.

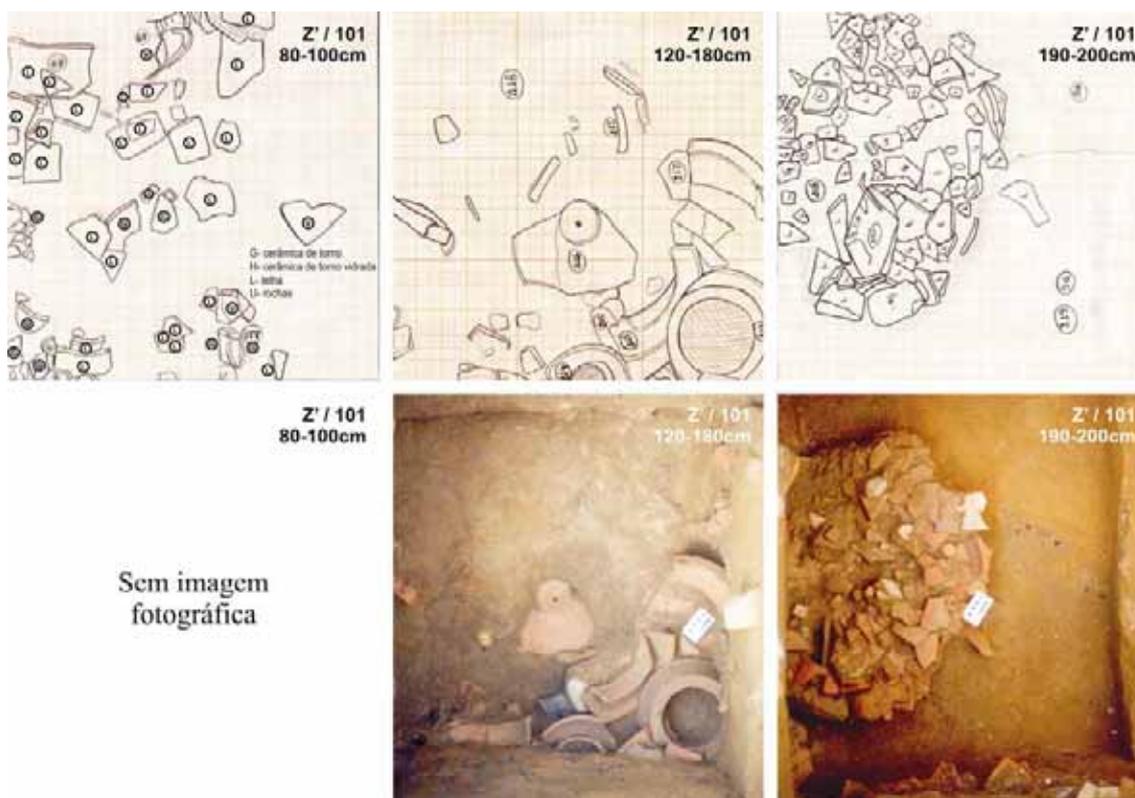
LOCALIZAÇÃO NO QUADRICULAMENTO: C” a E” / 76 e 77.

COTAS DE PROFUNDIDADE: inicial 70cm e final 230cm.

DESCRIÇÃO E ANÁLISE: Trata-se de um lixão de materiais construtivos, basicamente tijolos, telhas e argamassas de cal. Tendo em vista os componentes desta estrutura e da semelhança tipológica entre os tijolos encontrados nela e dos encontrados nas estruturas de pedra e cal, consideramos que se tratam de uma área de descarte de materiais resultantes de demolição, na qual a área foi intencionalmente preparada para descarte, cujo poço de descarte chega a profundidade de 230cm.

ESTRATIGRAFIA: Estrutura isolada, possivelmente relacionada àquelas de pedra e cal.

APÊNDICE 9



Fotos: Francesco Palermo, 2000; Desenho: Gilmar Barreto, 2000.

NOME DA ESTRUTURA ARQUEOLÓGICA: Lixão 3.

CONTEXTO SISTÊMICO: Área de descarte de materiais cerâmicos.

LOCALIZAÇÃO NO QUADRICULAMENTO: Z' / 101.

COTAS DE PROFUNDIDADE: 1º estrato de 80 a 100cm; 2º estrato de 120 a 180cm; 3º estrato de 190 a 200cm.

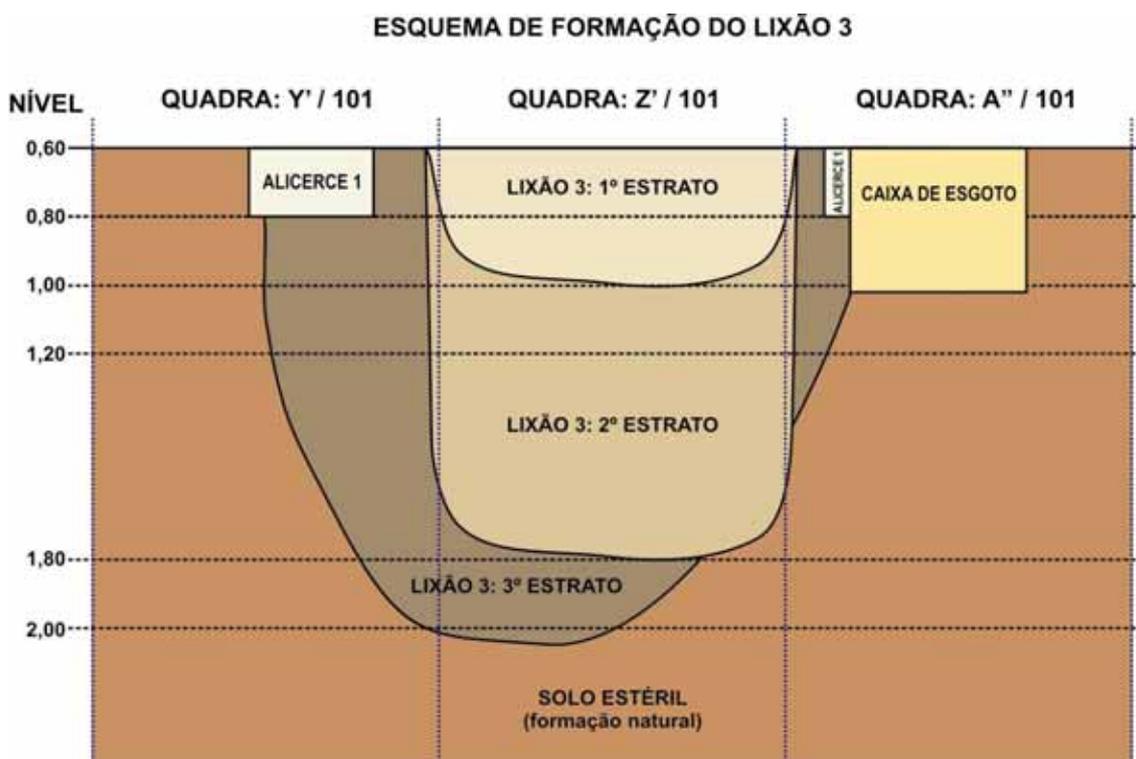
DESCRIÇÃO E ANÁLISE:

1º estrato, 80-100cm: “Evidenciada a concentração de fragmentos de telhas, cerâmica de torno simples e vidrada, pedras e alguns pontos de carvão, com incidência de telhas. Esse material encontrava-se depositado no solo marrom claro” (Barreto apud Etchevarne *et alli*, V. 06, 2001: 56).

2º estrato, 120-180cm: “Grande concentração de material cerâmico, com maior incidência de fragmentos de bacias, sem vitrificação, e recipientes cerâmicos para uso em jardins (alpiotas), havendo alguns casos em que se encontram quase inteiros. Vale ressaltar que foram ainda evidenciados alguns fragmentos cerâmicos cuja pasta era de cor vermelha intensa. Todos os fragmentos cerâmicos encontravam-se juntos a seixos de tamanho médio. O solo apresenta-se argiloso, de cor amarelada.” (Barreto apud Etchevarne *et alli*, V. 06, 2001: 57).

3º estrato, 190-200cm: “Quadra escavada até o nível 200cm, apresentando uma concentração de fragmentos cerâmicos, no meio a um sedimento marrom escuro misturado com solo (...) argiloso amarelado (...). Neste nível foi evidenciado um fragmento com sua parede bastante fina de cor avermelhada. Materiais evidenciados: cerâmica de torno simples e argamassa.” (Barreto apud Etchevarne et alli, V. 06, 2001: 58).

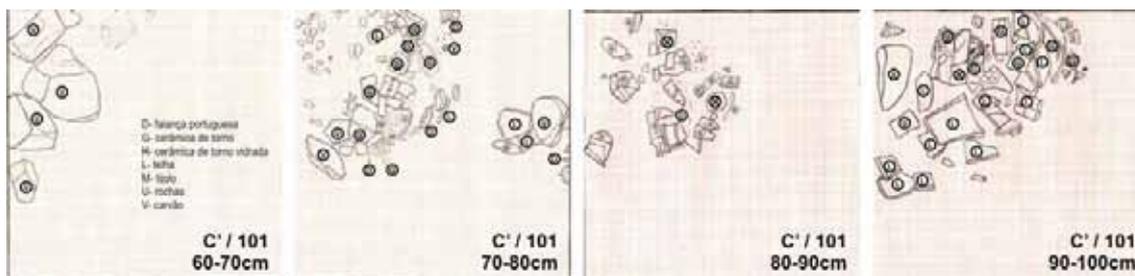
Trata-se de uma área intencionalmente preparada para descarte. Possivelmente este lixão seja formado em três momentos diferentes, muito distantes temporalmente: o terceiro estrato teria sido depositado antes da construção da igreja de Men de Sá; o primeiro e o segundo estrato ocorreriam depois de demolida a igreja, quando a área correspondia a um pomar ou jardim.



Desenho: Carlos Costa, 2005.

ESTRATIGRAFIA: A seqüência de formação estratigráfica, conforme desenho acima, seria: 3º estrato; alicerce 1; 2º e 1º estratos; e caixa de esgoto..

APÊNDICE 10



Desenho: Gilmar Barreto, 2000.

NOME DA ESTRUTURA ARQUEOLÓGICA: Lixão 4.

CONTEXTO SISTÊMICO: Área de descarte de materiais cerâmicos.

LOCALIZAÇÃO NO QUADRICULAMENTO: C' / 101.

COTAS DE PROFUNDIDADE: Inicial 60cm final 100cm.

DESCRIÇÃO E ANÁLISE:

1ª camada, 60-70cm: “Camada de superfície de blocos de rochas, cimento e paralelepípedos.” (Barreto *apud* Etchevarne *et alli*, V. 06, 2001: 79).

2ª camada, 70-80cm: “Concentração de cerâmica de torno, alguns fragmentos de faiança portuguesa, telha, fragmentos de carvão e uma pequena concentração de cimento com brita.” (Barreto *apud* Etchevarne *et alli*, V. 06, 2001: 80).

3ª camada, 80-90: “Evidência de pequena concentração de faiança portuguesa, cerâmica de torno simples e fragmentos de carvão. Sedimento se apresenta marrom claro.” (Barreto *apud* Etchevarne *et alli*, V. 06, 2001: 81);

4ª camada, 90-100: “Evidência de fragmentos de cerâmica de torno, faiança portuguesa (com motivo decorativo em azul e fundo branco). Material construtivo como fragmentos de telha e tijolos. Solo se apresentava marrom claro misturado com amarelo-avermelhado.” (Barreto *apud* Etchevarne *et alli*, V. 06, 2001: 82).

ESTRATIGRAFIA: Estrutura isolada.

APÊNDICE 11

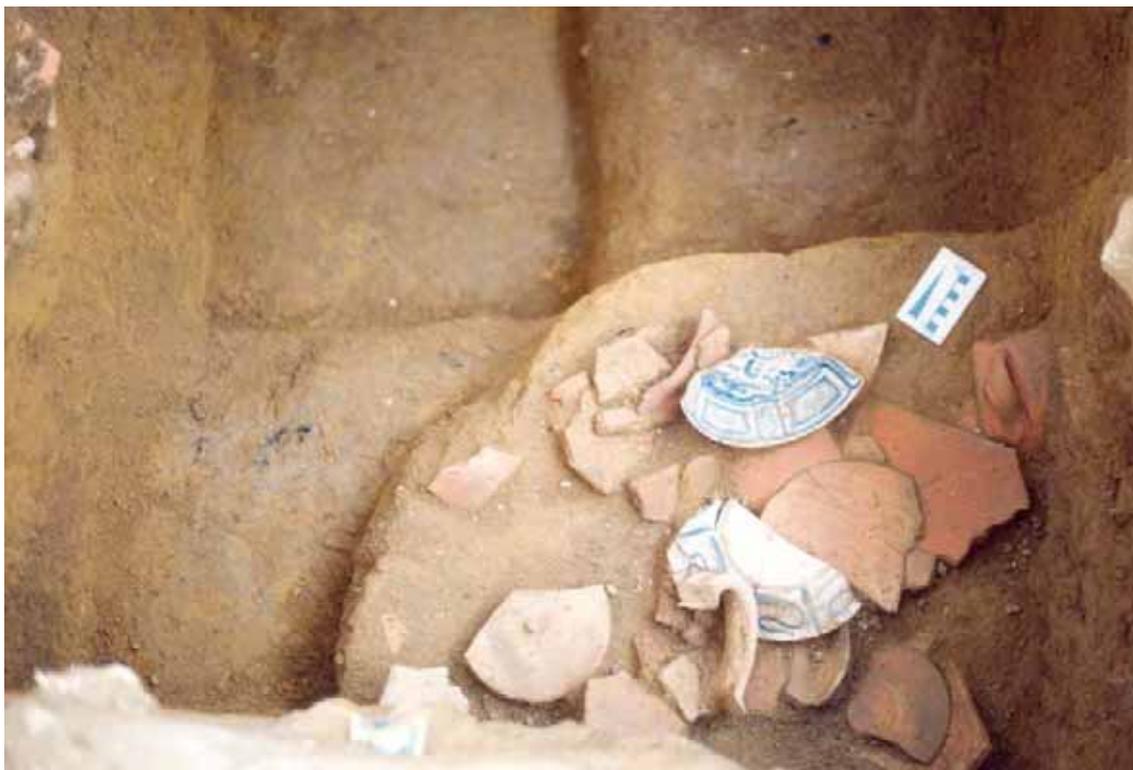


Foto: Francesco Palermo, 2000.

NOME DA ESTRUTURA ARQUEOLÓGICA: Lixão 5.

CONTEXTO SISTÊMICO: Área de descarte de materiais cerâmicos.

LOCALIZAÇÃO NO QUADRICULAMENTO: D" / 101.

COTAS DE PROFUNDIDADE: Inicial 67cm final 140cm.

DESCRIÇÃO E ANÁLISE: *“Pequena concentração de pedras isoladas no nível 67cm. A quadra E”101 não foi escavada, se encontram evidentes, na superfície, blocos de rochas. Na quadra F”101 foi evidenciada grande concentração de blocos de rochas, poderiam formar um conjunto nos dando melhores informações desta concentração. Quadra foi escavada até o nível 140cm com evidência de um fragmento de osso animal.”* (Barreto *apud* Etchevarne *et alli*, V. 06, 2001: 91).

ESTRATIGRAFIA: Estrutura isolada, possivelmente associada aos Lixão 3 e 4.